Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campus de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

HIGOR CIRILO DA COSTA

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO:
ANÁLISE DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM CAMPO GRANDE (MS) A PARTIR DO ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA URBANA (IQVU)

Três Lagoas, MS
2024

HIGOR CIRILO DA COSTA

A produção do espaço periférico:

análise das desigualdades socioespaciais em Campo Grande (MS) a partir do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Campus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol.

Três Lagoas, MS

2024

Higor Cirilo da Costa

A produção do espaço periférico:

análise das desigualdades socioespaciais em Campo Grande (MS) a partir do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU)

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Flávia Akemi Ikuta
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Thiago Araujo Santos
Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi adequado para obtenção do título de Mestre em Geografia

_____

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

_____

Profa. Dra. Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol
Orientadora

Três Lagoas, MS
2024

À minha mãe, Sonia Gregorio Pereira (*in memorian*), que sempre me fez acreditar na força da vida e dos sonhos.

Cada página desse trabalho está encharcada pelas lágrimas por ter lhe perdido abruptamente. Se a dor me paralisa, lembro o quanto você me apoiou e me incentivou, mesmos nos meus momentos mais difíceis.

Em sua memória e no seu amor encontro, em cada dia, forças para continuar.

AGRADECIMENTOS

Mãe, agradeço a você por ter me dado a vida várias e várias vezes. Seu amor me acolheu sempre que desabei, foi você quem me levantou, foi você quem enxugou minhas lágrimas. Nesse momento coloco na cadeira ao lado a dor excruciante por tê-la perdido, para celebrar o amor, a alegria, a perspicácia, a curiosidade que você sempre teve e me ensinou, desde miúdo.

Se eu parar por um momento e me concentrar por um segundo, posso ouvir sua risada, seu entusiasmo e empolgação, com cada pequena conquista minha. Ainda posso ouvir sua comemoração, seu festejo quando foi dito que minha monografia em Geografia estava aprovada. Sempre que penso que você não estará na primeira fileira na defesa dessa dissertação, sendo a primeira a me abraçar ao final, eu cedo um pouco a dor.

Olhando para trás, nessa longa jornada, tenho certeza de que não estou sozinho. Um dia desses, um querido professor, vendo essa dor que vivo, disse algo que muito me acalentou. Ele me lembrou que você que você vive em mim, vive na minha vontade de desbravar o mundo com os instrumentos que me cabem. Você vive nas palavras que uso para me comunicar, vive no vocabulário que me ensinou, vive em cada linha escrita neste trabalho e vive na minha inquietude frente a tudo que me atravessa.

Lembro da primeira enciclopédia que você e o pai compraram para casa. Era um conjunto de livros de capa dura, vendidos de porta em porta. Sempre que eu aparecia com alguma dúvida, algum questionamento, você me instigava a consultar aquelas páginas, me incentivava a buscar e encontrar a resposta para as minhas perguntas, mesmo que você soubesse desde o começo, a resposta ao questionamento. Ainda criança, acreditava que todo o conhecimento do mundo estaria naquelas páginas.

Não tenho certeza se li todos os volumes daquela enciclopédia e de outras que vocês compraram, mas tenho certeza que minha sede por conhecimento não foi saciada com aquelas letras miúdas, pelo contrário. A sua maneira de conduzir as minhas dúvidas, a ir além da primeira resposta, me colocaram no caminho da pesquisa. Se hoje tenho prazer pela leitura e vontade de me aprofundar por temas diversos, é porque você me ensinou essa curiosidade, desde pequeno.

Sei que as palavras que trouxe aqui são ínfimas para indicar o tamanho da gratidão que tenho por você. Expressar agradecimento vivendo ainda num mar de dor é profundamente difícil, mas espero que você, onde estiver, receba com carinho esses agradecimentos. Há pouco mais de um ano a minha vida possui um imenso vazio, um grande vácuo que nada poderá preencher, ainda que eu tente, dia a dia, expandir a vida, expandir os laços e viver com plenitude, como você me ensinou. A você, dedico essa dissertação e agradeço por me colocar no caminho de fazê-la.

Agradeço, ainda, a toda minha família pelo apoio à minha trajetória de formação acadêmica e profissional, em especial, ao meu pai, Luziano Cirilo da Costa, meus irmãos, Helem Bruna da Costa e Eduardo Moisés Pereira, minha sobrinha, Sophia Cirilo da Costa Junqueira e a minha avó Ana Aparecida Pereira.

Agradeço a Stefani Santana, Fábio Zeferino, Luiz Fernando Zeferino, Agnes Viana, Carolina Costa Silva, Tainá Jara, Anita Mato, Giulia Savana, Taiza Falkembak e muitos outros amigos que estiveram comigo nessa longa jornada, em que o encontro e o convívio são basilares na própria formação da minha visão de mundo e é doloroso estar há centenas de quilômetros de distância de vocês.

Um agradecimento especial aos amigos que as aulas de Geografia na FAENG/UFMS me forneceram, Argemiro Neto, Tiago Severino da Silva e Luiz Maricati. Além disso, agradeço a todos os colegas que convivi nas turmas de Geografia e que me auxiliaram na minha formação acadêmica.

Agradeço aos amigos que a cidade de Três Lagoas e os cursos de Geografia, Campus de Três Lagoas, da UFMS, me proporcionaram, Mirian Santos, Joser Neves, Samuel Heimbach, Jhiovanna Braghin, Diogo Cerdan, Melissa Oliveri, Diego Ribeiro Guimarães, Guilherme Cobaixo, Denis Victor, Alisson Santori, Mateus Fleury e Aliucha Melo. Muito vivemos juntos e muito pude aprender com cada um de vocês.

Agradeço ao Raphael Lucas pelo companheirismo, afeto e amor que tem me dado, comemorando cada pequeno avanço nessa trajetória junto comigo. Obrigado por fazer meus dias brilharem e acreditar que essa é só mais uma etapa, de caminho frutífero que poderá ocorrer.

Não poderia deixar de agradecer, de modo geral, todos os professores do ensino básico, que me acompanharam por anos na Escola Estadual Prof. João Pereira Valim, de Inocência (MS).

Agradeço ainda a todos os professores da UFMS que me permitiram acessar um amplo e diverso universo de conhecimento, por meio do qual, pude extrair

ferramentas para a pesquisa científica e para o fazer geográfico. Ainda assim, preciso agradecer alguns professores em específico.

Agradeço a Profa. Sandra Bertocini por me proporcionar minha primeira experiência de pesquisa acadêmica e de redação de um artigo científico. Agradeço imensamente à Profa. Maria Lúcia Torrecilha pelo empréstimo das lentes do urbanismo para olhar a cidade de Campo Grande, pela paciência e persistência, ensinadas, para analisar e intervir de maneira crítica no espaço urbano.

Agradeço a todos os professores de Geografia da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), que me recepcionaram depois de meus descaminhos na formação acadêmica. Foi quando cheguei a esse curso que pude visualizar a potência da Geografia, enquanto ciência, de fornecer os instrumentos de compreensão e ação sobre o mundo. Agradeço especialmente às professoras e professores Flávia Akemi Ikuta, Marcelino de Andrade Gonçalves, Ary Tavares Rezende Filho e Ana Paula Correia de Araújo.

Agradeço, por fim, aos professores do Campus de Três Lagoas, sobretudo aos professores de graduação e pós-graduação em Geografia. Não teria lugar mais fecundo para eu dar continuidade à vida acadêmica. Tenho imensa gratidão pelo aprendizado que tive com minha orientadora, Prof. Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol, agradeço a sua atenção refinada, sua compassividade e seu afeto. Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Thiago Araujo Santos e Patrícia Helena Milani pelos ensinamentos nas suas aulas e sobretudo ao conhecimento transmitido fora dela, entre um café e outro, e entre uma atividade e outra.

Agradeço a todos os membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, pelo companheirismo, pela coragem, pela militância, pela perspicácia para usar as ferramentas da geografia para uma profunda transformação do mundo e do lugar em que vivemos. Agradeço as editoras e editores da Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, pela dedicação à pesquisa, o compromisso com a ciência, e o rigor na construção do conhecimento. A ciência brasileira se assenta no trabalho de milhares de estudantes e professores, que como nós, dedicamo-nos, quase sempre gratuitamente, para garantir o debate e a divulgação do conhecimento científico.

Agradeço, ainda, a todos os trabalhadoras e trabalhadores, as e os estudantes, desta universidade que me acolhe há mais de 10 anos.

A utopia está lá no horizonte.

Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.

Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.

Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.

Para que serve a utopia?

Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano[1]

[1] O poema atribuído é Eduardo Galeano, porém, teria sido dito por Fernando Birri, numa palestra conjunta com Galeano, em Cartagena das Índias (Colômbia), e seria uma resposta a um questionamento de um estudante. O texto reproduzido é uma tradução de Rosely Wanderley ([*s. d.*]).

RESUMO

As desigualdades socioespaciais em Campo Grande (MS) são abordadas nesse trabalho, a partir da compreensão de sua produção, cujo o enquadramento é oriundo da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual (TDGD) e da Teoria Marxista Dependência (TMD), o instrumento de mensuração utilizado é o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) de Campo Grande, que é analisado para além de seus resultados, mirando, de um lado, nos conceitos que embasam a sua produção, e de outro, a sua apropriação e os resultado disso decorridos. O fio condutor do trabalho parte do questionamento de como é produzida e expressada a desigualdade socioespacial de Campo Grande, a partir do IQVU, e questiona-se também se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) do município utiliza esse índice para fazer frente às desigualdades. Ademais, interroga-se sobre quem faz uso e se apropria do IQVU e quais os impactos dessa apropriação na produção do espaço urbano de Campo Grande. Os objetivos específicos são: conceituar a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual estabelecendo uma relação com a Teoria Marxista da Dependência; interpretar o IQVU sobre o espaço intraurbano de Campo Grande, relacionando-o às desigualdades socioespaciais e; compreender se há correlação entre as informações produzidas pelo índice social e as determinações contidas no PDDUA. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, para o desenvolvimento teórico do trabalho e pesquisa documental em legislações municipais. Além disso, utilizou-se de análise de conteúdo jornalístico e publicitário acerca do IQVU e da qualidade de vida, em Campo Grande. Como resultado, observa-se que a produção do espaço urbano na periferia do capitalismo ocorre tendo como pressuposto e produto as desigualdades socioespaciais, de modo que a superexploração, a transferência de valor e a cisão de ciclos de capitais, são categorias fundamentais para matizar a compreensão dos efeitos provocados pelo movimento “em vaivém” do capital, que no espaço urbano encontra no sistema da renda do solo seu elemento unificador. Ainda, as desigualdades socioespaciais são produzidas cotidianamente por agentes sociais concretos, através de práticas socioespaciais. O IQVU de Campo Grande, ao mesmo tempo que mensura as diferenças no espaço urbano de Campo Grande, não é utilizado na principal política urbana de Campo Grande, de modo que sua apropriação se dá em práticas socioespaciais diferenciadoras, que formam imagens da cidade cuja finalidade é a valorização imobiliária e a venda da cidade. Nesses marcos, a utilização do IQVU e da qualidade de vida, se dá num cenário de mundialização do espaço urbano, cujo resultado é o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Palavras-chave: desigualdades socioespaciais; diferenciação socioespacial; indicadores sociais; IQVU; imagem de cidade.

RESUMEN

Las desigualdades socioespaciales se manifiestan de diversas maneras y constituyen un presupuesto de la reproducción del modo de producción capitalista. En Campo Grande (MS), este trabajo aborda dichas desigualdades a partir de la comprensión de su producción, cuyo marco teórico se basa en la Teoría del Desarrollo Geográfico Desigual (TDGD) y la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD). El instrumento de medición utilizado es el Índice de Calidad de Vida Urbana (IQVU) de Campo Grande, que se analiza más allá de sus resultados, enfocándose, por un lado, en los conceptos que fundamentan su producción, su apropiación y los resultados derivados de ello. El hilo conductor del trabajo parte de la pregunta de cómo se produce y expresa la desigualdad socioespacial en Campo Grande a partir del IQVU, y también se indaga si el Plan Director de Desarrollo Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) del municipio utiliza este índice para enfrentar las desigualdades. Además, se cuestiona quién utiliza y se apropia del IQVU y cuáles son los impactos de esa apropiación en la producción del espacio urbano de Campo Grande. Los objetivos específicos son: conceptualizar la Teoría del Desarrollo Geográfico Desigual estableciendo una relación con la Teoría Marxista de la Dependencia; interpretar el IQVU en el espacio intraurbano de Campo Grande, relacionándolo con las desigualdades socioespaciales; y comprender si existe una correlación entre la información producida por el índice social y las determinaciones contenidas en el PDDUA. La metodología empleada incluye la investigación bibliográfica para el desarrollo teórico del trabajo y la investigación documental en legislaciones municipales. Además, se utilizó el análisis de contenido periodístico y publicitario acerca del IQVU y la calidad de vida en Campo Grande. Como resultado, se observa que la producción del espacio urbano en la periferia del capitalismo ocurre bajo el presupuesto y el producto de las desigualdades socioespaciales, de manera que la superexplotación, la transferencia de valor y la segmentación de ciclos de capitales son categorías fundamentales para matizar la comprensión de los efectos provocados por el movimiento “en vaivén” del capital, que encuentra en el sistema de renta del suelo su elemento unificador en el espacio urbano. Además, las desigualdades socioespaciales son producidas cotidianamente por agentes sociales concretos a través de prácticas socioespaciales. El IQVU de Campo Grande, aunque mide las diferencias en el espacio urbano de Campo Grande, no es utilizado en la principal política urbana de Campo Grande, por lo que su apropiación se da en prácticas socioespaciales diferenciadoras que forman imágenes de la ciudad con el fin de la valorización inmobiliaria y la venta de la ciudad. En este contexto, el uso del IQVU y de la calidad de vida ocurre en un escenario de mundialización del espacio urbano, cuyo resultado es el profundizamiento de las desigualdades socioespaciales.

Palabras clave: desigualdades socioespaciales; diferenciación socioespacial; indicadores sociales; IQVU; imagen de ciudad.

ABSTRACT

This study addresses socio-spatial inequalities in Campo Grande (MS) by examining their production through the frameworks of Uneven Geographical Development Theory (UGDT) and Dependency Theory (DT). The primary metric used for this analysis is the Urban Quality of Life Index (UQLI) of Campo Grande. This index is analyzed not only for its outcomes but also through the concepts underpinning its creation and the ways it is applied and appropriated. The guiding question of this research is how socio-spatial inequality in Campo Grande is produced and manifested via the UQLI, and whether the city's Urban and Environmental Development Master Plan (UEDMP) utilizes this index to address these inequalities. Additionally, the study investigates who uses and appropriates the UQLI and the impacts of such appropriation on the production of urban space in Campo Grande. The specific objectives are to: conceptualize Uneven Geographical Development Theory in relation to Dependency Theory; interpret the UQLI in the intra-urban space of Campo Grande, linking it to socio-spatial inequalities; and understand whether there is a correlation between the information provided by this social index and the policies outlined in the UEDMP. The methodology involves bibliographic research for theoretical development, as well as documentary research in municipal legislation. Furthermore, content analysis of journalistic and promotional materials related to the UQLI and quality of life in Campo Grande was conducted. The results reveal that urban space production in the periphery of capitalism is both predicated upon and results in socio-spatial inequalities.; in a way that super-exploitation, value transfer, and fragmented capital cycles are all essential for understanding the effects of capital's cyclical "to-and-fro" movement and find its unifying element in the land rent system within urban space. Moreover, socio-spatial inequalities are continuously produced by specific social agents through socio-spatial practices. The UQLI in Campo Grande, while measuring disparities within the urban space, is not employed in the primary urban policy of Campo Grande, thus enabling its appropriation in differentiated socio-spatial practices that shape city images intended for real estate valorization and city marketing. In this context, the use of the UQLI and the concept of quality of life occur in a scenario of urban spatial globalization, which ultimately deepens socio-spatial inequalities.

Keywords: socio-spatial inequalities; socio-spatial differentiation; social indicators; UQLI; city image.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com a localização de Campo Grande (MS) 16
Figura 2 - Expansão do capitalismo como sistema mundial: um esquema da dependência.....50
Figura 3 - Diferentes formas de se "olhar de longe".....67
Figura 4 - Demanda de indicadores sociais no ciclo de políticas públicas 73
Figura 5 - Classificações usuais de indicadores para políticas 75
Figura 6 - Propriedades desejáveis dos incadores sociais.....76
Figura 7 - Média do IQVU (2013) por Região Urbana de Campo Grande.....90
Figura 8 - Indicadores segundo a natureza do ente indicado.....92
Figura 9 - IQVU de Campo Grande, referente ao ano de 2000.....96
Figura 10 - IQVU de Campo Grande, referente ao ano de 2010.....99
Figura 11 – (A) População negra, Aldeias Urbanas e os 10% mais ricos em Campo Grande-MS. (B) Locais com 1% de empregos acessíveis, por caminhada, em 30 min, em Campo Grande-MS. 122
Figura 12 - Resultado da enquete realizada pelo jornal Campo Grande News.....144
Figura 13 - Placas exibidas por imigrantes venezuelanos em semáforos de Campo Grande 146
Figura 14 – Mapa dos principais lugares para quais se vincula a qualidade vida ...151
Figura 15 - Diagrama da síntese da relação em diferenciação e desigualdade socioespacial apresentada.....159
Figura 16 - IQVU de Campo Grande, referente ao ano de 2000, pela PLANURB ..183
Figura 17 - IQVU de Campo Grande, referente ao ano de 2010, pela PLANURB ..184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dimensões e indicadores do IQVU de Campo Grande 88
Tabela 2 - Comparação entre diferentes indicadores sociais intraurbanos 102
Tabela 3 - Material jornalístico e publicitário sobre o IQVU e qualidade de vida, de Campo Grande, de 2009 a 2023.....130
Tabela 4 - Ranqueamentos diversos, de bairros de Campo Grande.....149

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
IBGE	Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITDP	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande
SISGRAN	Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande
TDGD	Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual
TMD	Teoria Marxista da Dependência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO 25

1.1 A Teoria do Desenvolvimento (Geográfico) Desigual 28

1.2 A Teoria Marxista da Dependência 42

1.3 Cotejando a TDGD e TMD: notas (não) conclusivas 54

2 ESPAÇO URBANO: PRESSUPOSTO E PRODUTO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL 57

2.1 O adjetivo socioespacial 57

2.2 A relação entre diferenciação e desigualdade socioespacial e o urbano 60

2.3 Práticas, processos socioespaciais e os agentes sociais 68

3 INDICADORES SOCIAIS: O ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA URBANA EM ANÁLISE 72

3.1 A qualidade de vida e sua mensuração 77

3.2 O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Campo Grande 83

4 AS IMAGENS DE CIDADE: A QUALIDADE DE VIDA, OS ÍNDICES E OS RANKINGS 109

4.1 A produção de imagens com o objetivo de venda das cidades 113

4.2 A apropriação da qualidade de vida, por meio do IQVU 128

CONSIDERAÇÕES FINAIS 161

REFERÊNCIAS 170

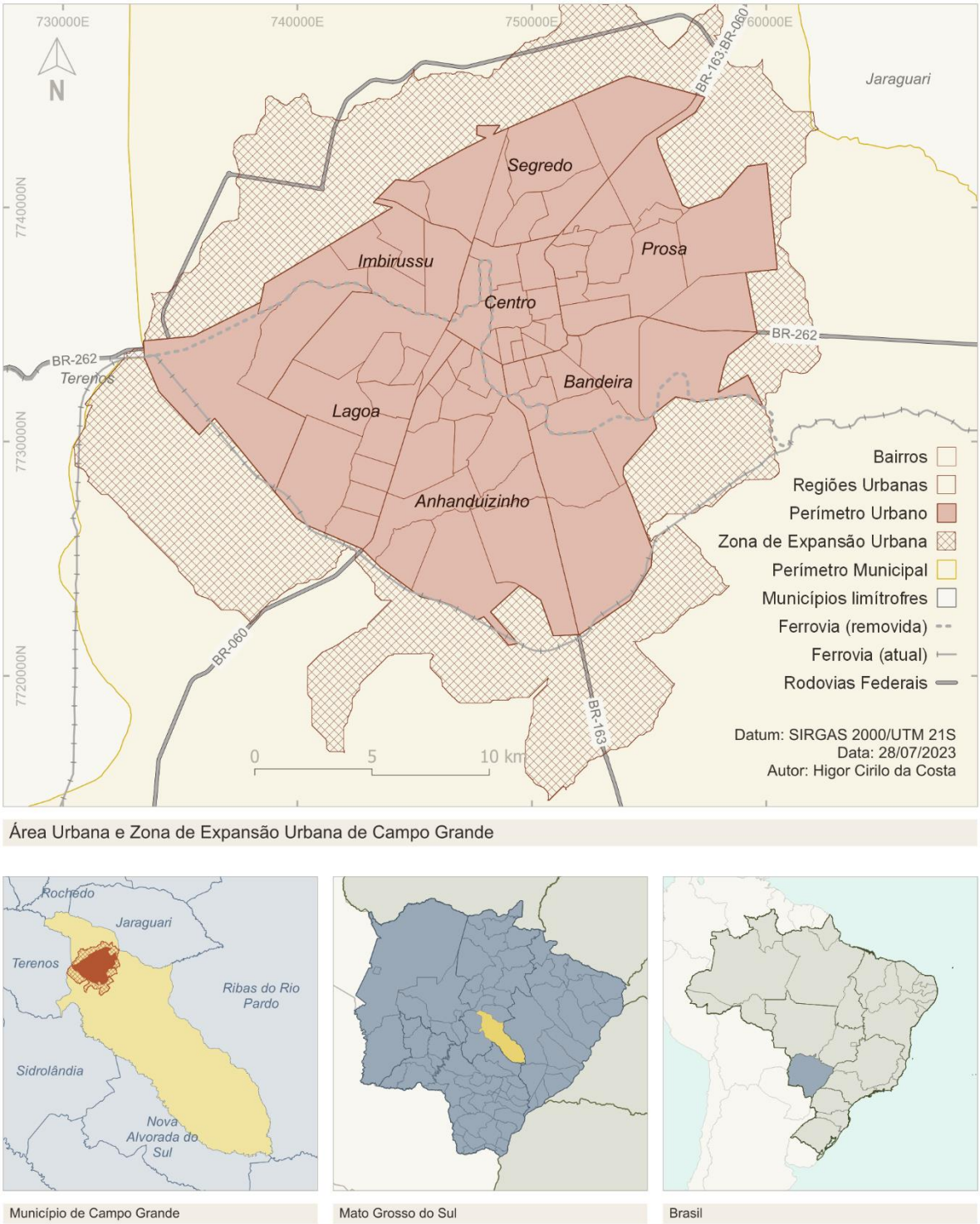
ANEXO A - MAPAS DO IQVU PRODUZIDOS PELA PLANURB 183

INTRODUÇÃO

A cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso Sul, Região Centro-Oeste do Brasil, está localizada no centro do estado, próximo ao divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Paraná e Rio Paraguai (PLANURB, 2023). Fundada no final do século XIX, Campo Grande nasce sob as bases da produção pecuária, que ao longo do século XX foi sendo cada vez mais destinada à cidade de São Paulo, na esteira do seu processo de industrialização e facilitada pela inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, que ligava Corumbá (MS) ao Porto de Santos (SP), sendo que Campo Grande ocupa uma localização privilegiada nesta ferrovia (Oliveira Neto, 2005; PLANURB, 2023).

Ao passo que se expandia a fronteira agrícola, nos anos 1950/60 e criou-se o Estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, a cidade passou por um intenso processo de crescimento demográfico e de espraiamento do tecido urbano para todas as direções geográficas, facilitado pelo relevo local suavemente ondulado, que legaram uma cidade espacialmente dispersa, com muitos vazios urbanos e com profundas disparidades entre bairros (Ebner, 1999; Observatório de Arquitetura e Urbanismo, 2016). A Figura 1 apresenta o perímetro urbano de Campo Grande vigente, a Zona de Expansão Urbana, que foi instituída pelo Plano Diretor Desenvolvimento Urbano Ambiental – Lei Municipal n. 341/2018 (Campo Grande, 2018) e parte das infraestruturas de transporte que compuseram ou foram instaladas ao longo do processo de expansão da cidade.

Figura 1 - Mapa com a localização de Campo Grande (MS)



Obs.: O traçado da ferrovia apontada como removida refere-se ao traçado original. O trecho urbano da ferrovia foi removido há poucos anos, com a construção do contorno ferroviário. Os trilhos foram retirados da área central em 2004. A camada “Ferrovia (atual)”, inclui o contorno ferroviário.

Fonte: IBGE (2021), OpenStreetMap (2022) e SISGRAN (2023). Elaboração própria.

Atualmente, a cidade de Campo Grande tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)[2] alto (0,784)[3], mas internamente é marcada por fortes desigualdades socioespaciais. Em linhas gerais, os bairros mais centralizados possuem infraestrutura urbana completa, altos valores de renda *per capita*, fácil acesso a comércio e serviços, desaguando em bons resultados nos indicadores sociais. Os bairros periféricos (com exceções) são marcados por uma urbanização precária, com infraestrutura urbana ausente ou deficitária, baixos valores de renda *per capita* e, com severos problemas no acesso à comércio e serviços, resultando em péssimos resultados nos indicadores sociais. São nos bairros periféricos também que se concentra a maior parte da população negra e indígena. A exceção fica com os condomínios horizontais fechados, de alto padrão, que passaram a ocupar, nos últimos 18 anos, parte dos bairros Maria Aparecida Pedrossian (Região Urbana do Bandeira) e Novos Estados (Região Urbana do Prosa). Fica evidente, portanto, que mesmo apresentando um índice social alto, como o IDHM, as desigualdades se fazem presentes e são bem demarcadas em Campo Grande.

As desigualdades socioespaciais não são um elemento novo na Geografia, tendo sido analisadas em diversos contextos, entretanto, este é um problema recorrente, que não foi superado pelas políticas públicas recentes. As desigualdades socioespaciais se acentuam com o neoliberalismo, que dentre outros elementos, propõe a redução do Estado na formulação e implementação de políticas sociais, reduzindo ou eliminando as políticas sociais universalistas em favor de políticas focalizadas. Há indicativos, ainda, que com a pandemia da Covid-19[4] estas desigualdades tenham se acentuado, explicitadas pelo aumento da concentração de renda (Kliass, 2021).

Assim, o que se visualiza é um acirramento da produção das desigualdades socioespaciais, desembocando em uma sociedade e cidades cada vez mais fraturadas. Nesses marcos é preciso avançar na compreensão das desigualdades

[2] O IDHM é composto por três indicadores do desenvolvimento humano, a longevidade, educação e renda. Os IDHM brasileiro, contempla os três indicadores, mas é ajustado para utilizar-se de dados disponibilizados sobre os municípios brasileiros

[3] O IDHM é considerado muito alto, pelos seus formuladores, na faixa de 0,800 – 1,000, alto na faixa de 0,700 a 0,799, médio na faixa de 0,600 a 0,699, baixo na faixa 0,500 a 0,599 e muito baixo na faixa 0,000 a 0,499.

[4] A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a doença causada pelo SARS-CoV-2 como uma pandemia em 11 de março de 2020. Pouco mais de 3 anos depois, em 5 de maio de 2023, o OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) para a Covid-19, o que não significa que a doença deixou de ser uma ameaça global.

socioespaciais, buscando captar as estratégias que permeiam a sua produção no contexto contemporâneo de uma economia e cidades cada vez mais globalizadas, em que ocorre um aprofundamento de fluxos das mais diversas ordens, dentre eles, da informação.

A cidade conta com dois importantes instrumentos de mensuração das diferenças socioespaciais, índices sociais, que sintetizam um conjunto de variáveis referidas ao espaço intraurbano, o Índice de Exclusão Social de Campo Grande (Sauer; Campêlo, 2005; Sauer; Campêlo; Capille, 2012) e o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) de Campo Grande (PLANURB, 2008, 2013).

O IQVU de Campo Grande é produzido e publicizado pela Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), órgão que tem a finalidade de formular e revisar as políticas urbanas, dentre elas, o Plano Diretor, sendo que atualmente, está vigente o PDDUA – Lei Complementar n. 341/2018.

Este trabalho, então, versa sobre a produção do espaço na periferia do capitalismo, compreensão que guia também nossa concepção acerca da produção, uso e apropriação de indicadores sociais, o que nos leva a analisar a produção de imagens de cidade a partir deles. As desigualdades socioespaciais em Campo Grande (MS) são abordadas nesse trabalho, a partir da compreensão de sua produção, em que o embasamento será realizado pela Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual (TDGD) e da Teoria Marxista da Dependência (TMD), cujo centro de análise é o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) de Campo Grande, que é escrutinado para além de seus resultados, mirando, de um lado, nos conceitos, métricas e aglutinações que embasam a sua produção, e de outro, na apropriação dele e os resultados disso decorridos.

Como o IQVU de Campo Grande possui edições calculadas com base nos Censos Demográficos de 2000 e de 2010, o recorte temporal será de 2000 a 2021.

A partir do exposto, é preciso que se questione, como é produzida a desigualdade socioespacial em Campo Grande, partindo-se da análise do IQVU? O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Campo Grande faz frente a essas desigualdades, utilizando o IQVU como ferramenta? Sendo produzido e publicizado pelo governo municipal, quem faz uso e se apropria do IQVU e quais os resultados dessa apropriação?

Sugere-se, de início, que a desigualdade socioespacial é decorrente do processo de produção do espaço e esta, por sua vez, é condição necessária para a

reprodução do sistema capitalista, de tal forma que esse índice social explicita essa condição de diferenciação, e sua utilização para a produção de imagens de cidade é um dos processos de produção da desigualdade socioespacial.

Aventa-se que o PDDUA não se apropria do IQVU, e que ele não seria apenas uma ferramenta de mensuração de diferenças socioespaciais, mas, tal como todo indicador social de interesse programático, seria um instrumento na orientação das políticas públicas.

Outrossim, sugere-se que o IQVU é apropriado por agentes sociais do mercado imobiliário, principalmente, como forma de diferenciação do espaço urbano, produzindo-se imagens de bairros que deteriam qualidade de vida, úteis para o processo de venda da cidade e valorização imobiliária, por meio da produção de imagens-marca da cidade.

Outra hipótese é de que a instituição de planejamento do espaço urbano de Campo Grande produz um importante instrumento de acompanhamento e intervenção na realidade social, mas não o consideraria na elaboração de políticas públicas para a cidade, de modo que ao não fazê-lo colaboraria com a (re)produção das desigualdades socioespaciais. Isso porque, ao mensurar e comparar aspectos da realidade intraurbana (ou interbairros) sem que o horizonte seja o de reversão das desigualdades socioespaciais, o índice funcionaria mais como um elemento de valorização imobiliária daqueles bairros que chegaram primeiro na corrida[5] por qualidade de vida.

O objetivo desta dissertação é compreender a produção das desigualdades socioespaciais de Campo Grande, a partir da análise do Índice de Qualidade Vida Urbana (IQVU) de Campo Grande, tendo como balizadores a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual e a Teoria Marxista da Dependência. Para a consecução desse objetivo, adota-se os seguintes objetivos específicos: conceituar a teoria do desenvolvimento geográfico desigual estabelecendo uma relação com a Teoria Marxista da Dependência na busca de uma compreensão sobre desigualdade socioespacial; interpretar o IQVU sobre o espaço intraurbano de Campo Grande, relacionando-o às desigualdades socioespaciais e; compreender se há correlação entre as informações produzidas pelo índice social e as determinações contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA).

[5] A referência aqui é ao termo “ranking” é que utilizado nas publicações das duas edições do IQVU de Campo Grande,

A operacionalização desses objetivos é feita por meio de procedimentos metodológicos que buscam enquadrar o objeto da pesquisa através dos processos que o constituem. Ainda que seja privilegiado um recorte territorial da área urbana de Campo Grande, não se ignora que esta mantém relações com outros territórios e escalas, tal como o primeiro objetivo específico busca dar conta.

A metodologia, então, é dividida em quatro etapas, cada uma das quais com suas técnicas de pesquisa específicas. As etapas não se constituem em processos separados, são interligados, sequenciais, em dado momento, ou paralelos, em outros.

Na primeira etapa, para conceituar a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual e a Teoria Marxista da Dependência, na direção de delinear uma compreensão sobre desigualdades socioespaciais, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, um processo de documentação indireta, com fontes de dados secundárias, disponibilizados publicamente. As disciplinas realizadas durante a execução do projeto de pesquisa possibilitaram, também, importantes referenciais bibliográficos e aportes teóricos a este trabalho. Procedeu-se um levantamento bibliográfico, com identificação, localização e compilação de materiais, e na sequência realizou-se a leitura, fichamento, análise e intepretação do material consultado. Todo esse processo se fez necessário para elaborar uma revisão do marco teórico trabalho, que se apresenta sobretudo nas Seções 1 e 2.

Numa segunda etapa, para a interpretação do índice social escolhido, adotou-se primeiro uma pesquisa bibliográfica, semelhante àquela realizada na etapa anterior, mas agora abarcando o marco teórico, no Brasil, acerca da produção, uso e apropriação dos indicadores sociais, de modo geral e; de modo específico, as duas publicações que deram publicidade ao IQVU de Campo Grande. Esses processos nos foram úteis para compreender este índice social muito para além dos seus resultados, investigando seus pressupostos e propriedades.

Na terceira etapa, buscando constatar se haveria correlação entre as informações oriundas do índice social em questão e as diretrizes e objetivos contidas no PDDUA, realizou-se uma pesquisa documental, com documentação indireta, com foco nas legislações urbanísticas de Campo Grande, de início, mas depois estendidas à leis orçamentárias posteriores à publicação da primeira edição do IQVU de Campo Grande (que ocorreu em 2008), restringindo-se aos documentos que estão disponíveis publicamente seja no portal *online* da Câmara de Vereadores de Campo Grande ou no Diário Oficial de Campo Grande (DIOGRANDE). Procedeu-se um

levantamento documental (identificação, localização e compilação), leitura, fichamento, análise e intepretação destas informações. Essa etapa foi fundamental para compreender qual a posição ocupada pelo IQVU de Campo Grande, do ponto de vista de seu uso (aplicação), por parte da própria instituição que o produziu. Essa compreensão, por outro lado nos abre um questionamento de como se dá o uso e apropriação desse índice social por outros agentes sociais e seu papel na produção do espaço urbano de Campo Grande.

Na quarta e última etapa, foi realizado um levantamento de materiais jornalísticos e publicitários que mencionam o IQVU de Campo Grande ou a noção que esse índice busca operacionalizar, a qualidade de vida. Procedeu-se um levantamento documental (identificação, localização, compilação e armazenamento), leitura, análise e classificação desse material. Esse procedimento tornou-se fundamental para compreender como se dá o uso do IQVU e da qualidade de vida em Campo Grande, por diversos agentes e para além das políticas públicas sobre a cidade.

Tendo delineado os aspectos mais gerais da metodologia empregada no trabalho, buscaremos, na sequência, realizar uma breve exposição das seções que compõem essa dissertação. Em linhas gerais, a divisão em seções reflete as etapas da pesquisa, anteriormente exposta. Enquanto a primeira etapa desdobrou-se na primeira e segunda seção, a segunda etapa desdobrou-se na redação da terceira seção. Já a terceira etapa, de início, foi exposta ao longo da terceira seção, tendo em vista que os resultados da pesquisa apontaram para usos bastante limitados do IQVU de Campo Grande na legislação urbanística de Campo Grande. Por outro lado, as questões que esses resultados proporcionaram, instaram a consecução da quarta etapa da pesquisa, que foi desdobrada na quarta seção deste trabalho.

A primeira seção desta dissertação teve por objetivo friccionar a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual (TDGD) e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), duas teorias que a despeito de suas bases em Karl Marx e Vladimir Lenin, foram desenvolvidas temporal e espacialmente separadas. Ainda que a abordagem de ambas as teorias ao longo da seção tenha partido de aspectos mais gerais, buscou-se, aos poucos, delinear elementos mais propriamente urbanos, da produção do espaço dependente.

Há uma convergência entre ambas as teorias de que a diferenciação socioespacial, no nível global ocorre por conta da divisão internacional do trabalho, ainda que sejam descritas de maneira diferente entre a TDGD e a TMD. As duas

teorias fazem uma leitura da lei do valor de Marx e da tendência ao nivelamento da taxa de lucro, porém a TMD identifica que a dialética negativa desta lei é que dá o tom às trocas entre os países dependentes e centrais. Há uma convergência sobre o papel que o Estado cumpre de sustentação do modo de produção capitalista e a TMD ainda destaca elementos diferenciadores do Estado latino-americano. A conjugação da teoria oscilatória do desenvolvimento desigual, elaborada nos marcos da TDGD e a compreensão dos efeitos da superexploração da força de trabalho, elaborada pela TMD, tem a possibilidade de fornecer-nos ferramentas para compreender a produção diferenciada e desigual do espaço urbano, o que será investigado.

Já na segunda seção, busca-se enquadrar mais detidamente o espaço urbano, entendido como pressuposto para a reprodução do capital, ao mesmo tempo que o ambiente construído e as relações sociais que o constituem são produtos desse processo de reprodução do capital. Esse enquadramento aponta para relação dialética entre diferenciação e desigualdade socioespacial, que são concreta e cotidianamente produzidas, por meio de práticas e processos socioespaciais, levadas a cabo por agente sociais específicos. A diferenciação socioespacial seria produzida cotidianamente pela humanidade, mesmo antes do capitalismo, já a desigualdade socioespacial, seria seu lado cruel, para partirmos da compreensão de Corrêa (2022).

Busca-se demonstrar, nesta seção, que a desigualdade socioespacial no espaço urbano poderia ser compreendida como uma resultante da superexploração da força de trabalho, que além dos efeitos na reprodução da vida destes trabalhadores, se assentaria na apropriação pelos agentes do mercado, do trabalho empregado na produção social da cidade. Por outro lado, a cisão dos ciclos de capitais, nos marcos da TMD, evidencia diferentes possibilidades de acesso à cidade, que é asseverado pela transformação da cidade em uma mercadoria, comerciada através de suas imagens.

A terceira seção aborda, de início e brevemente, uma discussão teórica acerca dos indicadores sociais, para que na sequência, coloque-se em tela algumas compreensões acerca da qualidade de vida urbana, sobretudo no que tange a sua mensuração. Essa é a noção que o IQVU de Campo Grande busca operacionalizar para aplicação em políticas públicas. Esse índice, assim, é analisado no que tange às suas características e propriedades, delineando, desta forma, algumas limitações e possibilidades desta ferramenta. Ainda, busca-se traçar um paralelo da experiência da mensuração da qualidade de vida em Campo Grande com outras cidades.

Os indicadores sociais referidos a um determinado espaço (o urbano, no caso deste trabalho) são compreendidos como objetos técnicos, que não só compõem uma representação do espaço (a partir das práticas de coleta, disseminação e produção de estatísticas públicas realizadas pelo Estado), mas também compõem o espaço de representação (sendo os indicadores sociais importantes guias para a ação). Este é o espaço efetivamente produzido pelos técnicos e planejadores, que é produzido também pelo Estado, mas não só. Os indicadores sociais, são então, representações das diferenciações no espaço, ao passo que são instrumentos no mesmo processo de produção desse espaço.

Se a princípio os indicadores sociais são elaborados para orientar a ação do Estado para garantir o bem-estar da população, a sua não aplicação no ciclo de políticas públicas deixa questões em aberto: em quais práticas e processos socioespaciais os indicadores sociais estão inseridos? E quais agentes sociais se apropriam efetivamente deles? Uma hipótese desenvolvida nesta seção é que o IQVU de Campo Grande, considerando-se suas finalidades programáticas, se realizaria apenas como um elemento classificador dos diferentes bairros da cidade, e que pouco seria utilizado como instrumento de planejamento urbano. Nesse caso, questiona-se a função finalística desse índice social, que retrataria, por certo, um espaço urbano desigual, mas elaboraria uma definição própria de qualidade vida, fruto da tomada de decisões feitas na sua elaboração. Haveria uma redução da qualidade de vida a dimensões mínimas e sua instrumentalização como uma bússola (guia) que direciona os agentes sociais do mercado sobre o espaço urbano, que se valem de imagens de cidade para se reproduzirem.

A produção de imagens da cidade a partir do IQVU, em particular, e da qualidade de vida, em geral, são abordados na quarta seção. A qualidade de vida, nesse cenário, é utilizada como um atributo, uma marca da cidade, sendo apresentada como fruto ou objetivo da ação de determinados agentes sociais. Ademais, a qualidade de vida é utilizada como um elemento diferenciador do espaço, erigida discursivamente (valendo-se de indicadores sociais ou não). Se nas primeiras seções (1 e 2) será buscado apontar as determinações da produção das desigualdades socioespaciais, oriundas de escalas mais elevadas, compreendidas a partir da TDGD e da TMD, na Seção 4 será buscado evidenciar como essas determinações se articulam a elementos do espaço urbano e intraurbano, a partir de práticas e processos socioespaciais ocorridos no chão da cidade. Sugere-se que atores políticos

vinculados ao Estado utilizam da qualidade vida para justificar a intervenção dele no espaço urbano, bem como outros agentes, tais como agências multilaterais, empresas de consultoria urbana, o capital financeiro-imobiliário.

No enquadramento que se busca apresentar sobre a diferenciação socioespacial e a produção das desigualdades socioespaciais, os indicadores sociais, bem como as imagens de cidade que deles se erigem, são forças constituintes da realidade urbana. Esta, assenta-se sobre as relações de dependência, na qual os países latino-americanos estão envolvidos e é a partir dessa realidade as cidades desta região participam do competitivo mercado mundial de cidades

Nota-se uma sintonia entre a qualidade de vida, enquanto qualificador do espaço, e os processos de valorização imobiliária. A qualidade de vida que é mensurada por indicadores sociais e afirmada pelo discurso, que se vale por vezes, de métricas, é cunhada como uma imagem-marca da cidade. Imagem essa que é funcional para os agentes que se beneficiam da competição entre cidades e ancora processos contemporâneos de reprodução do capital.

1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
[...]
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um império colonial!

Fado Tropical, Chico Buarque e Ruy Guerra

Chico Buarque, cantor, compositor, dramaturgo e escritor brasileiro, e Ruy Guerra, cineasta, poeta e dramaturgo luso-brasileiro, nascido em Moçambique, nos abrem uma janela para espiar parte do ideário que compreendia da "europeização" dos trópicos. A canção traz logo de início uma crítica ao colonialismo português, que por cinco séculos dominou territórios em todo o globo, dentre eles o Brasil e Moçambique.

O pano de fundo desta composição eram os regimes ditatoriais fascistas que governavam Brasil e Portugal, naquele ano de 1973. Se a Revolução dos Cravos pôs fim ao regime salazarista (1933-1974) no ano seguinte, a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) apenas deixaria o poder mais de 10 anos depois.

Findada a dominação portuguesa no Brasil, no século XIX, sob uma aparente soberania nacional, manteve-se a subordinação dos interesses nacionais ao Império Britânico. O período das guerras mundiais do século XX alterou toda a geopolítica do mundo, de tal forma, que no nascimento da Brasília, em 1960, a situação era outra. O Regime Militar, iniciado quatro anos depois da transferência do poder para o Planalto Brasileiro, garantiu e selou a subordinação de Brasília à Washington. Este não é o início da dependência, mas é apenas um marco em que o Império Estadunidense instaura regimes biônicos em grande parte do subcontinente sul-americano, tendo o Brasil como seu "escritório" regional, que inspirou e amparou a instalação de inúmeras outras ditaduras ao sul do equador.

É nesta atmosfera que no final dos anos 1960, como exilados políticos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, entre outros, encampam o que viria a ser chamada de Teoria Marxista da Dependência (TMD), para diferenciarem-se de outras teorias da dependência, tal como aquela desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que não abordaremos neste

trabalho. A iniciativa dos pesquisados brasileiros é basilar para desmontar qualquer ideia de que tanto o Brasil como todos os outros países da América Latina eram de fato independentes, ainda que formalmente o fossem. O verso escrito por Buarque e Guerra, nos marcos da TMD, indicam para algo que é parcialmente verdadeiro: o caráter (sub)imperialista brasileiro. Parcialmente, pois a despeito do brado difundido nos quartéis, “Brasil acima de tudo”, o país funcionava como um representante direto das burguesias imperialistas, tendo exercido um papel de direção regional. Talvez seja exatamente esse o ideal do país sobre o qual Buarque cantava em 1973.

A TMD visa compreender os padrões específicos do desenvolvimento capitalista nos países dependentes e este pode ser entendido como a subordinação de nações formalmente independentes aos centros de poder do mercado mundial, localizados nos países centrais do capitalismo. Esta abordagem identifica nas características que essas nações adquiriram, mecanismos que são fundamentais para a reprodução capitalista, em caráter global. Assim, a dependência antes de ser um sintoma nessas formações socioespaciais, são parte da estrutura do modo de produção capitalista.

Mesmo que ainda no século XIX, Karl Marx e Friedrich Engels tivessem apontado que a burguesia “cria um mundo à sua imagem e semelhança”, seria Vladimir Lenin que caracterizaria o desenvolvimento do capitalismo como desigual, que passaria a ser um dos fundamentos da TMD.

Para David Harvey (2005, 2011, 2021) e Neil Smith (1988), o padrão do espaço produzido pelo capitalismo é derivado do desenvolvimento desigual e na busca da compreensão dessa geografia que esses autores elaboraram a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual[6] (TDGD), que tem a capacidade de desvelar processos e formas decorrentes dos impactos espaciais da acumulação capitalista.

Para Smith (1988) as tendências contraditórias de diferenciação e igualização determinam a produção capitalista do espaço, inscrevendo-a na paisagem. É preciso, pois, compreender essa dialética e seus rebatimentos. O desenvolvimento desigual não é mero produto da acumulação capitalista, ele é também um de seus pressupostos, formando um mosaico geográfico, que é também explorado nos processos de “vaivém” do capital.

[6] A qual nos referiremos, por vezes, pelo seu acrônimo em língua portuguesa, TDGD.

O padrão de desenvolvimento geográfico desigual, articula legados histórico-geográficos e forças que ocorrem no tempo presente. A obra de Harvey sobre a TDGD é extensa, e em **Espaços de Esperança**, o autor aponta para dois componentes fundamentais dessa teoria, a produção de escalas geográficas e produção da diferença geográfica (Harvey, 2011). Mais recentemente, o autor busca enquadrá-la como uma teoria de campos, que deve ser simples o suficiente para ser compreendida e complexa o suficiente para abarcar as matizes e particularidades que a envolvem (Harvey, 2021). Nesse sentido, o autor indica a necessidade de compreensão de quatro condições: a inserção material no tecido da vida socioecológica dos processos de acumulação de capital; a acumulação por despossessão; o caráter de "lei econômica" da acumulação de capital no espaço e no tempo e; as lutas políticas, sociais e de classe em uma multiplicidade de escalas geográficas (Harvey, 2021).

Assim, busca-se a clivagem entre a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual e a Teoria Marxista da Dependência, na expectativa de encontrar conceitos comuns, continuidades e, também, as rupturas entre elas. Tal comparação torna-se mais simples ao compreender que ambas as teorias partilham de um referencial teórico marxiano e marxista comum, tendo centralidade a ideia de desenvolvimento desigual, elaborada por Vladmir Lenin.

A fricção entre as duas teorias se faz necessária para compreender a produção das desigualdades socioespaciais nas escalas mais amplas do espaço, para que na última seção (4), possamos apresentar como esse processo se particulariza no espaço urbano, mais especificamente, no de Campo Grande (MS). Noutros termos, a análise da apropriação do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) pode demonstrar como a produção das desigualdades socioespaciais embutida nessa apropriação é capaz de atravessar diversas escalas ou mesmo saltá-las, sem que com isso, negue as determinações mais elevadas do modo de produção capitalista.

A atual seção inicia-se com a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, expondo seus principais elementos, para que possamos, na sequência, expor as principais categorias elaboradas dentro da Teoria Marxista da Dependência. Num terceiro momento, busca-se apresentar uma síntese com aproximações e divergências entre ambas, o que funciona como matéria prima para as próximas seções desse trabalho.

1.1 A Teoria do Desenvolvimento (Geográfico) Desigual

A Teoria do Desenvolvimento Desigual, como exposta por Smith (1988), tem raízes na compreensão da Teoria do Imperialismo, sobretudo no desenvolvimento realizado por Vladmir Lenin[7] [8]. Segundo Smith (1988), Lenin foi capaz de perceber as implicações geográficas do imperialismo e do desenvolvimento capitalista, em geral e,

> Seu tratamento do imperialismo é explicitamente geográfico e insistiu que, embora o globo já esteja dividido entre Nações e trustes associados do mundo, ainda **as nações "atrasadas" servem de lucrativos locais de destino para a exportação do capital.** Como Marx e Luxemburgo[9], Lenin então equipara a geografia do imperialismo à sobrevivência do capitalismo, mais precisamente porque enxerga as raízes da diferenciação geográfica no próprio capital, não identifica imediatamente o processo do capital à eliminação de tais diferenças (Smith, 1988, p. 145, grifo nosso).

Não há ilusões de que o desenvolvimento capitalista seja capaz de suprimir as diferenças geográficas[10], muito pelo contrário, é a partir dessas diferenças que o capitalismo sobrevive em momentos críticos, como exposto mais adiante. Para Lenin, então, o imperialismo faria crescer, e não diminuir, a diferença entre nações "atrasadas"[11] e "avançadas".

É na Teoria do Imperialismo, de Lenin, que Smith (1988) observa as tendências à igualização e à diferenciação. Para o autor, essas tendências contraditórias determinam o modo de produção capitalista, nascem no seu âmago e causam resultados na sua paisagem. O padrão resultante é o do desenvolvimento desigual.

---

[7] LENIN, Vladmir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad.: José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Originalmente publicado em 1899.

[8] LENIN, Vladmir Ilitch. **O imperialismo:** etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. (Navegando Publicações).

[9] Rosa Luxemburgo (1871-1919).

[10] Por hora, nos limitaremos a reproduzir a adjetivação de diferença/diferenciação adotadas pelos autores em questão, para na seção 2, defendermos a centralidade do termo diferença/diferenciação socioespacial.

[11] Autores clássicos do marxismo, como Lenin e Leon Trotsky utilizam a nomenclatura de países atrasados em oposição aos países avançados, ainda que discordemos do termo, concordamos com o sentido da ideia. Os autores da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual e da Teoria Marxista da Dependência procederam em atualizações dos termos. Assim, manteremos as nomenclaturas indicadas por cada autor.

É preciso reconhecer que o revolucionário Leon Trotsky[12] [13], notou padrões semelhantes na Rússia, no início do século XX, a partir do qual ele desenvolveu a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Smith (1988) não diverge das formulações de Trotsky, mas afirma que nelas é dado um tratamento mais político ao desenvolvimento desigual e o que Smith (1988) busca é um tratamento mais econômico.

É preciso esclarecer que o tipo de desenvolvimento desigual ao qual Smith (1988) faz referência, é aquele especificamente capitalista. A compreensão da desigualdade, sob o capitalismo, numa perspectiva histórica é útil para colaborar com o desmonte da ideia de que as relações sociais e o próprio desenvolvimento desigual sob o modo de produção capitalista são naturais, a-históricas ou mesmo permanentes. Traremos, na Seção 2, a ponderação de Roberto Lobato Corrêa (2007, 2022) de que a diferenciação socioespacial é algo anterior ao capitalismo, mas sob este modo de produção, a diferenciação é tornada desigualdade.

É a partir da divisão do trabalho que se busca dar um enquadramento para a diferenciação socioespacial. Esta deve ser compreendida como a base histórica para a diferenciação espacial e condições de desenvolvimento, de modo que a divisão espacial ou territorial do trabalho está implícita na divisão do trabalho (Smith, 1988). Milton Santos (2020, p. 129) vai na mesma direção ao afirmar que a divisão social do trabalho é o “motor da vida social e da diferenciação espacial”.

Smith (1988) compreende que a divisão do trabalho, historicamente, esteve conectada à diferenciação das condições naturais, isto impactando diretamente na capacidade do lugar em gerar e ter seus excedentes explorados. Já numa economia mais desenvolvida, a apropriação desses excedentes é capturada por uma lógica **puramente social**, de tal forma que diferenças qualitativas na natureza se traduzem em diferenças qualitativas na organização social, nesses marcos, a divisão social do trabalho expressa-se espacialmente.

Segundo o autor, essa forma de abordar o problema foi material base para a Geografia Tradicional, que gerou inúmeros desdobramentos sendo aplicados por diversas correntes da Geografia ao longo dos séculos XIX e XX, e de tal modo que “esse tipo de explicação estava sempre um passo à frente e era aplicado não somente

[12] TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Trad.: E. Huggins. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
[13] TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. Trad.: Oliveira Sá. 2. ed. São Paulo: Kairós, 1985.

à diferenciação econômica entre regiões, mas também à diferenciação política entre as nações" (Smith, 1988, p. 155). O determinismo geográfico ou determinismo ambiental é a expressão que esse tipo de explicação produziu na nascente disciplina geográfica. Mesmo na primeira metade do século XX, sob a alcunha de "diferenciação de áreas" era amplamente adotada pelos geógrafos estadunidenses. A Geografia Comercial britânica discorria que as diferenças entre nações eram consequentes à diferenciação natural da terra (não apenas dos solos). Já nas décadas de 1960 e 1970 a Revolução Quantitativa considerava as condições naturais na determinação da distribuição do comércio e da indústria.

A concepção antinaturalista de Smith converge com o debate que a TMD estabeleceu em meados do século passado, que se contrapunha às visões liberais de que haveria um equilíbrio comercial entre nações desiguais, não apenas historicamente, como também nações que realizavam trocas de produtos de natureza distinta. Ao incorporar parcialmente as críticas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), elaborados por Raul Prebisch e Celso Furtado, a TMD estabelecia uma polarização com a Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo. Este discorria que as diferenças econômicas entre nações tinham como embasamento as "vocações naturais" de cada país. Nesses marcos, a predominância do setor agrário nos países do capitalismo dependente era justificada pela disponibilidade de solos férteis, clima favorável, relevo, entre outros. A divisão do trabalho, nesses marcos, seria justificada pela diferenciação natural da terra.

Já Santos (2020) recorre à ideia de diversificação da natureza para pontuar os processos por meio dos quais, no mundo natural, ocorrem trocas entre seus elementos, num movimento perpétuo e, esse "é o seu processo de interação, num mesmo movimento, que cria e recria o espaço e o tempo" (Santos, M., 2020, p. 130). A interação entre ambos, é ilustrada nesta passagem:

> Ao papel que, no mundo natural, é representado pela diversificação da natureza, propomos comparar o papel que, no mundo histórico, é representado pela divisão do trabalho. Esta, movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Assim, o mundo humano se renova e diversifica, isto é reencontra sua identidade e sua unidade enquanto seus aspectos se tornam outros (Santos, M., 2020, p. 131).

Assim, Santos (2020) compreende que há mudanças qualitativas no processo de diversificação da natureza à medida que o homem atribui valor às coisas, inserindo

um dado social. Quando o homem ainda não era dotado de “próteses” que aumentassem o seu poder transformador e de mobilidade, ele tinha uma capacidade e ação criativas, mas ainda estava subordinado. Num outro momento, com as invenções técnicas amplia-se o seu poder e sua autonomia relativa e, dessa forma, ele vai ampliando parte da diversificação da natureza, que passa a ser socialmente construída.

Ainda que não se negue o papel das condições geológicas, geomorfológicas, climatológicas e edáficas no estabelecimento de circuitos produtivos, a determinação das atividades produtivas tem outros elementos como decisivos. Para Smith (1988, p. 157) “com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais”.

A incorporação do cerrado brasileiro às cadeias de exportação de produtos primários, não ocorreu somente pelas condições naturais dadas. Existem processos sociais e históricos que converteram a grande maioria do bioma brasileiro em área agrícola.

Para Smith, há dois elementos principais na separação das condições naturais por uma determinação social das localizações, a primeira delas é o desenvolvimento dos meios de transporte, que como dissera Marx, anula o espaço pelo tempo e o segundo, o desenvolvimento geral das forças produtivas, em que matérias-primas são produto de um número crescente de processos de trabalho anteriores.

Santos (2020) elucida a questão, distinguindo que a partir da marcha do capitalismo, sobre a diversificação da natureza, realizada por forças naturais, junta-se outro tipo de diversificação, que também atua em escala global. Se “primeiro, o ‘social’ ficava nos interstícios; hoje é o ‘natural’ que se aloja ou se refugia nos interstícios do social” (Santos, M., 2020, p. 131).

A questão é que

> A divisão territorial do trabalho foi, com efeito, fortemente influenciada pela diferenciação natural da Terra, ou mesmo apoiada nela. Mas com o surgimento do capitalismo, não foi somente a própria sociedade, mas também a relação das sociedades com a natureza que se revolucionou. A divisão territorial libertou-se cada vez mais de suas raízes na natureza, e na medida em que ela sobrevive é apenas mantida por uma nova base material (Smith, 1988, p. 158).

Com isso, a divisão internacional do trabalho é um tipo de processo que tem como resultado a divisão territorial do trabalho e esta pode ser lida como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente. Indo além, os recursos de um país não podem ser vistos fora da totalidade em que estão contidos, pois fora dos lugares, produtos, inovações, populações e dinheiro são meras abstrações e, Santos (2020), afirma que é a formação socioespacial e não o modo de produção que é a categoria adequada para entender a história e o presente de cada país. O modo de produção pode ser compreendido como uma possibilidade de realização, de modo que eles “tornam-se concretos sobre uma base territorial determinada” (Santos, M., 2014, p. 28) e a isso o autor irá denominar de formação socioespacial[14].

Assim, nesse primeiro momento, busca-se fixar a ideia da contínua e ampliada desconexão das atividades produtivas com as condições naturais do lugar, ainda que estas não possam ser completamente apartadas. A reafirmação dessas condições, como sugere Smith (1988), requer uma nova base material. A reconversão do Brasil ao modelo agrário-exportador não pode ser explicada somente pela disponibilidade e fertilidade do solo e outras condições naturais, existem determinações econômicas e políticas que permeiam essa situação.

Dessa forma, é a divisão do trabalho que nos traz a chave para compreender a diferenciação geográfica.

A diferenciação do espaço geográfico é compreendida por Smith (1988) como sinônima à divisão territorial do trabalho e, essa emana da divisão social do trabalho. Para Santos (2020), a divisão territorial do trabalho hierarquiza os lugares, de acordo com a sua distribuição espacial, e a partir disso, define e redefine a agência de pessoas, firmas e instituições. Desta forma, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de receber muitos outros e esse processo é “desigual e combinado”, assim “cada lugar, cada subespaço, assiste como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho” (Santos, M., 2020, p. 136). Para o autor, cada divisão do trabalho cria o seu tempo próprio, que difere do anterior, e o tempo da divisão do trabalho, visto de maneira genérica, seria “o modo de produção”.

[14] Milton Santos compreende que não seria possível uma formação social apartada do espaço, isso porque não existe uma sociedade a-espacial, muito menos uma "sociedade em geral", o que existem são sociedades historicamente determinadas (Santos, M., 2014, 2021). Assim, nos referiremos sempre à formação socioespacial no lugar de usarmos "formação social" ou "formação econômico-social", para imprimir a imbricação entre espaço e sociedade.

Retomaremos essa questão, para discorrer como as desigualdades estruturais podem ser melhor discutidas a partir da noção de deterioração dos termos de troca, uma categoria elaborada pela CEPAL e absorvida parcialmente por Marini (2000) para elaborar a categoria de transferência de valor, que joga por terra, qualquer explicação naturalista da desigualdade entre lugares.

Segundo Smith (1988), Marx compreende três tipos de divisão social do trabalho: divisão geral do trabalho, divisão do trabalho em particular e a divisão específica do trabalho. Para o autor, essas divisões não são meramente questões de escala, nem mesmo uma questão filosófica, mas tratam-se de um produto da forma capitalista de industrialização.

Assim, para Marx, segundo o autor, não somente a divisão do trabalho seria a causa da diferenciação social, mas a divisão de capital, incluindo a distinção entre diversos capitais individuais. Nesses marcos, o autor propõe a divisão do capital em departamentos, setores e em unidades individuais. Isso pode ser útil para compreender quatro escalas da divisão nos quais ocorre a diferenciação social que o autor propõe (Smith, 1988, p. 163):

a) Divisão social geral do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos;
b) Divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores particulares;
c) Divisão do capital social entre diferentes capitais individuais;
d) Divisão específica do trabalho no interior da fábrica.

Essas divisões não têm o mesmo grau de importância na diferenciação geográfica da paisagem e o autor passa a diferenciá-las. Para o autor, a divisão específica do trabalho pouco contribui para a diferenciação social, e quando muito contribui para a diferenciação geográfica na escala intraurbana. Assim, a diferenciação social provocada pela divisão específica do trabalho provocaria uma diferenciação na medida em que envolve o desenvolvimento da divisão particular e geral do trabalho, sendo também uma questão de escala.

A divisão geral do trabalho é o fundamento lógico e histórico para a separação entre campo e cidade e foi fundamental no processo de acumulação primitiva, pois somente despojado de seus próprios meios de subsistência é que o trabalhador se insere na divisão social do trabalho. Essa divisão é, portanto, fundamento e produto da separação campo-cidade, entretanto

> Com a contínua emancipação da produção social dos imperativos naturais, os padrões naturais de diferenciação estão ficando cada vez mais impotentes para determinar a diferenciação espacial dos diferentes departamentos econômicos da produção (Smith, 1988, p. 167).

A divisão entre departamentos não seria suficiente para explicar a divisão do mundo entre centro e periferia (ou outras classificações similares), à medida que os países da periferia do capitalismo não são mais meramente exportadores de matérias-primas.

Ficam duas escalas restantes, a divisão particular do trabalho (em setores) e a divisão em capitais individuais. Sobre a última, “o processo de diferenciação é bastante direto; o capital é concentrado e centralizado em alguns lugares em detrimento de outros” (Smith, 1988, p. 168), No caso do primeiro, essa divisão ocorre de maneira cíclica, com o capital movimentando-se entre os setores, de acordo com a igualização da taxa de lucro, afluindo aos setores com maiores taxas de lucro. Esse processo adquire uma face espacial à medida que muitos dos setores mais atrativos são novos e propiciam expansões e deslocamentos geográficos. Esse não é um processo simples, de tal forma que eles serão mais bem explorados na outra face dessa relação dialética, com as tendências à igualização, num segundo momento.

A distribuição do trabalho vivo no mundo ou no lugar, vista através de seus múltiplos elementos é a divisão territorial do trabalho, mas a divisão atual repousa sobre as divisões de trabalho anteriores, assim “a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas” (Santos, M., 2020, p. 141).

Mosaico geográfico de ambientes é o que David Harvey (2011) chama a sobreposição dos diversos modos de vida socioecológicos, ao longo da geografia histórica da ocupação humana. Este mosaico, é um “palimpsesto”, “composto de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros [...]. Esse mosaico geográfico é uma criação aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas” (Harvey, 2011, p. 111). Para o autor, esse mosaico revela inúmeras diferenças geográficas.

O autor expande então a compreensão da diferenciação geográfica fundada na divisão do trabalho e adiciona aspectos quanto ao modo de vida, usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. Isso não significa

deixar de lado as divisões do trabalho (as do presente e as do passado), mas integrá-las a um conjunto de elementos que tornam os diferentes modos de vida distintivos.

Milton Santos (2020), dá o nome de rugosidades para as formas que ficam do passado, por meio de processos de supressão, acumulação, superposição, que se somam a coisas que se acumulam em todos os lugares. Para o autor, as elas revelam restos de divisões do trabalho já passadas, em qualquer escala. Propomos aqui a visualização das rugosidades como representação da diferenciação geográfica ocorrida no tempo pretérito e se estas ainda são vigentes, é porque foram (e são) reafirmadas por condições do tempo presente e são representadas na divisão do trabalho atual.

Nesse sentido, a diferença geográfica marcada na paisagem do presente, deita raízes em processos precedentes, as vezes anteriores ao próprio modo de produção capitalista. As diferentes formas de combinação dessas diferenças geográficas produziram ao longo da história diferentes formações socioespaciais. Porém, afirmar a existência das rugosidades não elimina as condições atuais de produção das diferenças geográficas, que

> são bem mais do que legado-histórico geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no tempo presente. Tem tanta importância considerar de que modo as diferenças estão sendo produzidas no aqui e no agora quanto tem em recorrer a matérias-primas histórico-geográficas que nos vieram de outros ciclos de atividades (Harvey, 2011, p. 111).

Por certo que a tarefa não é simples, compreender como se articulam as diferenças geográficas existentes no passado com aquelas (re)produzidas no tempo presente.

Passemos à outra chave da dialética diferenciação-igualização, fundamentais para compreender o desenvolvimento geográfico desigual. Neil Smith (1988) pondera que a oposição constante entre as tendências contraditórias para igualização e para diferenciação são os determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual.

A compreensão da tendência para igualização tem raízes nos processos de nivelamento das condições de produção, sob o capitalismo, sobretudo no que se refere à igualdade das condições de exploração de trabalho (Smith, 1988). Em um nível de análise mais restrito, Ruy Mauro Marini (2000) compreende que existem

diferenças significativas nessas condições, que difere os países do capitalismo avançando e os do capitalismo dependente, o que será mais bem explorado na seção 1.2, sobretudo a partir da categoria de análise de superexploração.

Uma expressão dos processos de igualização é a universalização do trabalho abstrato na forma de valor, sendo que o valor de uso e de troca são afetados. Tendo em vista que a acumulação de capital é um processo crescente, inclusive em dimensões geográficas, o nivelamento das condições de produção ocorre também sobre os modos de produção pré-capitalistas. Ou seja, o processo de igualização ocorre também com a inserção de elementos externos ao capitalismo (Smith, 1988). Esse tensionamento, gerado pela dialética da diferenciação e igualização, pode ser lido também como um dos produtores das formações socioespaciais, oriundas da inserção no capitalismo, de elementos pré-capitalistas. A divisão do trabalho é o elemento nivelador mais básico.

Não somente o trabalho é nivelado pelo capital, mas a própria natureza é produzida como um apêndice universal do capital, de tal forma que “a qualidade da natureza é nivelada por baixo nas mãos do capital” (Smith, 1988, p. 171).

Assim, qualquer barreira à expansão capitalista é superada, cujos melhores exemplos são as comunicações e os transportes, que são generalizados geograficamente. Esse processo é então expressão da igualização das condições e níveis de produção.

O autor sintetiza a questão:

> Como a tendência para a diferenciação, **a tendência para a igualização é inerente ao capital**. Ela se expressa mais claramente no mercado mundial e no processo de circulação, porque o ato individual de troca é o de criar uma equivalência social. É na esfera da circulação que se tenta compreender a aniquilação do espaço pelo tempo. Contudo, o que é realizado na circulação geralmente provém da produção, sendo o caso da tendência para a igualização. **A igualização das condições e do nível de produção é tanto produto da universalização do trabalho abstrato como a tendência para a diferenciação** (Smith, 1988, p. 175, grifo nosso)**.**

Assim, ainda que analiticamente as tendências de igualização e de diferenciação possam ser separadas, somente juntas que elas fazem sentido e expressam o que o autor chama de uma **geografia historicamente distinta**. O desenvolvimento desigual do capitalismo ocorre pela combinação padrões específicos de igualização e de diferenciação. A partir da TMD, teremos condições de avaliar, num

nível de análise mais aproximado, como esses padrões de igualização e diferenciação produziram na América Latina um modo específico de funcionamento do capitalismo.

Os processos de diferenciação e de igualização geográficas podem se dar em qualquer uma das escalas e mesmo entre elas, mas o exame mais detalhado de algumas delas nos fornecem indicativos importantes para a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual. Harvey (2011) esboça que os seres humanos organizam sua vida e compreendem o mundo em um conjunto hierarquizado de escalas.

Smith (1988) traça três escalas primárias em que o capital atua: a do espaço urbano, do Estado-nação e a global. Ainda que estas escalas pudessem existir antes do estabelecimento do capitalismo em todo o globo, elas foram transformadas. Isto porque,

> o capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. À medida que a paisagem fica sob o domínio do capital (e se torna cada vez mais funcional para ele [...]), esses padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais (Smith, 1988, p. 196).

As escalas, dessa forma, são condicionadas pelas lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que as condiciona. Compreende-se que as escalas espaciais são produzidas, aqui no tempo presente, ainda que herdem do meio natural, características, dimensões e delimitações. As escalas são produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, de formas de organização dos seres humanos e de lutas políticas (Harvey, 2011). Isso quer dizer que,

> as escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas interrelações (SWYNGEDOUW, 1997, p. 141, apud, HARVEY, 2011, p. 109)[15].

Nesses marcos, o objetivo ao analisar as escalas é entender as **origens**, a **determinação**, a **coerência** e a **diferenciação** dessas, sendo já contidas na estrutura do capital.

A diferenciação geográfica oriunda da centralização de capital é mais forte na escala urbana e essa é uma característica importante dela. Nesse sentido, os limites

[15] SWYNGEDOUW, E. Neither global no local: 'glocalization'and the politics of scale. *In:* COX, K. (Org.). **Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the local**. New York: Guilford, 1997.

geográficos dessa serão definidos pelo mercado de trabalho local e pelos limites ao deslocamento diário. Flávio Villaça (2001) compreende que além do deslocamento diário para o trabalho, o deslocamento para o consumo é elemento definidor da escala urbana, este é um ponto de divergência entre distintas tradições dos estudos urbanos e neste trabalho adotaremos a posição de Smith (1988), compreendendo o trabalho como definidor da escala urbana. Na escala intraurbana é a renda do solo que desempenha um papel fundamental na mediação da diferenciação geográfica (Smith, 1988). A dialética da diferenciação e igualização se fazem presentes nessa escala, de modo que,

> O sistema de renda do solo nivela o espaço urbano na dimensão de valor de troca, mas o faz como um meio de então coordenar e integrar o uso dos espaços individuais dentro do espaço urbano como um todo. A igualização do espaço urbano na estrutura da renda do solo torna-se meio para sua diferenciação (Smith, 1988, p. 200).

No sistema de renda do solo, além do Estado, fazem-se presentes diversos agentes sociais, que possuem interesses e estratégias hora similares, hora conflitantes.

No que tange a utilização da qualidade de vida e dos índices que buscam representá-la, a ser abordada na Seção 4, nota-se uma convergência entre a atuação do capital financeiro-imobiliário e as empresas de consultoria, que, por vezes, também está em sintonia com a atuação do Estado. As cidades que competem e se vendem num mercado mundial, alcançam uma escala própria, produzida para esse fim. Nesse sentido, os agentes que se utilizam das imagens de cidade produzidas para esse comércio, possuam ampla mobilidade, movendo por diferentes escalas.

A escala global pode ser definida pelo próprio mercado mundial, de modo que o eixo da diferenciação geográfica, nessa escala, é a determinação do valor da força trabalho, compreendendo a universalização do assalariamento dos trabalhadores. Algumas características são herdadas da acumulação primitiva, mas são cada vez mais sobrepujadas. Assim, é a divisão internacional do trabalho a chave necessária para compreender a diferenciação nessa escala (Smith, 1988). O autor chega a citar a ideia de desenvolvimento do subdesenvolvimento, de André Gunder Frank[16], como expressão desse processo de diferenciação. Compreende-se que a questão é mais

[16] GUNDER FRANK, André. **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina.** Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.

bem explorada na Teoria Marxista da Dependência, de modo que a transferência de valor e a superexploração são categoriais de análise fundamentais, sendo que estes serão tratados na sequência.

A escala do Estado-nação é delimitada por uma série de acordos históricos, por compromissos e guerras e, há uma relação com a dialética da igualização e diferenciação, mas ela não é imediata. Se a escala urbana e a global são expressões perfeitas das tendências de diferenciação e igualização, esta escala é um produto menos direto. O Estado-nação tem uma função essencial de controle da força de trabalho. Para Smith (1988) é fundamental compreender a divisão territorial nessa escala, de tal forma que a diferenciação interna dos países em regiões identificáveis, é expressão da divisão do trabalho a nível de capitais individuais e da divisão particular do trabalho. É na escala do Estado-nação que se impõe as maiores restrições à mobilidade do trabalhador, o que impacta diretamente na divisão internacional do trabalho.

Assim, ainda que tenhamos apresentado brevemente algumas escalas, com base em Smith (1988) esse é um processo em constante movimento, de tal forma que o significado da escala do Estado-nação, por exemplo, desta década, é completamente distinto daquele de antes da globalização. Como aponta Harvey (2011), atualmente, diversos atores e agentes movem-se com facilidade entre as variadas escalas, ainda que desigualmente.

As tendências contraditórias de igualização e diferenciação geram o que Smith (1988) chama de “teoria oscilatória do desenvolvimento desigual”, que pode ser simplificada como um movimento “em vaivém” do capital. Segundo o autor, o capital migra para os locais de maior taxa de lucro, que determina a direção do movimento de capital, e isso está na raiz da própria acumulação capitalista. A situação é resumida na seguinte passagem:

> O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise. **A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro**. Mas o próprio processo de subdesenvolvimento leva à diminuição dessa taxa de lucro mais alta (Smith, 1988, p. 212, grifo nosso).

Assim, o autor descreve um movimento e sua consequência: a abundância de capital num polo e a penúria em outro. Esse é um processo contínuo, mas esbarra na tendência de igualização da taxa de lucro. O capital, então, no seu movimento de "vaivém", migra de um polo a outro (do desenvolvido ao subdesenvolvido), buscando maiores taxas de lucro e isto é subjacente ao processo mais amplo do desenvolvimento desigual. Smith (1988) ainda critica o que ele chama de dualismo ao se falar de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Entretanto, o modelo apresentado por Smith, por mais didático que seja, é demasiadamente simplificado, haja vista que alguns problemas saltam aos olhos, afinal, quando o capital financeiro-industrial migra para o Sudeste Asiático, nem sempre ele deixa uma zona subdesenvolvida para trás. Falta na teoria oscilatória de Smith, o que Mathias Seibel Luce (2018), compreende como determinação negativa da lei do valor, que tem na categoria transferência de valor, primeiramente exposta por Marini (2000) sua melhor expressão. Em linhas gerais, nos países dependentes, ocorre a transgressão da lei do valor, o que não significa negá-la, mas demonstrar a sua determinação negativa.

O próprio Neil Smith (1988), reconhece parte dessas limitações, haja vista que identifica somente na escala urbana a expressão ideal desse movimento, cujo capital abandona as áreas centrais em direção aos subúrbios, caso que aplica-se tão somente aos EUA. A direção do movimento do capital, na escala urbana, seria dirigida pela busca de maiores rendas do solo, entretanto esse é um processo contraditório, pois a afluência de capitais, em desenvolvimento urbano, numa determinada porção da cidade, provoca a elevação do preço da terra, reduzindo a renda do solo.

A produção de imagens de cidade funciona como potentes instrumentos na captura desse capital que está se movendo "em vaivém". Os processos de renovação urbana, para as quais são construídas discursivamente representações da cidade (o que será visto na Seção 4), podem estar sintonizados com os ritmos de acumulação e crise. Nesse sentido, a produção de informação sobre o espaço urbano (dentre eles, indicadores sociais, rankings e títulos) são importantes ferramentas para guiar a mobilidade de capital para e na cidade. O Estado, por certo, tem um papel destacado nesse processo, haja vista que ele é central (mas não solitário) na produção e disseminação de informação, de um lado, e de outro, é o Estado quem regula o uso do solo.

O arquiteto e urbanista Flávio Villaça (2001), num extenso estudo sobre a estrutura urbana de seis metrópoles brasileiras, identifica no preço da terra um dos principais elementos (mas não o único) para o surgimento de áreas de concentração das classes mais altas. Em cinco dessas metrópoles havia uma única zona de concentração da “burguesia”[17]. De maneira resumida, o autor descreve que ao longo do século XX, pessoas mais ricas migraram dos centros das cidades para regiões próximas dotadas, quase sempre, de qualificadores ambientais, em que o solo urbano era mais barato. Mas um elemento importante a ser destacado é que essa migração foi acompanhada de intenso investimento do poder público em infraestrutura urbana, cujo exemplo mais bem acabado é a formação do bairro de Copacabana (Rio de Janeiro, RJ, Brasil). Entretanto, para Villaça (2001), o preço da terra foi fundamental, mas não foi único elemento da definição dessas zonas.

Ponderamos, com isso, de que na realidade, não só a renda da terra é suficiente para a explicar a formação de áreas “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas” nas cidades. Não é possível compreender as desigualdades socioespaciais brasileira sem compreender o efeito diferenciador da atuação do Estado nessas cidades, da produção, disseminação e uso de informações sobre a cidade por determinados agentes, além de outros elementos da nossa formação socioespacial.

Numa breve síntese dessa teoria, podemos apontar que o desenvolvimento desigual é a expressão, no espaço, das contradições do capital, tendo em vista que enquanto o valor de uso tem certa fixidez, o valor de troca flui nas direções em que a taxa de lucro é maior, esta é, portanto, uma tradução das tendências para diferenciação e igualização, tendo como resultado o movimento em “vaivém” do capital (Smith, 1988). Nesse sentido, esse movimento é interessante para compreender a competividade urbana, que se vale de imagens de cidade produzidas para um mercado mundial de cidades. A Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual nos fornece padrões e tendências sistêmicas do desenvolvimento capitalista, e atualmente ele “pode ser descrito como as consequências geográficas desigual da forma neoliberal de globalização” (Harvey, 2011, p. 115). Assim,

> O desenvolvimento desigual é tanto produto quanto premissa do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos

[17] O termo burguesia é adotado pelo autor para se referir à população mais rica, não necessariamente detentoras dos meios de produção, ainda que as inclua.

> e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade[18] (Smith, 1988, p. 221).

Esta não é uma descrição histórica desse processo, mas a busca de identificar padrões e tendências. O desenvolvimento geográfico desigual não se trata apenas de desnível entre áreas mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, mas sobre o produto sistemático do desenvolvimento anterior e, uma premissa para o desenvolvimento futuro. A existência de países, regiões e zonas urbanas em que as pessoas vivem na precariedade não é aleatória, mas é a promessa de locais com altas taxas de lucratividade em algum momento do tempo histórico.

A Teoria do Desenvolvimento (Geográfico) Desigual nos fornece aportes fundamentais quanto ao modo de funcionamento do desenvolvimento capitalista e suas tendências, entretanto, há nítidas limitações, às quais buscaremos superar matizando alguns destes conceitos com as formulações dependentistas, que na segunda metade do século XX, produziram um conhecimento genuinamente latino-americano. As formações socioespaciais latino-americanas denotam muito bem as particularidades da inserção do modo de produção capitalista nessa região.

1.2 A Teoria Marxista da Dependência

Nesta seção exposta, de maneira breve, alguns pressupostos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), cujos principais expoentes são os militantes e intelectuais brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Ainda que nascidos no Brasil, o cerne dessa discussão foi elaborado em diversos centros de pesquisa da América Latina, ao longo da segunda metade do século XX, haja vista que a instauração dos regimes militares na região, fortemente repressivos e subordinados à Washington, impuseram exílio a esses pesquisadores. Assim, a TMD foi forjada em contato com a realidade de distintos países da América Latina, o que terá um grande impacto em tal teoria.

[18] Não é demais afirmar, que em se tratando da oposição entre subúrbios e centros das cidades, a situação descrita pelo autor, a partir da realidade estadunidense, é absolutamente diferente daquela que encontramos no Brasil. É razoavelmente recente a concentração de pessoas ricas em áreas distantes do centros das cidades brasileiras e a explicação nem sempre converge com as explicações da formação dos subúrbios estadunidenses. Mais especificamente, em Campo Grande, esse fenômeno, data deste século, em outro texto essa questão foi brevemente exposta (Costa; Ikuta; Delcol, 2023).

Claudio Katz (2020), em **Teoria da Dependência 50 anos depois**, produziu um balanço crítico acerca desta teoria e aponta que os intelectuais envolvidos em sua produção revisaram o conceito de subdesenvolvimento, que até então era centrado no confisco imperialista dos recursos da periferia. Na sequência, combinam estas formulações com algumas particularidades da América Latina, buscando compreender a reprodução econômica dependente, bem como a inserção internacional da região.

É importante frisar que remonta à Marx a ideia de que um dos efeitos da expansão capitalista é a produção de profundas disparidades entre países regiões, o que aparece no livro 1, d'O Capital:

> [...] a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto; isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (Marx, 2017, p. 721).

A Teoria Marxista da Dependência, segundo Katz (2020) carrega, além disso, o mecanismo de desenvolvimento desigual descrito por Lenin, que discorre também sobre a subordinação política sofrida pelos países atrasados. Traz ainda ponderações de Rosa Luxemburgo acerca das obstruções econômicas estruturais que sofrem essas nações. Mathias Luce (2018), avalia que a TMD é uma síntese do encontro da teoria do valor, de Marx, com a teoria do imperialismo, sobretudo a partir das formulações de Lenin.

A dependência pode ser entendida

> como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2000, p. 109).

A Teoria Marxista da Dependência busca a compreensão dos padrões de desenvolvimento específicos da América Latina, devido à dominação a que está submetida. Assim, a dependência não é entendida como um mero sintoma, mas como parte da estrutura do sistema capitalista e é por meio dela que a América Latina é inserida globalmente no capitalismo. A dependência pode ser compreendida como o nexo constitutivo do desenvolvimento desigual na região, sendo, para tanto, contraditório. É uma mediação fundamental no sistema-mundo. Como não poderia

deixar de ser, discute o local da divisão internacional do trabalho ao qual a América Latina faz parte.

Marini (2000) ilustra as particularidades que o modo de produção capitalista apresenta na América Latina como “insuficiências” ou “deformações”, entretanto, nem sempre uma é distinguível da outra. Quanto à insuficiência de desenvolvimento capitalista, vale destacar que esta faz parte da própria estrutura deste modo de produção na região e, a rigor, essas insuficiências nunca serão superadas, já que não é possível que um país da América Latina alcance o mesmo nível de desenvolvimento capitalista que os países avançados. A explicação é de que “o que temos é um capitalismo *sui generis*” (Marini, 2000, p. 106). Para este autor, é preciso compreender essa forma particular que tem o capitalismo dependente latino-americano, buscando conhecer então as tendências que culminaram esse resultado.

Segundo Katz (2020), Theotonio dos Santos[19] critica a concepção liberal do subdesenvolvimento, como sendo um conflito entre setores modernos e atrasados da economia, para o dependentista, estes dois setores estão intrinsecamente integrados um ao outro. Andre Gunder Frank parte disso para afirmar que o setor atrasado não é um impeditivo ao outro setor, “mas seu principal recriador”, de acordo com Katz (2020, p. 88). Não se trata, portanto, de ausência de capitalismo, mas é a expressão da modalidade dependente do capitalismo na região, desta forma, o subdesenvolvimento não seria superado através de medidas corretivas ou de maiores investimentos. Para Santos[20] não é a falta de capitais a explicação para o subdesenvolvimento, mas o lugar ocupado pela América Latina na divisão internacional do trabalho (Katz, 2020). Assim,

> [a] industrialização em si, sem a ruptura com as estruturas socioeconômicas dominantes, não seria capaz de levar à superação das enormes mazelas em nossas formações sociais, mas produziria formas renovadas da dependência, que a condição econômico-social da América Latina não se [deve] à falta de capitalismo, sendo que na verdade **uma maneira particular em que o capitalismo se reproduz** [...]. [De modo que] nem o funcionamento da lei do valor, nem a configuração histórica das formações econômico-sociais se dão uniformemente, mas sob o desenvolvimento desigual (Luce, 2018, p. 10–1).

[19] SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependência.** México: ERA, 1978.
[20] Op. cit.

Para os dependentistas, a região fornece um lugar privilegiado para receber capitais oriundos dos países do capitalismo central, quando estes estão em declínio. Estes capitais ganham com a possibilidade de aumentar a exploração dos trabalhadores na periferia, ao baratearem a provisão de alimentos e das matérias-primas para as indústrias das metrópoles. Encontramos aqui um “vaivém” do capital descrito por Neil Smith (1988), de modo que o capital migra para os locais com maiores taxas de lucro, encontrando na América Latina terreno fértil para exploração máxima dos trabalhadores. Mas diferentemente do que Smith (1988) afirma, de que o capital desenvolveria as regiões para onde aflui, o resultado é o inverso, aumenta o subdesenvolvimento.

Marini aponta que essa migração de capital acentua a asfixia da capacidade de consumo de países com salários mais baixos (Katz, 2020). Para compreender em maior detalhe esse processo, é fundamental a categoria da superexploração, elaborada por Ruy Mauro Marini. Mas antes de chegarmos a esta categoria, faz-se necessário compreender os mecanismos por meio dos quais o valor gerado pelos trabalhadores é transferido para os países do capitalismo avançado.

É preciso compreender a função da inserção da América Latina no mercado mundial. Marini (2000) pondera que apenas o aumento da produtividade nas metrópoles não é suficiente para a passagem para a mais-valia relativa, é preciso reduzir os custos necessários à reprodução da força de trabalho. O fornecimento de alimentos latino-americanos às indústrias dos países do capitalismo central, permite uma redução do custo de vida dos trabalhadores europeus e estadunidenses. Dessa forma, “a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa [...]” (Marini, 2000, p. 112–113). Essa mudança só é possível mediante à maior exploração dos trabalhadores latino-americanos.

A CEPAL atribuía o atraso da periferia à deterioração dos termos de troca e à heterogeneidade estrutural destas economias, que possuíam altas taxas de desemprego, consumismo das elites e um setor agrícola estagnado. Os dependentistas aqui referidos partem desses conceitos e os analisam à luz do materialismo histórico-dialético. Marini compreende a deterioração dos termos de troca como expressão da troca desigual (Katz, 2020). Samir Amin[21] desenvolve a ideia

[21] AMIN, Samir. **¿Cómo funciona el capitalismo?** Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

de troca desigual de tal forma que, “as economias avançadas absorvem mais-valia das atrasadas, como resultado do seu maior desenvolvimento (composição orgânica de capital superior)” (Katz, 2020).

A depreciação dos termos de troca, elaborada pela CEPAL, é reinterpretada por Marini, que compreende que os preços dos produtos industriais mantém-se relativamente estáveis ao longo do tempo e em caso de declínio, ele é lento, os bens primários, por outro lado, sofrem uma depreciação mais acentuada (Marini, 2000).

Mathias Luce (2018) denomina a categoria em tela como **transferência de valor como intercâmbio desigual**, que somente pode ser compreendida ao levar-se em conta a determinação negativa do valor, no quadro mais amplo do capitalismo enquanto totalidade integrada e diferenciada**.** Essa categoria não nega a lei do valor, e a lei do nivelamento da taxa de lucro, de Marx, o que expomos anteriormente, nos termos apresentados por Neil Smith, como igualização, mas se trata das “tendências negativamente determinadas enquanto **momento predominante**” (Luce, 2018, p. 11, grifo do autor). Denota-se que com o estabelecimento do mercado mundial capitalista, este passa a ser uma totalidade integrada. Entretanto há uma segmentação entre economias industriais (mais tarde imperialistas) e economias não industriais (posteriormente, dependentes), devendo o mercado mundial ser compreendido como totalidade integrada, porém diferenciada. O autor destaca como essa diferenciação ocorre a partir da lei do valor:

> O que procuramos colocar em evidência é que a **lei do valor é simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e a negação do intercâmbio de equivalentes,** assim como o trabalho assalariado é trabalho livre (não servo, não escravo) e, ao mesmo tempo, não livre (trabalho alienado, trabalho assalariado com a venda de mercadoria força de trabalho). Nesse sentido, quando prestamos atenção no momento de determinação negativa do valor (negação do intercâmbio de equivalentes), vemos que ele ocorre com maior frequência e assume caráter estrutural e sistemático em certo conjunto de economias, que são as do capitalismo dependente. (Luce, 2018, p. 31, grifo nosso).

Destacamos, nesse sentido, que ao abordar as desigualdades em um nível de abstração distinto, e numa escala mais aproximada, a TMD captura um efeito que a TDGD não expressa. O que Smith (1988) aponta como tendência à igualização (ainda que contraditória), é mais visualizável nos países centrais do capitalismo, nos quais,

segundo Luce (2018), a lei do valor tem como momento predominante a sua determinação positiva.

Em outras palavras, e sintetizando a categoria, a transferência de valor, nos países dependentes, denota a violação da lei do valor, ou seja, troca de não equivalentes. Ademais, o autor indica que na região ocorre a não-identidade entre a magnitude do valor produzido e o valor apropriado. Enquanto os produtos elaborados nas economias dependentes têm seu preço de produção no limite ou acima do valor de determinada mercadoria, os produtos elaborados nos países do capitalismo central têm o preço de produção abaixo do seu valor, sendo assim, as burguesias dos países do capitalismo central se apropriam de um valor adicional sobre o que é produzido nos países dependentes. As burguesias dos países do capitalismo central, nesses marcos, se apropriam de um quantum de riqueza acima do que eles mesmos produziram (Luce, 2018).

Para se contrapor esse desequilíbrio e as perdas no comércio internacional, as burguesias nacionais da América Latina recorrem a uma maior exploração do trabalhador, no que Marini (2000) nomeou de superexploração da força de trabalho.

Esta categoria, segundo Katz (2020) é a principal peculiaridade das economias industrializadas da América Latina. Os trabalhadores da região seriam remunerados abaixo do valor da sua força de trabalho. Este é o mecanismo por meio do qual as burguesias latino-americanas “compensam” as perdas no comércio internacional, submetido à troca desigual. Assim, aumenta-se a intensidade do trabalho, para elevar a mais-valia capturada, ao invés de incrementar a capacidade produtiva.

Para Marini (2000) são identificáveis três mecanismos da superexploração do trabalho, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário para que o operário reponha sua força de trabalho.

Um elemento fundamental da superexploração descrita por Marini (2000) é que ela provoca a redução do consumo do operário, abaixo dos seus limites normais, de modo que “o **fundo necessário do operário** se converte de fato, dentro de certos limites, **em fundo de acumulação de capital**” (Marini, 2000, p. 124, grifo do autor). Os efeitos disso são diversos, cujo mais evidente é a redução do mercado interno das classes populares em contraposição à suntuosidade do consumo das elites.

Identificamos, além do exposto, uma expressão da superexploração nas cidades brasileiras. A provisão habitacional do país acontece, em grande medida, por

meio da autoconstrução, isto porque os trabalhadores brasileiros não recebem o suficiente para adquirir uma residência por meio do mercado imobiliário formal. Este mercado não consegue integrar os trabalhadores da base da pirâmide e aqueles que vivem na informalidade laboral. Apenas parte das classes médias e as classes altas conseguem acessar adequadamente a produção formal de habitações.

Ainda nos anos 1970, Francisco de Oliveira (2011) identificava na autoconstrução, realizada em dias de folga, fins de semana e através de modos de cooperação, como os mutirões, um resultado do trabalho não pago, um "supertrabalho". Para o autor, embora essas habitações não fossem apropriadas diretamente pelo setor privado, ela contribuía para o aumento da taxa de exploração do trabalho, pois permitia a redução dos custos de reprodução da força de trabalho, deprimindo assim, os salários pagos pelas empresas. Este foi um debate profícuo na década de 1970 entre Francisco de Oliveira e os intelectuais da Arquitetura Nova[22], da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, cuja síntese demonstra que a defesa irrestrita da autoconstrução e dos mutirões na provisão habitacional é um "vício da virtude" e, nos marcos do capitalismo, contribui, em último grau, com o rebaixamento dos salários, para não citar os aspectos qualitativos das habitações resultantes da autoconstrução.

Em ao menos dois momentos, essa característica foi contrarrestada pela intensa atuação do Estado brasileiro, nos seus dois principais programas de habitação à nível nacional: o Banco Nacional de Habitação (BNH), gestado pelo regime militar (1964-1985) e o Programa Minha Casa Minha Vida, criado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2011, 2023-2026)[23], em seu segundo mandato, e ampliado por Dilma Roussef (PT, 2011-2016). Quanto à segunda política habitacional, Guilherme Boulos (2012), do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), aponta que ela reforça as condições de desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras, por conta da baixa qualidade das habitações e do efeito de elevação do preço da terra nas periferias, que expulsa os mais pobres, que não conseguiram acessar o programa, para localidades ainda mais distantes do centro e em condições ainda mais precárias.

---

[22] Nos referimos aqui à produção dos arquitetos e urbanistas Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre. Pedro Fiori Arantes (2002) fez uma importante análise sobre a produção desse grupo.

[23] Atualmente (2023), Lula acaba de iniciar seu 3º mandato presidencial e a retomada do referido programa habitacional (interrompido pelo governo Bolsonaro [2018-2022]), faz parte de seu programa de governo.

Assim, a superexploração do trabalho tem resultados visíveis na paisagem das cidades brasileiras. A prevalência dessas condições de exploração é tanto produto como premissa da dependência e do desenvolvimento geográfico desigual, produzindo uma geografia própria e nessa, inscreve-se também determinados tipos de Estado e relações entre centro e periferia.

Outro autor da Teoria Marxista da Dependência, Jaime Osório (2014) busca compreender qual o papel do Estado na mundialização do capital. Justifica que não é um papel menor, o Estado não estaria desaparecendo, ele é o centro do processo de mundialização e para comprovar isso, ele aborda centro e periferia como noções relacionais. O autor compreende a heterogeneidade do capitalismo não apenas como restrita ao campo econômico, mas alcança o campo político, tendo como resultado, exercícios de soberania diferenciado, assim

> centro e periferia (ou economias desenvolvidas e economias dependentes, conforme assinalou mais precisamente esta teoria [da dependência]) são caras de um único processo: a expansão do capitalismo como sistema mundial, que ao longo de sua história gera regiões e nações diferenciados do ponto de vista da capacidade de se apropriar do valor (o centro) e outras de ser despojadas de valor (a periferia) (Osório, 2014, p. 182–183).

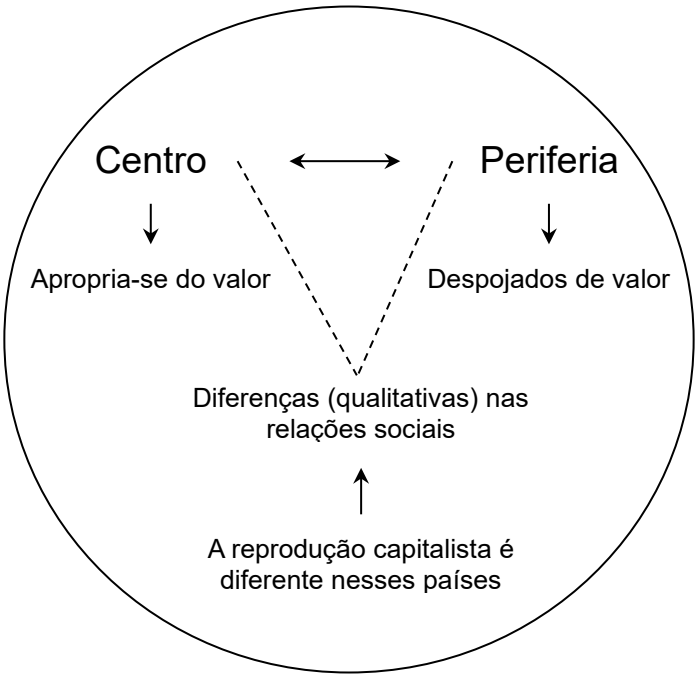
No âmbito da produção do espaço urbano, nota-se que nos processos de mundialização das cidades, o Estado é um agente central, como será exposto na Seção 4. Dentre as múltiplas formas que o Estado produz o espaço urbano, destacaremos a sua atuação direta em processos de renovação urbana e na produção, discursiva, de imagens de cidade que legitimem tais projetos de renovação, de um lado, e de outro, posicionem as cidades num mercado mundial específico. Dentro dos marcos que este trabalho aborda, observa-se que uma intensa atuação do Estado, em Campo Grande, para a renovação urbana do Centro, sintetizada pela “Revitalização da 14 de Julho”[24]. Além disso, como será exposto, por meio do acionamento da qualidade de vida, o Estado atua também na produção de uma imagem-marca de Campo Grande.

Com isso em mente, a Figura 2 busca sintetizar as relações entre centro e periferia, mas estes não podem ser compreendidos como elementos absolutamente

[24] A rua é apresentada com mais detalhe na Seção 4.

separados, muito pelo contrário, são profundamente integrados e combinados, para usar a feliz expressão de León Trotsky.

Figura 2 - Expansão do capitalismo como sistema mundial: um esquema da dependência



Fonte: Autor (2024).

Assim, a diferença nas relações sociais que vigoram na periferia do capitalismo (nos países dependentes) é um resultado da reprodução capitalista diferenciada nesses países. Parte dessas diferenças é explicada justamente pela superexploração do trabalho. As diferenças entre centros e periferia não são, portanto, meramente de nível de progresso, mas são diferenças qualitativas.

Para Osório (2014), no capitalismo central, em algum momento do século XIX, as massas assalariadas desses países foram integradas ao consumo, o que não ocorreu nos países dependentes. Nestes lugares, seguindo o modelo colonial, a produção é voltada para o mercado externo (mesmo a produção industrial), de modo que o mercado interno é acessório nesse processo, com exceção dos mercados de luxo, o que representaria a cisão nas fases de ciclos de capitais, como Luce (2018) a nomeia.

Num pequeno interlúdio, a América do Sul foi objeto de políticas que buscavam superar pontualmente esse problema. A “onda progressista”, segundo Fábio Luis Barbosa dos Santos (2018, p. 9) “surgiu como reação aos efeitos socialmente

deletérios da conjunção entre globalização e neoliberalismo na América do Sul". Nos referiremos a essa onda como primeiro ciclo progressista da América do Sul, para diferenciar do momento atual[25]. O caso brasileiro é ilustrativo de como o mercado interno foi alimentado através da integração das classes populares à estrutura de consumo durante os governos petistas (2003-2016). Entretanto, tal como a onda progressista, essa inserção pelo consumo foi passageira. Já em baixa, em janeiro de 2023 a inflação brasileira está na casa dos dois dígitos e o caso da Argentina é ainda mais dramático, alcançando os três dígitos. Tal quadro representa um estado de corrosão da capacidade de consumo da população com menores salários. O professor Jackson Teixeira Bittencourt, da Pontíficia Universidade Católica – Paraná (PUC-PR), criou o Índice de Inflação da Cesta Básica, que em junho de 2022, registrava uma alta de preços de 27% (INFLAÇÃO..., 2022). Santos (2018, p. 536) sintetiza o significado desse primeiro ciclo:

> em uma perspectiva histórica ampliada, o interlúdio progressista pode ser visto como funcional à reprodução da ordem, porque conteve a mudança em contextos onde a sublevação contra o neoliberalismo – latente no Brasil, Paraguai e Uruguai, ou aberta, como na Argentina, no Equador e na Bolívia – ameaçava a própria ordem.

O marco final desse primeiro ciclo progressista no subcontinente foi o golpe de Dilma Roussef, no Brasil, em 2016, que marcou uma virada à direita e a extrema-direita (e em alguns casos, como no Brasil, ao fascismo). Para implementação de políticas antipopulares mais agressivas fora essencial a atuação dos títeres que ascenderam ao poder em locais como no Brasil e Bolívia, denotando a fraqueza da soberania dos países dependentes frente a um poder político forte.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o segundo ciclo progressista do subcontinente teve início com o *estallido social* iniciado no Chile, em outubro de 2019. Desde então líderes progressivas têm ascendido ou retornado ao poder em diversos países do subcontinente, mas desta vez, defrontam-se com uma extrema-direita radicalizada e que se apresenta mais abertamente como fascista.

A sobrevivência desses governos, em diversos casos é algo incerto, passando por múltiplas determinações, entretanto, é válido ressaltar o que Jaime Osório (2014)

[25] Tomamos emprestado o termo empregado por García-Linera, ex-vice-presidente Boliviano, deposto 2019, por um violento golpe (que tal como no Brasil de 2016, envolveu o poder judiciário e a mídia hegemônica).

denomina de “soberanias restringidas”, que seria uma característica constitutiva dos Estados latino-americanos. Ou seja, não se trata de Estados-nação incompletos, mas de uma modalidade específica de estado na periferia do capitalismo. Assim,

> a heterogeneidade estatal que gerou desde o início o avanço do capitalismo na escala mundial, e que hoje reproduz sob novas formas em sua etapa de mundialização é **intrínseca à lógica de expropriação de valor de algumas regiões e Estados em relação a outros** [grifo nosso], das estruturas hierarquizadas de dominação que tal processo exige e do **exercício diferenciado da soberania estatal que isso acarreta** [grifo do autor] (Osório, 2014, p. 192).

O quadro social dos países dependentes é descrito por Thiago Araújo Santos (2021, p. 87) como sendo “particularmente instável e marcado por conflitos sociais e lutas populares”, cujas saídas se dão por meio de golpes de Estado, ou por soluções pacificadoras, que poderiam ser descritas como “revoluções passivas”, para fazer referência à Gramsci.

É preciso, então, que os Estados da América Latina tenham um forte poder político, ainda que sua soberania esteja submetida aos centros de poder, localizados nos países do capitalismo desenvolvido. Os Estados da região, estão, assim, profundamente atrelados ao projeto imperialista capitaneado pelos EUA (Osório, 2014). Não é trivial, como veremos, a vinculação entre mensuração da qualidade de vida, produção de informações locais, renovação urbana em Campo Grande e a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como se verá a frente.

Além disso, não há contradição entre os interesses das burguesias nacionais (ao menos às que se vinculam à mundialização) e o projeto imperialista, e se existem, são meramente conjunturais. Como já afirmamos, a troca desigual e a transferência de valor que decorre desse processo é contrabalanceada por essas burguesias através da superexploração do trabalhador local.

Assim, essas burguesias não buscam o enfraquecimento do Estado, mas reformá-lo e adequá-lo em termos políticos, “para manter disciplinada a população assalariada e para reestruturar as economias à imagem e semelhança dos interesses hegemônicos locais e internacionais” (Osório, 2014). Somente um Estado fortalecido é capaz de adequar as cidades para a competição. A competividade urbana é alvo da ação do Estado nos governos urbanos (Vainer, 2000b), que se valem de diversos estratégias. Nas seções 3 e 4, parte dessas estratégias serão expostas.

Há semelhanças nesses apontamentos, quanto ao que David Harvey (2021) chama de Estado facilitador da acumulação de capital, identificado por ele como um dos fundamentos da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual. Essa acumulação, sob o neoliberalismo, só é possível com o auxílio de sistema territoriais de administração pública, cuja característica principal é ser um Estado interventor, no sentido de criar um "bom clima para negócios". Mas como observa Corrêa (1989, p. 24), enquanto um agente social produtor do espaço urbano, a atuação do Estado é paradoxal, pois atua como o "grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos". Nesse sentido, o Estado produz indicadores sociais que são utilizados no ciclo de políticas públicas[26], mas também utiliza essa ferramenta, entre outras, para a promoção da competitividade entre cidades, que, como será exposto, é funcional para a reprodução ampliada do capital e que privilegia aqueles agentes sociais que se movem mais facilmente entre as diversas escalas, e aquele capital que se movimenta "em vaivém".

Como os dependentistas apontam, o Estado latino-americano tem ainda características próprias que os distinguem dos países do capitalismo central, atendendo, para tanto aos interesses das burguesias nacionais e dos centros de poder mundial, tendo para isso um caráter forte e repressivo, que em terras brasileiras, periodicamente produzem massacres contra a população negra, favelada e indígena.

É preciso reconhecer que essa breve exposição que fizemos acerca da Teoria Marxista da Dependência deixa de fora aspectos importantíssimos desta, cujo principal exemplo é a categoria de subimperialismo. As múltiplas interpretações desse e seu caráter mutável na história nos fazem deixar essa análise para outro momento. Isso é um resultado de não termos abordado a diferenciação interna da América Latina, que distingue os países entre periferias e semiperiferias, mas de maneira breve apontamos concordâncias com Marini (2000), sobre as relações de dominação que estabelecem-se entre os países industrializados da região e aqueles não industrializados, cujo maior exemplo é o Brasil. Esse é um debate que deverá passar por uma renovação com as mudanças políticas ocorridas nos países nos últimos meses e a consequente mudança na sua posição diplomática.

[26] Adotamos a compreensão de Secchi (2013) de que não é apenas o Estado que conduz políticas públicas, o que não significa ignorar a centralidade deste.

A exposição longe de ser uma síntese da TMD (algo já feito por outros autores, como Claudio Katz) é a tentativa de trazer elementos fundamentais que a conecte com a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, corroborando com a compreensão de como se realiza e se expressa desigualdade socioespacial em termos universais ou particulares. Ademais, esse processo é fundamental para que possamos obter algumas pistas de como ocorre a produção do espaço urbano dependente, ainda que não tenhamos capacidade para concluir empírica e teoricamente como isso se dá. Nesse sentido, teremos indicações de como existem particularidades nas formações socioespaciais dependentes nas quais se assentam os processos de mundialização da cidade. Assim, passamos agora a uma breve exposição que busca sintetizar esses elementos.

1.3 Cotejando a TDGD e TMD: notas (não) conclusivas

Ambas as teorias concordam com a importância da divisão internacional do trabalho na diferenciação geográfica e na produção das desigualdades entre as nações, ainda que adotem abordagens pontualmente distintas. Para os intelectuais da Teoria da Desenvolvimento Geográfico Desigual, a diferenciação do valor da força de trabalho, ocorreria num cenário de igualização das condições de produção, incluído aí a exploração do trabalho. Ponderamos, com a Teoria Marxista da Dependência de que devido à transferência de valor, as burguesias dos países dependentes recorrem a formas ainda mais severas de exploração, explicitadas pela categoria de superexploração da força de trabalho. Nesses marcos, ainda que se mantenham “igualizadas” outras condições de produção capitalista, na América Latina nota-se uma prevalência da extração da mais-valia absoluta, que sustenta a extração de mais-valia relativa nos países do centro. É um processo desigual e combinado. Assim, a diferenciação geográfica na escala global tem como origem a divisão internacional do trabalho, que se assenta sobre um processo integrado de exploração diferencial dos trabalhadores.

Ainda que Smith (1988) não discorra acerca da região enquanto uma escala de diferenciação e igualização geográficas, aludimos à Harvey (2011) na compreensão de que as escalas são produzidas. A dependência define a América Latina como uma região diferenciada da escala global, mas a ela integrada, com países subordinados

aos centros de poder do mercado mundial, sendo fundamentais para a reprodução capitalista, de modo que a dependência é um pressuposto dessa reprodução.

O Estado latino-americano é, portanto, fundamental para a manutenção da dependência, cuja soberania é subordinada aos interesses das burguesias dos países do capitalismo central. Mantêm ainda a função primordial de controle da força de trabalho, através de uma política repressiva e, por vezes, autoritária. São estruturas fundamentais para garantir a imobilidade da força de trabalho, que tem como resultado último a manutenção de altas taxas de exploração na periferia, em que o rebaixamento dos salários é um elemento visualizável.

As diferenciações internas nos países latino-americanos precisam ser compreendidas nos marcos do caráter amalgamado entre setores atrasados e avançados da economia, nos termos citados por Theotonio dos Santos e Andre Gunder Frank. A divisão dos capitais em setores é compreendida por Smith (1988) como um elemento diferenciador internamente nos países, para além da própria divisão do trabalho à nível de capitais individuais.

Analisar as semelhanças entre a TDGD e TMD na escala urbana é definitivamente mais complexo, sobretudo porque não foi objetivo dos dependentistas compreender a produção do espaço urbano decorrente das condições de dependência. Entretanto, quando friccionamos ambas as teorias, temos uma pista, que tem como eixo central a categoria de superexploração, de Marini. Para Neil Smith (1988) é o sistema de renda do solo que nivela o espaço urbano em torno de um mesmo mecanismo e a partir disso os diferencia.

Os investimentos em desenvolvimento urbano, realizados pelo Estado, sob “pressão” do capital financeiro-imobiliário, interferem no sistema de renda do solo. Num esquema muito simplório, podemos apontar que as maiores rendas se encontram nos centros ou nas áreas de concentração das classes altas (para usar o termo de Flávio Villaça). Aos trabalhadores, cuja superexploração do trabalho corrói seu fundo de consumo, resta as áreas com menores rendas do solo, aquelas que são “subdesenvolvidas”, no movimento em “vaivém” do capital, para usar os termos de Neil Smith. Ademais, como a cisão do ciclo de capitais aponta, há uma disjunção entre o que é produzido nacionalmente e as necessidades de consumo das massas do país, assim, a cidade que se produz, não é necessariamente aquela à qual os trabalhadores podem consumir.

Pontuamos sobre a superexploração e a relação com a produção do espaço urbano, entretanto não nos aprofundaremos na temática, de modo que reconhecemos ser necessária uma pesquisa com o enfoque adequado entre essa categoria da TMD e a relação com a produção social do espaço urbano e sua apropriação privada[27].

A clivagem entre TDGD e TMD fornece elementos fundamentais para a compreensão da produção das desigualdades socioespaciais em todas as escalas e ainda facilita compreender como as diferenciações geográficas apresentadas pela América Latina são parte integrantes da estrutura do modo de produção capitalista, sendo fundamentais para sua reprodução. Ao longo da próxima seção buscaremos aprofundar nos aspectos urbanos da diferenciação socioespacial, buscando entender a sua relação com a desigualdade socioespacial.

[27] Arlete Moysés Rodrigues (1997), além do já citado Francisco de Oliveira, podem nos oferecer chave para aprofundar essa compreensão, a ser realizada em outro trabalho.

2 ESPAÇO URBANO: PRESSUPOSTO E PRODUTO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

Ao longo desta seção buscaremos expor como o espaço urbano é pressuposto e produto da desigualdade socioespacial, tecendo as relações entre as determinações mais abstratas das diferenciações socioespaciais erigidas no processo de acumulação capitalista, como nos indica a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual e a Teoria Marxista da Dependência.

Para alcançar esse objetivo, partiremos sobretudo das discussões ocorridas por meio da Revista Cidades, v. 4, n. 6, publicada em 2007, com a Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito à frente do editorial, que expõe o debate levado a cabo por membros do Grupo de Estudos Urbanos (GEU) no ano anterior. A partir dos textos publicados naquele momento e seus desdobramentos, buscaremos tecer nossa compreensão sobre diferenciação e desigualdade socioespacial, objetivando denotar sua relação com indicadores sociais, que não são apenas representações do espaço, mas são objetos técnicos utilizados na produção do espaço por agentes sociais diversos, por meio de diferentes práticas socioespaciais.

O texto é dividido em cinco momentos, em que primeiramente argumentaremos como o termo socioespacial é capaz de reivindicar um marco conceitual mais preciso no que tange à relação espaço-sociedade, para nos posicionarmos na sequência, acerca da dialética entre diferenciação e desigualdade, buscando compreendê-las a partir de como são produzidas, a partir de práticas e processos socioespaciais objetivos e por agentes sociais concretos.

Esta tarefa é fundamental para que nas próximas seções possamos compreender como os indicadores sociais representam a diferenciação socioespacial, e sua utilização para, dentre outras funções, produzir imagens de cidade, são uma das formas pelas quais a desigualdade socioespacial é efetivamente produzida no espaço urbano. O que se vislumbra, é que ao não serem utilizados no ciclo de políticas públicas, os indicadores sociais podem ser apropriados para guiar a ação de determinados agentes para a reprodução do capital.

2.1 O adjetivo socioespacial

Até este momento, sempre que nos referimos à diferenciação, buscamos manter o adjetivo adotado pelo autor do qual nos inspiramos, por isso foram usados: “espacial”, “social”, “geográfica”, dentre outras. Buscaremos aqui uma maior precisão conceitual objetivando compreender quais conteúdos estão embutidos no uso do termo socioespacial.

Partimos da provocação feita por Ana Fani Alessandri Carlos (2007, p. 47), ao levantar o questionamento sobre “o que revelaria do mundo moderno a dimensão ‘socioespacial’ tratada a partir da Geografia”. Essa nos parece uma oportunidade para demarcar e demonstrar as motivações pelas quais trazemos à tona a noção de diferenciação e desigualdade **socioespacial** (a despeito de outras adjetivações), ao mesmo tempo que nos fornece as bases sobre a qual queremos erigir nossa exposição acerca dessa noção e seu par dialético, a diferenciação.

Carlos (2007) aponta que há um deslocamento da análise na passagem do termo diferenciação **espacial**, para diferenciação **socioespacial**, pois passamos a buscar nas determinações sociais as explicações para os processos espaciais.

Na edição da Revista Cidades (2007) à qual nos referimos anteriormente, Marcelo Lopes de Souza (2007) traz uma crítica basilar sobre a visão (apenas de) sobrevoo que os geógrafos podem apresentar ao estudar a diferenciação socioespacial e concluí seu artigo com uma afirmação, que a despeito da sua precisão ou não, nos suscita dúvidas do que de fato significaria o socioespacial no conceito de diferenciação. O autor estabelece uma cisão entre os termos socioespacial (sem hífen) e sócio-espacial (com hífen) para denotar duas compreensões sobre a diferenciação, em que o primeiro revelaria a diferenciação do espaço social e o segundo a diferenciação das relações sociais e do espaço social, em relação.

Anos depois, Igor Catalão (2011) reposiciona o debate, defendendo que a diferença entre as duas formas de compreensão da diferenciação não estaria expressa numa diferença ortográfica, porém, ainda assim expressa um debate teórico-conceitual. Os processos envolvendo a diferenciação do espaço social poderiam ser expressos pelo termo diferenciação espacial. Já a diferenciação socioespacial, se aproximaria daquilo que Souza (2007) cunha como “sócio-espacial”, ou seja, processos que envolvem relações sociais e espaço, e envolve a produção desse espaço no interior de uma sociedade específica, entendida como uma totalidade. “O problema talvez seja [...] que a **diferenciação socioespacial** tenha sido historicamente tratada no sentido de uma **diferenciação espacial**” (Catalão, 2011, p.

179, grifo do autor). Assim sendo, o sentido que queremos dar a essa pesquisa é compreender as diferenciações do espaço e das relações sociais simultaneamente.

Imprimir esse sentido ao conceito é fundamental também para denotar que estamos tratando, por suposto, de produção do espaço e não de organização do espaço, como outrora fora tratado na Geografia. Tal posicionamento tem vários desdobramentos, sendo um deles a necessidade de compreender, nos marcos das relações sociais no espaço, a ação dos agentes sociais que produzem o espaço (Catalão, 2011; Souza, 2007). Para além dos objetos construídos e do ambiente, é preciso compreender quem e como produz o espaço, ou seja, mais do que superar a organização do espaço, é preciso compreender as relações sociais que perpassam e sustentam a produção do espaço.

A passagem da compreensão da organização do espaço para a produção do espaço é basilar para compreender a diferenciação socioespacial como produto social (Carlos, 2007). Isso se aproxima com a afirmação, que trouxemos anteriormente, a diferenciação tem na contemporaneidade uma determinação predominantemente social (Smith, 1988). Ou como cita Milton Santos (2020), atualmente, o natural está contido no social.

Espaço e sociedade não se separam, “pois, a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (Santos, M., 2014, p. 22). Ao defender o uso da noção de formação socioespacial, no lugar de uma formação econômico-social, Milton Santos (2014, p. 33) aponta que o

> O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus movimentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas, e, por isso, torna-se componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Na noção de formação socioespacial, que buscamos nos afiliar, comparecem numa sociedade específica tanto as necessidades externas, de um modo de produção “puro”, tanto quanto as necessidades internas. Nesses marcos, as formações socioespaciais latino-americanas, oriundas da totalidade integrada e diferenciada (nos termos de Luce [2018]) que é o modo de produção capitalista, provocam efeitos práticos na estrutura urbana e se assentam nessa estrutura, alguns deles, como sugeridos, pela superexploração da força de trabalho.

Assim,

> O raciocínio aqui apresentado aponta para uma orientação precisa que é aquela de compreender o espaço geográfico como produção social, isto é, o ato de produção da vida como produção do espaço sinalizando uma compreensão da dialética espaço-sociedade não como dois termos separados, que “entram em relação” [...], mas como um termo se realizando no outro e através do outro (Carlos, 2007, p. 47).

Ou seja, a diferenciação socioespacial da qual nos referimos, trata simultaneamente das diferenças do espaço e das relações sociais (mais precisamente, as relações sociais **dependentes**), estes que estão inscritos na totalidade integrada e diferenciada que é o modo de produção capitalista. Não seria possível a análise das determinações sociais separadas dos seus pressupostos espaciais, na produção e reprodução da diferenciação socioespacial.

2.2 A relação entre diferenciação e desigualdade socioespacial e o urbano

Sendo a divisão territorial do trabalho o processo por meio do qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente, as agências de pessoas, empresas e dos Estado estão intimamente ligados aos lugares nos quais estes atuam (Santos, M., 2020). Como afirmamos anteriormente, a diferenciação tem como base histórica a divisão do trabalho, isto porque os processos de diversificação da natureza são cada vez mais capitaneados pelo social (Santos, M., 2020).

Desde o desenvolvimento das forças produtivas, ao longo do século XIX,

> [...] de modo contínuo, o capital industrial e financeiro iria simultaneamente refragmentar e articular a superfície terrestre, estabelecendo instáveis diferenças socioespaciais, passíveis de apreensão em diversas escalas, entre elas a da rede urbana e a do espaço intraurbano (Corrêa, R. L., 2007, p. 63).

Estas diferenças socioespaciais, como já afirmado, tem origem, numa escala conceitual mais ampliada, na própria divisão do trabalho, ainda que compareçam em suas determinações, “legados histórico-geográficos”, para usar o termo de Harvey (2011).

Desde o início do processo de urbanização e ao longo dele, a diferenciação socioespacial definiria as cidades. Além da divisão de trabalho primária entre cidade

e campo, que dá origem à própria cidade, teríamos também “o reconhecimento de uma divisão social e territorial do trabalho realizando-se no âmbito de cada cidade, tanto quanto uma progressiva ampliação da escala em que essa divisão se estabelece” (Sposito, 2020, p. 125). Entretanto essa divisão altera-se historicamente, de modo que concordamos com Corrêa (2022) que além de uma espacialidade, a diferenciação apresenta uma temporalidade.

Como afirmara Corrêa (2007) são diversas as possibilidades de se analisar a diferenciação socioespacial, e nesta seção consideramos sua produção e relação com a desigualdade socioespacial, sua temporalidade e suas escalas.

A produção de espaço pela sociedade é um momento necessário para que esta se reproduza socialmente, de modo que

> O movimento da realidade apreendido como produção socioespacial aponta o sentido da produção da sociedade que se realiza como apropriação/produção do espaço que, por sua vez, será compreendido como **condição**, **meio** e **produto** da realização da sociedade num movimento intrínseco à reprodução social (Carlos, 2007, p. 50, grifo da autora).

Há uma vasta literatura que indica que a reprodução do capital é produtora de crises que abalam o próprio funcionamento do modo produção, e Harvey nos indica que “o capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão” (Harvey, 2005, p. 64). Nesses marcos, a produção de espaço é condição, meio e produto do desenvolvimento capitalista e para Arlete Moysés Rodrigues (2007), no urbano, a desigualdade socioespacial é expressão e produto da urbanização capitalista, sendo que

> A desigualdade socioespacial demonstra existência de classes sociais e as diferenças de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores de apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres (Rodrigues, A. M., 2007, p. 75).

É muito profícua, pela autora, o uso das aspas na palavra oposição, pois longe de as disparidades entre essas áreas representarem realidades separadas, elas constituem uma mesma totalidade, e como nos trouxe Smith (1988), todo o espaço urbano é unificado pelo mercado de trabalho e diferenciado pelo sistema de renda da terra.

Já apontamos anteriormente, mas é preciso retomar Roberto Lobato Corrêa (2007, p. 63) que afirma que as “diferenças socioespaciais constituem simultaneamente reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista”. A diferenciação seria, para o autor “inevitável” e constituinte da ação humana, sendo que a desigualdade seria o lado perverso daquela, portanto ambas não se confundem (Corrêa, R. L., 2022).

Para Sposito (2020) há um “primado” da desigualdade sobre a diferenciação, no sentido da forma como muitos agentes e atores veem o mundo, o que pode traduzir-se em confusão e dificuldade de distinguir entre um e outro. Carlos (2007) compreende que a desigualdade é que explica a diferenciação, e nos chama atenção que a desigualdade vivida, tem a capacidade de produzir a diferença enquanto negatividade.

> O que parece estar no centro da questão, portanto, é que a produção do espaço se realiza enquanto condição, meio e produto da sociedade capitalista que repousa na desigualdade está no fundamento histórico do capitalismo e se expressa pelo acesso à riqueza *lato sensu* (tanto sua produção, quanto sua distribuição). Nesse sentido, a diferenciação socioespacial é um produto dessa desigualdade que está na origem do processo, revelando, espacialmente, as estratégias de classe (Carlos, 2007, p. 57–58).

A expansão do capital coloca diferentes formações socioespaciais, lado a lado, em comparação, e “a produção da desigualdade é condição e expressão desse movimento” (Sposito, 2020, p. 128). Para a autora, a unicidade[28] ensejada pelo capital parte da ideia de que todos teriam lugar na sociedade do consumo, e aqui as diferenças se “transmutam” em desigualdade e as desigualdades revelam as diferenças do poder de consumo, da capacidade de decisão ou de apreensão do espaço,

> Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade do consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual (Sposito, 2020, p. 129).

[28] O termo é utilizado pela autora nos marcos de M. Santos (2001).

O que se vislumbra, com isso, é que as diferenciações socioespaciais representadas pelos indicadores sociais (como será exposto na Seção 3), não tem uma origem natural, mas são produto de um modo de produção que tem na desigualdade a sua premissa.

Ademais, sob a dependência, a desigualdade socioespacial apresenta-se de maneira distinta. Tendo vista que nas formações socioespaciais latino-americanas, dependentes, há uma separação entre as necessidades das massas e a produção[29], existe a impossibilidade da classe trabalhadora de acessar muitos bens de consumo, e o mercado imobiliário é um grande exemplo disso. Desta forma, o que na aparência pode parecer “insuficiências”, pode ser em realidade “deformações”, para usar as expressões de Marini (2000). É preciso ir além da aparência das desigualdades socioespaciais, mesmo que esta não seja nova, ela

> acirra-se com o “sucesso do modo de produção de mercadorias”, com a precarização das relações de emprego no mundo do trabalho, com avanço da tecnologia, com “imagens de cidade-mercadoria competitivas”, incorporadas no imaginário coletivo (Rodrigues, A. M., 2007, p. 78).

A leitura das desigualdades requer ferramentas distintas daquelas para a leitura das diferenças. Sendo conceitos/noções diferentes, confundi-los limita a análise, como aponta Sposito (2020). A autora cita alguns índices e indicadores, asseverando que embora sejam importantes para a ação, não devem limitar a leitura do mundo, não sendo eles próprios (sozinhos) capazes de desvendar as desigualdades socioespaciais. É preciso cuidado para não considerar os indicadores, como eles mesmos, definidores das desigualdades, ignorando-se as suas determinações, ainda que estes sejam fundamentais para a leitura das desigualdades socioespaciais. A relação entre ambos será abordada nas próximas seções: 3 (Indicadores Sociais:) e 4 (As imagens de cidade: a qualidade de vida, os índices e os rankings).

Concordamos com Rodrigues (2007) que para se analisar as desigualdade socioespacial é preciso compreender a sua imbricação com o mundo do trabalho e com a reprodução da vida dos trabalhadores, de modo que ela se concretiza tanto no local de trabalho, quanto no lugar de moradia, o que será esboçado a seguir.

[29] A referência aqui é a categoria da TMD de cisão das fases do ciclo do capital.

Por outro lado, há uma contradição fundamental sobre o espaço, sua produção social em contraposição à sua apropriação individual. A diversidade de formas espaciais apresentadas na cidade, tanto dos diversos tipos de habitação, quanto dos diversos tipos de equipamentos e serviços coletivos são fruto da produção diferenciada das cidades, refletem na capacidade de diferentes indivíduos de acessá-lo (Rodrigues, A. M., 1997), de modo que,

> o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível que determina o acesso diferenciado da sociedade a ela, gerando conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos (tanto no campo quanto na cidade). No cerne desse conflito, encontramos a diferenciação espacial traduzida como desigualdade socioespacial (Carlos, 2007, p. 57).

Arlete Moysés Rodrigues (1997) indica que a terra urbana é uma mercadoria especial, uma mercadoria sem valor, mas que possui preço, isso porque aquilo que se faz sobre a terra ou dela se extraem são fruto do trabalho, mas a própria terra não é. Assim, “a renda se constitui num tributo que se paga ao proprietário da terra, e que resulta do monopólio da terra por uma classe ou fração de classe” (Rodrigues, A. M., 1997, p. 20). Nela combinam-se a renda diferencial na terra urbana, seja aquela decorrente de sua localização ou pelo trabalho incorporado na sua conversão em terra urbana.

A cidade, nesse sentido, constitui-se numa produção social, seja pelo pagamento direto ou indireto de taxas ou impostos ou pela produção de sua própria casa cidade (Rodrigues, A. M., 1997). Isso porque a valorização de um lote urbano independe do que seja realizado sobre ele, pois valoriza-se com o trabalho que é socialmente feito em toda a cidade (em terrenos vizinhos ou não).

É nos marcos da produção da habitação como produção social da cidade que a autora inscreve a autoconstrução da habitação, feita pelos trabalhadores, seus familiares e amigos, em horários de descanso ou aos finais de semana. Como já frisamos em item anterior, a autoconstrução pode ser compreendida como um dos efeitos da superexploração dos trabalhadores. Como afirma Rodrigues, “de alguma forma é preciso morar” (Rodrigues, A. M., 1997, p. 11) e para que isso se realize sob as condições diferenciadas de exploração da classe trabalhadora na América Latina, esses trabalhadores recorrem à meios próprios de provisão habitacional.

Ainda que recorram à aquisição de material de construção civil e à do terreno pelo mercado (formal ou informal), o trabalho vivo que executa as edificações não é remunerado, mas ainda assim, contribui para a produção social da cidade. Mesmo esse trabalho não sendo remunerado, ele é capturado pelo capital por meio da não remuneração da provisão habitacional, ou seja, não se remunera adequadamente a reprodução da vida do trabalhador. Rodrigues (1997) nomeia isso de “sobre-trabalho” e Oliveira (2011) de “supertrabalho”, propomos a análise desse processo à luz da superexploração da força de trabalho, nos marcos da TMD, tarefa essa que apenas esboçamos neste trabalho, mas que não nos aprofundaremos. Uma análise mais atual desse processo, deveria considerar como essas iniciativas foram incorporadas aos programas habitacionais estatais, tal como o Programa Lote Urbanizado, da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEHAB-MS).

A valorização da terra, como um todo, na cidade é um dos efeitos desse processo, beneficiando também aqueles que dispõem de terras na cidade apenas pelo seu valor de troca, pouco importando seu valor de uso, denotando que o processo de diferenciação socioespacial é contraditório, mas ainda assim, necessário à produção do espaço (Carlos, 2007) .

A desigualdade socioespacial pode ser lida como um resultado da superexploração da força do trabalho, que tem resultados diretos na reprodução da vida do trabalhador, o que vai muito além da pura pauperização. Por outro lado, a cisão dos ciclos de capital expressa-se também em diferentes possibilidades de acesso à cidade, asseverado pela transformação da cidade em produto vendido no mercado.

É preciso, ainda, analisar a espacialidade e a temporalidade da diferenciação socioespacial. Corrêa (2007) nos elucida que sendo uma construção social, há três acepções de escala: a de dimensão, a cartográfica e a conceitual.

Em se tratando da escala para compreender a contemporaneidade, Carlos (2007) aponta que há um “movimento em direção ao mundial”, de modo que sob a mundialização o modo de produção capitalista realiza o que possuía enquanto virtualidade: a possibilidade de expandir por todo o mundo. Nesses marcos, ocorreria a “produção de um espaço mundial e uma sociedade urbana, também ela, mundial” (Carlos, 2007, p. 50). Num cenário em que

> há crescente ampliação das relações econômicas em escala internacional, mediadas por novos sistemas técnicos e, principalmente, por práticas políticas e interesses de grandes grupos econômicos, o que exige ampliar a escala de compreensão das ações e dos fluxos que as revelam e as sustentam (Sposito, 2020, p. 127).

A competividade entre cidades, que será abordada na Seção 4, ocorre num cenário da mundialização das relações sociais e de produção. Nesses marcos, as imagens de cidade que são produzidas para alimentar essa competição, defrontam-se mundialmente na totalidade integrada que é o capitalismo, mas não deixam de participarem de maneira diferenciada, nos marcos da dependência.

Desta forma, a vida econômica também teria passado a ocorrer em escalas progressivamente mais abrangentes, fazendo com que a própria ação política (ao menos parcialmente) altere-se também para as mesmas escalas (Sposito, 2020). Mesmo que “diferentes atores e agentes [operem] (por vezes habilidosamente) em diferentes escalas” (Harvey, 2011, p. 113), são os agentes hegemônicos que têm maior facilidade de pensar e agir globalmente. São esses agentes, que como veremos, se beneficiam da produção de imagens-marca da cidade e da competividade urbana, por ela alimentadas.

Entretanto, é importante registrar que os movimentos sociais, tal como os Zapatistas, citado por Harvey (2011), se apropriam das técnicas próprias da globalização para sua ação política e como já apontamos (Seção 1.1), efetivamente, produzem escalas. O Fórum Social Mundial (FSM) – Um outro mundo possível, se propõe, há duas décadas, a refletir e organizar a resistência frente a globalização perversa[30] e contraofensiva neoliberal (FSM, [*s. d.*]). A atuação desses movimentos é fundamental, pois

> A desigualdade socioespacial se agudiza com a chamada acumulação flexível do capital e predomínio do neoliberalismo. [...] A adoção da cartilha neoliberal acentua a desigualdade com a precarização das relações de trabalho, privatização de serviços públicos, o acesso focalizado aos setores de equipamentos e meios de consumo coletivo (Rodrigues, A. M., 2007, p. 79).

Também os indicadores sociais passaram por uma ampliação de suas escalas de abrangência, com uma tentativa de elaboração de sistemas mais amplos, ao longo

[30] Referência a uma das acepções de globalização apontada por M. Santos (2001).

dos anos 1960. Tal processo foi revelador do descompasso entre desenvolvimento econômico e necessidades sociais da população (Delcol, 2016a; Jannuzzi, 2006).

Nesse cenário, a compreensão de como e por quem as desigualdades socioespaciais são produzidas requer a articulação entre diversas escalas conceituais, isto porque “nada pode ser explicado apenas numa escala, mesmo que estejamos nos referindo à escala internacional” (Sposito, 2020, p. 130). Há diferenciações socioespaciais nas mais variadas escalas e entre elas.

Ainda que do ponto de vista da representação cartográfica, trabalhemos com o espaço intraurbano, buscando-se dados e informações que demonstrem diferenças no interior da cidade de Campo Grande, temos buscado ao longo de toda essa exposição articular as diversas escalas. Isso ocorre porque os processos que sustentam ou solapam as desigualdades socioespaciais podem não convergir com os limites do seu perímetro urbano. A Figura 3 busca representar que não se trata apenas de aumentar a escala (no sentido de dimensão).

Figura 3 - Diferentes formas de se "olhar de longe"

Legenda: (a) “Nascer da Terra”: foto capturada Bill Anders, tripulante da Apollo 8, em 1968. Fonte: NASA (1968).
(b) Área central de Campo Grande (MS), ortofoto de 1966. Fonte: SISGRAN (2023).
(c) Casas do bairro Maria Aparecida Pedrossian, Campo Grande (MS), ortofoto de 2013. Fonte: SISGRAN (2023)

Uma justificava para tal procedimento pode ser encontrada em Souza (2007), que afirma que a escala não pode ser um limitador da análise das relações sociais. A saída para não reproduzir a “visão de sobrevoo” – que privilegiaria mais a produção do espaço em detrimento dos produtores do espaço – não é (apenas) o “olhar de perto” – que nos cegaria acerca de poderosas forças institucionais e estruturais – é a **combinação de escalas**.

2.3 Práticas, processos socioespaciais e os agentes sociais

As noções de prática e processo socioespacial podem nos ser úteis para compreender as ações de determinados agentes sociais frente a produção e uso dos indicadores sociais, investigando se o resultado de tais ações são diferenciadores do espaço ou se diminuem ou acentuam as desigualdades socioespaciais.

Concordamos com Souza (2007) que estabelecer uma linha divisória do que seria prática social e prática espacial seria arbitrário e demasiado formalista. Como já abordado em 2.1 (O adjetivo socioespacial), não havendo separação entre espaço e sociedade, não é possível fazer essa cisão entre o que seria prática espacial e social, sendo mais adequado, por tanto, o termo como Carlos (2007) adota, prática socioespacial.

Utilizando o termo prática espacial, Corrêa (2007) compreende que estas são ações espacialmente localizadas, sendo pensadas e perpetradas por agentes sociais concretos. As práticas não seriam necessariamente sistemáticas e regulares e são definidas por uma escala. A diferença entre prática e processo socioespacial seria sua extensão no tempo e no espaço:

> A singularidade da prática espacial transforma-se, pela ação sistemática, regular e de maior escala temporal, envolvendo uma ampla porção do espaço, em processo espacial. As práticas espaciais, no entanto, e à semelhança dos processos espaciais, são meios pelos quais a diferenciação socioespacial pode ser alterada, mantida ou ainda, de modo específico às práticas espaciais, pode estar sendo anunciadas alterações (Corrêa, R. L., 2007, p. 68–69).

Para José Borzachiello da Silva (2007), é a partir da prática espacial que o cidadão compreende e se insere no lugar, no seu “mundo imediato”. “Base de sustentação da vida” é como Carlos (2007, p. 45) define prática socioespacial,

entretanto, entre os diversos agentes sociais que produzem a cidade essas práticas são profundamente distintas e com diferentes resultados.

Corrêa (2007) define três tipos de prática espacial: seletividade espacial; fragmentação-remembramento espacial e antecipação. A estas que deveriam ser acrescidos outras, segundo o autor, que só seriam compreendidas através da análise dos agentes sociais.

A prática socioespacial se revelaria na justaposição da morfologia social e morfologia espacial, de modo que a primeira seria promovida pela diferenciação da sociedade em classes, e a segunda pela diferença nas formas de acessos aos espaços da vida, por meio do uso (Carlos, 2007). Além disso, a autora destaca dois elementos sobre a prática socioespacial na contemporaneidade:

1. A redução do humano e da vida na cidade à mercantilização da cidade, o que pode ser expresso pela “cidade como mercadoria”;
2. O imbricamento do planejamento da cidade sob a lógica do econômico, que está vinculada às necessidades globais, reforçando-se a relação centro-periferia (e a nosso ver, aprofundando a dependência).

A preparação das cidades para o mercado mundial, que passa pela transformação da cidade em produto, nos termos de Fernanda Sánchez (2010) é uma prática e um processo que aprofunda as desigualdades, haja vista que nem todos os agentes sociais tem a capacidade de se articular com o global e se beneficiarem da competição entre as cidades. A preparação das cidades para integrarem o circuito de “venda” das cidades é resultado de práticas pensadas e estruturadas para tanto. Por outro lado, as cidades são impelidas a se adaptarem às necessidades que emanam da reprodução do capital em todo mundo, de modo que sistemas de ranqueamento levado a cabo pelo Estado (que comumente produz os indicadores sociais) e por empresas de consultoria (que produzem *rankings* e títulos) conduzem diversos agentes a adequar as diversas porções da cidade à essas necessidades. Pois, como afirma Sposito (2020), há uma “não coincidência entre as escalas dos interesses econômicos, as da ação política e as da vida social”, ainda que escalas estejam sendo produzidas, destruídas ou reconstruídas continuamente (Harvey, 2011).

Assim, as práticas socioespaciais, na contemporaneidade, apresentam-se de maneira contraditória, entre as necessidades econômicas e políticas e as necessidades de reprodução da vida da maioria da população. Por outro lado, a

permanência e ganho de escala das práticas socioespaciais de determinados agentes pode dar indicativo de sua transformação qualitativa em processo socioespacial.

Diferentes grupos sociais atuam no espaço, com seus objetivos, desejos e necessidades, o que pode revelar estratégias de classe e, nos marcos da mercantilização do espaço, este processo é prenhe de conflitos (Carlos, 2007). A compreensão do espaço urbano passa pela análise de sua produção e consequentemente de seus produtores[31] e as práticas socioespaciais por eles perpetradas.

É de Corrêa (1989) o esquema que distingue cinco categorias de agentes sociais: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Matizaremos os agentes sociais aludidos com aquilo que Emilio Pradilha Cobos (2013) chamou de capital financeiro-imobiliário. Ademais, a transformação da cidade em coisa intercambiável no mercado faz com que novos agentes emerjam, como expõe Sánchez (2010).

Por certo que a relação entre esses agentes é permeada por conflitos, e Rodrigues (2007, p. 75) aponta que na matriz discursiva dominante, o Estado pairaria acima "das contradições e conflitos que produzem e reproduzem a desigualdade socioespacial", além disso, neste mesmo discurso,

> o desenvolvimento é promovido pelos agentes tipicamente capitalistas de produção do espaço urbano e pelo Estado. Os agentes não tipicamente capitalistas, como os que produzem a cidade com autoconstrução, mutirão, favelas, ocupações coletivas, parecem ser apenas os causadores dos problemas (Rodrigues, A. M., 2007, p. 75).

No entanto, há uma sinergia, no espaço urbano, da atuação do capital financeiro-imobiliário (Cobos, 2013) e do Estado para manter o ordenamento deste espaço, de modo que a racionalidade do primeiro é substituída pela lógica política do planejamento urbano, em momentos pontuais (Smith, 1988).

Como se verá na Seção 4, no processo de produção e uso de informações sobre a cidade, na clivagem de uma determinada imagem de uma cidade e na inserção do espaço urbano no mercado mundial de cidades comparecem um conjunto

[31] Aqui nos inspiramos à problematização feita por Souza (2007), de que profissionais de Geografia e Arquitetura privilegiam mais o espaço do que sua produção, "negligenciando" os seus produtores ("agentes/atores").

de agentes, muitos dos quais que não foram descritos por Corrêa (1989). Podemos separá-los entre: aqueles que se apropriam da renda da terra; o Estado e; os movimentos de contestação. No primeiro grupo estão presentes agências multilaterais, empresas de consultoria, empresas concessionárias de serviços públicos e do capital financeiro-imobiliário. Na seção a que se aludiu, buscaremos identificar esses agentes, suas práticas socioespaciais e o interesse destes nesses processos.

Nesses marcos, compreender os instrumentos utilizados na produção do espaço urbano, bem como identificar os seus produtores, nos auxilia a ampliar a compreensão da própria produção das desigualdades socioespaciais.

3 INDICADORES SOCIAIS: O ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA URBANA EM ANÁLISE

Ainda que as bases conceituais do que viria a ser chamado de indicadores sociais remontem a segunda e terceira décadas do século XX, é somente nos anos 1960 que eles seriam utilizados de maneira ampla. Desde a sua concepção, foram vistos como instrumentos para compreender as mudanças sociais ocorridas na sociedade estadunidense do período entre guerras e sua utilização *de facto*, nos 1960. Tal utilização tem como pano de fundo a eminente crise do Estado de Bem-Estar social e as gritantes disparidades entre os países centrais do capitalismo e os países do terceiro mundo (como eram nomeados) naquele período, dentre eles os países dependentes.

No Brasil, a definição mais utilizada de um indicador social é aquela apresentada por Paulo de Martino Jannuzzi (2006, p. 15, grifo nosso), para quem

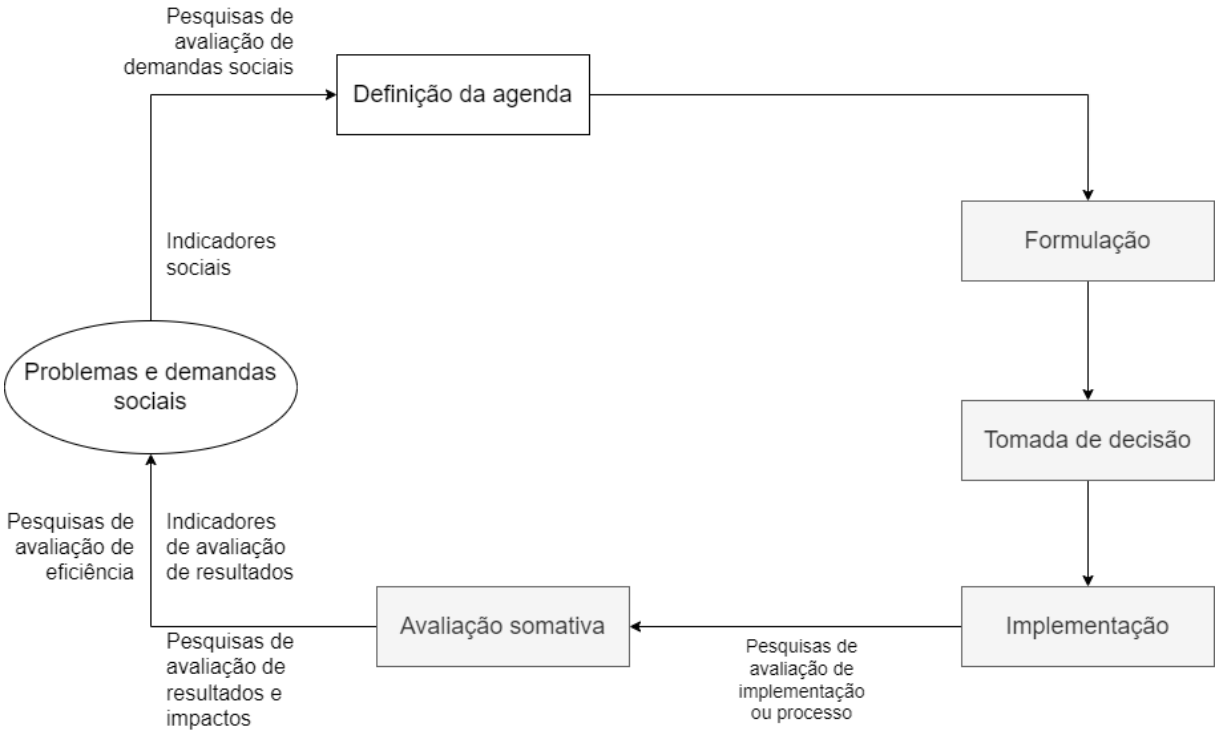
> Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa **dotada de significado social substantivo**, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programática (para formulação de políticas públicas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da **realidade social** ou sobre **mudanças** que estão se processando na mesma.

Nesse sentido, ao longo deste capítulo, buscaremos compreender os conceitos que o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) de Campo Grande busca operacionalizar, através da análise das dimensões e indicadores que o compõe, de seu interesse programático e quais são as mudanças ou partes da realidade social que este indicador busca captar. Traremos, também, outras experiências de mensuração da qualidade de vida urbana, realizadas em algumas cidades brasileiras. Esse procedimento se faz necessário para que, na Seção 4, possamos compreender como os indicadores sociais e rankings são apropriados, operacionalizados, funcionalizados para a produção de uma determinada imagem de cidade, numa operação, que como veremos, descola-se de uma operacionalização teórica ou programática (ou seja, para formulação ou avaliação de políticas públicas).

O autor do livro que inauguraria o chamado Movimento dos Indicadores Sociais, define um indicador social como “estatísticas, séries estatísticas e quaisquer outras formas de informação que nos tornam aptos a conhecer onde estamos e para onde

vamos, com respeito aos nossos valores e objetivos, além de prestar-se à avaliação de programas e determinação de seus impactos" (Bauer, 1966, p. 1, *apud* Milléo, 2005, p. 19)[32]. No âmbito das políticas públicas, portanto, os indicadores sociais podem ancorar a formulação de uma política, bem como seu monitoramento e avaliação, são úteis, portanto, em diversos momentos do ciclo de políticas públicas (Jannuzzi, 2005, 2016). A Figura 4 apresenta os momentos nos quais os indicadores são utilizados no ciclo de políticas públicas[33].

Figura 4 - Demanda de indicadores sociais no ciclo de políticas públicas



Fonte: Jannuzzi (2016, p. 38)

Mas um indicador social não se confunde com estatística e para José Carlos Milléo (2005, p. 12) ele "nasce em sintonia com seu tempo e com os requerimentos que o modo de produção capitalista experimentava". A proposição do autor, é que desde seu surgimento, os indicadores sociais expressariam as mudanças ocorridas

[32] BAUER, Raymond. **Social indicators**. Massachusetts: MIT, 1966.

[33] A versão do ciclo de políticas públicas apresentado na referida figura é aquele adotado por Jannuzzi. Leonardo Secchi (2013), informa que existem diversos modelos para este ciclo, e ele adota o modelo composto pelas fases: identificação do problema; formulação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação e; implementação. Ainda que o modelo de Secchi (2013) seja diferente, há grande similaridade ao modelo usado por Jannuzzi(2016) e, portanto, os indicadores poderiam ser aplicados em ambos os modelos.

no modo de produção capitalista, de modo que o seu aparecimento e uso estaria atrelado à crise do fordismo e do Estado de Bem-Estar social.

Fazendo um paralelo com as asserções de Milléo (2005), a compreensão de um indicador social recente pode ser revelador dos processos e mudanças engendradas no modo de produção capitalista no seu estágio atual. A produção, uso e apropriação contemporâneos dos indicadores sociais podem explicitar uma temporalidade, necessidades e características específicas do neoliberalismo. Outrossim, os indicadores sociais podem ser instrumentos utilizados em processos urbanos (para nos restringir à Geografia Urbana), que ampliam a relação de dependência, nos marcos do TMD, o que será demonstrado empiricamente na Seção 4.

Nesta linha de pensamento, Daniel Godoy (2019) compreende um indicador social como um objeto técnico, entendimento que vai além daquele que o delimita como um instrumento de uma teoria social, e o posiciona como um elemento importante na constituição de um espaço racional, isto porque

> os indicadores não são mais observados cientificamente como meras representações do social e do espaço. Mas, como objetos que fazem parte de uma complexa rede técnica configurada em sistema de fluxos de ações mediadas por objetos técnicos, produzidos para capturar simbolicamente o social e o espaço para sua transformação, criando um meio técnico-científico informacional configurado por sistema de "espaços de representações"[34] (Godoy, 2019, p. 32).

Ou seja, mais do que retratos ou representações que se possam erigir sobre um espaço, os indicadores sociais constituem também o espaço das representações, dos técnicos que produzem o espaço. Essa interpretação poderia ser lida como um desdobramento da finalidade programática apontada por Jannuzzi (2006).

Nesse sentido, identificamos os indicadores sociais como uma importante ferramenta da ação política, seja do Estado ou de outros agentes que incidem sobre a produção do espaço urbano (para nos limitarmos ao escopo deste trabalho). Assim, os indicadores não são instrumentos neutros, mas produzidos com uma intencionalidade. Podem, de um lado, serem ferramentas no ciclo de políticas públicas, inclusive como uma ferramenta para os movimentos sociais que atuam na

[34] A referência aqui é ao termo como utilizado por Henri Lefebvre, **La produción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

produção do espaço urbano, mas podem também ser aproveitados para outros interesses de reprodução do capital, o que será, em parte, demonstrado na Seção 4.

Ao longo desta seção buscaremos demonstrar que o indicador social, sobre Campo Grande (MS), que aqui se coloca em tela, pode ser utilizado como um instrumento de representação da diferenciação socioespacial, e como tal, o IQVU é uma medida quantitativa da realidade social, mas é também um objeto na própria constituição dessa realidade social. Ao longo da seção seguinte, 4, buscaremos demonstrar uma relação dialética entre a representação da diferenciação por meio desses indicadores e a produção da desigualdade socioespacial, quando estes são utilizados para produção de imagens de cidade.

Como aponta Dirce Koga (2011), não basta compreender apenas as formas de cálculo dos indicadores, suas metodologias, mas é preciso examinar as premissas que os sustentam. Jannuzzi (2006) sintetiza algumas classificações e propriedades desejáveis que perpassam um indicador social. A Figura 5 apresenta algumas classificações dos indicadores sociais utilizados em políticas públicas.

Figura 5 - Classificações usuais de indicadores para políticas

Indicador Simples/composto
Indicador descritivo/normativo
Indicador quantitativo/qualitativo
Indicador objetivo/subjetivo
Indicador insumo/fluxo/produto
Indicador esforço/resultado
Indicador performance/estoque
Indicador eficiência/eficácia/efetividade/efetividade social
Indicador absoluto/relativo

Fonte: Adaptado a partir de Jannuzzi (2006, p. 25).

A existência dessas categorias está em sintonia com a compreensão apresentada do autor de que diferentemente de uma estatística pública, um indicador social é contextualizado numa dada Teoria Social (de interesse científico) ou formulado com uma finalidade programática (para a utilização em políticas públicas). Assim, para ser utilizado, um indicador social deveria apresentar ao menos algumas das propriedades desejáveis apontadas na Figura 6.

Figura 6 - Propriedades desejáveis dos incadores sociais

Relevância social	**Inteligibilidade de sua construção**
Validade	**Comunicabilidade**
Confiabilidade	**Factibilidade para obtenção**
Cobertura	**Periodicidade**
Sensibilidade	**Desagregabilidade**
Especificidade	**Historicidade**

Fonte: Adaptado a partir de Jannuzzi (2006, p. 28).

Trazendo indicadores para o ciclo de avaliação de políticas públicas, mais especificamente para a etapa da avaliação[35], e pautando-se num manual do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Secchi (2013) aponta as seguintes “qualidades desejáveis” de um indicador: validade; confiabilidade; simplicidade; acessibilidade; e estabilidade. O autor também utiliza classificações para os indicadores, que guardam semelhanças com aquelas empregadas por Jannuzzi (2006).

Evitaremos aqui uma reprodução da discussão já realizada pelos autores citados sobre as propriedades e classificações dos indicadores utilizados em políticas públicas, o que pode ser facilmente encontrado em Jannuzzi (2006) e Secchi (2013), dentre outros. Há também farto material oriundo do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o assunto. Há, portanto, técnicas e métodos que perpassam não só a produção, mas também o uso de indicadores sociais.

Haja vista que utilizaremos o IQVU de Campo Grande como centro da nossa análise das desigualdades socioespaciais na cidade, faremos, na sequência, uma análise pormenorizada de como esse indicador adere às classificações e propriedades apresentadas na Figura 5 e na Figura 6. Para ampliar o ferramental de análise, traremos, num segundo momento, outras experiências de indicadores de qualidade de vida intraurbanos, utilizados em outras cidades.

Seria, inclusive, forçoso atribuir o *status* de conceito para **qualidade de vida**, sobretudo partindo dos indicadores aqui apresentados, ainda assim, buscaremos na

[35] Numa brevíssima síntese, a avaliação pode ocorrer antes da implementação da política pública (*ex ante*), pode ocorrer durante a implementação, sendo nomeada também de monitoramento ou avaliação formativa, e pode ocorrer após a extinção da política pública (*ex post*) (Jannuzzi, 2016; Secchi, 2013).

literatura algumas asserções sobre essa noção, que como demonstraremos nessa Seção 3 e na Seção 4, são utilizadas diversas estratégias que buscam mensurá-la

3.1 A qualidade de vida e sua mensuração

A elaboração de indicadores sociais, ou composição de um sistema de indicadores ou índice, de qualidade de vida, requer uma delimitação desta noção, de modo que ela possa ser operacionalizada[36] em uma medida social. No quadro que se apresenta nesta seção, busca-se uma conceituação que considere a qualidade de vida como uma medida intraurbana, utilizada com finalidade programática, para aplicação em alguma das etapas do ciclo de políticas públicas.

O que se destacará, a frente, é que a qualidade de vida engloba aspectos objetivos e subjetivos, sendo variável em cada comunidade. É, também, variável entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (incluídos aí os países dependentes). Assim, reforça-se a necessidade da participação popular no estabelecimento de temas e pesos (quando se fala de em índice) na elaboração dessa medida social. O que se buscará frisar, é que a qualidade de vida é uma noção socialmente construída e socialmente referenciada.

A qualidade de vida possui

> diversas abordagens possíveis: as de caráter econômico, as relacionadas às condições ambientais e de sustentabilidade, as que consideram aspectos de percepção subjetiva de qualidade de vida, entre outras (Karruz; Keinert, 2009, p. 158).

No mesmo sentido, Claudete de Castro Silva Vitte (2009) sublinha a existência de concepções de qualidade de vida a partir de aspectos subjetivos e objetivos. Estes últimos seriam elaborados a partir de necessidades básicas ou fundamentais das pessoas. A qualidade de vida, além disso, deveria considerar horizontes desejáveis e aspirações e, nesse sentido, tal concepção ancora-se, também, em percepções individuais e coletivas. Há uma convergência entre diversos outros autores em considerar a percepção e aspectos subjetivos no delineamento da qualidade de vida, para além de aspectos materiais (Karruz; Keinert; Keinert, 2002; Keinert; Keinert;

[36] “entendendo-se por operacionalização a busca de indicadores concretos, empíricos, capazes de traduzir e permitir encontrar na prática os conceitos teóricos e as variáveis envolvidas na temática em questão” (Karruz; Keinert, 2009, p. 164).

Feffermann, 2009; Nahas, 2009; Vitte, A. C., 2009). C. C. S. Vitte (2009) defende que o mero atendimento das necessidades básicas não é o suficiente para garantir uma qualidade de vida em plenitude, ou, noutros termos, uma vida com qualidade. Ainda é possível pensar, numa definição mais abrangente de qualidade de vida, que seria

> o grau de bem-estar individual e em grupo, determinado pelas necessidades básicas da população. Tal definição aponta a relação entre qualidade de vida e satisfação das necessidades, sendo o grau de satisfação das necessidades o elemento definidor dos níveis de qualidade de vida (Vitte, C. de C. S., 2009, p. 91).

Portanto, aponta-se, com frequência, o atendimento das necessidades básicas da população como norteador da qualidade de vida. Erik Allardt (1993, apud Vitte, C. de C. S., 2009)[37] delimita as necessidades em ter, amar e ser. Aquelas que seriam consideradas as mais primárias, vinculadas ao ter, incluiriam: “os recursos econômicos”; “as condições de moradia”; “emprego”; “condições de trabalho”; “saúde”; “educação” (E. Allardt, 1993, p. 89, apud Vitte, C. de C. S., 2009, p. 92).

Não abordaremos as necessidades amar e ser deste autor, pois nem mesmo aquelas vinculadas ao ter são plenamente atendidas nos países dependentes, como a própria existência da categoria da cisão das fases do ciclo de capital, da TMD, evidencia. Nos países dependentes, nem sempre as necessidades mais básicas, aquelas à sobrevivência, nos termos de A. Maslow[38], são atendidas, para não falar nos níveis superiores. Os países centrais do capitalismo, tendo em vista a exploração apontada através das categorias da TMD (consultar Seção 1), podem buscar, falando em termos de qualidade de vida, outras necessidades, para além das básicas, que garantem sobrevivência. Em síntese, podem mais abertamente discutir o amar e o ser de E. Allardt (1993, apud Vitte, C. de C. S., 2009) e o 4 níveis superiores de A. Maslow. Jannuzzi (2006), contextualizando os indicadores subjetivos de qualidade de vida em sociedades em que as necessidades básicas estão **plenamente atendidas**, aponta que estes podem partir de um amplo levantamento das percepções individuais, sobre

---

[37] ALLARD, Erik. Having, Loving, Being: An alternative to the swedish model of Welfare State. *In*: NUSSBAUM, Marth; SEM, Amartya (orgs.). **The quality of life**. Oxford: Claredon Press, 1993.

[38] Este autor, “propõe uma hierarquia das necessidades em cinco níveis. O nível primário é o das necessidades básicas, aquelas relacionadas à sobrevivência. O secundário corresponde às necessidades de segurança no ambiente. O terceiro nível relaciona-se à necessidade de pertencimento e amor, do afeto nas relações pessoais. O quarto nível é o da estima, relativo à necessidade de reconhecimento e posição social. O quinto nível é o da autonomização” (Vitte, C. de C. S., 2009, p. 92).

diversos aspectos da existência humana (incluídas aí as necessidades básicas), bem como as aspirações pessoais. Assim,

> No caso dos países desenvolvidos, as discussões sobre qualidade de vida compreendem, por exemplo, a degradação do meio ambiente ou deseconomias resultantes da urbanização. Já nos países em desenvolvimento, as mesmas discussões concentram-se na possibilidade de redução da pobreza absoluta e relativa, bem como na satisfação das necessidades básicas (por exemplo, acesso à alimentação adequada, ao abastecimento de água e o serviço de esgotamento sanitário, à assistência médica, etc.). Assim, seria legítimo afirmar que qualidade de vida em lugares onde ainda não foram satisfeitas as necessidades básicas da população é equivalente à garantia de um mínimo de **quantidade** (Peñaloza Fuentes, 1990, p. 16-17, apud Karruz; Keinert, 2009, p. 160)[39]**.**

Em outras palavras, a qualidade de vida é variável, numa escala mais ampliada, de acordo com o grau de dependência de um país. Além disso, "a percepção de problemas, da qualidade de vida, da vida da cidade varia entre os diferentes grupos sociais" (Jacobi, 1999, apud Vitte, C. de C. S., 2009, p. 98)[40].

Maria Inês Pedrosa Nahas (2009) propõe pensar a qualidade de vida como articuladora dos bens de cidadania e qualidade ambiental. Os bens de cidadania se aproximam do que seriam as necessidades básicas, haja vista que se relacionam com o acesso a direitos e serviços básicos em um determinado território. No que tange a mensuração da qualidade de vida, os bens de cidadania poderiam ser expressos no acesso espacial e social desses bens. Outrossim,

> O que chama atenção é que os debates sobre os critérios e as necessidades de construção de instrumentos para a medição de qualidade vida ou mesmo de qualidade ambiental surgem justamente no momento em que muitas matrizes de concepções sobre a atual fase de reestruturação capitalista ou globalização afloram no debate internacional, como, por exemplo, o fim da história, as novas concepções sobre o sentido de público, o fim dos territórios, concomitante ao momento em que os lugares estão sendo ressignificados por uma nova lógica da acumulação capitalista, voraz por recursos naturais e cada vez mais excludente espacial e socialmente, mediada muitas vezes por ações militares e intervencionistas (Vitte, A. C., 2009, p. 116).

---

[39] PEÑALOZA FUENTES, Verônica Lídia. **Condicionantes socioeconômicas da mortalidade infantil**: Estado de São Paulo, 1960-1984. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

[40] JACOBI, Pedro Roberto. **Cidade e meio ambiente**: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo: Annablume, 1999.

Nesses marcos, a conceituação da qualidade vida, não deveria ser dissociada da análise da natureza e do seu significado na constituição simbólica da modernidade. Entretanto, como se verá na Seção 4, a qualidade de vida é acionada no processo de mundialização das cidades, mas para produção de imagens de cidade que são necessárias para a venda das cidades num amplo mercado de cidades.

Por outro lado, A. C. Vitte (2009), partindo da noção de sujeito de Touraine, compreende que a qualidade de vida pode ser um instrumento para avaliar as potencialidades e oportunidades que cada comunidade possui. Isso se trata de pensar a diferenciação socioespacial, evidenciada na mensuração da qualidade de vida, como uma oportunidade de construção da cidadania e liberdade, nos termos do autor. Mas cabe frisar que, como já apontado, a diferenciação socioespacial, sob o capitalismo, em sua reprodução, é convertida em desigualdade socioespacial.

Ainda assim, nos deteremos nesses aspectos de potencialidade dos lugares vistos a partir da qualidade de vida. Essa potencialidade, propomos, poderá ser aproveitada somente se houver um processo participativo e coletivo da conceituação da qualidade de vida, colocando sujeitos e as comunidades como coautores[41] dos indicadores sociais elaborados para mensurar a qualidade de vida, imprimindo-lhe legitimidade (nos termos de Jannuzzi [2006]) e como um processo catalizador das aspirações e desejos dos sujeitos frentes aos seus lugares.

Em outro momento, defendemos a utilização de metodologias participativas para elaboração de Planos de Bairro, em Campo Grande, instrumentos da política urbana da cidade, reconhecidos no Plano Diretor do município – Lei Complementar n. 341/2018 (Costa, 2021). Nesse sentido, o **processo participativo** para a elaboração dos Planos de Bairro[42] pode ser um espaço adequado para a reflexão e construção de conhecimento dos moradores sobre os seus lugares.

Nahas (2009), abordando a percepção dos usuários, aponta que este seria um mecanismo de incluir os usuários finais[43] na formulação de um indicador de qualidade de vida. Além da definição conceitual e técnica do indicador, essa é uma outra maneira

[41] A inspiração do termo “coautores” vem do texto de Dirce Koga (2016), que ao comentar sobre a participação dos usuários do Política de Assistência Social e outros cidadãos, posiciona-os como coautores, para além de informantes na produção do Diagnóstico Socioterritoral, um instrumento utilizado na elaboração dos Planos de Assistência Social em todas as esferas de governo.

[42] Estes deveriam ser elaborados em 12 meses, a partir da aprovação do Plano Diretor de Campo Grande – Lei Complementar n. 341/2018 (Campo Grande, 2018).

[43] “Usuários finais: são aqueles que, em última análise, serão beneficiados pelos resultados obtidos com o cálculo do indicador. No caso de um instrumento que orienta a distribuição de verbas municipais, os usuários finais são os moradores da cidade” (Nahas, 2009, p. 131–132).

de “promover a participação dos diversos grupos sociais nas decisões políticas que serão tomadas a partir dos resultados obtidos com o cálculo” (Nahas, 2009, p. 136).

Num processo participativo, a população, portanto, poderia eleger os temas que definiriam a qualidade de vida urbana para si, bem como poderiam definir qual o peso de que cada tema terá na constituição de um índice de qualidade de vida, melhorando assim a legitimidade dessa medida social e, também, potencializando seu uso em políticas públicas, fazendo com que o índice resultante cumpra sua finalidade programática.

Essas decisões sobre a composição e o peso dos componentes é, também, de natureza política e deveriam contar com a participação dos usuários imediatos[44] e finais. Como defendido, esse processo pode se assentar em outras práticas de planejamento participativo que tem ocorrido no Brasil, tal como o Orçamento Participativo, incluindo os cidadãos para o processo de formulação, utilização e atualização desses indicadores sociais (Nahas, 2009). A autora aponta que um sistema de indicadores que vise abordar a qualidade de vida deverá ser definido a partir de objetivos e interesses do poder público, bem como da opinião dos usuários finais.

A reflexão se propõe, portanto, vai além da própria medida social, já que

> uma discussão sobre qualidade de vida requer a consideração sobre a necessidade de refundar um “novo” diálogo com as novas racionalidade e razão da sociedade, reintegrando a natureza na cultura e no cotidiano das pessoas. Isso exige nova reflexão filosófica, estética, científica e, acima de tudo, política, com a (re)invenção da cidadania (Vitte, A. C., 2009, p. 118).

Deve-se gerar não apenas mais qualidade de vida, mas também melhor. Noutros termos, é necessária uma melhoria tanto em termos quantitativos, quanto em termos qualitativos. Karruz e Keinert (2009) utilizam a longevidade para operacionalizar a noção de qualidade de vida, que seria entendida como a capacidade de uma comunidade desfrutar de uma vida média longa de forma saudável, ou seja, “viver muito” e “viver bem”. Assim,

---

[44] “Usuários imediatos: são pessoas, grupos ou segmentos sociais para quem o indicador foi formulado, sendo direta e imediatamente beneficiados pelo processo e pelos resultados. Um instrumento de gestão urbana para a administração municipal tem como usuários imediatos os administradores municipais” (Nahas, 2009, p. 131).

> Além de incorporar a questão da **equidade** na distribuição de bens e direitos (Souza, 1984), a expressão **qualidade de vida** passou a ser utilizada também para designar **aspectos imateriais e intangíveis** da vida humana, colocando-se como contraponto à materialidade das avaliações do desenvolvimento até então restritas a indicadores econômicos (Carmo, 1993). Essas novas dimensões conceituais originaram experiências de mensuração da qualidade de vida por meio de **indicadores sociais**, ou seja, indicadores que avaliassem as condições de vida, tomando como referência a distribuição de bens e recursos materiais que atendessem às necessidades básicas da população (e não apenas a renda e/ou o desempenho econômico daquela sociedade) (Nahas, 2009, p. 124, grifo da autora).

Para fazer frente a esse fracasso dos indicadores sociais, apontados pela autora, por reproduzirem a lógica dos indicadores econômicos, foram adicionados à noção de qualidade de vida, aspectos psicológicos, tais como a percepção da população. A qualidade de vida, seria, portanto, a soma de percepções individuais. Assim, deve-se mensurar, de um lado a quantidade de bens e serviços ofertados, bem como a percepção de como os cidadãos se apropriam ou percebem esses bens e serviços, considerando seus diversos segmentos territoriais, etários, de gênero e classe (Keinert; Keinert; Feffermann, 2009).

É preciso, pois, que a qualidade de vida abranja as necessidades básicas (ou os bens de cidadania), bem como bens coletivos de natureza “menos tangível”, mas que são fundamentais para o bem-estar-social. Ou seja, a noção inclui aspectos sobre as condições materiais necessárias a sobrevivência, tais como saúde, educação, moradia, renda, trabalho, mobilidade, acesso à infraestrutura e serviços urbanos, mas também inclui necessidades subjetivas dos indivíduos e de grupos sociais.

Porém, como se verá adiante, com exceção do caso de Santo André, nos exemplos cotejados na seção 3.2, a operacionalização da qualidade de vida ocorre com indicadores objetivos, haja vista sua maior facilidade de aquisição e processamento. Assim,

> o conceito de qualidade de vida urbana vincula-se, de forma geral, à noção de equidade na distribuição e acesso da população a “bens de cidadania” e à noção de qualidade ambiental visando ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, [...] a abrangência temática do sistema [de indicadores] se define, na prática, por meio de indicadores empregados, observando-se, em geral, grande distância entre os conceitos estabelecidos e a sua efetiva mensuração (Nahas, 2009, p. 135).

É justamente no processo de definição de temas e na escolha dos indicadores que comporão um sistema de indicadores ou índice de qualidade de vida que se observa um estreitamento conceitual da qualidade de vida, incorrendo, por vezes, em profunda simplificação da noção, bem como de imprecisão (ou falta de especificidade, nos termos de Jannuzzi [2006]), oriundo do método de aglutinação (no caso dos índices).

Para encerrar, ainda que compreendamos que a qualidade de vida considera aspectos para além das necessidades básicas (ou dos bens de cidadania), ponderamos que a consideração de aspirações e desejos na composição da qualidade de vida é possível nos países centrais do capitalismo (ou desenvolvidos), haja vista, que como visto na literatura aqui apontada, já passaram pelo atendimento das necessidades básicas.

Nesse sentido, tendo em vista que o que se coloca em tela são indicadores de qualidade de vida em um país dependente, adotaremos uma compreensão mais restrita da qualidade vida, vinculando-a à garantia dos bens de cidadania. Essa é a característica da grande maioria dos indicadores que são apresentados na Tabela 2 (p. 102). Estes, no geral, são georreferenciados e vinculados a alguma unidade espacial intraurbana. Por certo esta é uma redução da noção de qualidade de vida, que deveria considerar as aspirações e utopias dos sujeitos, bem como as potencialidades presentes no território. Ainda assim, como será demonstrado, a abordagem do IQVU de Campo Grande, que se colocará em tela na Seção 3.2, aproxima-se de uma abordagem econômica, não alcançando a miríade de temáticas que compreendem e abrangem a oferta de bens de cidadania.

3.2 O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Campo Grande

O IQVU de Campo Grande é uma medida intraurbana, e estas “se caracterizam justamente pela busca de uma leitura das desigualdades internas dos territórios analisados [...]” (Koga, 2011, p. 115). Antes de nos determos nos resultados do IQVU de Campo Grande e como ele se assemelha ou se distancia de outros índices referidos ao espaço intraurbano, buscaremos analisar o IQVU de Campo Grande, à luz das classificações que um indicador social contém, bem como de propriedades às quais deveria aderir.

Será abordada a finalidade a programática do IQVU de Campo Grande, considerando que, em sua publicização, tal índice é proposto como instrumento para políticas públicas, parte de um sistema de indicadores mais amplo.

Para além da pura constatação dos elementos, a análise dos conceitos que fundamentam os indicadores sociais, tomadas a partir de Januzzi (2006) nos incentiva a fazer sugestões de ajustes nesse índice, bem como no sistema mais amplo de indicadores do qual ele faz parte.

Desde a primeira edição do índice (de 2008, base no Censo Demográfico 2000) está expresso a sua finalidade programática:

> O Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU do Município de Campo Grande/MS surgiu da necessidade de normalização dos indicadores já existentes para **comparação** entre os bairros da cidade e entre os bairros na Região Urbana a qual pertence, **servindo como instrumento para o planejamento urbano** e para uso dos demais gestores públicos da Prefeitura Municipal de Campo Grande (PLANURB, 2008, p. 6, grifo nosso).

Já na segunda edição, calculada com base em dados do Censo Demográfico 2010, é indicado que

> Este índice surge da necessidade de se criar formas alternativas para mensurar o **desenvolvimento do município** e seus bairros tendo vista a qualidade de vida de seus habitantes, servindo assim como um **instrumento para o planejamento urbano**, para os demais gestores públicos da Prefeitura Municipal de Campo Grande, bem como para **informação ao cidadão** (PLANURB, 2013, p. 8, grifo nosso).

Ainda na sua primeira edição evidencia-se uma das suas finalidades, a **comparação** entre os diferentes bairros da cidade. Esse elemento é reforçado pois em ambas as edições é utilizado o termo "*ranking*" para a classificação dos bairros e das regiões.

Fazendo um paralelo à afirmação de Sposito (2020, p. 129), ao se estabelecer uma comparação, o espaço urbano é unificado a partir da ideia de que todos teriam acesso a essa qualidade de vida, nisso, as diferenças entres os lugares "transmutam-se" em desigualdade, e as desigualdades revelam diferenças no poder de consumo ou de apropriação do espaço. Nesses marcos não é trivial relembrar que nos termos da teoria oscilatória do desenvolvimento desigual, proposta por Neil Smith (1988) a diferenciação socioespacial na escala da cidade é expressada pelo sistema de renda

do solo. Assim, deixa-se como um questionamento: esse ranking representaria uma escala de qualidade de vida ou uma escala da renda do solo? Provavelmente ambas e a primeira alimenta a segunda, mas retomaremos essa pergunta em momento posterior. A comparação, assim, visualiza-se como uma finalidade programática desse indicador, ainda que objetivo para essa comparação não esteja absolutamente nítido.

Em sintonia com a proposta dos indicadores sociais, como abordado anteriormente, o IQVU de Campo Grande busca, tem como finalidade programática declarada, também, a mensuração alternativa do desenvolvimento da cidade.

Outra finalidade programática declarada, em ambas as edições, é a sua aplicação no planejamento urbano da cidade, o que estaria em completa consonância com o objetivo dos indicadores sociais de subsidiarem a formulação de políticas públicas e como forma de monitorar as condições de vida e bem-estar da população (Jannuzzi, 2005, 2006, 2016; Secchi, 2013). Entretanto, dois elementos se interpõem quando se observa esse item em maior detalhe: ainda que se faça menções ao termo “qualidade de vida”, a última versão do Plano Diretor de Campo Grande (Campo Grande, 2018) não faz qualquer menção a este indicador, e tão pouco são encontradas menções nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dos anos subsequentes à publicação desse índice[45].

Nesses marcos, não está evidente que o IQVU de Campo Grande tenha sido utilizado na Política Urbana e nem mesmo na definição da destinação de orçamento da cidade, entre os diversos lugares. Com base no material consultado, não se evidencia o cumprimento da finalidade programática do indicador.

Um aspecto que certamente dificulta a utilização do IQVU como instrumento do planejamento urbano é sua periodicidade, por ser constituído de dados censitários, não seria possível calculá-lo (com os indicadores atuais) em um intervalo menor do que 10 anos. Questiona-se, assim, se de fato o IQVU é instrumento no planejamento urbano de Campo Grande, ainda que tenha potencial para tanto. Como veremos, por sua característica, o IQVU de Campo Grande pode ser usado como indicador de resultados, mensurando os impactos, à médio e longo prazo da ação do Estado sobre o espaço urbano, mas um monitoramento mais contínuo dessa política requer indicadores de esforço, efetividade, eficiência e eficácia social. Ou nos termos

[45] Foram consultadas as LDOs de 2009 até 2022.

apontado Secchi (2013), seriam necessário outros indicadores para avaliação dessa política pública.

Uma outra finalidade programática declarada nos documentos do IQVU de Campo Grande é a sua funcionalidade para informação à população. Essa é justamente uma das características dos indicadores sociais, apresentada por Jannuzzi (2006). Os indicadores sociais podem ser ferramentas poderosas para a sociedade civil, sendo um tipo de conhecimento sobre si, um importante guia para ação de toda a população, reduzindo-se a alienação dos lugares. Assim,

> as metodologias de representação das desigualdades, e ao mesmo tempo, de totalidade da cidade contribuem para uma identificação maior dos cidadãos com o lugar ao qual pertencem, permitindo-lhes, ao menos, o acesso ao conhecimento do lugar (Koga, 2011, p. 118).

Cabe sempre destacar as afirmações de Milton Santos (2020) de que é a partir do lugar que as pessoas se vinculam com o mundo. Uma compreensão da totalidade de uma cidade e das desigualdades socioespaciais que a perpassam são fundamentais para compreender a posição de seu lugar na totalidade integrada e diferenciada que é o modo de produção capitalista.

Entretanto, esse conhecimento é apropriado de maneira desigual pelos agentes sociais produtores do espaço urbano e ancoram-se nas escolhas realizadas na formulação desse indicador. Ademais, não é propriamente a sociedade civil quem determina quais serão os elementos abarcados por este indicador.

É preciso frisar que além do IQVU a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), publica um anuário estatístico de todo o município, o **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**, que em 2022 chegou à sua 29ª edição (PLANURB, 2022). Adicionamos o comentário aqui sobre essa publicação, pois acreditamos que esta seja uma ferramenta importante para sociedade civil, do ponto de vista da publicização de informações sobre o município. Ainda que nem todos os dados possam ser atualizados anualmente, é uma ferramenta interessante para divulgação de informações, refletindo também a capacidade do governo municipal de captar e processar informações. Além dos dados censitários e estimativas amostrais, o Poder Público conta com os registros administrativos, que se constituem como matéria prima para a construção dos indicadores.

O município de Campo Grande conta com um Sistema Municipal de Indicadores, o SISGRAN. Este pode ser entendido como um sistema de indicadores sociais, pois

> [à] semelhança do espaço geométrico euclidiano, em que é necessário um sistema de coordenadas para definir um ponto, o espaço social requer um sistema de indicadores, referidos a múltiplas dimensões, para caracterizar um fenômeno social (Jannuzzi, 2006, p. 17).

Nota-se, do ponto da vista gestão da urbana em Campo Grande (MS) um esforço em produzir informações sobre o município, que sirvam também à formulação de políticas públicas, tais como a elaboração de diretrizes orçamentárias, no entanto, a existência dessas informações não se reflete necessariamente em seu uso.

O próprio Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) propôs um sistema mínimo de indicadores sociais urbanos, a serem utilizados nas conferências internacionais HABITAT, que envolvem diversas áreas, tais como: uso do solo urbano; habitação; meio ambiente; desenvolvimento socioeconômico e; transporte urbano.

Além disso, a escolha de quais indicadores sociais irão compor um sistema de indicadores pode ser permeado por consultas às universidades, centros de pesquisa, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e movimentos sociais. Como exemplo, para a cidade de Campo Grande, indica-se o Trabalho de Conclusão de Curso, de Engenharia Ambiental, de Lorena Monteiro de Souza Gomes (2017), que consultou diversos setores da sociedade civil para a composição de um índice de qualidade de vida urbano, denotando que a escolha dos indicadores sociais não é um atributo meramente técnico. Isso não significa que não exista técnica envolvida na sua produção.

Compreendemos que o IQVU, que colocamos em tela, compõe um sistema mais amplo de indicadores, e ainda que trabalhemos mais detidamente sobre o índice, isso não dispensa a realização de outros estudos, mais ampliados, sobre todo o sistema de disponibilização de dados e informações estatística do município de Campo Grande (MS).

Dentro da classificação dos indicadores sociais, propostas por Jannuzzi (2006) e sintetizados anteriormente na Figura 5 (p. 75), o IQVU de Campo Grande é um indicador composto, ou seja, um índice e, desde a sua primeira edição é composto

por quatro dimensões, cada uma das quais compostas por alguns indicadores sociais. A Tabela 1 apresenta as dimensões e os indicadores que compõe o IQVU em suas duas edições.

Tabela 1 - Dimensões e indicadores do IQVU de Campo Grande

Dimensão (2008 | 2013)[46]	**IQVU 2008**	**IQVU 2013**
Educação	Responsáveis pelos DPP com 1 ou mais anos de estudos	Pessoas responsáveis alfabetizadas com 10 ou mais anos de idade em DPP
	Pessoas alfabetizadas com mais de 15 anos de idade	
	Alfabetização das pessoas com idades entre 15 e 24 anos	
Renda e Pobreza | Renda		Rendimento nominal médio mensal dos DPP
	Responsáveis pelos DPP com rendimento nominal mensal	
	Percentual de responsáveis por DPP com rendimento mensal superior a 1 salário mínimo	
	Rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por DPP	
Sustentabilidade Ambiental | Saneamento Ambiental	Percentual de DPP com abastecimento de água	
	Percentual de DPP com esgotamento sanitário via rede geral ou pluvial	
	Percentual de DPP com banheiro ou sanitário	
	Percentual de DPP com coleta de lixo	
Moradia	Percentual de DPP próprios	
	Percentual de pessoas que residem em DPP	
		Número médio de banheiro de uso exclusivo dos moradores em DPP

Legenda:

DPP – Domicílios Particulares Permanentes

Fonte: PLANURB (2008, 2013).

O IQVU, portanto, é um índice social que aglutina quatro dimensões sendo estas, em sua última edição: educação; renda, saneamento ambiental e moradia. Como é um indicador-síntese, a sua elaboração passa por um método de aglutinação, algo que não é trivial em sua elaboração e deixa fortes marcas no resultado. O método de cálculo (incluindo o processo de normalização de valores entre 0 e 1) e o método de agregação é semelhante ao utilizado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado por Amartya Sen e utilizado pela ONU. Assim, o IQVU de Campo Grande utiliza a média como método de agregação. São calculadas as médias dentro de cada

[46] As dimensões que tiveram seu nome alterado entre uma edição e outra do índice têm as duas grafias separadas pela barra vertical (“|”).

dimensão e posteriormente a média entre todas as dimensões. Esse não é o único método de agregação possível e seu uso tem alguns efeitos negativos, como equiparação de elementos amplamente diferentes.

Em outras palavras, o que compõe a chamada qualidade de vida de Campo Grande, leva em consideração de maneira equiparada educação, saneamento ambiental, renda e moradia, sem considerar se uma dessas dimensões tem um impacto maior na qualidade de vida dos moradores, ou se são precisamente esses os elementos que definem a qualidade de vida na cidade. É nítido que essa eleição de temas não abarca o que seriam as necessidades básicas ou bens de cidadania, como apontados na Seção 3.1. Outros índices utilizam sistemas de pesos entre os indicadores ou variáveis diversas, que não seja apenas a média entre os indicadores que compõem o índice. O IQVU calculado por Gomes (2017)[47], citado anteriormente, utiliza um método de agregação diverso, sendo que foram estabelecidos pesos entre os indicadores através de uma técnica estatística chamada Análise de Componentes Principais.

O método de aglutinação não é uma característica acessória de um índice, tendo em vista que a "operação de sintetização da informação social costuma incorrer em perda crescente de proximidade entre conceito e medida e de transparência para seus potenciais usuários" (Jannuzzi, 2006, p. 22).

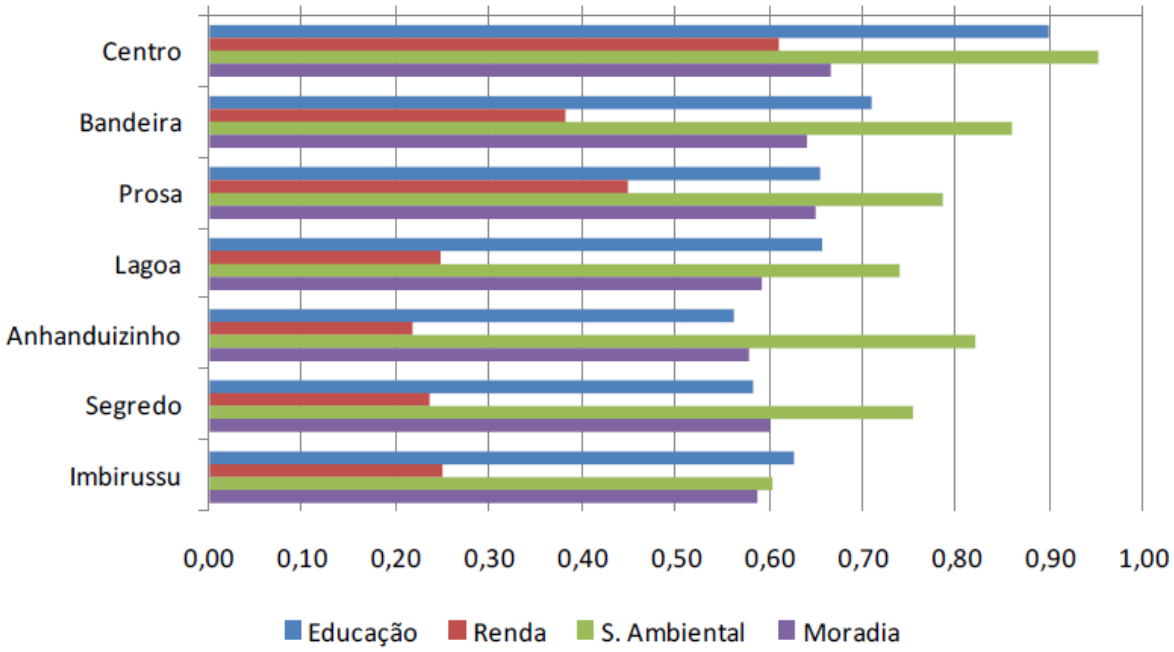
A adoção de um método de aglutinação afeta diretamente a especificidade de um indicador social, ou seja, sua capacidade de representar um fenômeno determinado, pois refletem no seu grau de consistência e grau de associação dos indicadores que o compõe. O fato de o método de agregação do IQVU de Campo Grande ser por média, não aborda de maneira adequada associação/correlação entre os indicadores e dimensões que compõe o IQVU.

A dimensão saneamento ambiental se sobressai às demais no IQVU de Campo Grande. Os valores absolutos calculados para essa dimensão, geralmente, são maiores do que outras dimensões, com exceção da Região Urbana do Imbirussu, como pode ser observado na Figura 7, em relação à 2ª edição do IQVU, em que os valores médios para esta dimensão são maiores que os valores das demais dimensões. Para elucidar, a dimensão saneamento ambiental, por bairro, tem início em 0,17, com apenas cinco bairros com valores abaixo de 0,60, de modo que todos

[47] O índice calculado para a autora tem abrangência municipal, não sendo uma medida intraurbana, entretanto, por se tratar de Campo Grande, julgamos ser valioso trazê-lo para o trabalho.

os outros 69 bairros têm valores entre 0,60 e 0,99. A dimensão renda, por outro lado varia entre o 0,00 e 0,99[48], com um escalonamento de valores maior, de modo que há muitos bairros com baixos valores nesta dimensão e um grupo de bairros com valores mais elevados. Essa característica se reflete também em valores médios para a dimensão renda, em relação às demais, em todas as Regiões Urbanas, ainda que as Regiões Urbanas do Centro e Prosa se sobressaiam.

Figura 7 - Média do IQVU (2013) por Região Urbana de Campo Grande



Fonte: PLANURB (2013, p. 23).

Denota-se, portanto, que a dimensão saneamento ambiental provoca uma elevação, em termos absolutos, no índice final para cada Região Urbana e também para cada bairro da cidade. É preciso destacar, entretanto, que os indicadores que compõem essa dimensão, são, na realidade, sobre saneamento básico, ainda que falte ainda um indicador de drenagem urbana. Para se tratar de saneamento ambiental seria necessário a consideração desses aspectos em relação à natureza, meio ambiente e saúde pública.

O IQVU de Campo Grande é um indicador objetivo e quantitativo, tendo em vista que se utiliza exclusivamente de dados censitários na composição dos

[48] Reforça-se que de acordo com método de cálculo usado, inspirado no IDH, os valores variam entre 0 e 1.

indicadores e dimensões. Essa classificação se contrapõe aos indicadores subjetivos e qualitativos, que consideram a avaliação dos indivíduos ou especialistas, realizadas em pesquisa de opinião ou grupos de discussão. Um dos exemplos é o IQVU de Santo André[49], que é composto sobretudo por dados qualitativos e alguns quantitativos, refletindo a opinião dos moradores no resultado do índice.

Considerando a não existência de neutralidade na eleição dos indicadores sociais que compõe o IQVU, não é difícil defini-lo como normativo, mas trazendo a tipologia adotada por Dirce Koga (2011, p. 123)[50], não seria difícil classificá-lo como hierárquico, tendo em vista sua capacidade de ser generalizado para outras cidades. Isso porque não há pesos entre os indicadores que compõem cada uma das dimensões desse índice, de modo que a única escolha valorativa foi a eleição das variáveis utilizadas (que na realidade foram inspiradas nos exemplos de outras cidades[51]).

O IQVU de Campo Grande, como um indicador-produto, poderia ser combinado à indicadores-processo, aumentando a transparência do processo de execução dos diferentes planos e programas no âmbito do Planejamento Urbano, que se assenta sobre a mesma base territorial da última edição do IQVU de Campo Grande. Fazendo uma breve consulta à página da PLANURB, nota-se que esta agência já divulga um interessante e rico relatório de gestão, além de diversos estudos e diagnósticos. Nos hiatos entre os períodos dos dados (que são decenais), seria factível um indicador sintético, que demonstrasse o esforço (uma maneira de nomear os indicadores processo) do governo municipal em dar melhores condições de vida à população. A Figura 8 traz um esquema e um exemplo de como esses indicadores sociais se articulam.

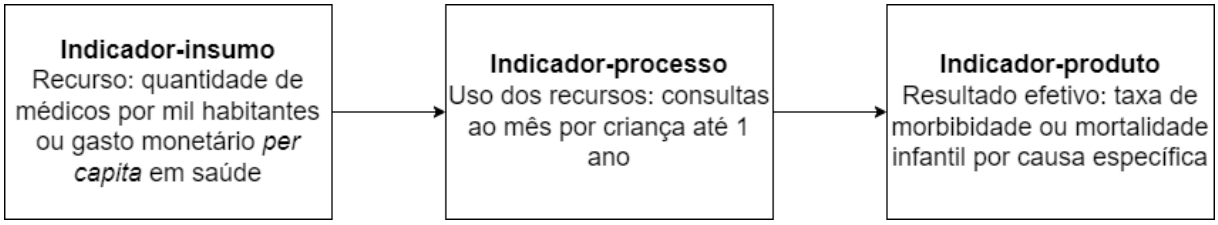
---

[49] A Tabela 2 (p. 94), apresenta os indicadores que compõem o IQVU de Santo André.

[50] Koga (2011) diferencia os indicadores sociais intraurbanos entre temático, hierárquico e normativo. Exemplos de índices temáticas o Mapa da Pobreza de Curitiba e Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte, são índices que operacionalizam um determinado tema. Exemplos de índices hierárquicos são o IDH Rio de Janeiro e IDH Recife Metropolitana, pois permitem a classificação e comparação entre diferentes porções da cidade (e entre porções de diferentes cidades). Já nos índices normativos temos os exemplos do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo e IQVU de Belo Horizonte.

[51] A primeira edição do IQVU de Campo Grande declara ter sido inspirada na experiência de Belford Roxo (RJ). Já na segunda edição, a inspiração foi nos índices de Vitória (ES), Curitiba (PR) e Belo Horizonte (MG). Por ter sido possível encontrar informações acerca deles, os dois últimos serão abordados na seção 3.2.

Figura 8 - Indicadores segundo a natureza do ente indicado



Fonte: Adaptado a partir de Jannuzzi (2006, p. 24)

Dentre as propriedades desejáveis (sintetizadas na Figura 6, p. 76) de um indicador social, está a relevância social, que emana da sua validade. Esta é compreendida como o grau de correspondência entre o conceito e a medida que ele busca representar (Jannuzzi, 2006). Somente na primeira edição deste índice há uma tentativa de apresentar um embasamento conceitual do que seria qualidade de vida, que é apresentada de acordo com a definição de Minayo (1994)[52], para quem "qualidade vida deve ser entendia como o conjunto de elementos sociais, econômicos, físicos, políticos e culturais, com validade universal, que contribuem para o bem-estar da população" (PLANURB, 2008, p. 7).

Como pôde ser observado na Tabela 1 (p. 88), são poucos os indicadores e as dimensões que compõe IQVU de Campo Grande e, ainda que tenhamos trazido apenas uma breve definição de qualidade vida, na Seção 3.1, sugere-se que as informações que compõem este índice são insuficientes para se analisar a qualidade de vida na cidade. A qualidade ambiental, nos termos de Nahas (2009) não é abordada, além disso, outros bens de cidadania não são considerados na composição do índice, como saúde, mobilidade e alguns aspectos da infraestrutura e serviços urbanos. Os índices elaborados para outras cidades são mais fartos e com indicadores mais concisos no objetivo de mensurar a qualidade de vida, como será esboçado nesta seção. Por outro lado, o IQVU de Campo Grande esboça uma comparação entre lugares, o que permite, apenas, a visualização das diferenças socioespaciais entre os lugares, no que tange às características da população (como renda, educação, propriedade da moradia), bem como por características do ambiente construído (dimensão saneamento ambiental).

[52] MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violencia social sob a perspectiva da saúde pública. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O impacto da violência social sobre a saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1994.

Julga-se que o IVQU tem uma boa comunicabilidade, seja pela produção cartográfica ou pela divulgação da metodologia envolvida no cálculo do indicador, o que garante boa transparência a quem dele queira fazer uso. Entretanto, a inteligibilidade esbarra nas próprias limitações apresentadas na escolha das dimensões e indicadores que compõem o índice. Com outras palavras, essa é uma medida que não necessariamente mensura o pleno atendimento das necessidades básicas, não aborda de maneira adequada uma boa e maior qualidade de vida, ou seja, não mensura adequadamente a qualidade de vida em termos quantitativos e tão pouco traz elementos qualitativos.

Quanto à confiabilidade do indicador, o IQVU de Campo Grande é calculado a partir de dados censitários, que figuram entre as medidas mais confiáveis que podem ser utilizados, imprimindo essa característica ao índice. Mas a escolha dessa fonte de estatísticas públicas imprime uma periodicidade de 10 anos e a sua factibilidade fica vinculada à processos ocorridos em esfera distinta do governo municipal.

Ao passo que a utilização de dados censitários traga consigo um conjunto de propriedades interessantes, dentre elas a factibilidade e a existência de alguma periodicidade, para fins de acompanhamento e execução de políticas públicas esse intervalo é demasiadamente longo, mesmo que se compreenda o IQVU de Campo Grande como indicador-produto.

Por outro lado, os dados censitários permitem uma boa desagregabilidade, a nível de setor censitário, que no caso de Campo Grande, no geral, são menores e fazem parte de determinado bairro. A definição dos atuais bairros de Campo Grande, feita pela Lei Municipal 76/2005, foi baseada na divisão utilizada pelo IBGE e desde então há uma convergência entre a divisão administrativa realizada pelo órgão estatístico e a divisão territorial adotada pela Prefeitura Municipal. Movimento semelhante ocorreu em São Paulo (SP) nos anos 1990 e foi fundamental a realização, do que Koga (2011), nomeou como primeira medida intraurbana, o Mapa de Exclusão Social de São Paulo.

Uma outra propriedade é a legitimidade, que se vincula à sua relevância social. Essa propriedade, quando consideramos o uso e a apropriação dos indicadores sociais para além das políticas públicas, é variável de acordo com os grupos de interesse que dele se apropriam e fazem uso. A relação dos diferentes grupos sociais que fazem uso desse e de outros indicadores e rankings, que são usados para operacionalizar a qualidade de vida, será abordada na Seção 4, deste trabalho.

A delimitação territorial do IQVU difere entre a primeira edição do índice (de 2008), baseada no Censo Demográfico 2000 e a segunda edição do índice (de 2008), calculada a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, prejudicando assim, a historicidade do índice. A comparação entre a Figura 9 (p. 96) e a Figura 10 (p. 99) evidenciam essa diferença na base territorial utilizada nas duas edições do índice. Além disso, houve mudanças na composição das dimensões adotadas e até mesmo no nome de parte delas, entre uma edição e outra (como apresentado na Tabela 1, p. 88), tornando dificultoso a comparação entre ambas, mas não a torna impossível.

O menor nível de desagregabilidade do IQVU de Campo Grande, portanto, é no recorte territorial dos bairros. O índice também é calculado para cada uma das sete (7) Regiões Urbanas da cidade, que é obtido através da média dos valores dos bairros que compõem cada uma das regiões. Também foi calculado um valor do índice para o município.

Os bairros, na cidade, foram formados pela agregação de diferentes parcelamentos e são definidos como “áreas pertencentes às Regiões Urbanas organizadas para qualificar as condições de trabalho, circulação, recreação, moradia e as relações de cooperação em todos os tipos de atividades de vizinhança” (Campo Grande, 2005, art. 4º, inciso VIII). Além dessas funções, cumpre destacar que os bairros têm importante papel na Política Urbana de Campo Grande, figurando como unidades de planejamento no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) – Lei Complementar n. 341/2018 (Campo Grande, 2018).

Vale ressaltar que nem sempre há uma completa convergência entre a delimitação oficial dos bairros, sua nomenclatura e a maneira pela qual a população se refere a eles, em geral, o que é facilmente perceptível no cotidiano da cidade e foi apresentado por este autor em trabalho anterior[53]. Destacamos, entretanto, que a nomenclatura e delimitação que utilizaremos neste trabalho, em geral, será aquela definida pela Lei Municipal n. 74/2005, referendada na Lei Municipal n. 341/2018 (PDDUA).

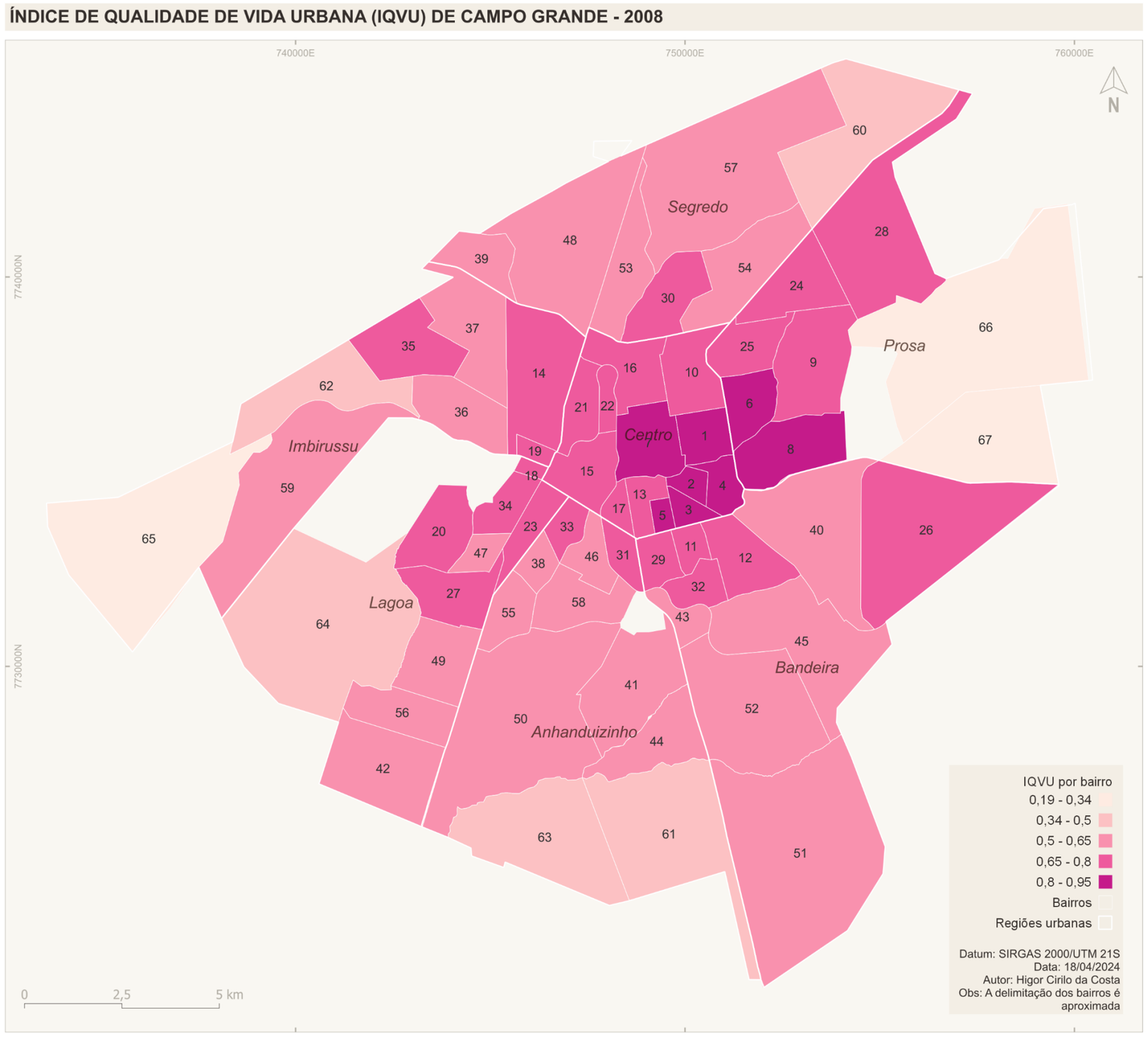
A Figura 9 apresenta o mapa da primeira edição do Índice de Qualidade Vida Urbana de Campo Grande. O espaço urbano de Campo Grande, na publicação original (o mapa original pode ser conferido no Anexo A, deste trabalho), é diferenciado

[53] Em trabalho anterior, realizado por este autor, notou-se que ocasionalmente os moradores declaravam como seu bairro o nome do parcelamento em que residiam, o quem nem sempre era a nomenclatura oficial do bairro definida pela Lei Municipal n. 74/2005 (Costa, 2021).

entre níveis de desenvolvimento, reforçando o argumento já apresentado de que há pouca precisão conceitual – seja por indefinição do que seria qualidade de vida ou por confusão entre esta e desenvolvimento. Nesse sentido, o que seria a mensuração da qualidade de vida, é confundido com níveis de desenvolvimento. Esta é uma evidência da base majoritariamente econômica do IQVU de Campo Grande, o que pode ser notado pelo termo usado na classificação dos bairros, bem como no grande impacto que a dimensão renda tem nos resultados do IQVU de Campo Grande, o que será mais bem abordado a frente. A característica de comparabilidade e hierarquização expressados pelo indicador torna-se evidente com os usos de “níveis” de desenvolvimento.

Porém, para a reprodução cartográfica dos valores do IQVU de 2008 e 2013 (Figura 9e Figura 10), não se utilizou das mesmas classes adotadas pela PLANURB. Optou-se pela reelaboração das classes, em software específico, utilizando-se o método de quebras naturais de Jenks, que tem por característica minimizar o desvio médio de cada classe, comparando-se a média da classe, ao mesmo tempo que maximiza o desvio de cada classe em comparação às demais classes. Noutros termos, é um método de classificação que agrupa valores em classes buscando-se minimizar a variância dentro das classes e maximizar a variância entre elas. Essa estratégia foi adotada para obter-se classes mais coesas, com bairros com valores de IQVU mais próximos uns dos outros. No Anexo A, deste texto, podem ser encontradas os mapas originais, com as classes adotadas pela PLANURB.

Figura 9 - IQVU de Campo Grande, referente ao ano de 2000



REGIÕES URBANAS E O IQVU (2008)

CENTRO

Pos.	Bairro	IQVU
1	Jardim dos Estados	0,954
2	Itanhangá Park	0,924
3	São Bento	0,922
4	Bela Vista	0,856
5	Monte Líbano	0,856
7	Centro	0,845
10	Cruzeiro	0,789
13	Glória	0,772
15	Amambaí	0,763
16	São Francisco	0,758
17	Carvalho	0,756
21	Vila Planalto	0,724
22	Cabreúva	0,709

ANHANDUIZINHO

Pos.	Bairro	IQVU
31	América	0,661
33	Taquarussu	0,652
38	Jacy	0,628
41	Colonial	0,623
44	Alves Pereira	0,603
46	Jockey Club	0,596
50	Aero Rancho	0,578
55	Guanandi	0,561
58	Piratininga	0,525
61	Centro-Oeste	0,438
63	Los Angeles	0,427

BANDEIRA

Pos.	Bairro	IQVU
11	TV Morena	0,788
12	Vilas Boas	0,779
26	Pq. Maria Ap. Pedrossian	0,682
29	Progresso	0,665
32	Carlota	0,656
40	Tiradentes	0,628
43	Dr. Albuquerque	0,616
45	Rita Vieira	0,598
51	Moreninha	0,574
52	Universitário	0,571

IMBIRUSSU

Pos.	Bairro	IQVU
14	Sobrinho	0,769
19	Vila Militar	0,748
35	Panamá	0,65
36	Imá	0,649
37	Santo Amaro	0,63
59	Nova Campo Grande	0,507
62	Popular	0,434
65	Núcleo Industrial	0,3

LAGOA

Pos.	Bairro	IQVU
18	Vila Militar II	0,752
20	Parque União	0,731
23	Bandeirantes	0,707
27	Leblon	0,671
34	Taveirópolis	0,652
42	Coophavila II	0,617
47	Anahy	0,591
49	Tijuca	0,582
56	Batistão	0,546
64	São Conrado	0,407

PROSA

Pos.	Bairro	IQVU
6	Santa Fé	0,85
8	Chácara Cachoeira	0,839
9	Carandá Bosque	0,797
24	Mata do Jacinto	0,687
25	Monte Carlos	0,683
28	Pq. Novos Estados	0,669
66	Veraneio	0,267
67	Noroeste	0,192

SEGREDO

Pos.	Bairro	IQVU
30	Monte Castelo	0,665
39	José Abrãao	0,628
48	Nasser	0,583
53	Seminário	0,569
54	Coronel Antonino	0,564
57	Mata do Segredo	0,526
60	Nova Lima	0,484

Fonte: Adaptado a partir de PLANURB (2008).

As áreas em branco, sem classificação do IQVU nesta edição, são locais não destinados à habitação, tais como o Aeroporto Internacional de Campo Grande e o Parque dos Poderes (centro administrativo do Estado de Mato Grosso do Sul).

Nota-se que os bairros que alcançaram o maior estrato do IQVU de 2008, aqueles com “alto desenvolvimento” são: Centro; Jardim dos Estados; Bela Vista; Itanhangá; São Bento; Monte Líbano; Santa Fé e; Chácara Cachoeira[54]. Os seis primeiros bairros, são parte, atualmente, da Região Urbana do Centro, já os dois últimos, Santa Fé e Chácara Cachoeira, são parte da Região Urbana do Prosa. Cumpre destacar que a estes bairros, como será demonstrado na Seção 4, são apresentados como detentores da qualidade de vida em Campo Grande, sendo que este ranqueamento, como será evidenciado, é amplamente apropriado pelo capital financeiro-imobiliário. O caso do bairro Centro é bastante elucidativo, pois ainda que este goze de boas posições nas duas edições do índice, o lugar é palco de um amplo processo de renovação urbana, custeado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande e que teria como alvo a melhoria da qualidade de vida.

Assim, nota-se que os bairros com melhores posições estão na Região Urbana do Centro e na Região Urbana do Prosa. Estas regiões, atualmente, 16 anos depois da divulgação dessa edição do IQVU, possuem o maior valor do metro quadrado de imóveis da cidade, dentre as 7 regiões urbanas. O valor médio do metro quadrado na Região Urbana do Prosa alcança R$ 8.736,00, enquanto o valor médio para Campo Grande (considerando todas as Regiões Urbanas) é de R$ 5.884,00, no índice Fipezap. Ademais, ao longo dos 12 meses de 2023, a Região Urbana do Prosa alcançou uma elevação de mais de 20% no valor do metro quadrado (Reis, 2024). Assim, há uma sintonia entre boas posições no IQVU de Campo Grande e os processos de valorização imobiliária. Como veremos na Seção 4, essa relação não é acidental, de modo que a construção de uma imagem de cidade (ou porções da cidade) com qualidade de vida é realizada e apropriada pelo capital financeiro-imobiliário, em seu processo de reprodução.

Na ponta oposta, o bairro Noroeste[55] recebe a classificação de “baixo inferior”, em vermelho, no mapa, uma classificação mais baixa do que “baixo desenvolvimento”, esta, que inclui os bairros Centro-Oeste, Los Angeles, São Conrado, Núcleo Industrial,

[54] Estes bairros mantêm limites semelhantes aos atuais, ainda que outros bairros apresentem grandes diferenças.
[55] O bairro mantém limites muito semelhantes atualmente, e faz parte da Região Urbana do Prosa.

Popular, Nova Lima e Veraneio[56]. Na segunda edição do IQVU de Campo Grande, o Noroeste continua com a pior posição na cidade, e os outros bairros citados, mantém em baixas posições (junto aos novos bairros criados a partir da divisão deles). As maiores variações entre uma edição e outra, como veremos abaixo, ocorre nos estratos médios da classificação, os bairros “médio superior” e “médio inferior”.

Quando analisamos os bairros com valores intermediários no IQVU de 2008, nota-se que um conjunto de bairros apresentara uma significativa melhora nesse índice, tais como os bairros Planalto, São Francisco e Cruzeiro[57], à norte e noroeste e norte do Centro, e de bairros como TV Morena, Vilas Boas e São Lourenço (que era parte do bairro Tiradentes, anteriormente), ao sul e sudeste do Centro. Estes últimos três bairros fazem parte da Região Urbana do Bandeira.

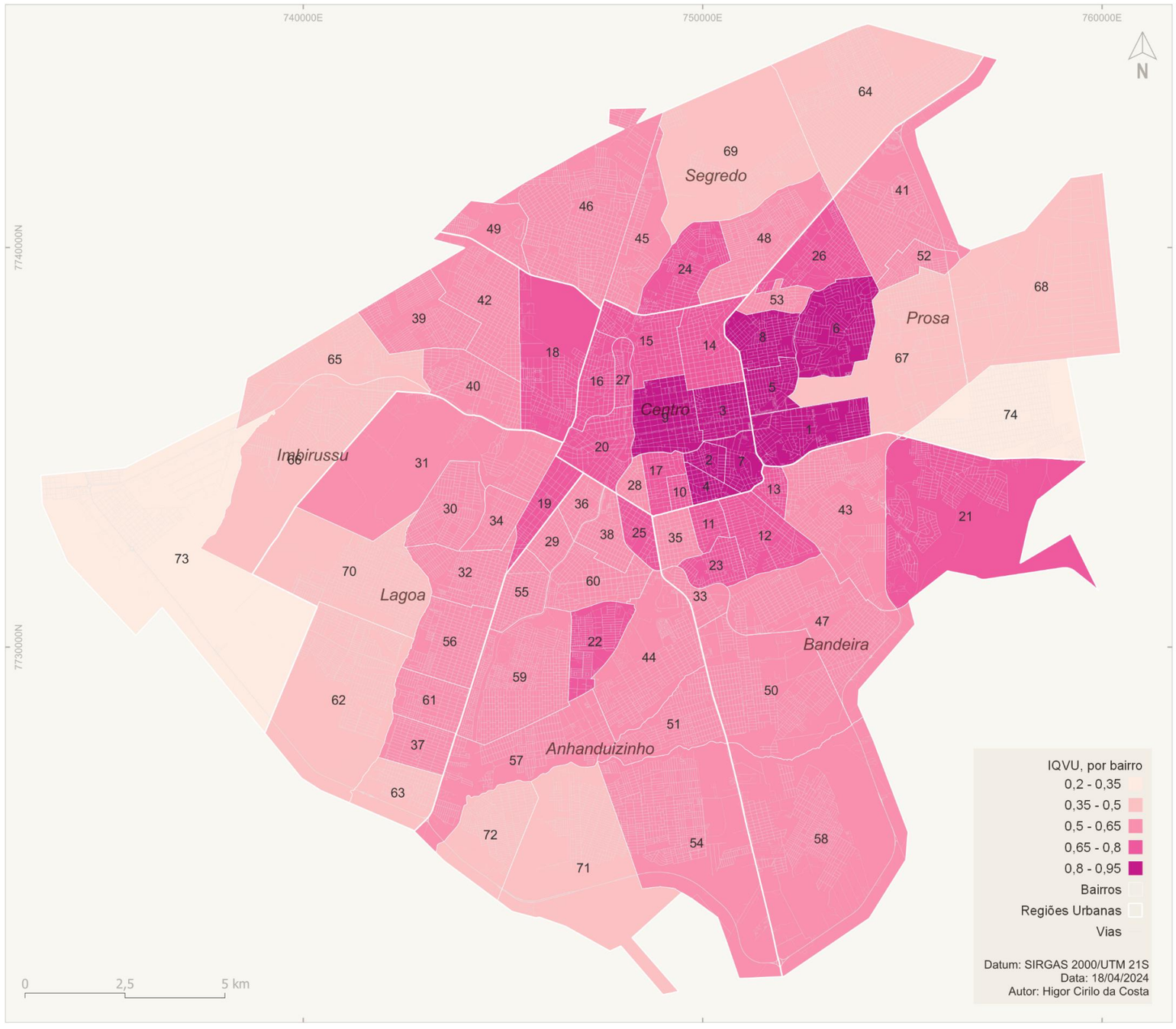
Nesta Região Urbana é preciso dar destaque ao bairro Maria Aparecida Pedrossian, classificado como “médio inferior”, no IQVU de 2008, o terceiro melhor estrato, que alcançou, em 2013, o segundo maior estrato, o que não ocorreu com seu bairro vizinho, Tiradentes. Entre o Censo Demográfico 2000 e o Censo Demográfico 2010, foi instalado no bairro Maria Aparecida Pedrossian um conjunto de residenciais de alto padrão contíguos, os Residenciais Damha, separado por muros e ostensivo aparato de segurança do restante do bairro.

Na segunda edição do índice, a classificação (ou *ranking*, como o próprio documento nomeia) entre os diferentes bairros passa a ser evidenciada simplesmente por uma escala numérica, sem que qualquer conceito seja atribuído a cada um dos estratos, como pode ser observado na Figura 10. Ainda que anteriormente tenhamos considerado o IQVU de Campo Grande como normativo, nesta edição, seus formuladores abdicam do estabelecimento de uma linha demarcatória entre aqueles bairros com ou sem qualidade de vida, ou com alto ou baixo desenvolvimento. O Mapa de Exclusão/Inclusão Social de São Paulo, como apresentado por Dirce Koga (2011), faz uso de índice para determinar os locais que são incluídos ou excluídos socialmente, numa abordagem abertamente normativa

[56] Estes bairros, no geral, passaram por grandes mudanças nos seus limites, a partir da Lei Complementar n. 74/2006 e reafirmada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, de 2018 – Lei Complementar n. 341/2018, ainda que atualmente todos esses bairros existam, com novos limites. Em diversos casos, como no Veraneio e Los Angeles, novos bairros foram criados a partir da divisão deles.

[57] Os três bairros fazem parte da Região Urbana do Centro.

Figura 10 - IQVU de Campo Grande, referente ao ano de 2010



REGIÕES URBANAS E O IQVU (2013)

CENTRO

Pos.	Bairro	IQVU
2	Itanhangá	0,9386
3	Jardim dos Estados	0,9297
4	São Bento	0,9086
7	Bela Vista	0,8963
9	Centro	0,8388
10	Monte Líbano	0,7878
14	Cruzeiro	0,7584
15	São Francisco	0,7396
16	Planalto	0,7082
17	Glória	0,694
20	Amambaí	0,675
27	Cabreúva	0,6516
28	Carvalho	0,6379

ANHANDUIZINHO

Pos.	Bairro	IQVU
22	Parati	0,6699
25	América	0,6553
29	Jacy	0,6373
36	Taquarussu	0,6013
38	Jockey Club	0,5925
44	Pioneiros	0,5833
51	Alves Pereira	0,5412
54	Centro-Oeste	0,5317
55	Guanandi	0,5259
57	Centenário	0,5253
59	Aero Rancho	0,5197
60	Piratininga	0,5016
71	Los Angeles	0,3757
72	Lageado	0,3578

BANDEIRA

Pos.	Bairro	IQVU
11	TV Morena	0,7781
12	Vilasboas	0,7779
13	São Lourenço	0,7624
21	Maria Ap. Pedrossian	0,673
23	Carlota	0,6681
33	Dr. Albuquerque	0,6267
35	Jardim Paulista	0,6076
43	Tiradentes	0,5849
47	Rita Vieira	0,5656
50	Universitário	0,55
58	Moreninha	0,5215

IMBIRUSSU

Pos.	Bairro	IQVU
18	Sobrinho	0,6886
39	Panamá	0,592
40	Santo Antônio	0,5914
42	Santo Amaro	0,5852
65	Popular	0,4485
66	Nova Campo Grande	0,432
73	Núcleo Industrial	0,2767

LAGOA

Pos.	Bairro	IQVU
19	Bandeirantes	0,6776
30	União	0,6333
31	Taveirópolis	0,6312
32	Leblon	0,6305
34	Caiçara	0,6235
37	Coophavila II	0,593
56	Tijuca	0,5257
61	Batistão	0,5007
62	Caiobá	0,4716
63	Tarumã	0,4713
70	São Conrado	0,3791

PROSA

Pos.	Bairro	IQVU
1	Chácara Cachoeira	0,9523
5	Santa Fé	0,9035
6	Carandá	0,9012
8	Autonomista	0,8714
26	Mata do Jacinto	0,655
41	Novos Estados	0,5867
52	Estrela Dalva	0,5371
53	Margarida	0,5318
67	Veraneio	0,421
68	Chácara dos Poderes	0,416
74	Noroeste	0,1993

SEGREDO

Pos.	Bairro	IQVU
24	Monte Castelo	0,6635
45	Seminário	0,5769
46	Nasser	0,5709
48	Coronel Antonino	0,5626
49	José Abrão	0,5577
64	Nova Lima	0,4604
69	Mata do Segredo	0,4105

Fonte: Adaptado a partir de PLANURB (2013).

Os bairros classificados com “alto desenvolvimento” ou “médio superior” na primeira edição do IQVU de Campo Grande, e aqueles posicionados nas duas gradações mais altas na escala de qualidade de vida urbana estabelecida na segunda edição do índice, convergem, em grande medida, com a área ocupada pela camada mais rica da população, o que pode ser observado na Figura 11 (p. 122). Conforme dados do Projeto Acesso a Oportunidades, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), analisando-se Campo Grande, essa área concentra também, maiores oportunidades de emprego e serviços de saúde de alta complexidade, além de serem constituídas, majoritariamente por pessoa brancas, aspectos que não são abarcados pelo IQVU de Campo Grande (Costa; Ikuta; Delcol, 2023). Isso é mais um indicador de que a dimensão renda (renda e pobreza, na primeira edição) tem um papel marcante neste indicador.

Para uma melhor compreensão dos resultados apresentados no IQVU de Campo Grande, procederemos uma análise mais detida sobre alguns aspectos de sua composição e para isso, elaboramos um quadro comparativo deste indicador com outras experiências, apresentado na Tabela 2. A inspiração para tal produto vem do Quadro 6, do livro **Medidas de Cidades**, de Dirce Koga (2011, p. 128–132), que compara seis experiências brasileiras de índices intraurbanos.

A primeira que abordamos é o Índice de Exclusão Social de Campo Grande, elaborado por Leandro Sauer, Estevan Campelo e Maria Auxiliadora Leal Capillé (2012). Este índice foi abordado pois, a despeito das diferenças conceituais entre qualidade de vida e exclusão social, ambos são medidas intraurbanas de Campo Grande. Não foram encontrados outros indicadores sintéticos com essas características para a cidade de Campo Grande. O índice é calculado a partir de dados censitários e de registros administrativos.

A segunda experiência é o Índice de Qualidade Vida Urbana de Belo Horizonte, produzido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Na publicação da segunda edição do IQVU de Campo Grande, este índice é apontado como uma das referências para sua elaboração. Ademais, esse é um dos índices abordados por Koga (2011), que além dos dados censitários, utiliza-se de registros administrativos, tais como dados das secretariais municipais, cadastros municipais e cadastros das empresas

prestadoras de serviços públicos, e tem se estabelecido como referência a nível nacional sobre construção de indicadores sintéticos. O índice também foi calculado com intensa participação dos usuários imediatos dele, ou seja, com ampla participação da administração pública municipal.

O Índice Sintético de Satisfação de Qualidade Vida de Curitiba também foi utilizado como referência para segunda edição do IQVU de Campo Grande. Este índice é calculado pela Prefeitura de Municipal de Curitiba, baseado em dados censitários e outros registros administrativos de órgãos da administração municipal.

O Índice de Qualidade de Vida de Santo André é um produto do Observatório da Qualidade de Vide de Santo André, uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo André em parceria com outras instituições. Este índice foi escolhido, por ter uma característica distinta dos demais, pois além de dados objetivos, o índice agrega dados subjetivos, oriundos da percepção dos moradores acerca de aspectos da realidade social. Parte dos seus indicadores, portanto, são obtidos a partir de pesquisas de opinião e não de dados censitários ou registros administrativos.

Além dos dois índices aqui citados, para elaboração do IQVU de Campo Grande, foram utilizadas experiências de Belford Roxo (RJ) e Vitória (ES) (PLANURB, 2008, 2013), entretanto não foi possível localizar informações destes índices, tais como sua metodologia e resultados.

Tabela 2 - Comparação entre diferentes indicadores sociais intraurbanos

Índice de Qualidade de Vida Urbana de Campo Grande (2013)		**Índice de Exclusão Social de Campo Grande (2012)**			**Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (2014)**			**Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida de Curitiba (2002)**		**Índice de Qualidade de Vida de Santo André (SP) (2009)**	
Dimensão	*Indicadores*	*Temas*	*Componentes*	*Indicador*	*Variável*	*Componente*	*Indicador*	*Variável*	*Indicador*	*Dimensão*	*Caracterização*
Educação	Pessoas responsáveis com 10 anos ou mais em DPP; Pessoas alfabetizadas com mais de 15 anos de idade; Alfabetização das pessoas com idades entre 15 e 24 anos.	Conhecimento	Taxa de alfabetização	% da população alfabetizada em relação a população da faixa etária (5 anos).	Educação	Educação infantil	Percentual de alunos matriculados na Educação Infantil;	Educação	Taxa de reprovação; Taxa de abandono; Taxa de sucesso; Distorção idade/série.	Educação	Grau de escolaridade do entrevistado, acesso de seus filhos à escola e grau de importância que atribui ao estudo
			Anos de estudo	Número de anos de estudo da pessoa responsável pela família.		Ensino Fundamental	Percentual de alunos matriculados no Ensino Fundamental Índice de Aproveitamento no Ensino Fundamental				
						Ensino Médio	Percentual de alunos matriculados no Ensino Médio; Índice de Aproveitamento no Ensino Médio.				
Saneamento Ambiental	Percentual de DPP com abastecimento de água; Percentual de DPP com esgotamento sanitário via rede; geral ou pluvial; Percentual de DPP com banheiro ou sanitário; Percentual de DPP com coleta de lixo.				Infraestrutura Urbana	Salubridade ambiental	Índice de Salubridade Ambiental			Serviços básicos de saneamento e infraestrutura	Ocorrência de interrupções ou problemas com o fornecimento de água e energia
						Energia Elétrica	Fornecimento de energia elétrica				
						Pavimentação	Possibilidade de acesso				
						Transporte Coletivo	Número de veículos por 1000 hab. Intervalo das linhas por Unidade de Planejamento (UP)	Transporte	Frequência; Acesso a rede integrada de transporte; Cumprimento das viagens.	Trânsito	Tempo que o entrevistado levou para se locomover na cidade e o grau de influência desse fator em sua rotina
Renda	Rendimento nominal médio mensal dos DPP; Percentual de responsáveis por DPP com rendimento mensal superior a 1 salário mínimo;	Padrão de Vida Digno	Indicador de desigualdade	Razão entre responsáveis com mais de 10 salários mínimos e com rendimento inferior a 10 salários mínimos				Agente da variabilidade dos benefícios sociais	Renda Média; Área Típica de Variação; Concentração (Índice); Concentração (Distribuição do Fundo Geral de Renda.	Poder aquisitivo	Avaliação pessoal do poder aquisitivo da família e grau de comprometimento da renda individual
			Indicador de pobreza	% pessoas responsáveis com rendimento abaixo da linha de pobreza							

Índice de Qualidade de Vida Urbana de Campo Grande (2013)		**Índice de Exclusão Social de Campo Grande (2012)**			**Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (2014)**			**Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida de Curitiba (2002)**		**Índice de Qualidade de Vida de Santo André (SP) (2009)**	
Dimensão	*Indicadores*	*Temas*	*Componentes*	*Indicador*	*Variável*	*Componente*	*Indicador*	*Variável*	*Indicador*	*Dimensão*	*Caracterização*
	Rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por DPP		Razão de dependência demográfica	Razão entre população economicamente ativa e população economicamente inativa.							
										Trabalho	Características da ocupação do entrevistado e seu grau de satisfação com a função que exerce
Moradia	Percentual de DPP próprios; Percentual de pessoas que residem em DPP; Número médio de banheiro de uso exclusivo dos moradores em DPP.				Habitação	Qualidade da habitação	Área residencial adequada por habitante;	Habitação	Domicílios em aglomerados subnormais; Pessoas por domicílio; Domicílios com coleta de lixo.	Condições de habitação e moradia	Avaliação e grau de satisfação do entrevistado em relação às suas atuais condições de moradia
						Segurança Ambiental	Índice do Risco Geológico do Terreno				
					Meio Ambiente	Conforto Acústico	Tranquilidade sonora			Qualidade do ar	Avaliação pessoal da qualidade do ar na cidade
						Qualidade do ar	Ausência de coletivos poluidores				
						Área verde	Área verde por habitante				
					Saúde	Atenção à saúde	Centros de saúde por 1000 hab. Outros equipamentos de assistência médica; Equipamentos Odontológicos.	Saúde	Mortalidade infantil; Baixo peso ao nascer; Mortalidade geral padronizada; Esperança de vida ao nascer; Incidência de tuberculose; Incidência de AIDS; Mortalidade < de 5 anos.	Serviços de Saúde	Acesso a serviços públicos e particulares de saúde e avaliação do atendimento
						Vigilância à saúde	Ausência de Anos Potenciais de Vida Perdidos				
					Esporte	Espaços públicos para recreação	Quadras, campos, academias a céu aberto, academias da cidade e outros equipamentos por 1000 hab.			Lazer	Avaliação pessoal e grau de satisfação em relação ao tempo que dedicou ao lazer no período que a pesquisa abrangeu

Índice de Qualidade de Vida Urbana de Campo Grande (2013)		Índice de Exclusão Social de Campo Grande (2012)			Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (2014)			Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida de Curitiba (2002)		Índice de Qualidade de Vida de Santo André (SP) (2009)	
Dimensão	*Indicadores*	*Temas*	*Componentes*	*Indicador*	*Variável*	*Componente*	*Indicador*	*Variável*	*Indicador*	*Dimensão*	*Caracterização*
					Cultura	Comércio e Serviços Culturais	Distribuição de equipamentos; Livrarias e papelarias; Locadores por 1000 hab.				
					Serviços Urbanos	Serviços pessoais	Agência bancárias; Postos de Combustível; Farmácias.				
						Serviços de comunicação	Correios; Espaços públicos para inclusão digital; Telefones públicos.				
					Abastecimento	Equipamentos de abastecimento	Hiper e Supermercados; Mercearias e similares.				
		Risco Juvenil	Indicador de direitos suprimidos	% notificações de direitos suprimidos das crianças e adolescentes em relação à população até 17 anos.							
			Participação de jovens	Quantidade de jovens de até 19 anos na população.							
					Segurança Urbana	Segurança pessoal	Ausência de crimes contra a pessoa;			Segurança	Ocorrências de roubos e agressões físicas, variação das taxas de homicídio e grau de percepção do medo em relação à violência
						Segurança patrimonial	Ausência de crimes contra o patrimônio;				
						Segurança no Trânsito	Ausência de acidentes de trânsito.				

Fonte: PLANURB (2013), Sauer, Campêlo e Capille (2012) e Santos e Gallo (2018).

De antemão, nota-se que o IQVU de Campo Grande é o índice com o menor número de dimensões/temas em sua composição e, portanto, de indicadores. Certamente isso tem explicação na fonte de dados que o IQVU de Campo Grande adotou, já que a produção de indicadores sociais está limitada pela quantidade e qualidade das estatísticas públicas disponíveis. Por outro lado, reflete também uma concepção de qualidade de vida que os seus formuladores adotaram.

É notável, por outro lado, que o IQVU de Belo Horizonte é o índice que abrange um maior número de dimensões/variáveis e indicadores, reflexo do intenso trabalho de articulação entre diferentes setores da administração pública envolvidos em sua produção. Não abordaremos todas as dimensões que este índice abarca, mas parte delas nos será útil para indicar algumas possibilidades e limitações do IQVU de Campo Grande.

A única dimensão da realidade social que está presente em todas a experiências colocadas em tela é a educação, entretanto, os indicadores utilizados para representá-la são bastante diversos, apontando para compreensões distintas sobre o tema, mas também, refletindo diferentes apropriações ou escolhas das fontes de dados disponíveis. Os casos de Belo Horizonte e Curitiba são elucidativos de que ao utilizarem registros administrativos, foi possível adotar um enfoque distinto e mais específico sobre a educação.

Outra dimensão que merece destaque é a de renda, pois todas as experiências aqui abarcadas, com exceção do IQVU de Belo Horizonte, a abordam. É interessante essa escolha realizada pela capital mineira, pois no geral, a desigualdade de renda (seja familiar ou *per capita*) é um fator determinante no Brasil, de modo que a não utilização desses dados pode servir para não obscurecer outras diferenças no tecido urbano (que não deixam de se vincular, em algum grau, à desigualdade de renda). De outra forma, quando a desigualdade de renda não é incluída, o peso de outras dimensões pode ter um impacto maior sobre a mensuração da qualidade de vida, tais como serviços urbanos, esporte, cultura e lazer. Por outro lado, é interessante a abordagem feita por Santo André de utilizar uma percepção subjetiva do poder compra, ao invés de aferir-se numericamente os valores de renda (algo que facilmente seria obtido).

No caso de IQVU de Campo Grande, a dimensão renda foi aquela que apresentou maiores diferenças entre os bairros. Queremos frisar com isso, que

embora a renda seja um importante evidencia da desigualdade, ela nem sempre pode ser traduzida em melhor qualidade de vida, haja vista que outros elementos comparecem na sua definição.

A dimensão moradia/habitação aparece em todos os índices de qualidade vida aqui abordados, mas os indicadores/variáveis que a compõem são tão distintos, que refletem aspectos completamente diferentes da realidade. Na primeira edição do IQVU de Campo Grande essa dimensão era composta apenas pelos indicadores "percentual de domicílios particulares permanentes **próprios**" e "percentual de pessoas que residem em domicílios particulares permanentes". Enquanto essa última variável têm a função de diferenciar os bairros que possuem favelas, formas de habitação coletiva e provisórias, a primeira tem uma função nítida de valorizar a propriedade da fundiária. A primeira, por outro lado, busca na propriedade fundiária a expressão da qualidade de vida. Nota-se, portanto, que a dimensão da habitação busca refletir, dentre outras coisas, a renda das famílias e renda de terra urbana que se extraí, que são priorizados no lugar de aspectos qualitativos do domicílio. Somente na segunda edição, um componente sobre a qualidade do domicílio foi acrescentado, o "número de médio de banheiros de uso exclusivo dos moradores" desses domicílios.

Já no IQVU de Belo Horizonte, a habitação é composta pela qualidade da habitação e da segurança ambiental. O primeiro elemento é mensurado pela "área residencial adequada por habitante", que expressa uma medida normativa. Destaca-se que essa experiência aborda o risco ambiental que possui o domicílio, indicador que compõe a segurança ambiental. No caso de Curitiba, além considerar o número de domicílios precários, considera-se a quantidade de pessoas por domicílio, além da quantidade de domicílios abarcados pela coleta de lixo (algo que no IQVU de Campo Grande é contemplado na dimensão Saneamento Ambiental). Fruto de sua concepção de qualidade de vida, Santo André leva em consideração aspectos subjetivos da avaliação e satisfação dos moradores com relação ao domicílio.

Uma avaliação quantitativa do domicílio poderia levar em consideração a razão de moradores por domicílio e número de cômodos nele, disponível nos dados censitários. Nenhuma das experiências leva em consideração a qualidade da construção (como materiais de construção utilizados, estado de conservação, acabamento etc.) e tampouco aspectos de salubridade e conforto ambiental (como ventilação e insolação).

Queremos destacar também que o IQVU de Campo Grande não abarca elementos importantes de serviços urbanos públicos, tal como o transporte coletivo e os equipamentos públicos. O IQVU de Belo Horizonte leva em consideração tanto a relação de ônibus por número de habitantes, quanto a temporalidade da circulação desses veículos, denotando um aspecto importante da qualidade de vida. A experiência de Curitiba leva em consideração a temporalidade, mas também o acesso à sua rede integrada de transporte, tanto como a distância percorrida pelos moradores no transporte público. Santo André considera o tempo utilizado pelo entrevistado no transporte (mesmo não diferenciando entre transporte coletivo e individual), e uma percepção do morador sobre a influência da mobilidade na sua rotina. Desconsiderar a mobilidade urbana na construção de um índice de qualidade de vida, reflete a qualidade de vida apenas dos setores mais abastados da sociedade, para quem a qualidade e disponibilidade do transporte público e cicloviário é indiferente, ou apenas um artefato de lazer, no caso da bicicleta.

Temos, portanto, índices de qualidade de vida muito distintos entre os municípios apresentados, em cuja composição e metodologia refletem concepções próprias de qualidade de vida. Sugere-se que a construção de indicadores compostos desse tipo deve levar em consideração especificidade de cada cidade, entretanto, arrisca-se, ao definir um conjunto de indicadores sociais, definições demasiadamente restritas sobre o que se trata qualidade de vida.

Definir localmente o que é qualidade de vida e operacionalizá-la, nesses marcos, faz com que os resultados dessas medidas intraurbanas não sejam comparáveis entre cidades distintas, o que não seria um problema, se a finalidade programática do índice for de políticas públicas dentro de um único município. Por outro lado, existem exemplos de indicadores compostos precisamente com essa função, analisar o espaço intraurbano e torná-lo comparável entre cidades distintas, como é o caso do IDH Rio de Janeiro e IDH Recife Metropolitana (Koga, 2011).

No caso do IQVU de Campo Grande, denota-se rebaixamento do que se entende por qualidade de vida, ao utilizarem as variáveis escolhidas. O caso do IQVU de Belo Horizonte é ilustrativo, pois renda e pobreza não são consideradas na composição, o que pode diminuir o impacto de variações oriundas do mercado imobiliário no resultado do índice.

Ademais, os indicadores sociais levado a cabo pelo Poder Público deveriam ter como objetivo a intervenção na cidade, permeando todo o ciclo de políticas públicas

(Jannuzzi, 2016; Secchi, 2013). Porém, quando não são usados para tanto, esses indicadores sintéticos acabam tendo uso completamente diverso, que é para **apenas** retratar a diferença entre porções da cidade, e por isso, podem ser utilizados como bússola dos agentes que extraem renda da terra. Nesse processo, no lugar de alimentar mecanismos de enfrentamento à desigualdade socioespacial, passam a ferramentas dos agentes que se apoiam sobre a diferenciação socioespacial e por meio de mecanismos de mercado, aprofundam as desigualdades socioespaciais. Esse é um aspecto que será abordado com mais profundidade na Seção 4, onde buscaremos apresentar como indicadores sociais, bem como alguns rankings e títulos, compõem as estratégias para a produção de imagens de cidade, que tem por finalidade, alimentar um competitivo mercado de cidades. As diferenças socioespaciais apresentadas pelos indicadores e rankings, tornam-se, nesse cenário, alavancas nos processos de produção das desigualdades socioespaciais.

4 AS IMAGENS DE CIDADE: A QUALIDADE DE VIDA, OS ÍNDICES E OS RANKINGS

Na esteira da Crise do Petróleo e da falência da Cidade de Nova York, nos anos 1970, entrou em curso uma série de transformações no funcionamento das cidades e no âmbito da gestão urbana, houve a passagem do gerencialismo para o empreendedorismo (Harvey, 2005). Fernanda Sánchez (2010) aborda a questão em termos do empresariamento da cidade para que estas possam competir entre si, em que são necessários diversas estratégias. Os governantes passariam então a atuar no “negócio das imagens”, como afirma Otília Arantes (2000, p. 16). A autora ainda afirma, que cada vez mais se fala em requalificação, no lugar de racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor e outros elementos vinculados ao planejamento urbano de corte modernista. Em outros termos, podemos indicar que as cidades foram levadas a reboque nas mudanças que tornaram a economia capitalista cada vez mais global.

As cidades que se adequaram à nova realidade e a reestruturação produtiva, seriam centros de consumo privilegiados, sendo que o próprio acesso ao espaço passaria a ser mediado cada vez mais pelo mercado. Da e para produção desse espaço surgem novas representações do espaço, portadoras, cada vez mais, do signo da “mundialidade” (Sánchez, 2010). Como apontado na primeira seção, as escalas, que são produzidas por processos sociais concretos, agora têm no urbano uma centralidade dos fluxos, que o atravessam e o transcende. O urbano e a cidade teriam maior importância no atual estágio do modo de produção de capitalista e, é nele que ocorre a competição entre determinadas cidades, que são, para tanto, tornadas sujeitos, ocultando-se as relações sociais que nela ocorrem, no que podemos chamar de fetichização do espaço e da cidade, em alusão à proposição de Antonio Carlos Robert Moraes (1988).

Os indicadores sociais compõem o rol de estratégias de uso de informações para promoção e diferenciação do espaço urbano, cujo objetivo finalístico é a reprodução ampliada do capital. Reprodução esta, que na América Latina, ocorre de maneira subordinada e dependente. Como é evidenciado pela categoria da TMD, cisão do ciclo de capitais, há uma disjunção entre o que efetivamente produzido nos países de formação socioespacial dependente e as necessidades das massas (inclusive as necessidades básicas, que poderiam ser expressadas pela noção de

qualidade de vida). Não só os modelos das cidades renovadas emanam dos países dominantes, como também, agentes sociais que se beneficiam, estão, muitas das vezes, localizadas no Norte Global, como é caso das Agências Multilaterais[58]. As cidades são, cada vez mais, produzidas para a escala internacional, em cujos fluxos beneficiam as burguesias dos países centrais do capitalismo. Nesses marcos, o processo de mundialização das cidades, longe de ser um processo de autonomização das cidades dos países dependentes, reproduzem e ampliam a dependência às burguesias dos países dominantes.

Tendo demonstrado que o indicador social, IQVU de Campo Grande, não tem uma aplicação direta no principal instrumento da política urbana de Campo Grande, o PDDUA, buscaremos ao longo das próximas páginas demonstrar parte de como ocorre o seu uso (ou apropriação), ou seja, como tal índice é um instrumento na produção de imagens da cidade, estas que têm por objetivo a venda das cidades. Em outros termos, a produção e difusão deste indicador social, alijada da sua função na aplicação no ciclo de políticas públicas, tem na sua apropriação o empresariamento e mercantilização da cidade. Além disso, traremos à discussão como a noção de qualidade de vida é utilizada nesse processo, ancorada ou não em indicadores sociais, e utilizando-se ou não de métricas que busquem representá-la.

Os indicadores sociais, elaborados com uma finalidade programática ou para demonstrar uma teoria social, são funcionais para evidenciar as diferenças socioespaciais, porém, sozinhos, não são capazes apontar as mediações necessárias para compreensão das desigualdades socioespaciais. Estes indicadores são apropriados para usos diversos e a aplicação em políticas públicas é um destes usos, anteriormente apontado. No cenário que se esboça, o IQVU de Campo Grande é utilizado para a produção de imagens da cidade e estas são, na atualidade, estratégicas para produção do espaço urbano, no momento em que as relações ocorridas nele têm limites cada vez mais distendidos. O referido índice é utilizado para operacionalizar o noção de qualidade de vida, de modo que este atributo seja útil na construção de imagens-marca da cidade, seja em referência a sua totalidade ou parcelas dela, e é corrente que essa “parte da cidade tom[e] lugar do todo” (Maricato, 2000, p. 165).

[58] Para o caso em tela, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), merece especial atenção.

A produção de imagens de cidade está em consonância com a mundialização dos processos que ocorrem no espaço e sua utilidade principal está na comercialização da cidade, não somente em partes, mas em bloco, como uma marca ou uma mercadoria específica, distinta. Não se trata apenas da valorização imobiliária, que ocorre e é funcional aos agentes que extraem renda da terra (proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e capital financeiro-imobiliário), mas da disputa do espaço urbano na oferta de serviços e comércios cada vez mais especializados e cada vez mais vinculados ao mercado global. Isso se dá ao menos em dois níveis, no intraurbano, em que se vende partes da cidade, nos quais evidencia-se uma apropriação mais direta do IQVU de Campo Grande, e no nível externo, em que a venda da imagem da cidade enquanto totalidade, alimenta o mercado global de cidades, para quais, neste trabalho, índices e rankings diversos são demonstrados como ferramentas mais usuais.

A reboque do surgimento da cidade-mercadoria, cidade-marca etc., está a transformação da cidade num sujeito, num ator político, prenhe de capacidades e possibilidades para os investidores interessados. Esse é, por certo, um processo bastante contraditório, que evidencia o papel da ideologia na conceção das (re)nova(da)s cidades.

A argumentação que se seguirá buscará dar ênfase num primeiro momento para o que se nomeia de produção das imagens de cidade, bem como, tratar em linhas gerais o que seriam as estratégias adotadas para a sua venda no “mercado mundial de cidades” (Sánchez, 2010)[59]. Busca-se, com isso trazer os principais elementos e estratégias que são utilizados nesse processo socioespacial, para apontar como a produção de informações, dentre elas os indicadores sociais, são parte integrante de tais estratégias (Delcol, 2016a; Pasti; Cracco, 2022).

Num segundo momento, abordaremos mais detidamente como o IQVU de Campo Grande e a ideia de qualidade de vida são utilizados na realidade urbana e como elas contribuem para a produção de tais imagens de cidade. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo jornalístico e de marketing que, de alguma forma, abordam a qualidade de vida ou o IQVU. A Figura 14 (p. 151) é uma cartografia dessa análise, sintetizando os principais locais citados no material jornalístico e publicitário e, buscando demonstrar a relação desses locais com a última edição do IQVU. Com

[59] A expressão é utilizada pela autora no título da primeira parte da obra citada.

isso, busca-se demonstrar que nesse processo, a qualidade de vida é acionada em duas modalidades principais, enquanto um atributo diferenciador do espaço urbano ou intraurbano e/ou, enquanto objetivo a ser alcançado através da intervenção do Estado, empresas concessionárias ou empresas privadas (sobretudo do ramo imobiliário).

A transformação da cidade em mercadoria, vendida através de imagens, é perpetrada e beneficia determinados agentes sociais, (re)produzindo assim as desigualdades socioespaciais. Os indicadores sociais, ora abordados, que evidenciam as diferenças socioespaciais, em sua apropriação nos processos aludidos, compõem as práticas e processos socioespaciais que convergem na produção das desigualdades socioespaciais. Esta é uma evidencia, do que anteriormente fora citado, “a desigualdade [socio]espacial é o lado perverso da diferenciação [socio]espacial [...] (Corrêa, R. L., 2022, p. 1).

A qualidade de vida é utilizada, portanto, como um atributo e, como sugerimos, uma marca da cidade, um diferenciador do espaço urbano campo-grandense. Nestes marcos, aquelas porções do espaço urbano que seriam dotadas de qualidade de vida (ou aqueles bairros com as melhores posições no ranking), que os índices diferenciam se sobressaem daqueles que não detêm esta qualidade de vida. Ao utilizarem-se de índices e rankings de qualidade de vida, não se coloca questão a sua relevância social, validade ou especificidade, tão pouco é preocupação dos agentes que se apropriam da noção de qualidade de vida, uma acuidade conceitual. Nesse sentido, importa menos se os índices e rankings representam o grau de atendimento às necessidades básicas da população, seu acesso aos bens de cidadania. O que importa, nesse cenário, é o seu uso como um diferenciador do espaço urbano, uma marca, uma distinção social. A existência ou não de qualidade de vida (ou a quantidade de qualidade de vida que existe[60]) demarca a participação de diferentes porções da cidade no mercado mundial das cidades. O IQVU que, *a priori*, denotaria diferença, ao ser apropriado e utilizado na produção do espaço urbano, por meio da produção de imagens, produz também a própria desigualdade socioespacial.

[60] Referimo-nos ao processo de mensuração da qualidade de vida, através dos processos metodológicos de seleção e adoção de pesos a indicadores sociais que evidenciariam a qualidade de vida.

4.1 A produção de imagens com o objetivo de venda das cidades

Ao longo das próximas páginas buscaremos responder algumas questões que surgem ao colocarmos a produção de imagens de cidade-mercadoria como um dos processos que emanam da produção e da difusão de um índice de qualidade de vida urbana, tal como fora apresentado. O que se vislumbra é que as informações sobre a cidade, tais como os índices, são utilizadas para autopromoção da cidade e estão mais ligadas a propósitos de competitividade urbana do que com o bem-estar urbano da população (Delcol, 2016a). O IQVU e outros índices, nesse cenário, são recursos imprescindíveis para a compreensão desses processos.

Nesses marcos, de início busca-se responder o que são essas imagens de cidade e como elas são produzidas, bem como a maneira como elas emanam do empresariamento da cidade (Sánchez, 2010). Haja vista que estas imagens são produzidas com objetivo da venda da cidade, busca-se responder, o que se vende, ao vender a cidade[61]. Nesse processo de empresariamento da cidade e competividade urbana, a produção, controle e difusão de informações são imprescindíveis para o exercício do poder sobre os territórios, num conjunto que pode ser nomeado de tecnopolíticas (Pasti; Cracco, 2022). No que tange às empresas de consultoria, agentes centrais e privilegiados na consecução das tecnopolíticas, Silva e Manzoni Neto (2008), citam um conjunto de empresas transnacionais que atuam no negócio da informação, incidindo fortemente no território brasileiro, o que pode evidenciar uma (re)novada relação de dependência.

É preciso, ainda, elucidar quais são os agentes e os interesses envolvidos na produção de informações. A partir dessa compreensão, é possível delinear como esses interesses convergem, dentre outros elementos, para os investimentos “sempre direcionados para frações do espaço, onde estão estabelecidas as classes mais altas da sociedade” (Delcol, 2016a, p. 203–204). Num cenário de aprofundamento do uso de tecnologia no territórios, as cidades passam a ser importantes fonte de dados, que são vendidos para empresas, sobretudo de países do capitalismo central (Santos, L. F. V. Dos, 2021). Ainda, segundo o autor, no discurso dos empresários essa ampliação do uso de tecnologia culminaria na melhoria da qualidade de vida da população, dentre outros efeitos. As práticas e interesses realizados por esses agentes, ao fim,

[61] Uma referência ao questionamento feito por Carlos Vainer (2000b, p. 78–79).

buscam atingir as camadas de mais alta renda da sociedade e camadas médias, através da “conquista” do consenso na atração de investimentos (Ribeiro; Sánchez, 2013).

A cidade tornada empresa é concebida como um agente econômico, encontrando no âmbito privado a regra e o modelo de planejamento e ações que ocorrem no espaço urbano (Vainer, 2000b). É nesse processo que encontramos a cidade tornada sujeito e esse processo oculta quais os agentes sociais que se beneficiam da venda da cidade (ou de parcelas dela). As diferenças socioespaciais no âmbito intraurbano (visualizadas pelos indicadores), são tornadas desigualdades, à medida que se compreende a relação entre os processos, agentes e interesses envolvidos no empresariamento da cidade.

A compreensão dessas relações se justifica, para que se posicione o debate e, na seção seguinte, apresente-se como o IQVU de Campo Grande e a própria noção de qualidade de vida ancoram a produção de determinada imagem da cidade, de determinada marca, que têm por objetivo a sua inserção no mercado mundial de cidades.

A produção de imagens de cidade, que se busca aqui colocar em tela, ocorre no contexto de políticas urbanas específicas e são fruto de discursos, verbal ou imagético, ações e utilizam-se de índices e outras informações, os quais formam representações do espaço urbano. O uso da noção de qualidade de vida, como será apontado, ocorre num processo de afirmação e produção discursiva do espaço urbano campo-grandense e é efetivado através de estratégias específicas, por determinados agentes e para atender determinados interesses.

As cidades renovadas apresentariam-se como centros de consumo privilegiado e nelas seriam edificadas os centros de decisão, já que “a chamada ‘reestruturação produtiva’ da economia capitalista em sua fase atual está, mais do que nunca, ligada à produção de espaço que é moldado às necessidades da acumulação” (Sánchez, 2010, p. 45). Nesses marcos, o próprio acesso ao espaço se realiza, cada vez mais, mediado pelo mercado e dele emergem e moldam-se representações do espaço, pois

> A produção espaço-mercadoria envolve também a produção de representações que o acompanham. Esse espaço é concebido como lugar onde o privado se afirma, produzindo signos que parecem realizar desejos e fantasias de consumo por valores da ‘mundialidade’. Ele ganha sentido como centralidade de fluxos definidos em escalas, que, muitas vezes, transcendem o local, articuladas às estratégias que

> se redefinem constantemente em outras escalas (Sánchez, 2010, p. 49).

Otília Arantes (2000) afirma que o uso da palavra “renovação”, bem como “requalificação”, “reabilitação”, “revalorização”, “reciclagem”, “promoção”, dentre outras, tem uma função de (mal) encobrir o sentido de reconquista das porções centrais da cidade pelas camadas de mais alta renda. Todos esses termos, segundo a autora, seriam um eufemismo para *gentrification*, ou como é comumente traduzido, gentrificação.

As imagens de cidade são produzidas através do acionamento de representações e valores convergentes, que ao fim e ao cabo, são “voltados sobretudo à modernização da infraestrutura de telecomunicações e transportes, à competitividade, à eficiência da gestão urbana, à construção de sustentabilidade, civismo urbano e multiculturalismo” (Sánchez, 2010, p. 71). Sendo que tais representações emanam do discurso verbal ou visual, perpetrado por agentes envolvidos nas estratégias de renovação urbana. Para a autora, a própria produção do espaço ocorre para e a partir de sua representação, o que evidencia uma intencionalidade na ação e incorpora uma imagem do espaço. Ademais, os discursos acerca da cidade, difundidos nos meios de comunicação (sobretudo publicitária), objetivam a construção de imagens da cidade, “imagens de marca”, de cidade renovada, com bem-estar, qualidade de vida e qualquer outro atributo passível de diferenciação.

A qualidade de vida, operacionalizada por diversos agentes sociais, como apontando na próxima seção, emerge como um atributo do espaço urbano de Campo Grande, forjando-se como uma marca, um signo. Mas não se trata de um atributo em si, de uma característica intrínseca do espaço urbano, mas algo construído discursivamente, constituindo-se como uma representação do espaço campo-grandense, uma imagem desta cidade. Essa ‘característica’ é acionada para diversos usos, desde elaboração de uma marca da cidade, até como uma justificativa para os processos de renovação urbana na cidade, que tem na Região do Centro de Campo Grande, o principal palco.

Não apenas o espaço constitui-se como mercadoria, mas para Sánchez (2010), desde a passagem para o século XXI, a própria cidade constitui-se em mercadoria, não apenas em partes isoladas, em parcelas, mas tomada em conjunto. O urbano, então, seria a própria realidade mundial, o urbano enquanto totalidade, alterando a

própria reprodução das relações sociais. O que se vê para tanto, é um reforçamento do papel das cidades, num processo de conversão das cidades em sujeitos, já que

> vão as grandes corporações multinacionais, tratando de nos persuadir de que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são – quem diria... – as cidades, ou melhor, cidades cuja configuração seja propícia à valorização patrimonial que mais interessa a tais firmas no presente estágio da transnacionalização produtiva (Arantes, O., 2000, p. 30–31)

É preciso aqui, [re]abrir uma ressalva, de que o espaço é um resultado da ação humana ao longo da história e, portanto, ele expressa, em cada momento, as relações sociais o que o sustém e que o deram origem. Porém, essa produção social do espaço, passa pela produção de representações que homens elaboram sobre o espaço (Moraes, 1988). A produção social do espaço precisa ser substantivada, do contrário, “toma-se um capital que não se personifica em agentes sociais” (Moraes, 1988, p. 22).

Para conceituar a atribuição de personalidade, características e agência às cidades, podemos utilizar o termo ideologias geográficas, discutido por Moraes (1988, p. 44), que aponta que elas

> alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou acomodamento nele.

A concepção de ideologia do autor é mais próxima daquela vinculada à visão de mundo, no lugar da produção da ilusão. Podemos tomar aqui uma definição de Mészáros (2004, p. 65), para quem “a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”. Essa consciência é, ela também, um produto histórico, como é também o discurso sobre o espaço, assim, no que tange à forma espacial, é preciso questionar “sua imagem, no fluido universo da cultura e da política. O discurso sobre os lugares, revelador da consciência do espaço” (Moraes, 1988, p. 25).

Essa é uma questão também para Harvey (2005, p. 169–170), que argumenta que

> a linguagem que considera o processo urbano aspecto ativo em vez de passivo no desenvolvimento político-econômico impõe grandes riscos. Faz parecer como se as 'cidades' pudessem ser agentes ativos quando são simplesmente coisas. De modo mais apropriado, dever-se-ia considerar a urbanização um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. [...] É tão insensato negar o poder das objetivações, da capacidade das coisas que criamos de retornar como formas de dominação, quanto é insensato atribuir, a tais coisas, a capacidade relativa à ação social.

Vainer (2000b, p. 83) exemplifica como a cidade é tornada sujeito utilizando uma citação de Borja e Forn (1996, p. 33) "as cidades em competição buscam por todos os meios aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão". Outro exemplo, é a forma verbal utilizada na publicação do World Economic Development Congress e do Banco Mundial (1998, p. 2, grifo do autor, *apud* Vainer, 2000, p. 76-77)[62], pois

> as cidades necessitam: **competir** pelo investimento, tecnologia e competência gerencial; **competir** na atração de novas indústrias e negócios; **ser competitiva** no preço e na qualidade dos serviços; **competir** na atração de força de trabalho adequadamente qualificada.

Assim, "esta cidade que saiu da forma passiva de objeto e assumiu a forma ativa de sujeito ganha uma nova identidade: **é uma empresa**" (Vainer, 2000b, p. 83, grifo nosso). Para que a cidade seja uma empresa, é necessário "concebê-la e instaurá-la como agente de mercado", que tem no mercado seu campo de atuação e de onde emana a regra e o modelo do planejamento por ela utilizado (Vainer, 2000b, p. 86).

As ideologias geográficas, portanto, devem ser compreendidas como uma forma de consciência coletiva acerca do espaço e, no enquadramento que buscamos dar, tem como funcionalidade sustentar as ações dos grupos sociais que agem sobre o espaço, ao mesmo tempo que oculta as relações sociais que se perpassam na ação desses agentes socais. Maricato (2000) rejeita a ideia da cidade enquanto ator político, cidade-empresa, cidade competitiva, cidade-pátria e reforça que o ambiente construído não se separa das relações sociais que nele ocorrem e, assim, a produção dessas imagens mistificadores abafa os conflitos no espaço urbano.

---

[62] WORL ECONOMIC DEVELOPMENT CONGRESS; THE WORLD BANK. World Competitive Cities Congress. **Executive Sumary Document**. Washington, mimeo, 1998.

Para Vainer (2000b), a competição entre cidades, é uma das maneiras que emerge a competição entre empresas, por melhores localizações, mais economicamente vantajosas. Não, então, na realidade, não são as cidades (ou mesmo países, regiões etc.) que competem, mas empresas e setores industriais. Assim,

> Esta permanente flexibilidade e fluidez conceitual opera como um poderoso instrumento ideológico, fornecendo múltiplas e combinadas, mesmo se contraditórias, imagens e representações, que podem ser usadas conforme a ocasião e a necessidade (Vainer, 2000b, p. 100).

Abordaremos, mais detidamente, os agentes sociais presentes no processo de conversão da cidade em mercadoria à frente, ao final desta seção, mas é preciso trazer a noção de coalização de forças, que atuam no empresariamento da cidade. Diferenciando governo urbano de governança urbana, Harvey (2005, p. 171) pondera que "o poder real de reorganização da vida urbana muitas das vezes está em outra parte, ou pelo menos, numa coalização de forças mais ampla, em que governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador". Para Sánchez (2010), os intensos processos de transformação do espaço urbano, para quais as imagens de cidade são instrumentos e produtos, requerem a soldagem de diversas forças sociais, em torno dos grandes projetos, que convertem a cidade em mercadoria. A noção de coalização de forças para a renovação urbana também está em Arantes, Vainer e Maricato (2000)[63].

Assim, ainda que se aponte a ação de determinados agentes, os processos de produção de imagens e os processos de renovação urbana que a engendram deve ser compreendida como uma criação coletiva, daqueles que se beneficiam da venda da cidade. E é nessa concertação[64] de agentes sociais, parcialmente oculta pela cidade empresa (tornada sujeito), que contém relações e ações que, como veremos, beneficia segmentos sociais já privilegiados. Isto colocado na perspectiva da utilização dos indicadores sociais, rankings e da noção de qualidade vida, em geral, poderá nos

[63] A obra trata-se uma coletânea de texto dos três autores. Geralmente buscamos citar cada texto separadamente, para indicar objetivamente de qual autor emana a ideia ou afirmação abordada. Na presente afirmação, citamos a obra em conjunto, pois é uma noção transversal nos quatro textos da coletânea.

[64] O termo é utilizado, sobretudo, por Jordi Borja, com o mesmo sentido que buscamos dar aqui, mas no nosso caso, não como uma apologia ao modelo, mas numa visão crítica do processo.

indicar nexos causais na produção das desigualdades socioespaciais que resultam desses processos.

O que se coloca é que não apenas as pequenas parcelas do espaço urbano são abarcadas pelos fluxos mercantis, que são utilizados por empreendedores imobiliários, agentes empresariais, agentes de turismo e impulsionados por organismos multilaterais. Para Campo Grande é fundamental apontar que logo no nascimento do IQVU, ele foi apresentado em um seminário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que pouco tempo depois financiaria um imenso processo de renovação do Centro de Campo Grande, ancorados no Plano de Revitalização do Centro de Campo Grande (Lei Complementar n. 161)[65]. Outra agência multilateral, tem conferido anualmente o título de cidade arborizada para Campo Grande. Assim,

> São as cidades que passam a ser 'vendidas' **dentro das políticas de Estado**, que, no atual estágio do regime de acumulação capitalista, procura cumprir com uma agenda estratégica de transformações exigidas para a inserção econômica das cidades nos fluxos globais. Nesse contexto, não basta renovar cidades, é preciso vendê-las e, ao fazê-lo, vende-se a imagem da cidade renovada (Sánchez, 2010, p. 50, grifo nosso)

As cidades precisariam ser colocadas nos mapas do mundo, e isso, por certo, não reverte as condições de dependência que a engendraram, muito pelo contrário. Se tais ações não revertem as condições de desigualdade socioespaciais internas cidade, a categoria transferência de valor, abordada na Seção 1, indica que por meio do financiamento externo, os recursos locais são transferidos para as burguesias dos países do centro do capitalismo.

Cumprir essas agendas estratégicas colocadas pelas agências multilaterais requer, como é o caso de Campo Grande, dentre outras coisas, contrair vultuosos financiamentos externos para esses processos de renovação urbana. Luce (2018, p. 63) aponta que "o serviço da dívida expressa a dependência financeira mediante as transferências de valor a que são submetidas as economias subordinadas a este jugo". Nesses marcos, o processo de endividamento é um processo que aprofunda as relações de dependência, haja vista as características do Estado latino-americano, anteriormente pontuados a partir de Osório (2014), de soberania fraca, frente a aos imperativos das burguesias dos países dominantes. O Estado que está no centro da

[65] Diversos são os programas que se ancoram nesse plano, tais como o Programa Viva Campo Grande e Programa Reviva Campo Grande.

mundialização, que ocorre nos marcos da subordinação e dependência de alguns países, também é um agente fundamental no empresariamento da cidade (e da sua conversão em empresa-sujeito).

Para a inscrição das cidades nessa nova cartografia mundial, são necessárias diversas ações, tais como um planejamento urbano orientado ao mercado e políticas urbanas que se voltam ao atendimento da demanda de usuários específicos. Esse processo de integração, "requer estratégias precisas, que têm como base a construção de imagens de cidade" (Sánchez, 2010, p. 51). Citando Borja e De Forn (1996)[66], a autora pontua que a "mercadotecnia da cidade" e as estratégias de venda da cidade, tornaram-se funções básicas dos governos locais. Arantes (2000, p. 14) resume a questão, pois

> como a própria terminologia corrente já indica, estamos diante de políticas *image-making*, na trivial acepção marqueteira da expressão, pois quem diz *image-making* está pensando, queira ou não, em políticas *business-oriented*, para não falar ainda em *market-friendly* [...].

Para pôr em marcha tais estratégias, a produção de informações locais, tais como os índices, podem ser apropriados para o *city marketing*[67], pois "[...] a elaboração de índices contribui para a construção de imagens e identidades singulares de espaços [...] (Delcol, 2016a, p. 204).

Os índices e rankings fazem parte das tecnopolíticas, que no

> planejamento urbano não se dão de forma dissociada das tendências e disputas de sentido das práticas de planejamento. Assim, há uma apropriação predominante dessas tecnologias no sentido do planejamento urbano hegemônico, atualmente caracterizado pelo paradigma neoliberal, pela competitividade urbana e por dinâmicas de promoção das cidades na lógica empresarial, por meio do 'planejamento estratégico' (Pasti; Cracco, 2022, p. 108).

---

[66] BORJA, Jordi; DE FORN, Manuel. Políticas da Europa e dos estados para as cidades. **Espaço e Debates**, ano XVI, n. 39, 1996,

[67] "*City marketing* é definido como a percepção das vantagens da obtenção de investimentos privados e da preparação de estruturas de parceira para alcançá-los. O *city marketing* será tratado aqui como processo mediante o qual as atividades urbanas estão o mais proximamente possível relacionadas com a demanda de clientes-alvo de forma a maximizar a eficiência social e o funcionamento econômico da área envolvida de acordo com todos os objetivos que tenham sido estabelecidos" (Ashworth; Voogd, 1991, p. 11, apud Sánchez, 2010, p. 55)

No contexto de globalização, as informações econômicas são vendidas em “pacotes de assessoria”, e são insumos para a competividade e fluidez, aplicados no planejamento voltado ao mercado (Silva, A. M. B. Da; Manzoni Neto, 2008). Para estes autores, um grupo de empresas de consultoria, estabeleceram uma ampla rede de informações. O Brasil e os países que nomeamos, dependentes, participam dessa rede de maneira subordinada, denotando uma características de uma nova divisão territorial do trabalho, ancorada na informação, de onde, surgiriam, “novos esquemas de hierárquicos de controle dos territórios periféricos” (Silva, A. M. B. Da; Manzoni Neto, 2008, p. 57). Temos a dependência sendo reproduzida através da captura, armazenamento e, sobretudo, controle da informação, à medida que frações da burguesia dos países centrais do capitalismo detém o poder agência sobre os territórios, e mais especificamente no recorte que apontamos, sobre a cidade[68]. E se compreendemos os indicadores sociais (parte dessas informações) como objeto técnico, que não apenas representam o espaço, mas também condicionam a sua produção, tem uma produção do espaço dependente, à medida que decisões sobre essas informações advém dos países dominantes.

No lugar de funcionarem como insumos para políticas públicas, planejamento urbano e intervenções no território, socialmente referenciados, as informações são produzidas para atrair investimentos privados, para evidenciar que o espaço urbano é capaz de atender as demandas de mercado. Alijados de sua função nas políticas públicas, os índices convergem para a reprodução do modo de produção capitalista, auxiliando na invisibilização dos problemas sociais (Delcol, 2016a). Uma das explicações para isso é que “impera a ideia de que a cidade é uma mercadoria como qualquer outra, que precisa ser vendida e deve enfrentar-se como outras mercadorias-cidades num mercado cada vez mais competitivo” (Sánchez, 2010, p. 58).

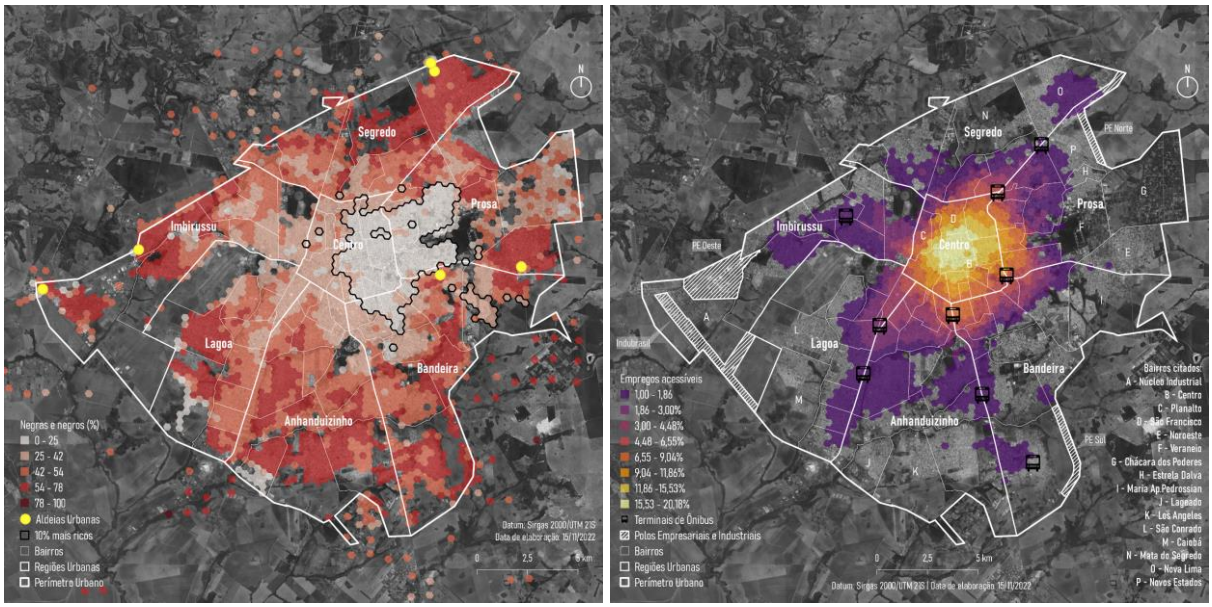
No âmbito da produção do espaço, as práticas do *city marketing* são orientados à demanda, diferenciando-se do planejamento urbano tradicional, considerando, portanto, os “potenciais consumidores” da cidade, para as intervenções a serem realizadas. Vende-se a cidade já realizada, não a cidade a ser construída. Nesses marcos, “o *marketing* urbanístico opera mediante a informação, a comunicação, o convite a fazer uso da cidade” (Ribeiro; Sánchez, 2013, p. 44).

---

[68] Apenas a título de exemplo, a Google hoje tem mais informações sobre a locomoção dos cidadãos nas cidades do que quase todas as prefeituras do país. Esses dados entregues ‘voluntariamente’, para serem utilizados, precisam ser pagos pelas instituições do Estado e pelas empresas locais.

No que é chamado de “mercado de cidades”, haveria mercados diversos, seja o cultural, financeiro internacional, turismo, corporações, organismos internacionais ou de consumo de alto padrão. Nesse sentido, quando do estabelecimento de um bom ambiente de negócios (Harvey, 2005), não se trata apenas da atração de investimentos ligados à esfera da produção, mas também da atração de consumidores externos e aumento dos níveis de consumo interno. Ou seja, há um impulsionamento para o setor de serviços e comércio, que já são hipertrofiados em Campo Grande (MS), de tal modo que ao menos 86% dos empregos formais em 2020 eram destes setores, além disso, os empregos, em Campo Grande, estão concentrados em lugares específicos da cidade, sobretudo aqueles em que se localizam a população branca e de mais alta renda da cidade, como pode ser observado na Figura 11 (Costa; Ikuta; Delcol, 2023).

Figura 11 – (A) População negra, Aldeias Urbanas e os 10% mais ricos em Campo Grande-MS. (B) Locais com 1% de empregos acessíveis, por caminhada, em 30 min, em Campo Grande-MS.



Fonte: Costa, Ikuta e Delcol (2023)

Há uma certa convergência entre esses locais e os bairros citados na próxima seção, que seriam os detentores de qualidade vida. São também os principais lugares que receberam intervenções que objetivariam uma melhoria na qualidade de vida. Converge-se locais com boa disponibilidade de emprego, concentração de renda e boa qualidade de vida (seja demonstrada pelo IQVU ou apenas pelo discurso de determinados agentes). Estes locais, seriam, portanto, os locais mais propícios a um maior fluxo de negócios, bens e serviços na cidade, isto porque a

> instalação de um campo articulado de práticas e interesses – econômicos e políticos – que, mediante a apropriação e difusão da positividade da imagem construída reordena os circuitos de investimento e consumo objetivando atingir, sobretudo as faixas de renda correspondentes ao topo do mercado e camadas médias (Ribeiro; Sánchez, 2013, p. 30)

O estabelecimento de um ambiente atraente e competitivo, que caracterizaria a “mercadoria-cidade”, seria perpassado por um planejamento urbano que assim as torne. Planejamento estratégico e que encontra nos processos de renovação urbana (ou seja, gentrificação, como diz Arantes [2000]) formas de execução do projeto de empresariamento da cidade. Sánchez (2010) aponta o que seriam alguns dos imperativos desse planejamento urbano: infraestrutura que indique a passagem do modelo industrial para o modelo terciário avançado; modernização da infraestrutura de transporte; criação de distritos empresariais e financeiros; criação de residenciais de alto padrão, destinados aos executivos das empresas e segmentos sociais “emergentes”; criação de novas centralidades (rede hoteleira, shoppings, etc.) e; renovação de áreas centrais.

Seria possível elencar um exemplo, em Campo Grande (MS), para cada característica apontada pela autora, mas não é nosso objetivo analisar uma gama tão ampla de intervenções e processos socioespaciais. Mas cabe aqui destacar, como tais características são reunidas num único feixe de “melhorias na qualidade de vida”, uma das maneiras pela qual o Estado e empresas justificam a intervenção no espaço. Essa estratégia discursiva é perpetrada por agentes de diversas esferas do Estado, sejam municipal, estadual e federal, tanto pelo executivo quanto pelo legislativo, o que pode ser averiguado no material jornalístico e publicitário, da Tabela 3 (p. 130), nos números de referência 12, 15, 20, 22, 24, 26, 31 e 32.

Um exemplo é o discurso que emana do processo de intervenção no Centro de Campo Grande. sobre o qual a Subsecretária de Gestão e Projetos Estratégicos, coordenadora do Programa Reviva, Catiana Sabadin, declarou que

> com a Rui Barbosa[69], o corredor de Transporte Coletivo mais tecnológico da cidade. Isso significa mais qualidade de vida para a comunidade, onde todos poderão usufruir dos benefícios. Colocar o conceito de Cidade Inteligente em prática pode ajudar a transformar

[69] Trata-se da Rua Rui Barbosa, que corta boa parte do espaço urbano, atravessando toda a Região do Centro, local em que possui importante função na mobilidade urbana.

> as cidades em um lugar melhor para se viver (Reviva [...], 2021, n. ref. 20).

O próprio título do material jornalístico citado, produzido pela Agência Municipal de Notícias, já sintetiza a estratégia, pois o “Reviva traz mobilidade, qualidade de vida e é exemplo de planejamento urbano”.

No que tange a intervenção do Estado e a comunicação entorno delas,

> Observa-se que, no contexto dessas políticas de comunicação, cada nova intervenção urbana se constitui também em ação e em comunicação simbólicas. Cada espaço inaugurado, transformado em evento e capturado pelos produtores de imagem, **constitui oportunidade de afirmação do projeto de cidade** (Sánchez, 2010, p. 88, grifo nosso).

Com isso, fica nítido que ação estatal, com vistas na intervenção no espaço urbano e que se utiliza do discurso da melhoria da qualidade de vida, é ela também, produtora de uma imagem da cidade, de afirmação de um determinado projeto. Isso será abordado mais detidamente na Seção 4.2, mas podemos citar como exemplo, que nas publicações de aniversário de Campo Grande, para os seus 120, 122 e 123 anos de fundação, a qualidade de vida é apontada como uma característica da cidade (Dia de celebrar [...], 2022, n. ref. 29; Prefeito destaca [...], 2021, n. ref. 21; Zurutuza, 2019, n. ref. 10)[70].

A partir de estratégias como essas constrói-se um imaginário de cidade, e que se constituem como fundamentos de práticas institucionais e discursos (verbal ou não), que convergem para a elaboração de uma idealização da vida urbana (Ribeiro; Sánchez, 2013). Não buscamos aqui negar a existência de qualidade de vida, pois a medida intraurbana dela, para Campo Grande, nem mesmo alcança aspectos mínimos dessa noção, operando uma interpretação muito restrita de qualidade de vida. Ainda assim, apenas parte da cidade obtém boas posições no índice que busca representá-la, ainda que seus resultados sejam usados para representar ora todo o espaço urbano e ora parcelas que se busca privilegiar. Outrossim, utilizam-se medidas de qualidade de vida para todo o espaço urbano para atribuir esse atributo a determinadas parcelas e ocorre também o inverso, utiliza-se medidas como IQVU de Campo Grande e seus resultados para parcelas da cidade e a atribuem a todo o

[70] O número de referência (n. ref.), indicado em cada citação de material jornalístico e publicitário, faz referência à primeira coluna da Tabela 3.

espaço urbano[71]. Outrossim, objetiva-se demonstrar o que imagem de qualidade vida elabora, afinal

> verdade e mitificação participariam, concretamente de sínteses culturais (imagens-síntese) da vida coletiva (Ribeiro, 1988)[72]. [...] Reconhecemos na elaboração dessas sínteses discursivas um campo de disputas ampliadas visando, ao mesmo tempo, a conquista do poder econômico e político (Ribeiro; Sánchez, 2013, p. 31–32).

Ainda, segundo as autoras, há uma constante reconstrução dessas imagens-sínteses, que precisam se impor perante outras, num processo eminentemente conflitivo. Esse processo de reconstrução insere-se nos marcos da "conquista do consenso", elemento fundamental para a consecução de grandes projetos. Esse consenso é funcional não somente para afirmação de poder, "mas também para o redirecionamento dos fluxos modernos de consumo e de circulação de bens e serviços [...]" (Ribeiro; Sánchez, 2013, p. 30). Podemos identificar um processo de produção de consensos para a implementação do Plano de Revitalização do Centro de Campo Grande, discutido por Oliveira e Castilho (2022). Assim,

> A **fabricação de consensos** em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesma de toda localização, torna-se peça-chave de uma situação de mobilização com competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. (Arantes, O., 2000, p. 27, grifo da autora).

A construção desse consenso é amplamente defendida por Borja e Castells (1997)[73], como afirma Arantes (2000). Os conflitos que emergem na cidade, são eliminados, dentre outras estratégias, pelo próprio processo de planejamento estratégico (Vainer, 2000a, b). A constituição de coalizações de forças sociais são imprescindíveis para a fabricação de consensos entorno de processos de renovação urbana, realizados na esteira do empresariamento da cidade (Sánchez, 2010).

A construção do consenso das representações do espaço, além disso, permitem a inserção do espaço urbano no mercado de cidades. Assim, ao se vender a cidade, por meio das imagens, vendem-se atributos locacionais, recursos logísticos

---

[71] Essa é uma prática identificada por Delcol (2016a, b) sobre Campinas e sua região metropolitana.
[72] RIBEIRO, Ana Clara Tores. **Rio-metrópole**: a produção social da imagem urbana. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1988.
[73] BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y Global**. Madri: Taurus, 1997.

e tecnológicos, dentre outros, que são “insumos valorizados pelo capital transnacional” (Sánchez, 2010, p. 65). Desta forma,

> Produto e cidade são vendidos juntos, mutuamente referenciados em suas estratégias promocionais. [...] Na verdade, a própria cidade, tornada produto, é uma alavanca mercadológica para os demais produtos. Aqui pode ser identificado o valor atrativo do espaço no movimento de reorganização da nova sociedade urbano-metropolitana: **o espaço como instância, participando desse momento que não se realiza sem ele**. Não é o espaço como palco da sociedade em transformação, mas o espaço como fator propulsor e organizador dessa transformação (Sánchez, 2010, p. 100, grifo nosso).

A utilização da qualidade de vida (seja como um atributo da cidade, do bairro ou como objetivo a ser alcançado) pelos promotores imobiliários nos anúncios de novos empreendimentos[74], é um exemplo em que produto e cidade são vendidos juntos. O consenso entorno da existência de qualidade de vida em Campo Grande, encontra aqui terreno fértil para disponibilização no mercado de produtos distintivos. Assim, cidade e produto se reafirmam e se produzem através da atribuição à ambos deste atributo diferenciador. O capital financeiro-imobiliário utiliza dessa marca de Campo Grande para incentivar o investimento imobiliário na cidade ou mesmo em parcelas dela[75]. Assim, a qualidade de vida é uma vantagem na mobilização de capital na e para a cidade, porém não há uma utilização do índice, que a busca refletir, no planejamento urbano da cidade. Não se usa o IQVU para essa política pública, para a melhoria das condições de vida da população, mas utiliza-se sua característica diferenciadora do espaço urbano para aumentar as disparidades existentes na cidade.

Entretanto, é preciso evidenciar que a produção de imagens se trata da construção de uma representação determinada, ideologizada e também

> de uma orientação metodológica que colabora no sentido de transcender a mitologia da mimese. Permite a percepção de que o que é visto através das imagens não é uma realidade dada, objetiva, mas um conjunto de informações parciais, construído a partir de uma determinada perspectiva, por meio de valores socialmente inscritos (Sánchez, 2010, p. 109).

[74] Conferir os materiais com número de referência 19, 23 e 27, da Tabela 3 (p. 129).
[75] Conferir os materiais com número de referência 9, 13, 28, 30 e 35, da Tabela 3 (p. 129).

As tecnopolíticas (Pasti; Cracco, 2022), das quais os índices e rankings fazem parte, da produção dessa imagem de singularidade do espaço (Delcol, 2016a), e através da operacionalização da noção de qualidade de vida, conduzem a uma visão fetichizada do espaço urbano campo-grandense. No que tange à construção de imagem da cidade de Campo Grande a partir do IQVU, já apontamos na seção anterior (Seção 3), que a escolha de indicadores sociais que compõem o referido índice colabora com um rebaixamento da própria noção de qualidade de vida, que ocorre pela limitação das estatísticas públicas, bem como das escolhas realizadas pelos formuladores do índice. Nesses marcos, tais limitações fazem também parte dos valores socialmente inscritos na imagem da cidade de Campo Grande como detentora de qualidade de vida.

Mas a produção das imagens de cidade não se inscreve apenas no âmbito da atuação do Estado, ou do mercado imobiliário. As agências multilaterais (dos quais o BID é um exemplo), bem como seus ideólogos, encarregam-se da conexão entre as ideias locais e o "pensamento global e a ideologia neoliberal". Ademais, "publicitários, consultores de *marketing*, produtores culturais, conselheiros em comunicação e pesquisadores de mercado são agentes exemplares que emergem como figuras centrais associadas à gestão empresarial das cidades" (Sánchez, 2010, p. 126). Como já apontando, sob a globalização, empresas de consultoria tem uma grande influência no planejamento territorial no Brasil (Silva, A. M. B. Da; Manzoni Neto, 2008).

O modelo apresentado em 1989 por Roberto Lobato Corrêa[76], dos agentes sociais produtores do espaço urbano, precisaria ser grandemente ampliado, tendo em vista o estabelecimento do mercado mundial de cidades, o que aqui apenas fizemos algumas alusões de determinados agentes, tais como as agências multilaterais, empresas de consultoria, Estado e capital financeiro-imobiliário, pois,

> Nesse campo, emergem novos agentes modernizadores, que, em relações mediadas por conflitos, disputam parcelas do poder, da riqueza e do espaço das cidades. Desse modo, é possível identificar estreitas relações entre as políticas de comunicação e informação utilizados e os agentes privados que emergem em articulações renovadas com o Estado no processo de produção do espaço contemporâneo (Sánchez, 2010, p. 98).

[76] CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

A intensificação dos fluxos que ocorrem no e a partir do espaço urbano requer uma ampliação do ferramental de análise, para a compreensão dos processos e práticas socioespaciais que dela surgem, bem como dos conflitos, que longe de serem eliminados, são apenas reposicionados.

Por fim, buscamos evidenciar que produção do espaço urbano contemporâneo passa pela produção de imagens, que tem por objetivo finalístico a inscrição do lugar no mercado mundial de cidades. Na sequência buscaremos exemplificar, de maneira mais ampla, como o IQVU de Campo Grande e a noção de qualidade de vida são adotados e utilizados para produzir uma "imagem-marca" de Campo Grande.

4.2 A apropriação da qualidade de vida, por meio do IQVU

O que se coloca como a produção de imagens de cidade são funcionais para a execução e produção de consenso acerca de grandes projetos urbanos, e podemos ter como exemplo, em Campo Grande, o Programa Reviva Campo Grande[77] e o Bioparque Pantanal[78], cujas localizações e sua relação com o IQVU de Campo Grande, podem ser observadas à frente na Figura 14 (p. 151). Fernanda Sánchez (2010) assim, resume o processo:

> As políticas urbanas neoliberais vêm sendo formuladas no âmbito de uma economia simbólica que afirma visões de mundo, noções e imagens, as quais acompanham as **ações de reestruturação urbana**. Operações para reconversão de territórios, **grande projetos urbanos** e **megaequipamentos culturais** ou esportivos são acionados para soldar forças sociais das cidades e são trazidos pela mão de coalizações de promotores urbanos que apresentam projetos de cidade ditos **consensuais** e competitivos (Sánchez, 2010, p. 15, grifo nosso).

É possível avalizar o IQVU de Campo Grande (PLANURB, 2008, 2013) como um instrumento de internacionalização da cidade. Um ano após a publicação de sua primeira edição, em 2009, o então prefeito de Campo Grande, hoje Senador Nelson

[77] Processo de requalificação urbana, que atingiu sobretudo o Centro de Campo Grande, cujo principal marco é a renovação urbana da Rua 14 de Julho. O programa conta também com projetos na mobilidade urbana, habitacional, além de outros produtos de planejamento urbano. Oliveira e Castilho (2022) analisam o plano de revitalização do Centro de Campo Grande, em linhas gerais.

[78] Reivindica o título de maior aquário de água doce do mundo, construído pelo Governo do Estado dentro do Parque das Nações Indígenas, e o projeto arquitetônico conta com assinatura de Ruy Ohtake.

Trad Filho (Democratas, 2019-)[79], foi um dos palestrantes no evento promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), acerca do monitoramento da qualidade de vida, realizado na Argentina. O tema da palestra foi justamente o IQVU de Campo Grande e o SISGRAN[80], que haviam sido recentemente criados (Nelsinho apresenta [...], 2009, n. ref. 2; Nelsinho ministra [...], 2009, n. ref. 3; Nelsinho viaja [...], 2009, n. ref. 1).

Assim, a produção de informações acerca do espaço urbano reverbera no posicionamento da cidade em espaços de decisão e difusão de informações mais amplos que os limites municipais. As tecnopolíticas se inscrevem não apenas nos limites territoriais do governo municipal, mas posiciona-o em escalas que transcendem e atravessam o espaço urbano.

Cabe frisar que não é trivial o agente para qual o então prefeito fez a apresentação dos indicadores municipais, pois Campo Grande seria uma das cidades com projetos selecionados pelo BID, que financiou a renovação da Rua 14 de Julho e ações renovação urbana em todo o Centro da cidade, integrantes do Programa Reviva Campo Grande, que partem do Plano de Revitalização do Centro de Campo Grande – Lei Complementar n. 161/2010. Tal plano, segundo Oliveira e Castilho (2022), além de ter sido produzida com deficiente participação popular, privilegia a "frente econômica", no lugar da social.

Como antecipado, a noção de qualidade de vida é operacionalizada com ou sem indicadores, em dois principais cenários. De um lado, a qualidade de vida é destacada como um atributo, uma característica do espaço urbano ou de parte dele, e de outro lado, ela é o objetivo a ser alcançado através da intervenção no espaço, por diferentes agentes sociais (não somente o Estado). Uma outra leitura sobre essa segunda maneira como se operacionaliza a qualidade de vida, é que este seria um atributo desejável num horizonte futuro, horizonte este que é permeado e que somente será alcançado através da atuação de determinados agentes. No que tange à ênfase ao acionamento da qualidade de vida como um objetivo a ser alcançado através da intervenção de determinados agentes, "entende-se que tais discursos como

[79] Popularmente conhecido como Nelsinho Trad, elegeu-se prefeito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual MDB, e foi prefeito por dois mandatos consecutivos, de 2005 a 2012.

[80] À época nomeado "Sistema Municipal de Indicadores Georreferenciados para o Planejamento e a Gestão de Campo Grande".

elementos ativos na transformação do espaço” (Moraes, 1988, p. 25). São estratégias discursivas na construção de representações do espaço.

Na Tabela 3 apresenta-se o material jornalístico e publicitário utilizados na análise. Na sequência serão elencados os principais resultados decorrentes da análise deste conteúdo. O material utilizado foi aquele que estava disponível *online* sobre o IQVU e a qualidade de vida em Campo Grande. O marco inicial do recorte histórico, foi o ano de publicação da 1ª edição do IQVU, em 2008, porém, as primeiras publicações localizadas datam do ano seguinte. A referida tabela e análise não incluem eventuais publicações em mídia impressa, devido a inacessibilidade destes materiais. Cada material jornalístico foi coletado, armazenado, lido e classificado. Os dados foram tabulados e a organização deles determinou a estrutura argumentativa desta seção.

Tabela 3 - Material jornalístico e publicitário sobre o IQVU e qualidade de vida, de Campo Grande, de 2009 a 2023

N. ref.	Data	Veículo	Título	Citação/ Referência
1	25/09/2009	Campo Grande News	Nelsinho viaja a SP e vai a seminário na Argentina	(Nelsinho viaja [...], 2009)
2	28/09/2009	Campo Grande News	Nelsinho apresenta ações de mobilidade e desenvolvimento	(Nelsinho apresenta [...], 2009)
3	28/09/2009	Campo Grande News	Nelsinho ministra palestra em seminário na Argentina	(Nelsinho ministra [...], 2009)
4	01/02/2013	Campo Grande News	Em busca de qualidade de vida, orientais ocupam Campo Grande	(Lopes, 2013)
5	29/04/2014	Campo Grande News	Pela 1º vez, Capital assume ranking de qualidade de vida em MS	(Kober, 2014)
6	27/08/2014	Campo Grande News	Em busca de qualidade de vida, endinheirados mudam de bairro	(Penedo, 2014)
7	22/11/2016	Campo Grande News	Renda e longevidade colocam MS no 10º lugar em qualidade de vida	(Zurutuza, 2016)
8	16/02/2019	Site Campo Grande. Ms	Campo Grande é uma das 10 capitais mais felizes do Brasil, aponta estudo	(Campo Grande é uma [...], 2019)
9	28/06/2019	Foregon	Conheça os melhores bairros para se morar em Campo Grande	(Gadelha, 2019)
10	26/08/2019	Campo Grande News	Para maioria, Campo Grande é a capital da qualidade de vida	(Zurutuza, 2019)
11	04/10/2019	Site SEGOV MS	Mato Grosso do Sul é finalista do prêmio Excelência em Competitividade	(Nogueira; Machado, 2019)
12	18/02/2020	Agência Senado	Campo Grande recebeu selo mundial de cidade arborizada	(Campo Grande recebeu [...], 2020)
13	12/05/2020	Moving Imóveis	Seis melhores bairros para morar em Campo Grande	(Seis melhores [...], 2020)

N. ref.	Data	Veículo	Título	Citação/ Referência
14	14/10/2020	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul	Campo Grande de volta para o futuro	(Corrêa, V. B., 2020)
15	17/11/2020	Campo Grande News	Obras de expansão da rede de esgoto avançam em bairros de Campo Grande	(Obras [...], 2020)
16	10/02/2021	Correio do Estado	Campo Grande é a 7º melhor capital brasileira para se viver, aponta estudo	(Libni, 2021)
17	11/02/2021	Campo Grande News	Campo Grande é 1ª no Centro-Oeste e 7ª melhor capital para se viver	(Correia, 2021)
18	02/03/2021	Enfoque MS	Campo Grande está as entre melhores capitais para se viver com desempenho em Saneamento e Sustentabilidade	(Campo Grande está [...], 2021)
19	20/04/2021	Campo Grande News	Região Norte se revela como investimento para qualidade de vida e segurança	(Região [...], 2021)
20	01/06/2021	Site Campo Grande. Ms	Reviva traz mobilidade, qualidade de vida e é exemplo de planejamento urbano	(Reviva [...], 2021)
21	16/08/2021	Site Campo Grande. Ms	Prefeito destaca planejamento e mudança na qualidade de vida dos campo-grandenses	(Prefeito [...], 2021)
22	26/08/2021	Correio do Estado	Árvores do Futuro: Campo Grande é uma das cidades mais arborizadas do mundo	(Tavares, 2021)
23	02/09/2021	Campo Grande News	Invista em condomínio clube, sem pagar INCC e com até 80% financiados	(Invista [...], 2021)
24	14/09/2021	Capital News	Campo Grande se torna a cidade mais segura do Brasil	(Maier, 2021)
25	13/12/2021	RCN 67	Estudo aponta Campo Grande como uma das melhores cidades para se viver	(França, 2021)
26	09/03/2022	Capital News	Governo destaca revitalização do Parque dos Poderes na qualidade de vida	(Vidmantas, 2022)
27	25/07/2022	Infomoney	Incorporadora lança 1º empreendimento híbrido de Campo Grande (MS)	(Incorporadora [...], 2022)
28	24/08/2022	Blog da MRV	Conheça os benefícios de morar em Campo Grande	(Conheça [...], 2022)
29	26/08/2022	Site Campo Grande. Ms	Dia de celebrar a Capital Morena que chega aos 123 anos com qualidade de vida e economia pujante	(Dia de celebrar [...], 2022)
30	16/11/2022	Portal Zuk	Campo Grande: Fique por dentro dos 5 melhores bairros para morar na capital do Mato Grosso do Sul	(Campo Grande: Fique [...], 2022)
31	22/06/2023	Capital News	Adriane Lopes apresenta resultados de obras ao Banco Interamericano de Desenvolvimento	(Deotti, 2023a)
32	21/07/2023	Capital News	Adriane Lopes participa de projeto de desenvolvimento urbano integrado em Brasília	(Deotti, 2023b)
33	29/08/2023	Site Campo Grande. Ms	Campo Grande ocupa primeira posição no ranking entre as cidades mais competitivas do Centro-Oeste	(Campo Grande ocupa [...], 2023)

N. ref.	Data	Veículo	Título	Citação/ Referência
34	15/10/2023	Campo Grande News	Em Campo Grande, emprego e qualidade de vida atraem estrangeiros	(Fraiha, 2023)
35	s.d	UCI	Por que adquirir imóvel em Campo Grande é um bom negócio?	(Por que [...], [*s. d.*])

Observação 1: as citações ao material estão acompanhadas do termo “n. ref.” (número de referência), cuja numeração está contida nessa tabela.
Observação 2: pela natureza do material consultado, não existe a possibilidade de indicar o número da página nas citações diretas. Assim, essa informação foi suprimida, seguindo padrão utilizado pela ABNT NBR 10520:2023.

Fonte: Indicada. Elaboração própria.

Propomos uma leitura de que a noção de qualidade de vida é operacionalizada através de estratégias distintas, seja ela decorrente de índices sociais específicos, de ranqueamentos diversos ou como um atributo ‘nato’ de determinado espaço, seja a cidade, ou parcelas dela. Não foram localizados trabalhos acadêmicos que analisassem o IQVU de Campo Grande, muito menos a sua apropriação, mas como já indicado, tal índice não é utilizado no PDDUA de Campo Grande – Lei Complementar 341/2018. Além disso, de modo mais geral, não foram encontradas evidências de que o IQVU foi utilizado para nortear melhorias nos bairros da cidade. Entretanto, tal índice é utilizado pela mídia e promotores imobiliários, como buscaremos evidenciar.

Ainda que as estratégias discursivas entorno do IQVU, dos rankings, títulos e da noção de qualidade de vida sejam distintas, o resultado se afunila para sua aplicação construção de uma determinada imagem de cidade, que como apontamos, tem por objetivo a sua “comercialização” num amplo mercado de cidades.

Ao longo das próximas páginas buscaremos realizar uma análise mais detida do material indicado na Tabela 3, organizando a estrutura narrativa entorno, inicialmente, do recorte espacial (estadual/urbano/intraurbano), a partir dos agentes que discursam e, por último, separando o material que parte objetivamente dos índices e rankings e os que não partem, lançando mão da noção de qualidade de vida sem um método que a busque mensurar. Buscaremos, sempre que possível, indicar a posição do bairro citado em referência à última edição do IQVU de Campo Grande, que classifica os 74 bairros da cidade, em termos de qualidade de vida, como já discutido na Seção 3.

Partindo de um recorte mais amplo, uma maneira pela qual observamos a utilização da qualidade de vida, é nas alusões ao Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM)[81], que posiciona o estado de Mato Grosso do Sul (MS) em 10º lugar entre as 27 unidades da federação, para o ano de 2014. Entre os indicadores que compõem o IDHM, MS possui maior posicionamento em longevidade da população e, em segundo em renda *per capita*. Esse índice é utilizado de maneira recorrente como uma representação da qualidade de vida em determinado recorte espacial. O que pode ser observado na passagem seguinte, que em referência à duas edições do IDHM, “assim como o restante do país, a qualidade de vida em Mato Grosso do Sul melhorou entre 2011 e 2014” (Zurutuza, 2016, n. ref. 7). Mais precisamente, utilizando o título da reportagem citada, o MS estaria em “10° lugar em qualidade de vida”.

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul apresenta, também, uma perspectiva de qualidade de vida vinculada ao desenvolvimento econômico. A existência de qualidade de vida e o desenvolvimento econômico no MS seria chancelada pelo Prêmio “Excelência e Competitividade”, oferecido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em evento realizado na Bolsa de Valores de São Paulo. O MS recebeu destaque pela elevação no Ranking Competitividade, do CLP, cujos principais “pilares” são segurança pública, infraestrutura e sustentabilidade social[82] (Nogueira; Machado, 2019, n. ref. 11).

A mesma entidade, CLP, produziu um Ranking de Competitividade com os 410 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes. Campo Grande ficou posicionada em 1º lugar do Centro-Oeste e 92º no ranking geral. O diretor-presidente do CLP, Tadeu Barros, afirma, posiciona a qualidade de vida como fruto da “transformação social” e que esta seria decorrente da competividade (Campo Grande ocupa [...], 2023, n. ref. 33).

Pode-se analisar a questão numa mudança de paradigma acerca do urbano, pois

---

[81] O IDHM é composto pelas mesmas dimensões que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – longevidade, educação e renda – e se propõe a adaptar a metodologia deste índice à realidade brasileira, ou seja, não completa convergência entre o IDHM e o IDH. O IDHM, no Brasil, é uma iniciativa da Fundação João Pinheiro (FJP) e Ipea, instituições públicas nacionais, com auxílio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Brasil (PNUD Brasil; FJP; Ipea, [*s. d.*]).

[82] A lista completa dos “pilares” e seus pesos na composição do ranking é: segurança pública (12,7%); infraestrutura (12,4%); sustentabilidade social (11,6%); solidez fiscal (11,5%); educação (11,5%); sustentabilidade ambiental (8,3%); eficiência da máquina pública (9,2%); capital humano (8,2%); potencial de mercado (7,8%) e; inovação (6,8%). Cada pilar é composto por um conjunto de indicadores, que somam 99 diferentes indicadores, oriundos de diferentes bases de dados. A metodologia, os pilares e os indicadores podem ser encontrados no portal do Ranking Competitividade (CLP, [*s. d.*]).

> Se durante um largo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexo central a problemática da competitividade urbana (Vainer, 2000b, p. 76).

A estratégia discursiva de indicar que a própria cidade seria competitiva (a cidade como agente econômico) elide as relações sociais inscritas na competição econômica que ocorre dentro do espaço urbano. Oculta-se as frações de capital que disputam economicamente fatias do mercado e que utilizam o espaço urbano como meio de reprodução. Ademais, apontar que tal competição econômica contribuiria positivamente para a melhoria da qualidade de vida não deixa claro quais parcelas da sociedade urbana realmente se beneficiam dessa disputa econômica.

Ao menos como discurso, a revitalização do Parque dos Poderes[83], sede da administração estadual, teve na melhoria da qualidade de vida da população, uma das suas justificativas. O então diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte), Marcelo Ferreira Miranda[84], afirmou que o projeto de reforma, “envolve esporte, qualidade de vida à população, sustentabilidade, mobilidade urbana e preocupação com o meio ambiente” (Vidmantas, 2022, n. ref. 26). A localização do parque, os valores do IQVU das imediações dele podem ser observadas na Figura 14 (p. 151), e ainda que o bairro no qual está inserido o Parque dos Poderes, bairro Veraneio, não possua uma boa posição no ranking (67º lugar), esse não é o caso dos bairros lindeiros ao parque, sobretudo Chácara Cachoeira (1º lugar) e Carandá (6º lugar). Os três bairros fazem parte da Região Urbana do Prosa.

Como se nota, qualidade de vida aqui é vinculada a práticas esportivas e hábitos de vida. De fato, nesta revitalização de R$ 20 milhões de reais, houve a implantação de 4 km de pista de caminhada e corrida, 4,2 km de ciclovia, adequações para acessibilidade, paisagismo, construção de estações de ginástica e bancos de descanso, além de lixeiras e pontos, mas o valor também inclui o recapeamento de 110 mil m² de ruas (Kemfper, 2022, Reforma [...], 2020).

---

[83] O Parque do Poderes foi construído nos anos 1980, logo após a criação do estado de Mato Grosso do Sul, para concentrar as funções de comando da unidade da federação nascente. O local é sede do executivo, legislativo, judiciário e ministério público estaduais.

[84] Atualmente é Secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, pasta à qual a Fundesporte é submetida.

O recorte estadual não é mais recorrente, mais farta são as citações da qualidade vida no material analisado como um atributo urbano, seja da cidade ou de parcelas dela.

Em se tratando do IDHM, a estratégia de transpor o que seria um índice de "desenvolvimento humano" para uma representação da qualidade vida ocorre para a escala municipal e este seria um atributo diferenciador de Campo Grande. A cidade teria assumido a 1° posição no índice no Mato Grosso do Sul, isto pois "Campo Grande desbancou São Gabriel do Oeste e, pela primeira vez, assumiu a liderança no ranking dos municípios com melhor qualidade de vida em Mato Grosso do Sul" (Kober, 2014, n. ref. 5). Este é um exemplo nítido de como o discurso é utilizado para produzir uma imagem de uma cidade detentora de qualidade de vida. Outrossim, é notável que esta utilização não está ancorada em definições precisas do que seria de fato qualidade de vida, ancoradas ou não em indicadores sociais.

Algo semelhante ocorre com o uso do Índice Desafios da Gestão Municipal (IDGM)[85], produzido pela consultoria MacroPlan. O índice, citado por diversas reportagens, é referido como um ranking dos melhores lugares para se viver/morar e de maneira geral, os critérios utilizados na composição do índice seriam em áreas essenciais para qualidade de vida, tais como, educação, saúde, segurança, saneamento e sustentabilidade (Campo Grande está [...], 2021, n. ref. 18; Correia, 2021, n. ref. 17; França, 2021, n. ref. 25; Libni, 2021, n. ref. 16). A manchete do jornal Campo Grande News sintetiza os resultados e o processo de transposição do IDGM para uma outra noção: "Campo Grande é a 1ª no Centro-Oeste e 7ª melhor capital para se viver". O ranking considera apenas as 100 maiores cidades brasileiras e nesse conjunto, Campo Grande obtém a 36ª posição no IDGM.

Se por um lado é frisado que, dentre as quatro áreas analisadas pelo índice (educação, saúde, segurança e saneamento e sustentabilidade), Campo Grande tem um melhor desempenho em saneamento e sustentabilidade, a representante da Prefeitura de Campo Grande, Catiana Sabadin (Coordenadora de Projetos Especiais) vincula os resultados do referido ranking às intervenções do Estado na cidade, tais

[85] O índice é composto por 4 áreas (educação, saúde, segurança e saneamento e sustentabilidade), cada uma delas é formada por um conjunto de indicadores. O cálculo do índice utiliza a metodologia do IDH, de modo que seus valores variam entre 0 e 1. Ainda, o método de agregação do índice utiliza pesos usando a metodologia de Análise Hierárquica de Prioridades (MacroPlan, [*s. d.*]).

como o “desfavelamento[86], arborização, obras no centro da cidade e saneamento” (França, 2021, n. ref. 25).

A existência da Coordenação de Projetos Sociais contém evidencias do que se nomeia “cidade-empresa”, que deveria ser planejada e gerida estrategicamente como empresa, em direção à competividade (Vainer, 2000b). O autor questiona como isso seria possibilitando, ao que responde que a “melhor solução, aqui como em outras situações similares, é recorrer a quem entende do *métier* – se de empresa se trata, convoquem-se os empresários; se o assunto é *business*, melhor deixá-lo nas mãos de *businessmen*” (Vainer, 2000b, p. 87). O autor demonstra ainda a questão informando que o Banco Mundial orienta para a necessidade da existência de uma agência facilitadora no seio do governo urbano para “prover informação e criar diálogo entre os investidores privados, as instituições de educação e treinamento, os serviços provedores (infraestrutura e setor financeiro) e o próprio governo” (Urban Partnership; The TWU Urban Division, 1998, p. 4, apud Vainer, 2000b, p. 87)[87], reforçando o papel de liderança local do setor privado. As parcerias público-privadas denotam o que Harvey (2005) chama de empreendedorismo no urbano. Os interesses privados, nesse cenário estariam devidamente representados no governo urbano. Como apontado, a produção de imagens de cidade ocorre na esteira do empresariamento da cidade (Sánchez, 2010).

Ainda, a Coordenadora do Projetos Especiais destacou outras intervenções no espaço urbano de Campo Grande que estavam previstas à época, tal como o Corredor Gastronômico da [avenida] Bom Pastor[88], localizado no bairro Vilas Boas (Região Urbana do Bandeira) local que já possui um alto valor no IQVU de Campo Grande, estando em 12ª no ranking entre os 74 bairros e, como será abordado a frente, é indicado como um dos “melhores bairros pra se viver”[89]. Por outro lado, apenas o portal CBN Campo Grande, relatou o declínio na “área” de educação, em cujos indicadores de Campo Grande, por vezes, apresentam-se abaixo da média registrada para as 100 cidades analisadas (MacroPlan, [*s. d.*]).

---

[86] Como já apontamos em outro texto, “o termo [desfavelamento] é utilizado para denominar processos de remoção de favelas na cidade. Diferentemente do que o termo pode induzir, não significa que os moradores, em suas novas localidades não vivenciem as mesmas condições de habitação e urbanidade anteriores” (Costa, 2021, p. 15).

[87] URBAN PARTNERSHIP; THE TWU URBAN DIVISION. **The urban dialogues**. Learning events summary notes. [s.l.], 1998.

[88] A localização desse corredor e a sua relação com o IQVU de Campo Grande pode ser observado na Figura 14 (p. 139).

[89] Conferir nesta seção, Tabela 4, p. 127.

A utilização do IDGM contém todos os aspectos da apropriação da qualidade de vida que sugerimos, de um lado a qualidade de vida seria um atributo de Campo Grande (refletido no índice) e, seria fruto, também, da intervenção de determinados agentes, que poderia ser obtida através de novas intervenções.

Os processos de renovação urbana que se passaram no Centro, sob o Programa de Reviva Campo Grande, realizado desde 2018 e que recebeu um financiamento do BID de 56 milhões de dólares, são caracterizados como contribuidores para a segurança pública. Catiana Sabadin declarou à Laryssa Maier (2021, n. ref. 24) que “é um conjunto de benfeitorias que leva mais qualidade de vida aos cidadãos que vivem nessa região [Centro]. Não é apenas de segurança que falamos, mas de bem-estar, de trazer ao espaço público o dinamismo para qual ele se propõe”. Além dos impactos do Reviva Campo Grande, outras ações na segurança pública municipal, estas sim, em diversas áreas da cidade, realizadas pela prefeitura, teriam culminado na posicionamento de Campo Grande como a cidade “mais segura do Brasil”, no Ranking Connected Smart Cities[90], no que tange à segurança, na sua edição de 2021 (Maier, 2021, n. ref. 24). O ranking é produzido pela empresa Necta, e na sua última edição, de 2023, a cidade está na 16ª posição em segurança (o melhor posicionamento de Campo Grande, dentre todos “eixos”) e em 20ª posição no ranking geral, indicando um posicionamento em decadência ao longo dos anos (Necta, [*s. d.*]).

Sobre o Connect Smart Cities, Pasti e Cracco (2022, p. 118) afirmam que “os indicadores e o próprio *ranking* compõem um conjunto de informações estratégicas que orientam municípios sobre os sentidos do planejamento ‘moderno’ e ‘inteligente’ a ser perseguido”. O referido ranking, portanto, compõe as práticas que transformam a própria concepção do urbano na atualidade.

Como apontamos, uma das maneiras pelas quais a qualidade vida é acionada, é como resultado da ação de determinados agentes. É nesses marcos que deve ser posicionada as diversas referências à qualidade de vida que seria proporcionada pelo Programa Reviva Campo Grande (Reviva [...], 2021 n. ref. 20). Assim, a qualidade de vida seria proporcionada pela intervenção no espaço urbano de Campo Grande, sobretudo no Centro, com destaque para obras de mobilidade urbana (com

[90] O ranking é composto por 74 indicadores, divididos em 11 eixos temáticos, que são: urbanismo; economia; educação; empreendedorismo; energia; governança; mobilidade; segurança; meio ambiente; tecnologia e inovação e; saúde (Necta, [*s. d.*]). Cumpre destacar, que acerca desse ranking, Pasti e Cracco (2022) apontam que não há clareza na sua fórmula de cálculo.

implantação de ciclovias e melhoria de calçadas), bem como com a arborização urbana. O local, foco da intervenção em tela, seria um ambiente vinculado ao consumo, que demandaria, atualmente, a vivência de uma experiência de consumo também espacial. A qualidade de vida, seria também oriunda de mudanças tecnológicas na mobilidade urbana, sobretudo no transporte público.

Citado por Pasti e Cracco (2022), Seixas e Bordignon (2020)[91] apontam que utilizar ou não de tecnologias na gestão urbana não implica, necessariamente, em algo prejudicial ou vantajoso para a cidade, importa, em realidade, como o discurso é apropriado pelo capital, para legitimar estratégias de acumulação, o que, por vezes, aprofundam as desigualdades socioespaciais.

Durante a realização das obras do Reviva Campo Grande, o então prefeito, Marquinhos Trad (PSD, 2017-2022) apontou que

> O principal desafio de um gestor é a transformação da cidade, de maneira que ela melhore o dia a dia das pessoas. O campo-grandense terá um Centro com espaço para realizar suas compras de maneira mais confortável e segura. Queremos que a população se aproprie desse espaço e usufrua com responsabilidade dos benefícios. [...] A proposta é levar atividades culturais para a área central após a pandemia, atrair novos negócios e, ainda, proporcionar habitação acessível, trazendo mais adensamento e garantindo maior mobilidade para quem trabalha na região (Reviva [...], 2021, n. ref. 20).

Os objetivos, resultados, interesses e conflitos que permeiam, como um todo, o Programa Reviva Campo Grande, fogem ao escopo deste trabalho, mas trazemos aqui a construção discursiva entorno da sua realização, como contribuidora para a qualidade vida. As justificativas para a renovação dessa parcela do espaço urbano, erigidas a partir qualidade de vida, têm de ser contrapostas às próprias informações da prefeitura, que posiciona o bairro Centro, e outros bairros desta região, com boas posições no ranking de qualidade de vida, como pode ser verificado na Figura 14[92]. Nesse sentido, há uma certa redundância da intervenção do estado nesse espaço (se consideramos como verdadeira as afirmações de que tal programa levaria qualidade de vida para este local), no lugar de um amplo investimento nos bairros que a Administração Municipal já tem informação de inúmeras deficiências e precariedades

[91] SEIXAS, Lucas Pinto; BORDIGNON, Isabela Magalhães. Campinas, cidade inteligente: do fetichismo à pós-política do espaço urbano. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 10, n. 2, p. 447-460, 31 dez. 2020.

[92] O Reviva Campo Grande, a rigor, abrange mais de um bairro, ainda que o bairro Centro seja o principal. A figura indicada busca apresentar todos os bairros abrangidos pelo programa.

urbanísticas, sendo que algumas delas são captadas pelo IQVU de Campo Grande, nas suas dimensões, como pode ser observado nos mapas das duas edições do IQVU, Figura 9 (p. 96) e Figura 10 (p. 99).

É na busca de “melhorar a qualidade de vida” que se justifica o financiamento milionário do BID para o Reviva Campo Grande e em nome dessa busca, que a atual prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes (PP, 2022-)[93] – que está concluindo o segundo mandato de Marquinhos Trad (PSD, 2017-2022) – articula-se, politicamente, para a captação de novos recursos (Deotti, 2023a, n. ref. 31). Não está claro, se os recursos buscados em nome da qualidade de vida irão considerar de fato o Índice de Qualidade de Vida Urbana na sua execução. Não se sabe, se no lugar de reforçar a imagem de qualidade de vida cunhada para o Centro da cidade e de parcelas dela, reforçando a diferenciação existente entre esses bairros e os demais ou se será buscada a transformação de parcelas que tiveram baixas pontuações no IQVU.

Na contramão desse processo e como exemplo de uso apropriado dos índices, está a escolha do bairro Coophavila II (Região Urbana do Lagoa), para o Projeto Piloto Coophavila II – Plano de Rotas Acessíveis, apoiado pelo Ministério das Cidades e pela Cooperação Brasil-Alemanha. O projeto tem por objetivo “melhorar a acessibilidade e a qualidade de vida na cidade, criando rotas acessíveis que conectem equipamentos públicos, parques, praças, áreas de comércio e serviços aos pontos de rotas de transporte coletivo” (Deotti, 2023b, n. ref. 32). A seleção da cidade de Campo Grande teria levado em conta os indicadores de exclusão social[94]. Ademais, frisa-se que o bairro que receberá o projeto está na posição 37º, de 74 bairros, na última edição do IQVU de Campo Grande (PLANURB, 2013) e está localizado na periferia da cidade. A Figura 14 aponta a localização deste bairro.

O bairro foi escolhido, também, por conta do alto número de residentes portadores de necessidades especiais e pessoas idosas. O plano versa sobre a mobilidade urbana, buscando melhorar a qualidade, acessibilidade e segurança, para esse público e outros grupos socialmente vulneráveis. Serão reformulados passeios

[93] Era vice-prefeita de Marquinhos Trad (PSD), desde a primeiro mandato, iniciado em 2017. Já no decorrer do segundo mandato, assumiu a chefia do executivo municipal quando o prefeito deixou o cargo para concorrer ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, em que Marquinhos Trad não chegou ao segundo turno.

[94] Não há clareza, no material citado, sobre qual indicador foi utilizado, de fato. Existem índices de exclusão social municipais e também intraurbanos, calculados por instituições distintas e com metodologias parcialmente distintas.

públicos, considerando-se a acessibilidade, bem como serão conectados equipamentos públicos, interligando-os ao transporte coletivo.

A Revista Bula elaborou, em 2019, um ranking com as “10 capitais mais felizes do Brasil”, em que uma delas é Campo Grande. Reconhecendo que felicidade é um conceito subjetivo, a revista utilizada como “marcadores” a qualidade vida, segurança e estabilidade financeira[95]. Supõe-se que a qualidade de vida, aqui, seja uma interpretação do IDHM, presente no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013 e da pesquisa da consultoria Macroplan que elegeu as 100 melhores cidades brasileiras para se viver[96], que abordamos acima. Campo Grande é descrita nestes termos

> Mesmo com todas as facilidades dos grandes centros, a cidade de Campo Grande se destaca entre as capitais do país por conservar a tranquilidade das cidades do interior. Arborizada, a capital conta com dezenas de parques e áreas verdes preservadas. Além disso, a taxa de desemprego é uma das menores do país. A população estimada é de 886 mil habitantes (Felipe, 2019).

Além do destaque do suposto caráter interiorano de Campo Grande, é notável o destaque que é dado à atributos do meio ambiente, que não são devidamente abordados no IQVU de Campo Grande, quer seja na dimensão de Sustentabilidade Ambiental, na sua 1ª edição ou na dimensão Saneamento Ambiental, na sua 2ª edição. Como apontado anteriormente, Nahas (2009) reivindica que a mensuração da qualidade de vida **urbana** deve considerar o acesso aos bens de cidadania e à qualidade ambiental, o que ocorreria no IQVU de Belo Horizonte, para o qual a autora colaborou.

Deixando de lado a imprecisão[97] deste tipo de ranqueamento, o uso que se faz dele é revelador. O então Prefeito de Campo Grande, Marquinhos Trad (PSD)[98], em relação ao resultado do ranking afirmou à Agência Municipal de Notícias de Campo Grande:

> O que fizemos desde que assumimos a administração da nossa cidade, nesses dois anos, foi o **resgate** da esperança da nossa

[95] O ranking utiliza apenas três fontes de informação: o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013; Atlas da Violência 2018 e IDGM, da Macroplan (abordado anteriormente) (Felipe, 2019).
[96] Como abordamos, na realidade, a pesquisa da MacroPlan é o Índice Desafios da Gestão Municipal.
[97] Os próprios autores do ranking reforçam que ele não possui caráter científico.
[98] Marquinhos Trad é irmão do ex-prefeito de Campo Grande e a atual senador Nelsinho Trad (DEM). Apesar de estarem em partidos distintos, não se vislumbra distanciamento político entre os dois.

> população. Não me preocupo com números, mas com o bem-estar das pessoas que aqui vivem. E é muito bom ver Campo Grande novamente em destaque, sendo desta vez considerada uma das capitais mais felizes para viver. Aqui vivem pessoas trabalhadoras, honestas e que se esforçam a cada dia para **garantir melhor qualidade de vida para as gerações futuras** (Campo Grande é uma [...], 2019, n. ref. 8, grifo nosso).

Ainda que o prefeito afirme não se preocupar com números, utiliza do ranking como um demonstrativo de sua atuação à frente do poder executivo municipal. Esse é um exemplo da apropriação da linguagem matemática para a construção de uma linguagem mítica, nos termos apontados por Ribeiro e Sánchez (2013, p. 41), para quem "essa apropriação está associada ao discurso da racionalidade técnica e procura tornar-se instrumento, comprovação indubitável que, por sua vez, viabiliza novos projetos".

A utilização do termo "resgate" é interessante para frisar o caráter de continuidade política entre Marquinhos Trad, eleito em 2016, e os prefeitos anteriores André Puccinelli (PMDB, 1997-2004) e Nelsinho Trad (PMDB, 2005-2012), interrompida pela eleição de um '*outsider*' Alcides Bernal (PP) para o período de 2013 a 2016, que foi marcado por intensas turbulências políticas, que não serão abordadas aqui. Sánchez (2010) aponta que é necessário uma continuidade política, em termos de projeto de atuação, para que as cidades sejam transformadas em importantes atores no mercado mundial de cidades.

A utilização da qualidade de vida, nesses marcos, mantém uma certa indefinição, sendo que o referido prefeito traz uma perspectiva de futuro para a qualidade de vida. Se a aferição da qualidade de vida no passado e no presente já é uma tarefa complexa, dadas as características desta noção, a utilização da ideia de qualidade de vida para as próximas gerações emana, por certo, de uma visão ideologizada do espaço, em que não se evidencia, quem de fato teria acesso a qualidade de vida.

Este é mais um exemplo de como a representação do espaço, elaborada nos marcos dos discursos (e por meio de índices e rankings), é um elemento central na produção do espaço que virá. Os espaços de representação são derivados dessa imagem-marca produzida no tempo presente. Os interesses no acionamento dessa noção e da produção desta imagem vão sendo abordados aos poucos nesta seção e aqui, mais precisamente, podemos observar a sua utilização para representar um dado projeto político, que permeia diferentes gestões do executivo municipal.

É com essa perspectiva do cenário político campo-grandense, que em 2020, Nelsinho Trad, já Senador da República, em discurso no Plenário do Senado, em Brasília (DF), destacou que Campo Grande passou a integrar a rede Tree Cities of The World[99], organizada pela Arbor Day Fundation e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU). Tal processo, reconheceria as iniciativas da Prefeitura de Campo Grande, que teriam impacto direto na qualidade de vida dos moradores da cidade. À época, o senador afirmou,

> fui prefeito por oito anos e fiquei muito feliz com esse reconhecimento, porque, não só a nossa pessoa como a nossa equipe, fizemos ações específicas para garantir a qualidade da arborização de Campo Grande e a preservação das nossas árvores, que culminaram com esse selo (Campo Grande recebeu [...], 2020, n. ref. 12)

O reconhecimento foi mantido no ano seguinte, de 2021, e representantes da Prefeitura de Campo Grande, reforçaram que tal reconhecimento era, de um lado fruto da ação do governo municipal, seja por meio da legislação, de educação ambiental ou pelo plantio e manejo da vegetação. Por outro lado, esse resultado é apontando como reconhecimento da qualidade de vida, na cidade e de um horizonte de desenvolvimento sustentável (Tavares, 2021, n. ref. 22)[100].

No que tange à arborização urbana de Campo Grande, pesquisadores apontam que esta tem o potencial de impactar positivamente na qualidade de vida urbana (Gallo; Guaraldo, 2017). Porém, é preciso destacar que a arborização urbana – reforça-se, fundamental – não é incluída em nenhuma das quatro dimensões do IQVU de Campo Grande, sendo um indicador importante no que tange ao ambiente urbano. A inclusão de um indicador de arborização tem o potencial de evidenciar quais parcelas da cidade (e quais parcelas da sociedade), de fato se beneficiam desta arborização.

Os organizadores do Tree Cities os The World, por outro lado, tem dimensão do impacto no mercado imobiliário da arborização urbana (e por extensão, do reconhecimento dela), isto porque “de acordo com o projeto, entre os benefícios de ser uma cidade sustentável, está o aumento de 7% e 20% dos valores das

---

[99] Este não se trata de um índice ou ranking, mas um título que reconhece as cidades que atendem a cinco padrões básicos (*core standards*): *establish responsibility*; *set the rules*; *know what you have*; *allocate the resources* e; *celebrate achievements* (FAO/ONU; Arbor Day Fundation, [*s. d.*])

[100] Em 2024 a cidade manteve-se no programa, mas o recorte temporal adotado neste trabalho não abarca o material jornalístico e publicitário do referido ano.

propriedades” (Tavares, 2021, n. ref. 22). A necessária arborização urbana em toda a cidade, bem como melhorias na qualidade de vida, ao fim, impacta diretamente no valor de troca de parcelas da cidade e da cidade como um todo.

A utilização da imagem de cidade com qualidade de vida é usada de maneira recorrente nos discursos oficiais do governo municipal, seja ancorado em índices e rankings ou não. Nas festividades dos 122 anos de Campo Grande, o então prefeito da cidade, Marquinhos Trad (PSD) reforça que sua atuação, ancorada no “planejamento” melhoraria a qualidade de vida. Em referência à ações de seu governo durante da pandemia da Covid-19, o prefeito declarou que “Campo Grande passou da 14ª em 2014, para a sétima colocação em 2021, conforme a Revista Exame[101], como uma das cidades do País que oferece melhor qualidade de vida para seus habitantes” (Prefeito [...], 2021, n. ref. 21).

Na esteira da comemoração dos 123 anos de Campo Grande, a mesma estratégia discursiva é utilizada, em que inclusive moradores da cidade chancelam a imagem de cidade com qualidade de vida, aliada a outros atributos, vinculados à uma ‘interiorianidade’ da cidade, da qual emanaria tranquilidade e bem-estar (Dia de celebrar [...], 2022, n. ref. 29). Nota-se que a própria população se apropria dessa imagem-marca da cidade, porém, “as leituras individuais do mundo se fazem por parâmetros gestados pela sociedade. Os conceitos, os significados e a própria linguagem, são produtos sociais” (Moraes, 1988, p. 17).

A qualidade de vida, assim, além de ser um atributo, seria mais precisamente, um produto da atuação de determinados agentes (e também, de determinados grupos políticos). Num texto chamado **Campo Grande de Volta para o Futuro**, do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), Valmir Batista Corrêa (2020, n. ref. 14), a qualidade de vida é mobilizada como uma perspectiva de futuro, pois a cidade seria uma “alternativa de qualidade de vida em pouco tempo”. A ideia da cidade como uma **alternativa** denota uma competição entre cidades, que nesse caso, teria como eixo diferenciador, a qualidade de vida.

A construção discursiva de Campo Grande sendo representada pela ‘qualidade de vida’ não é uma prática restrita aos agentes públicos. No bojo do aniversário de

[101] Não encontramos nenhum ranking ou índice produzido pela Revista Exame. Ao que parece, trata-se do IDGM, abordado acima e que, como já apontamos, é transposto como um índice de “melhores cidades para se viver” e aqui como cidades com mais qualidade de vida. A Revista Exame, como já apontado, utiliza o IDGM na definição das “capitais mais felizes”.

120 anos de Campo Grande, um jornal local lançou uma enquete (que pode ser observada na Figura 12) questionando se a cidade “realmente oferece qualidade vida”[102] (Zurutuza, 2019, n. ref. 10).

Figura 12 - Resultado da enquete realizada pelo jornal Campo Grande News

Fonte: Campo Grande News, em reportagem de Anahi Zurutuza (2019, n. ref. 10).

É interessante o uso do termo “fama” para fazer referência à qualidade de vida enquanto uma característica de Campo Grande, afinal, não seria necessária uma comprovação técnica-científica deste atributo. Tal feito reforça que o emprego da noção de qualidade de vida para Campo Grande, se aproxima de uma construção ideológica, uma pré-ideação e uma ‘consciência do espaço’[103], que atende à agentes e interesses específicos, isto porque “a produção do espaço se faz calcada em pré-ideações, e que a própria representação do espaço é um construto social” (Moraes, 1988, p. 40). A cidade, assim, é despida de todas as suas contradições e iniquidades e elabora-se um consenso sobre a cidade (Vainer, 2000b), que é primordial para colocar em marcha o projeto de cidade que temos mencionado (ainda que de maneira tangencial). Nem mesmo as disparidades internas demonstradas pelo IQVU de Campo Grande são consideradas. Oculta-se o conflito e forja-se o consenso. As profundas transformações ocorridas no espaço urbano, para serem legitimadas, requerem a construção de um consenso, dentre os quais a existência de uma característica singular. Assim,

[102] O questionamento não parte, de maneira explícita, de nenhum índice ou ranking.
[103] A referência é ao título do 2º capítulo do livro citado de Antonio Carlos Robert de Moraes

> esta condição está como que pressuposta desde o início, pois o discurso, a todo tempo, tratou a cidade como uma unidade: a cidade compete, a cidade deseja, a cidade necessita. Enquanto se discute se as cidades competem ou não, e o que elas desejam, aceita-se, como natural, a instauração da cidade como sujeito – sujeito simples, coeso, sem qualificação (Vainer, 2000b, p. 91).

Por um ato de nomeação é atribuída a qualidade de vida à cidade. A reportagem ainda busca a "opinião" dos leitores para um outro tema, a conversão do Hotel Campo Grande[104] em habitação de interesse social, proposta pela Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (EMHA[105]) um projeto realizado na esteira da renovação urbana do Centro da cidade. O projeto é de grande pioneirismo, por parte das equipes de planejamento urbano e de habitação em Campo Grande, e o seu abandono posterior indica parte dos interesses e agentes envolvidos na renovação do Centro. O projeto foi atacado de maneira bastante classista, com termos como "pombal", "favelão" e "favela vertical" (Ferreira, 2019). Com altos valores no IQVU de Campo Grande e foco de intervenções, o Centro é palco de disputas que nos trazem o questionamento, qualidade de vida para quem? A habitação de interesse social pode ser construída em locais com indicadores de qualidade de vida? – para nos limitarmos a essa noção amplamente empregada, como temos demonstrado.

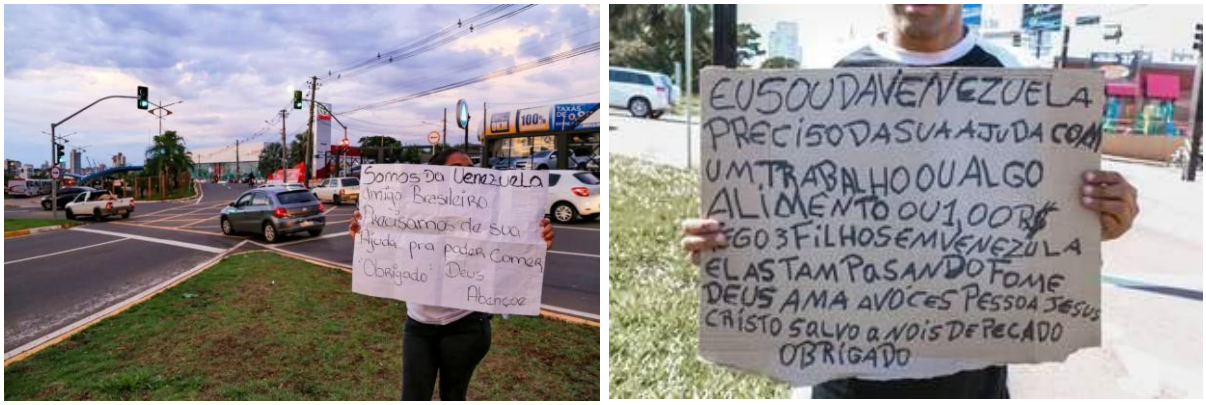
A marca ou mercadoria campo-grandense da qualidade de vida é utilizada também para justificar a imigração recente para a cidade. Num cenário em que a cidade detém a menor Taxa de Desemprego entre as capitais brasileiras, a imagem de cidade dotada de qualidade de vida é acionada para explicar o grande ingresso de estrangeiros, sobretudo venezuelanos, no mercado de trabalho formal de Campo Grande (Fraiha, 2023, n. ref. 34). A contraface desta justificava é que não é incomum, desde o agravamento da crise humanitária Venezuela, em meados de 2018, encontrar imigrantes desta nacionalidade em situação de mendicância, exibindo placas como a Figura 13. Na busca da "fama" de qualidade de vida da cidade, imigrantes defrontam-se com novas condições de precariedade na reprodução da vida e de vulnerabilidade social.

---

[104] Torre inaugurada em 1971, funcionou como hotel de luxo, com uma localização privilegiada no Centro de Campo Grande. Encerrou suas atividades em 2001 e permaneceu fechado desde então. Recentemente, em 2023, um grupo econômico de Curitiba deu início ao processo de aquisição do edifício, buscando retomar a atividade de hospedagem.

[105] À época, a sigla era AMHASF, porém, recentemente a agência retomou sua antiga sigla.

Figura 13 - Placas exibidas por imigrantes venezuelanos em semáforos de Campo Grande



Fonte: foto (a) - Kisie Ainoã (Rodrigues, N., 2021a), foto (b) Henrique Kawaminami (Rodrigues, N., 2021b).

A busca pela qualidade de vida também seria a justificava para a escolha de Campo Grande, por parte de imigrantes da Ásia (coreanos e chineses, em destaque), no lugar de permanecerem no estado de São Paulo, para onde teriam imigrado inicialmente, pois “as cidades do interior de São Paulo foram os primeiros destinos no Brasil onde os estrangeiros começaram a construir a nova vida” (Lopes, 2013, n. ref. 4).

É notável também, que a concessionária dos serviços de água, coleta e tratamento de esgoto de Campo Grande, Águas Guariroba, associe a ampliação da rede coletora de esgoto, por meio de conteúdo patrocinado na mídia local, à qualidade de vida. Por outro lado, além do bem-estar e inúmeros benefícios à saúde pública, a empresa destaca que essa ampliação impacta positivamente na “valorização dos imóveis” (Obras [...], 2020, n. ref. 15). O percentual de domicílios com acesso ao esgotamento sanitário é um dos indicadores que compõe a dimensão “Saneamento Ambiental”, do IQVU de Campo Grande. Nesse sentido, a ampliação da rede coletora de esgoto no bairro Popular[106], pode provocar a elevação do IQVU deste bairro, que atualmente está na 65ª posição, de 74 bairros. Esse é um dos cenários em que a utilização da qualidade de vida guarda relações direta com o índice que busca representá-la, mas ainda assim, mostra como é ela funcional na valorização imobiliária.

A produção da imagem de cidade detentora de qualidade de vida encontra, como era de se esperar, uma reverberação por parte do capital financeiro-imobiliário.

[106] Um dos bairros citados pelo conteúdo patrocinado e o que recebeu mais extensa obra. Além do bairro Popular são citados Nova Lima, Tijuca, Vila Nasser e Vilas Boas.

Esta seria, então, uma característica do espaço urbano capaz de incidir na valorização imobiliária. A marca da cidade com qualidade vida é reivindicada para atração de investimentos imobiliários.

Em duas postagens em blogs de empresas do capital-financeiro imobiliário encontramos a qualidade de vida sendo considerada um atributo distintivo para a aquisição de um imóvel em Campo Grande. Com uma estrutura textual e narrativa semelhante, qualidade de vida é vinculada às oportunidades de lazer, bem-estar e com seus atributos ambientais, tais como a pretensa alta disponibilidade de áreas verdes e “ar puro” (Conheça [...], 2022, n. ref. 28; Por que adquirir [...], [*s. d.*], n. ref. 35). Assim, em Campo Grande, “o morador vai encontrar vários locais para se divertir e curtir sua cidade. Afinal, para uma boa qualidade de vida, é essencial um lugar agradável que nos proporcione lazer e bem-estar” (Conheça [...], 2022, n. ref. 28). Além da qualidade de vida, seriam características distintivas de Campo Grande a infraestrutura, baixo índice de desemprego, segurança e turismo.

Assim, encontramos agentes sociais se apropriando da qualidade de vida, para, dentre outras coisas, ampliar sua capacidade de extrair renda da terra urbana. Cumpre relembrar que, segundo Smith (1988, p. 199), em relação às tendências de igualização e diferenciação que ocorrem no espaço, o sistema de renda do solo é o principal elemento diferenciador do espaço urbano. Ainda, é preciso apontar que a renda da terra é produzida socialmente, coletivamente, junto à produção social da cidade, mesmo que sua apropriação seja privada, por alguns agentes sociais (Rodrigues, A. M., 1997).

Cabe destacar, que o material abordado no parágrafo anterior atribui ao conjunto da cidade a marca de qualidade vida, não tecendo diferenças na escala intraurbana, diferentemente do material que abordaremos abaixo. No caso em tela encontramos o ranking citado anteriormente, produzido pela MacroPlan, sendo utilizado para chancelar a imagem de Campo Grande como melhor lugar para se viver e, por certo, para se investir.

O estabelecimento de um mercado de cidades, como anteriormente apontado, requer estratégias de competição entre diferentes cidades e é nesses marcos que inserimos essa utilização da qualidade de vida, por meio de ranking, por parte do capital financeiro-imobiliário. A transposição de noções e conceitos, por processos discursivos, que sustêm índices e rankings diversos, convertendo-os em representantes da qualidade de vida, encontram no mercado imobiliário uma justifica

plausível. Esse é um caso da articulação de elementos anteriormente apontados, tal como o uso de tecnopolíticas (Pasti; Cracco, 2022) para construção, por meio do discurso, de uma identidade singular de um lugar (Delcol, 2016a), e a sua utilização na competição entre cidades (Sánchez, 2010; Vainer, 2000b), perpetrada pelo capital financeiro-imobiliário.

O consenso elaborado entorno da imagem-marca da qualidade de vida é utilizado para atração de novos investimentos. É a promoção da cidade atuando na imposição e uma imagem de cidade (Ribeiro; Sánchez, 2013) que esteja mais adequada a atual forma de reprodução do capital, centrado no urbano.

Até agora buscamos evidenciar os processos, estratégias e agentes que permeiam a produção de imagens de cidade detentora de qualidade num recorte espacial mais amplo, mas é na escala intraurbana que encontramos os resultados mais diretos desse processo na dinâmica interna do espaço urbano e que evidenciam as diferenciações socioespaciais dentro do tecido urbano de Campo Grande. É para esta escala que o IQVU de Campo Grande foi produzido e é sobre ela que haviam promessas de sua utilização, como insumo do planejamento urbano e como ferramenta da administração municipal (PLANURB, 2013).

O material jornalístico e publicitário oriundo do mercado imobiliário não tem apenas o objetivo de destacar pretensas características mais gerais de Campo Grande, mas se pautam na qualidade de vida, nos índices e rankings para hierarquizar o espaço intraurbano, o que por sua vez, funciona como uma bússola para os investimentos do capital. Os ideólogos da cidade-mercadoria afirmam que a cidade precisa de uma imagem forte, ancorada na oferta de infraestrutura e serviços, mas que se direciona apenas aos usuários “solventes”. Assim,

> Tem-se [...] o perfeito e imediato rebatimento, para a cidade, do modelo de abertura e extroversão econômicas propugnado pelo receituário neoliberal para o conjunto da economia nacional: o mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria (Vainer, 2000b, p. 80).

A mercadoria cidade, comerciada através das imagens, não possui mais cidadãos, mas sim consumidores. Não se busca usuários e visitantes gerais para a cidade, mas somente aqueles que tem capacidade financeira para adquirir os bens e serviços nela ofertados, “o direito à cidade, neste caso, passa a ser diretamente

proporcional ao índice de solvência dos estrangeiros e visitantes" (Vainer, 2000b, p. 80, nota 4).

Num conjunto de postagens em blogs de empresas do ramo imobiliário, do material jornalístico e publicitário consultado, listam-se quais são os "melhores bairros para morar", que podem ser observados na Tabela 4. Todos eles têm na introdução, referências ao ranking produzido pela MacroPlan, discutido anteriormente, e utilizam a noção de qualidade de vida como um diferenciador do espaço intraurbano, nos quais é notável uma proximidade com os resultados do IQVU de Campo Grande, em sua última edição, de 2013, como pode ser observado ao comparar-se a primeira coluna da tabela, com a última. Aqui a qualidade de vida, representada pelo IQVU, é utilizada para venda de parcelas da cidade, através de um processo de diferenciação e distinção. Nesse cenário, a valorização imobiliária é fruto não acidental desse processo.

Tabela 4 - Ranqueamentos diversos, de bairros de Campo Grande

Pos.	Bairro[107]	Região Urbana	Posição no IQVU (2013)
Zuk			
1	Cidade Jardim (bairro Chácarra Cachoeira)	Prosa	1
2	Itanhangá	Centro	2
3	Chácara Cachoeira	Prosa	1
4	Vilas Boas	Bandeira	12
5	Jardim dos Estados	Centro	3
Moving Imóveis			
1	Cidade Jardim (bairro Chácarra Cachoeira)	Prosa	1
2	Itanhangá	Centro	2
3	Chácara Cachoeira	Prosa	1
4	Vilas Boas	Bandeira	12
5	Jardim dos Estados	Centro	3
6	Tiradentes	Bandeira	43
Foregon			
1	Cidade Jardim (bairro Chácarra Cachoeira)	Prosa	1
2	Tiradentes	Bandeira	43
3	Jardim Bela Vista (bairro Bela Vista)	Centro	7
4	Jardim dos Estados	Centro	3
5	Chácara Cachoeira	Prosa	1

Fonte: Zuk (2022), Moving Imóveis (2020), Foregon (Gadelha, 2019), PDDUA (Campo Grande, 2018) e PLANURB (2013). Elaborado pelo autor.

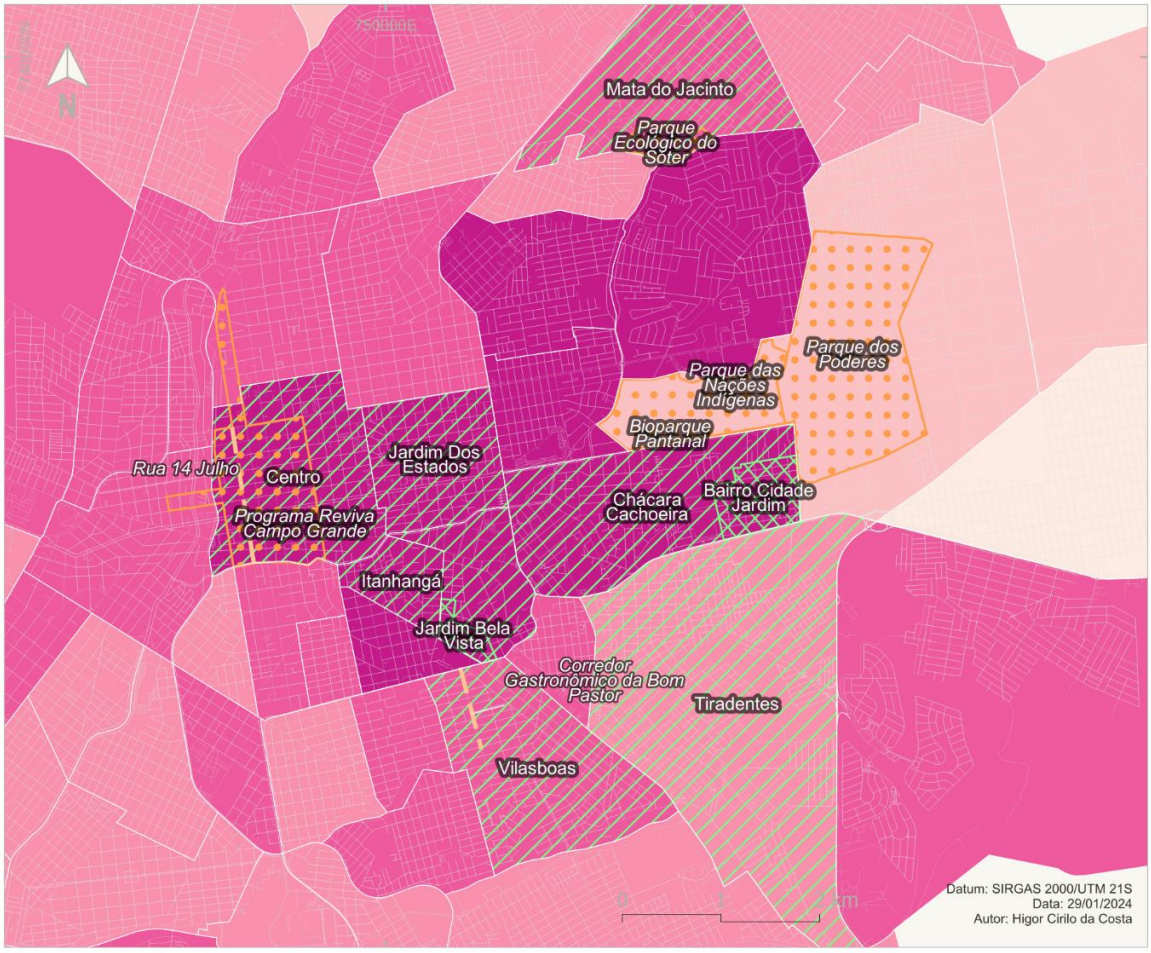
[107] Há dois parcelamentos citados como bairro. Nesses casos, o nome do bairro do qual o parcelamento faz parte foram inseridos entre parêntesis.

Nesses marcos, a qualidade de vida é acionada para ranquear e diferenciar o espaço intraurbano e, no geral, o objetivo dos textos é oferecer possibilidades de investimento, para os usuários que possam pagar por ele. A qualidade de vida e o próprio IQVU, nesse cenário, funcionam como guias para o investimento imobiliário, de modo que os bairros proporcionariam qualidade de vida ao morador-investidor. A qualidade de vida aqui, também é vinculada, por vezes, à existência de áreas verdes (o Parque das Nações Indígenas é citado nos três textos indicados) bem como a disponibilidade de comércio e serviços aos moradores, sobretudo de alto padrão, e a disponibilidade de segurança.

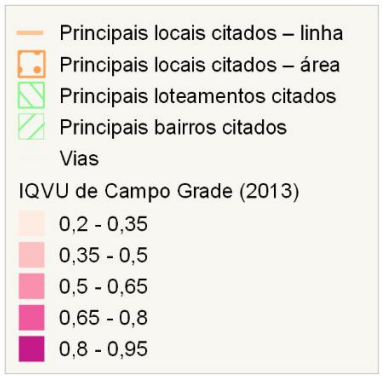
É notável a referência do bairro Tiradentes como um dos “melhores bairros” de Campo Grande, já que o único que não possui uma boa posição no IQVU, como aponta a Tabela 4. O bairro constituía a periferia de Campo Grande e era marcado pela alta criminalidade e pobreza. Entretanto, nos últimos anos o bairro recebeu diversos empreendimentos imobiliários. Segundo uma empresa do ramo imobiliário o Tiradentes seria o bairro mais procurado para locação e o terceiro mais procurado para aquisição de um imóvel (Bairro [...], 2023). É notável, assim, interesse do capital financeiro-imobiliário neste bairro.

A Figura 14, abaixo, busca sintetizar, por meio de um mapa, os principais locais, bairros e intervenções citadas ao longo dessa seção. Cartografar os locais de Campo Grande citados no conteúdo jornalístico e publicitário, e abordados ao longo desse capítulo, nos permite notar uma convergência entre a intervenção do estado, *city marketing* de alguns bairros, e outros grandes projetos para locais da cidade que já possuem altos valores no IQVU de Campo Grande. Isso é particularmente útil para reforçar que, no enquadramento que buscamos dar, a qualidade de vida é tornada discurso, forjando-se uma marca da cidade, diferenciando-a internamente. A melhoria na qualidade de vida é tornada também uma justificativa para novas intervenções no espaço urbano.

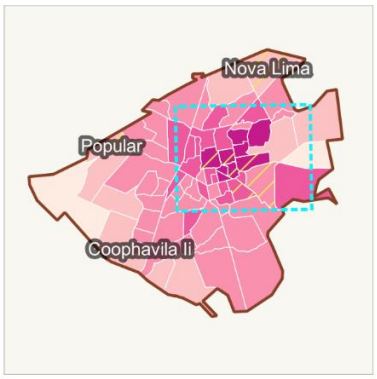
Figura 14 – Mapa dos principais lugares para quais se vincula a qualidade vida[108]



Aproximação do Centro, Parque das Nações Indígenas e Parque dos Poderes



Legenda



Área Urbana de Campo Grande

Município de Campo Grande

Fonte: PLANURB (2013), IBGE (2021) e ITDP Brasil, BID e Prefeitura de Campo Grande (2019) e dados do autor (2024).

[108] A extensão do Programa Reviva Campo Grande é aproximada, pois não foram encontrados dados públicos com suas dimensões, para tanto, foram utilizados dados do ITDP. Há intervenções viárias (com recapeamento e melhorias de calçadas) em outros trechos não registrados, sobretudo da R. Rui Barbosa e R. 14 de Julho. Em relação à Rua 14 de Julho, foi considerado apenas o trecho da intervenção de “pedestrinização” (ITDP Brasil; BID; Campo Grande, 2019).

Os bairros apontados ao longo desta seção e indicados no mapa, convergem, em grande medida com os bairros me que se concentra a população de mais alta renda e branca, bem como boa acessibilidade a oportunidades de emprego, como fora anteriormente citado, o que pode ser verificado na Figura 11 (p. 122).

No blog da Zuk, há uma interessante síntese sobre como se estabelece tal diferenciação socioespacial a partir da qualidade de vida, pois, “os 5 melhores bairros[109] morar em Campo Grande oferecem qualidade de vida, com possibilidades de serviços diferenciados sem estar muito distantes dos principais centros urbanos do país” (Campo Grande: Fique [...], 2022, n. ref. 30). Ou seja, como já apontado, ao se vender uma cidade, vende-se também os seus atributos locacionais. Elabora-se uma representação, uma imagem, para o conjunto da cidade e, a partir dela delineia-se quais porções do espaço urbano são mais fiéis à tais representações.

É nesses marcos que se situa o destaque recebido pelo bairro Chácara Cachoeira[110] (onde localiza-se o loteamento Cidade Jardim – Região Urbana do Prosa) nessas classificações e também na mídia local, afinal,

> Para as pessoas que querem ter qualidade de vida e **morar perto do verde** que seria a região do Chácara Cachoeira, que é próximo ao Parque das Nações Indígenas[111] – **o Parque Ibirapuera dos campo-grandenses** – terá que ter uma conta um pouco mais recheada que o normal (Penedo, 2014, n. ref. 6, grifo nosso).

Isto porque o bairro, classificado no ano anterior (2013) com a maior posição no IQVU de Campo Grande (PLANURB, 2013), teria passado por uma valorização imobiliária de 57% no preço do metro quadro, em pouco mais de dois anos, com perspectivas de maiores elevações para o ano seguinte, com informações do Sindicato da Habitação (SECOVI/MS), para o repórter Eduardo Penedo, do Campo Grande News (Penedo, 2014). O destaque para a valorização imobiliária, bem como para boa disponibilidade de comércios e serviços no bairro, ocorre num cenário, em que o referido jornal aponta que os “endinheirados” estariam transferindo-se do bairro Jardim dos Estados para o Chácara Cachoeira.

---

[109] Os bairros estão indicados na Tabela 4 e cartografados na Figura 14.

[110] À título de curiosidade, o portal oficial do Bioparque Pantanal indica ele seria localizado no bairro Chácara Cachoeira, o que contraria a divisão político-administrativa de Campo Grande (PDDUA – Lei 341/2018). Apenas o lado oposto da Av. Afonso Pena (em que está localizado o bioparque) faz parte do bairro Chácara Cachoeira.

[111] A localização deste parque pode ser observada na Figura 14 (p. 142)

Este bairro assumiu, também, a dianteira da maior renda *per capita* no Censo Demográfico de 2010 e como apontado na Seção 3, a composição do IQVU de Campo Grande dá bastante centralidade para renda *per capita*, diferentemente de outras experiências de produção de um índice de qualidade de vida, como é o caso de Belo Horizonte (citado como referência para o IQVU de Campo Grande), onde a renda não é utilizada. O indicador social de renda *per capita*, como apontado na Seção 3, pode obscurecer outros indicadores na composição do índice e que denotariam diferenças no espaço.

Tais processo de atribuição e reforçamento da qualidade de vida da cidade ou de parcelas do espaço, não ocorrem no vazio, sem um propósito, vende-se a cidade e vende-se um produto, neste caso os atributos locacionais, bem como o serviços disponíveis (Sánchez, 2010; Vainer, 2000b). Vende-se um estilo de vida e vende-se bairros e porções da cidade que mais fazem jus a esse estilo de vida. O bairro com maior qualidade de vida da cidade, nos termos do IQVU, está acessível apenas para aqueles com maiores rendas. Esta qualidade de vida, portanto, está disponível apenas para os usuários solventes (Arantes, O., 2000; Ribeiro; Sánchez, 2013; Vainer, 2000b).

É nesses marcos que inserimos alguns anúncios publicitários do mercado imobiliário que reivindicam a qualidade de vida para seus empreendimentos, na busca de investimentos ou de atingir os compradores para os empreendimentos em implantação.

A incorporadora HVM lançou um empreendimento de uso misto, no bairro Jardim dos Estados (Região Urbana do Centro). Este bairro é apontado na Tabela 4 como um dos “melhores bairros para se morar” em Campo Grande e que, de acordo com o IQVU de Campo Grande, de 2010, está em 3ª posição no ranking. No anúncio publicitário a qualidade de vida estaria vinculada à disponibilidade de oportunidades de trabalho, comércio, serviços, com proximidade de 15 minutos, o que seria possibilitado pelo empreendimento de alto padrão (Incorporadora [...], 2022, n. ref. 27).

Com unidades habitacionais bastante menores, “o Jooy Style foi criado para atender em cheio as necessidades de solteiros ou de famílias que buscam qualidade de vida em um lugar cercado pelo verde e bem perto de todo tipo de serviços e centros comerciais” (Invista [...], 2021, n. ref. 23). O anúncio do empreendimento localizado no bairro Mata do Jacinto (Região Urbana do Prosa) destaca a proximidade com o

Parque Ecológico do Sóter[112], um de seus atributos locacionais e destaca inclusive "pilares" de sustentabilidade da incorporadora, que estaria presente da obra ao apartamento concluído. Este parque fica localizado no bairro Mata do Jacinto, próximo ao bairro Carandá e ao Parque das Nações Indígenas. A construção da Av. Nelly Martins facilitou a conexão deste local com o Shopping Campo Grande e Parque dos Poderes. Há uma forte expansão imobiliária no entorno desta avenida e do Parque Ecológico do Sóter.

Outro conteúdo patrocinado, anuncia a "região norte" como lugar de "investimento para qualidade de vida e segurança", pois tal localização (*a priori*, imprecisa) estaria passando por um amplo crescimento, apoiando-se, na realidade, em dados de crescimento populacional do município, em relação ao estado de Mato Grosso do Sul. Nas palavras do anunciante, "a expansão do comércio, os investimentos para a melhoria do acesso às principais vias e os novos empreendimentos revelaram a zona norte como destino para muitos habitantes que desejam qualidade de vida, sem perder as facilidades do dia a dia" (Região [...], 2021).

O uso dos termos "região"[113] e "zona" norte não traz clareza, de início, sobre a localização do condomínio fechado Reserva Santa Inês, que está localizado na extremidade oeste do bairro Nova Lima (Região Urbana do Segredo), que está em 64ª posição no IQVU de Campo Grande de 2010. Vizinho ao bairro, na sua porção leste, no bairro Novos Estado (Região Urbana do Prosa), está localizado Shopping Bosque dos Ipês e os residenciais Alphaville. O primeiro, um shopping segmentado para o público de mais alta renda e o segundo, um conjunto de condomínios de alto padrão, indicando uma frente de expansão para empreendimentos de luxo.

Observa-se que a clivagem da imagem de cidade (ou de determinadas parcelas dela) com qualidade de vida é estendida para toda a cidade, mesmo para os bairros cujas próprias informações oriundas do IQVU apontam para baixos valores no índice de qualidade de vida, o que oculta as precariedades existentes e vividas nos bairros da periferia da cidade. Tal processo, ancora-se, como apontado, nos processos de valorização imobiliária, buscado por determinados agentes sociais.

---

[112] Um amplo parque urbano, localizado no bairro Mata do Jacinto, próximo ao bairro Carandá e do Parque das Nações Indígenas. A construção da Av. Nelly Martins facilitou a conexão deste local com o Shopping Campo Grande e Parque dos Poderes. Há uma forte expansão imobiliária entorno desta avenida e do Parque Ecológico do Sóter.

[113] Embora a divisão administrativa de Campo Grande utilize região, estas são nomeadas de acordo com a bacia hidrográfica predominante, e não é essa a aplicação que o referido material publicitação utiliza.

Assim , ainda que o IQVU de Campo Grande tenha um conjunto de dimensões bem delimitadas, que o definem, os usos que se faz da qualidade de vida os transcende bastante. Além disso, outros índices e *rankings*, aqui apontados, e que são transpostos como representantes da noção de qualidade de vida, são utilizados vinculados a temas que fogem à sua própria composição.

Ao sabor do agente que discursa, a qualidade de vida é vinculada à aspectos de difícil definição tais como: um caráter interiorano da cidade; um lugar tranquilo; um bom lugar para viver; um local com felicidade; que possibilite bem-estar; e poderíamos incluir nesse grupo a existência de sustentabilidade nesse lugar. Mas, ainda, é vinculada também à aspectos mais econômicos e sociais, tais como o desenvolvimento econômico e humano, a competitividade 'do espaço', a educação, saúde e segurança. Ainda, diversos aspectos urbanísticos também são vinculados à qualidade de vida, tais como: o saneamento, a mobilidade urbana, à dinamicidade dos espaços públicos, espaços de lazer e práticas esportivas, arborização urbana e "áreas verdes". Além disso, a qualidade de vida é vinculada a aspectos relativos ao trabalho e emprego, de comércio e serviços "diferenciados" (uma forma sútil de indicar sua orientação ao público solvente), de acesso viário, bem como da possibilidade de implantação de novos empreendimentos imobiliários. Há também a vinculação à hábitos de vida que proporcionariam qualidade de vida, que estariam acessíveis, por certo, aos usuários capazes de adquirir determinados imóveis em determinados empreendimentos e parcelas da cidade.

É proposital a justaposição de um conjunto de temas tão distintos no parágrafo anterior, denotado a amplitude do que se propõe nomear e vincular à qualidade vida, encontrados no material jornalístico e publicitário indicados na Tabela 3.

Alguns desses temas vinculados à qualidade de vida, apontados, distanciam-se da noção de qualidade de vida apresentada na Seção 3.1, trazendo aspectos que não são comumente utilizados na mensuração da qualidade de vida. Ainda assim, algumas temáticas se aproximam da noção de qualidade de vida que propomos, que é aquela vinculada ao atendimento das necessidades básicas da população em qualidade e em quantidade. Algumas temáticas, para serem mensuradas, requerem técnicas de captação da opinião, percepção, aspirações e anseios da população, o que, como apontado, não ocorre com frequência nas experiências de mensuração da qualidade de vida urbana apresentadas na Seção 3.2. Noutros termos, à qualidade de vida é atribuída uma panaceia de temáticas e atributos que não tem chão nas

necessidades da população e não consideram a participação da população na eleição desses temas.

Ainda assim, é possível enxergar nesses usos os processos e estratégias a elaboração discursiva de uma representação do espaço, que como indicamos, tem um objetivo.

A qualidade de vida, sendo lida como um atributo do espaço campo-grandense, pautada ou não por índices sociais e rankings, ou como um objetivo a ser alcançado a partir da ação de agentes sociais, converge para a produção de uma imagem da cidade detentora de qualidade vida (até mesmo com qualidade de vida para as gerações futuras). Ainda assim, parcelas da cidade seriam mais representativas dessa qualidade de vida.

Nota-se a apropriação da qualidade de vida (como ponto de partida) para produção de consensos para o financiamento para aprovação e execução de grandes projetos urbanos, tais como o Reviva Campo Grande e Corredor Gastronômico. É preciso frisar que ao menos parte dos locais que receberam recentemente ou receberão em breve as intervenções já possuem boas posições no IQVU de Campo Grande, tal como o bairro Centro, que está na 9ª posição e a própria Região Urbana do Centro obtém a maior média entre todas as regiões urbanas da cidade (PLANURB, 2013), o pode ser observado na Figura 10 (p. 99) e também na Figura 14 (p. 151).

Essa apropriação passa pela utilização de indicadores sociais (IQVU e IDHM), rankings diversos, títulos e, também, ocorre sem eles, numa construção discursiva que forma representações do espaço. Reforça-se que discursos emanam de sujeitos concretos e que efetivamente atuam na transformação do espaço, como indica Moraes (1988). A publicização do IQVU de Campo Grande, de 2008, foi feita diretamente para uma agência multilateral que financiaria um amplo processo de renovação urbana do Centro da cidade. Campo Grande é colocada na prateleira do mercado de cidades. Não é demais relembrar que as agências multilaterais tem atuado intensamente para ampliar a competitividade urbana e para dar centralidade ao setor privado, no âmbito na governança urbana (Vainer, 2000b).

Por meio do material analisado, percebe-se a atuação de distintos agentes sociais, que efetivamente, produzem o espaço urbano campo-grandense e vislumbra-se os seus interesses nesse processo. Ainda que abaixo apontemos separadamente a ação de cada agente, é preciso ter clareza que os o empresariamento da cidade e os processos de renovação urbano só ocorrem por meio de coalizões de forças sociais

(Sánchez, 2010), que se legitimam por meio da produção de consensos (Arantes, O., 2000; Vainer, 2000b).

Foi possível identificar parte da atuação do BID, que financiou sobre o amplo processo de renovação urbana no Centro de Campo Grande, incidindo no governo municipal. Como apontado, os agências multilaterais são importantes agentes no empresariamento da cidade (Sánchez, 2010; Vainer, 2000b). O próprio IQVU e o SISGRAN foram importantes elementos entre o governo municipal e o banco sediado em Washington (EUA). O endividamento do município de Campo Grande foi o resultado dessa aproximação. Os mecanismos da dívida pública dos países latino-americanos são importantes instrumentos para a manutenção das relações de dependência, nos marcos da Teoria Marxista da Dependência (Luce, 2018).

As empresas de consultoria apontadas nesta seção, são importantes fornecedoras de insumos para a competitividade urbana, aportando conjuntos de informações que são desigualmente apropriados por aqueles que disputam o espaço urbano. As empresas de consultoria, na globalização, tem um importante papel na redefinição, uso e regulamentação do território e, tendo vista que grande parte dessas empresas estão sediadas em países centrais do capitalismo (Silva, A. M. B. Da; Manzoni Neto, 2008), a atuação dessas consultorias aprofundam as relações de subordinação dos países dependentes frente às burguesias estrangeiras. Os indicadores e rankings produzidos por essas empresas são fundamentais para a hegemonia da cidade-mercadoria (Pasti; Cracco, 2022). São essas empresas que conseguem captar e conduzir o grande volume de informações e dados produzidos na e sobre a cidade, num cenário de grande ampliação do conteúdo técnico das cidades (Santos, L. F. V. Dos, 2021). Vislumbra-se cidades cada vez mais tecnificadas, informatizadas e digitais, não só a política determina a governança urbana, mas a tecnopolítica (Pasti; Cracco, 2022), de modo que é crescente o papel das empresas de consultoria e das grandes empresas de tecnologia.

Orientado em direção ao mercado e pautado pelas informações produzidas pelas empresas de consultoria, a atuação do Estado, ao reivindicar para si para melhorias na qualidade de vida, busca legitimar sua atuação e intervenção sobre o espaço urbano. Os órgãos públicos que produzem os índices, tais como o IQVU e o IDHM, propõem-se a subsidiar a produção, execução de políticas públicas, porém os mesmos índices são também apropriados para a produção e afirmação de imagens de cidade, cuja função é competitividade e venda das cidades. Os agentes públicos

que discursam sobre a qualidade de vida, ao mesmo tempo que afirmam uma imagem-marca, para qual a atuação do Estado é fundamental, afirmam também seus próprios grupos e projetos políticos. Não é demais relembrar que a transformação da cidade para o mercado mundial, nos termos apontados por Sánchez (2010), requer a continuidade de um mesmo projeto político. É preciso ressaltar que empresas concessionárias de serviços públicos também se utilizam da noção de qualidade de vida, o que é funcional para legitimar sua atuação e seu modelo de negócio.

O capital financeiro-imobiliário, por outro lado, utiliza-se das informações e discursos acerca da qualidade de vida para a ampliação dos seus negócios. Por meio da marca de qualidade de vida que se atribui a cidade ou a parcelas desta, este agente é capaz de capturar valorização imobiliária e atrair novos investimentos. Por certo que a venda da cidade, ou seja, dos seus atributos locacionais, reverberam no mercado imobiliário.

No processo de clivagem da imagem-marca de cidade com qualidade de vida, a população não aparece como uma grande força social dentro da coalização de forças sociais. A população é convidada a chancelar essa imagem, emanada da ideologia hegemônica, mas não necessariamente participa desse processo. Em outras palavras, nota-se uma “não-participação”, nos termos propostos por Souza (Souza, 2010, p. 207). A população que se busca nesse processo, de maneira mais ativa, são os usuários solventes.

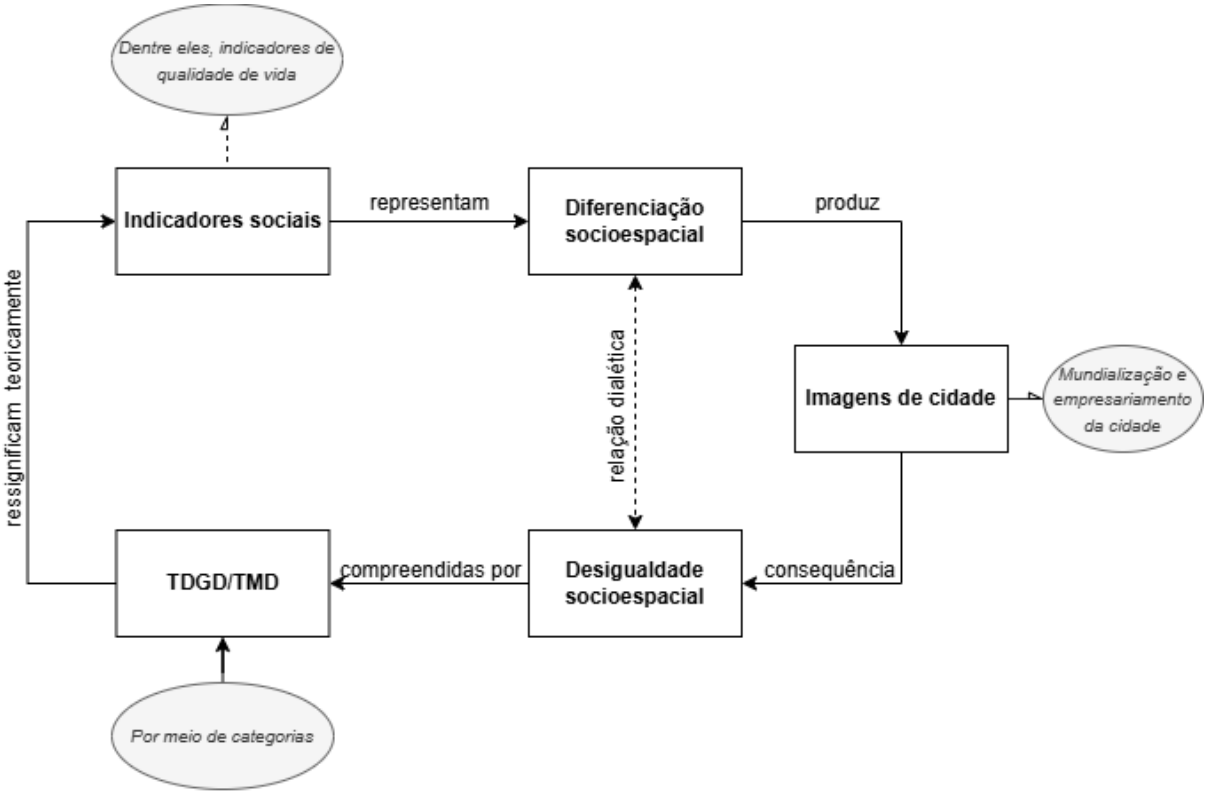
Assim, cunha-se a imagem da cidade detentora de qualidade de vida, ao mesmo tempo que em nome dela justifica-se projetos de renovação urbana (parte deles, através do endividamento público), com investimento públicos, mas por meio de parcerias público-privadas, como preconiza as agências multilaterais e os ideólogos do mercado (Vainer, 2000b).

Qualidade vida, antes (ou por meio) de ser mensurada por um indicador social é uma ideologia geográfica, gestada através imagens de cidade. Esta é acionada para produção de consensos entorno de grandes projetos de intervenção no espaço, acionada também para o posicionamento competitivo dessa cidade-mercadoria num amplo mercado.

Tendo compreendido como a qualidade de vida é operacionalizada e acionada para a produção de imagens de cidade, a Figura 15 busca sintetizar a relação entre a representação das diferenciações socioespaciais, captáveis por meio dos indicadores sociais, a produção dessas imagens-marca e como elas conduzem para a

(re)produção das desigualdades socioespaciais. O aporte teórico trazido pela Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual (TDGD) e Teoria Marxista da Dependência (TMD) nos fornecem as categorias básicas para a compreensão desse processo, não apenas nos marcos da escala intraurbana, mas também em escalas mais amplas, que requerem um maior nível de abstração.

Figura 15 - Diagrama da síntese da relação em diferenciação e desigualdade socioespacial apresentada



Fonte: Autor (2024). Elaboração própria.

Assim, é preciso demarcar que a apropriação da qualidade de vida é um momento importante na produção das desigualdades socioespaciais, mas que apenas é compreendida quando se coloca as relações e mediações com outros processos socioespaciais e econômicos. Nesse sentindo, posicionamos as tecnopolíticas como importantes ferramentas contemporâneas utilizadas por diversos agentes sociais para a produção do espaço urbano.

Os indicadores sociais, portanto, são ferramentas contraditórias, por meio do qual busca-se o consenso entorno de grandes projetos de renovação e intervenção no espaço urbano, cujo objetivo é reprodução ampliada do capital, ao passo que possuem a potencialidade de serem apropriados e utilizados no reconhecimento das

disparidades presentes no espaço urbano, podendo, dessa forma, auxiliar os movimentos sociais na luta por melhores condições de vida nas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se evidencia, Campo Grande é permeada por uma série de disparidades no interior do tecido urbano, ainda que possua boas posições em alguns índices, como o IDHM (que é calculado para o município). Essa é uma contradição presente na produção do espaço urbano e que emana do modo de produção capitalista, ainda que se observem características diferenciadoras presentes nas formações socioespaciais latino-americanas, dependentes.

O desenvolvimento desigual, nos marcos que buscou-se enquadrar, produz um espaço de características próprias, formando mosaicos. Os processos de diferenciação socioespacial, assim, emanam da própria divisão do trabalho (tanto social, quanto territorial). Essa diferenciação, portanto, na contemporaneidade é um dado social e não um dado natural. Se propusemos, anteriormente, que as rugosidades (Santos, M., 2020) podem apresentar um vislumbre da diferenciação socioespacial do passado, quando mantidas no presente é porque foram reapropriadas, reproduzidas e mantidas por novos processos, que ocorrem no tempo presente.

Outrossim, a divisão do trabalho conduz a hierarquização dos lugares, inclusive entre escalas distintas e nesse processo, define-se também a capacidade de agência das pessoas e grupos sociais. Ainda assim, é preciso frisar que as diferentes formas de luta política e sociais incidem diretamente no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesses marcos, um amplo processo de participação popular pode incidir não só na definição de qualidade de vida, mas também na maneira como esta noção é apropriada e utilizada na produção do espaço urbano.

Como apontado, a divisão particular do trabalho em setores provoca o movimento do capital em direção a melhores taxas de lucro, no que Smith (1988) nomeou de tendência à igualização, que ocorrem em paralelo às tendências de diferenciação. Por certo, a competitividade entre cidades, alimentada pela produção de imagens de cidade, busca captar esse capital que está movimentando-se “em vaivém”, que seria a síntese, nos termos de Smith (1988) das tendências contraditórias da igualização e diferenciação.

Se nesse movimento do capital, em vaivém, ele migra para regiões de maior afluência (ou seja, com maiores taxas de lucro), a produção de imagens é uma ferramenta na disputa por esse capital. Nesse sentido, os processos de renovação

urbana (para os quais a construção discursiva de uma determinada representação é erigida) podem estar sintonizadas com os ritmos de acumulação e crise. Assim, é notável a atuação do Estado num sentido anticíclico das crises, alimentando o capital financeiro-imobiliário.

Essas cidades que são produzidas para o mercado mundial, atravessam um conjunto de escalas, muito para além dos limites administrativos nos quais estão circunscritas, o que evidencia um processo de produção de escalas. Estas, são produzidas para a competitividade entre cidades, de modo que os agentes que se beneficiam desse processo têm uma maior mobilidade entre as diferentes escalas.

Mas é preciso ponderar que as relações de produção nos países dependentes são constantemente recriadas para garantir a reprodução capitalista no seu centro. Como fora apontado, os chamados setores atrasados, sãos os recriadores dos setores modernos.

O movimento “em vaivém”, descrito por Smith (1988) encontra na América Latina um amplo espaço para investimentos, porém, ao afluir para esta região, nem torna este lugar desenvolvido e nem deixa um rastro de subdesenvolvimento, pois, como as categorias de análise da TMD descrevem, o valor produzido na América Latina é transferido para o centro, recriando-o. E de outro lado, o subdesenvolvimento é ativamente produzido.

O Estado latino-americano é um agente central nos processos de mundialização do capital (Osório, 2014), sendo também um impulsionador da competitividade urbana (Vainer, 2000b). O Estado brasileiro é profundamente contraditório, agindo como os proprietários dos meios de produção e em sintonia com o capital financeiro-imobiliário, mas é ele também que faz concessões aos movimentos sociais (e dentre eles, os urbanos). O Estado, ao mesmo tempo, produz indicadores sociais para utilização no ciclo de políticas públicas e se apropria desses indicadores para legitimar sua ação, seus projetos de renovação urbana e com isso incidem diretamente na produção de imagens-marca a ser comerciadas num amplo mercado de cidades.

Como apontado, adota-se a adjetivação socioespacial, pois tratamos da diferenciação do espaço social e das relações sociais, em conjunto. Assim, a diferenciação socioespacial inclui determinações oriundas de uma formação social dependente.

A compreensão da diferenciação socioespacial e da produção da desigualdade socioespacial passa pela combinação de escalas para compreensão dos fenômenos, tais como aqueles oriundos da constituição de um mercado mundial de cidades.

A práticas socioespaciais de clivagem de uma imagem-marca (tal como a da “cidade com qualidade de vida”) e sua apropriação para a valorização imobiliária (dentre outros), anunciam renovados processos de diferenciação socioespacial. Noutros termos, a produção da desigualdade socioespacial tem aí um horizonte.

Com isso, os indicadores sociais são funcionais para compreender as transformações ocorridas no modo de produção, sendo, portanto, objetos técnicos criados para capturar o espaço social. Os indicadores também compõem o espaço de representações. Sendo assim, são eles próprios instrumentos na produção do espaço, seja como fruto da implementação de políticas públicas ou aplicadas em estratégias de mundialização da cidade.

Entende-se por qualidade de vida, partindo-se de um rol mínimo de temas, o atendimento às necessidades básicas, de sobrevivência, de uma comunidade. Ou, noutros termos, a garantia do acesso a bens de cidadania em determinado território. Nesse rol mínimo, inclui-se saúde, educação, moradia, renda, trabalho, mobilidade, acesso à infraestrutura e serviços urbanos, mas também inclui necessidades subjetivas dos indivíduos e grupos sociais. No que tange aos aspectos subjetivos, deve-se considerar a percepção da população frente a essa oferta de bens de cidadania.

Assim, o IQVU de Campo Grande tem como finalidade programática, anunciada, a utilização no planejamento urbano, o fornecimento de informações para a população acerca do seu lugar, uma forma alternativa de mensuração do desenvolvimento no município, bem como comparar diferentes porções do espaço urbano.

Os indicadores sociais, também, são alvo de classificação, e sua produção passa pela aplicação de técnicas, de modo que esses devem apresentar um conjunto de propriedades desejáveis. O IQVU de Campo Grande adere a diversas propriedades desejáveis, nos termos de Jannuzzi (2006), entretanto a definição conceitual sobre qualidade de vida aplicada na produção do índice, bem como os indicadores utilizados para operacionaliza-la trazem problemas quanto à validade de constructo, o que afeta sua relevância social. Ademais, o método de aglutinação

utilizado reduz a sua especificidade. O índice tem dificuldade de mensurar a qualidade de vida, em termos de qualidade e quantidade.

O IQVU de Campo Grande possuía, em comparação com outras experiências, um rol menor de indicadores que compõem o índice, refletindo a limitação de usar apenas dados censitários na sua elaboração. Reflete também um rebaixamento da definição de qualidade de vida, evidenciado pela maneira pela qual esta é operacionalizada. Os indicadores e dimensões abarcados pelo IQVU de Campo Grande não tem capacidade de representar em plenitude o atendimento das necessidades básicas da população (ou de bens de cidadania).

Conclui-se que o IQVU de Campo Grande é uma representação da realidade social (e das diferenciações socioespaciais intraurbanas), mas é também um objeto na produção dessa realidade, o que explica o seu uso compor estratégias que produzem a desigualdade socioespacial.

Quanto aos resultados do IQVU, os bairros que possuíam boa qualidade de vida, mantiveram-se entre uma edição e outra. Ademais, alguns bairros próximos a esses alcançaram uma elevação no índice. Por outro lado, os bairros que possuíam as piores classificações em 2008 mantiveram as baixas posições, ainda que seus limites administrativos tenham sido redesenhados e que os novos bairros mantenham as baixas posições dos antigos bairros.

A regiões urbanas com bairros nos altos estratos de qualidade de vida, ainda na primeira edição do IQVU (Regões Urbanas do Centro e Prosoa), possuem, na atualidade, os maiores valores do metro quadrado. Os bairros com melhores posições no ranking também são os mesmos que concentram a população de mais alta renda, facilidade de acesso a oportunidades de emprego e serviços de saúde de alta complexidade, como concentram uma população majoritariamente branca – aspectos não abrangidos no IQVU de Campo Grande. Ademais, como demonstrado, parte dos locais que recebem intervenção que objetivam a melhoria da qualidade de vida, são precisamente estes bairros.

Alguns indicadores sociais, bem como rankings e títulos diversão apropriados para o empresariamento da cidade, que é tornada sujeito e gerida como se fosse um agente privado. A própria cidade é tornada empresa. O negócio das informações e as tecnopolíticas são elementos importantes para a compreensão da contemporânea produção do espaço urbano. As informações, em grande medida, têm nas empresas de consultoria (localizadas nos países dominantes), importantes controladoras.

A captura (ou aquisição), armazenamento, processamento e aplicação de informações por empresas de consultoria sediadas nos países dominantes, nos fornecem indícios de relações de dependência que emanam do fluxo de informações que são utilizados para a produção do espaço. As informações, nesses marcos, são utilizadas para adequarem as cidades aos imperativos de mercado. A produção de imagens de cidade, nesses marcos, prescinde do marketing urbano e esse requer a produção de informações e sua comunicação.

As estratégias que tornam a cidade sujeito tem por função ocultar as relações sociais presentes na produção do espaço urbano e constituem-se em ideologias geográficas. O discurso sobre os lugares (e sobre a cidade, portanto), revelam a consciência do espaço. Esta, alimenta tanto as concepções que regem as políticas territoriais (em que incidem também as empresas de consultoria), mas também da autoconsciência de determinados grupos sociais.

O processo de tornar a cidade sujeito é amplamente utilizada pelos agentes que produzem as imagens de cidade, tais como agências multilaterais, empresas de consultoria e capital financeiro-imobiliário. E essa produção de imagens, mistificadoras, abafa os conflitos que ocorrem no espaço urbano.

O que chamamos de competição entre cidades, na verdade é a competição entre diferentes empresas e setores industriais. A produção de imagens, assim, não incide apenas sobre a esfera da produção, mas ocorre por meio da atração de consumidores específicos. Isso num cenário de cisão do ciclo de capitais evidencia que essa cidade é produzida para ser como objeto de consumo de luxo, suntuário, mirando nas camadas de mais alta renda. Há uma cisão entre a cidade que se produz e a cidade dos quais as massas têm necessidade. Essa produção de imagens, por tanto, é também uma reprodução das relações de dependência nos marcos da categoria de análise da TMD, citada anteriormente.

A qualidade de vida, assim, é acionada através de diversos instrumentos, sejam eles índices (tal como o IQVU), rankings, títulos ou apenas numa construção discursiva que afirma a imagem de cidade (ou parcelas dela) como detentoras de qualidade de vida. A qualidade de vida, nesses marcos, é acionada em duas modalidades principais: como um atributo diferenciador da cidade (ou de parcelas dela) ou como um objetivo a ser alcançado por meio da intervenção do Estado ou outros agentes que produzem a cidade (cujas empresas do mercado imobiliário são um exemplo).

Assim, a qualidade de vida é utilizada para forjar um imagem-marca cidade, e como se pôde observar na literatura abordada, tais estratégias são utilizadas para a fabricação de consensos entorno do empresariamento da cidade (e dentro disso, dos processos de renovação urbana), para os quais a existência de coalizões de forças sociais são importantes. Nesse processo, comparecem diversos agentes, tais como o Estado, empresas concessionárias de serviços públicos, o capital financeiro-imobiliário e empresas de consultoria.

Afirmação dessa qualidade de vida, seja ela um atributo ou objetivo a ser alcançado, decorre, nesses marcos, de um cenário de competitividade urbana, em que, nem sempre, fica claro quais os grupos sociais se beneficiam dessa competitividade e da melhoria da qualidade de vida dela decorrente.

Como apontado, parte das intervenções realizadas em nome da melhoria da qualidade de vida ocorrem em locais que já possuem boas posições no ranking de qualidade de vida, como exemplificado em relação à revitalização do Parque dos Poderes, lindeiro à Chácara Cachoeira, bairro da Região Urbana do Prosa e que figura como 1º no Índice de Qualidade de Vida Urbana de Campo Grande. Esse é um processo que, de um lado beneficia bairros de mais alta renda, majoritariamente de população branca e com amplos serviços, e de outro, mantém as disparidades no tecido urbano.

Assim, a manutenção da precariedade e iniquidade urbanística e socioespacial em parte da cidade é reproduzida continuamente através do direcionamento de recursos para áreas já privilegiadas, isto porque as diferenciações socioespaciais anteriores (ou rugosidades), se ainda existentes, é porque foram reafirmadas no tempo presente. A desigualdade socioespacial, nesses marcos, não é apenas uma herança do passado, mas é produzida e reproduzida continuamente por práticas e processos socioespaciais, em que a produção de imagens de cidade é um dos exemplos.

Como se observa, a compreensão da produção da desigualdade socioespacial na contemporaneidade passa pelo estudo das estratégias emanam da transformação da cidade em mercadoria. Os discursos que convergem para a produção de uma determinada imagem de cidade assentam-se sobre as diferenças socioespaciais existentes, reafirmando-as, por vezes. A representação da diferenciação socioespacial, ocorrida por meio de indicadores sociais, nos processos de produção de uma imagem-marca de cidade são elas próprios ferramentas da reafirmação,

reprodução e produção a desigualdade socioespacial. Nesses marcos, produção da desigualdade socioespacial, no âmbito da mundialização das cidades mantém e reproduz as relações de dependência, que também estiveram presentes em sua origem.

Entretanto, é preciso dar evidência às limitações que essa exposição apresenta. Ainda que a base teórica que mobilizamos nas duas primeiras seções desse trabalho tratem da diferenciação socioespacial e da produção da desigualdade socioespacial de maneira ampla, nas seções seguintes, restringimos a análise da diferenciação socioespacial para aquelas representadas pelos indicadores sociais, posicionando-os como o centro de nossa análise, complementado pelos resultados de determinados rankings.

Assim, a desigualdade socioespacial, que buscou-se dar enquadramento, é aquela emanada dos processos de uso e apropriação dessas informações sobre a cidade, sobretudo no que tange o seu uso para a produção de imagens de cidade. Portanto, os processos de mediação que indicam para a produção da desigualdade socioespacial aqui apresentados estão limitados ao uso e apropriação da qualidade de vida, seja por meio de índices, rankings e outras ferramentas.

Uma compreensão ampliada sobre a desigualdade socioespacial no espaço urbano de Campo Grande passa pela compreensão da clivagem de imagens-marca da cidade com qualidade de vida, mas necessita alcançar outras mediações, incluídas a análise de outros indicadores de temáticas que não foram abordadas nesta pesquisa. Assim, seria necessário ir além do uso e apropriação da qualidade de vida, mirando em outras práticas e processos socioespaciais que se assentam sobre a diferenciação socioespacial ou que a produz. Nesse sentido, é preciso compreender de maneira mais ampliada como e quais agentes sociais produzem cotidianamente a desigualdade socioespacial, por meio de outras estratégias.

Um dos processos não abordados nesta pesquisa e que podem ser analisados frente a produção de imagens de cidade, com e por meio da apropriação da qualidade de vida, é o processo de verticalização ocorrido sobretudo na Região Urbana do Prosa, no entorno do Parque das Nações Indígenas. Tecemos diversos comentários sobre essas localidades, mas não tratamos especificamente do processo de verticalização, que requer pesquisas próprias, com metodologias adequadas.

Ainda, há uma limitação nesse trabalho no que tange ao papel da renda da terra como mediação na diferenciação geográfica e sua relação com o processo de

competição entre cidades, aqui esboçado. Seria necessário um aprofundamento do estado arte sobre tal temática e, a partir de então, buscar elementos teóricos e empíricos que sejam capazes demonstrar como a renda terra articula-se com os processos aqui apresentados, considerando-se todas as especificidades das cidades latino-americanas.

Outra limitação que é preciso denotar, é que falta um maior desenvolvimento de como se dá a produção do espaço urbano dependente, compreendendo as especificidades das formações sociais latino-americanas, que aqui apenas tangenciamos. Um caminho para sanar essa lacuna teórica, dos quais deixamos breves apontamentos ao longo da exposição, é a compreensão da utilidade das categorias da TMD para a análise da produção de um espaço urbano que se nomeie, dependente.

Temos como hipótese que a categoria de análise da superexploração pode nos fornecer pistas para compreender como o fundo de vida do trabalhador é apropriado pelos proprietários dos meios de produção, isto porque o trabalho empregado na autoconstrução das habitações não é remunerado, como parte da reprodução social do trabalhador, sendo apropriado pelos proprietários dos meios de produção. Por outro lado, essa produção habitacional contribui para a produção social da cidade, incidindo na valorização imobiliária, que é apropriada também pelo capital financeiro-imobiliário.

Outro elemento que deve ser explorado, é como a cisão do ciclo de capitais é pertinente para compreender que a produção cidades para o mercado mundial, nos países dependentes segmentam o espaço urbano, direcionando os processos de renovação urbana para os usuários solventes, por meio da competição entre cidades. Assim, em linhas gerais, o espaço urbano que se produz hodiernamente não seria aquele espaço que os trabalhadores têm necessidade e tão pouco estes trabalhadores poderiam acessar essas porções renovadas da cidade. Porém, essa análise não pode ignorar os intensos processos de disputa pela apropriação do espaço urbano.

Ademais, sugere-se que o processo de endividamento público realizado para intervir e renovar porções da cidade é um mecanismo de transferência de valor dos países dependentes para o centro do mercado mundial. Deve-se analisar como o pagamento a esses vultuosos empréstimos retiram verbas que deveriam ser destinadas à habitação, saúde, saneamento, mobilidade urbana. Ou seja, é possível

que o aporte financeiro a áreas da administração pública que proveriam necessidades básicas da população (e portanto, incidiriam sobre a melhoria da qualidade de vida) sejam destinados ao pagamento da dívida pública (ampliada pelos empréstimos para renovação urbana).

A análise do espaço urbano dependente deverá considerar o caráter contraditório das formações socioespaciais dependentes, que se expressam, também, em tensões entre as relações sociais de produção e relações sociais da vida cotidiana. Sugere-se que ao passo que espaço urbano dependente abriga conflitos, com potenciais disruptivos, a atuação do Estado e outros agentes sociais, ancora-se na produção de consensos, clivando imagens de cidade, a partir de indicadores sociais, dentre outros. As ideologias geográficas são acionadas para forjar esse consenso e ocultar os conflitos. A cidade que age esconde aqueles agem sobre a cidade.

Por fim, os indicadores sociais, sendo capazes de captar as diferenças socioespaciais existentes, e são instrumentalizados no processo de produção de imagens de cidade e, estes, por sua vez, são elementos importantes na produção da realidade urbana. Esse processo, é ele mesmo um mecanismo de produção das desigualdades socioespaciais, à medida que as diferenciações socioespaciais são capturadas, apropriadas e reproduzidas na competição entre as cidades.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11–74.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Zero à Esquerda).

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Ed. 34, 2002.

BAIRRO mais procurado para locação em Campo Grande é o Tiradentes e para a compra de casas e apartamentos o Rita Vieira, aponta pesquisa. **G1 MS**, Campo Grande, 4 ago. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/08/04/bairro-mais-procurado-para-locacao-em-campo-grande-e-o-tiradentes-e-para-a-compra-de-casas-e-apartamentos-o-rita-vieira-aponta-pesquisa.ghtml. Acesso em: 23 mar. 2024.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

CAMPO GRANDE. Lei Complementar n. 74, de 6 de setembro de 2005. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município de Campo Grande e dá outras providências. 2005. Disponível em: http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/downloads/lei-complementar-n-742005/. Acesso em: 9 nov. 2021.

CAMPO GRANDE. Lei Complementar nº 341, de 4 de dezembro de 2018. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Campo Grande (PDDUA). 2018. Disponível em: http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/pddua/. Acesso em: 13 jul. 2021.

CAMPO GRANDE É UMA das dez capitais mais felizes do brasil, aponta revista. **CGNotícias**, Campo Grande, 16 fev. 2019. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/com-uma-das-menores-taxa-de-desemprego-e-maior-qualidade-de-vida-campo-grande-e-novamente-destaque-nacional/. Acesso em: 14 jan. 2024.

CAMPO GRANDE ESTÁ as entre melhores capitais para se viver com desempenho em saneamento e sustentabilidade. **Enfoque MS**, seç. Investimento, 2 mar. 2021. Disponível em: https://www.enfoquems.com.br/campo-grande-esta-as-entre-melhores-capitais-para-se-viver-com-desempenho-em-saneamento-e-sustentabilidade/. Acesso em: 15 jan. 2024.

CAMPO GRANDE: FIQUE por dentro dos 5 melhores bairros para morar na capital sul-mato-grossense. 16 nov. 2022. **Portal Zuk**. [Blog]. Disponível em: https://www.portalzuk.com.br/blog/fique-por-dentro-dos-5-melhores-bairros-para-morar-na-capital-do-mato-grosso-do-sul. Acesso em: 19 jan. 2024.

CAMPO GRANDE OCUPA primeira posição no ranking entre as cidades mais competitivas do centro-oeste. **CGNotícias**, Campo Grande, 29 ago. 2023. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/campo-grande-ocupa-primeira-posicao-no-ranking-entre-as-cidades-mais-competitivas-do-centro-oeste/. Acesso em: 23 jan. 2024.

CAMPO GRANDE RECEBEU selo mundial de cidade arborizada, registra nelsinho trad. **Senado Federal - Agência Senado**, Brasília, seç. Senado Notícias, 18 fev. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/18/campo-grande-recebe-selo-mundial-de-cidade-arborizada-registra-nelsinho-trad. Acesso em: 22 jan. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007. DOI 10.36661/2448-1092.2007v4n6.12794. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12794. Acesso em: 19 jan. 2023.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação**, v. 12, n. 18, p. 39–62, dez. 2011. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/597/1226. Acesso em: 26 ago. 2021.

CLP – CENTRO DE LIDERANÇA POLÍTICA. Ranking de Competitividade dos Estados. [*s. d.*]. **Ranking Competitividade dos Estados**. Disponível em: https://rankingdecompetitividade.org.br/metodologia. Acesso em: 30 maio 2024.

COBOS, Emilio Pradilla. Empresarios, gobiernos y ciudadanos en la disputa por la ciudad. **Política governamental e ação social no espaço**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 23–38.

CONHEÇA os benefícios de morar em campo grande. 24 ago. 2022. **Blog da MRV**. [Blog]. Disponível em: https://www.blogdamrv.com.br/como-e-morar-em-campo-grande. Acesso em: 19 jan. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007. DOI 10.36661/2448-1092.2007v4n6.12795. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795. Acesso em: 24 jan. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. Notas sobre a diferenciação espacial. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 26, n. 1, p. e-193069, 28 abr. 2022. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.193069.

CORRÊA, Valmir Batista. **Campo Grande de volta para o futuro**. 2020. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://ihgms.org.br/artigos/campo-grande-de-volta-para-o-futuro-20. Acesso em: 23 jan. 2024.

CORREIA, Guilherme. Campo Grande é 1ª no Centro-Oeste e 7ª melhor capital para se viver. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Cidades, 11 fev. 2021. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/campo-grande-e-a-melhor-cidade-do-centro-este-e-a-7a-capital-do-pais-para-viver. Acesso em: 15 jan. 2024.

COSTA, Higor Cirilo da; IKUTA, Flávia Akemi; DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro. Desigualdades socioespaciais no acesso a oportunidades em Campo Grande - MS. **Caminhos de Geografia**, v. 24, n. 96, p. 234–253, 5 dez. 2023. https://doi.org/10.14393/RCG249668724.

COSTA, Higor Cirilo. **O Grande Lageado**: desigualdades socioespaciais e o plano de bairro. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6433. Acesso em: 10 ago. 2023.

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro. **A discrepância entre os índices sobre a Região Metropolitana de Campinas e a realidade habitacional de Campinas**. 2016a. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://acervus.unicamp.br/index.asp?codigo_sophia=976287. Acesso em: 4 maio 2022.

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro. “Campinas, a cidade mais surpreendente do Brasil”: entre os índices metropolitanos e as leis municipais. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 1, p. 191–211, 30 jun. 2016b. https://doi.org/10.54446/bcg.v6i1.250.

DEOTTI, Odirley. Adriane Lopes apresenta resultados de obras ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Capital News**, Campo Grande, seç. Executivo, 22 jun. 2023a. Disponível em: https://www.capitalnews.com.br/politica-e-poder/executivo/adriane-lopes-apresenta-resultados-de-obras-ao-banco-interamericano-de-desenvolvimento/386754. Acesso em: 23 jan. 2024.

DEOTTI, Odirley. Adriane Lopes participa de projeto de desenvolvimento urbano integrado em Brasília. **Capital News**, Campo Grande, , seç. Executivo, 21 jul. 2023b. Disponível em: https://www.capitalnews.com.br/politica-e-poder/executivo/adriane-lopes-participa-de-projeto-de-desenvolvimento-urbano-integrado-em-brasilia/388058. Acesso em: 23 jan. 2024.

DIA DE CELEBRAR a capital morena que chega aos 123 anos com qualidade de vida e economia pujante. **CGNotícias**, Campo Grande, 26 ago. 2022. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/dia-de-celebrar-a-capital-morena-que-chega-aos-123-anos-com-qualidade-de-vida-e-economia-pujante/. Acesso em: 16 jan. 2024.

EBNER, Iris de Almeida. **A cidade e seus vazios**: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

FAO/ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA; ARBOR DAY FUNDATION. Tree Cities of the World. [*s. d.*]. **Tree**

Cities of The World. Disponível em: https://treecitiesoftheworld.org/. Acesso em: 30 maio 2024.

FELIPE, Mariana. As 10 capitais mais felizes do Brasil. **Revista Bula**, seç. Listas, 13 fev. 2019. Disponível em: https://www.revistabula.com/21024-as-10-capitais-mais-felizes-do-brasil/. Acesso em: 14 jan. 2024.

FERREIRA, Campo Grande. Para especialistas, condomínio em hotel é vida no Centro, não "favelão". **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Arquitetura, 27 ago. 2019. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/para-especialistas-condominio-em-hotel-e-vida-no-centro-nao-favelao. Acesso em: 16 jan. 2024.

FRAIHA, Mylena. Em Campo Grande, emprego e qualidade de vida atraem estrangeiros. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Capital, 15 out. 2023. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-campo-grande-emprego-e-qualidade-de-vida-atraem-cada-vez-mais-estrangeiros. Acesso em: 16 jan. 2024.

FRANÇA, Loraine. Estudo aponta Campo Grande como uma das melhores cidades para se viver. **CBN**, Campo Grande, 13 fev. 2021. Disponível em: https://www.rcn67.com.br/cbn/campo-grande/estudo-aponta-campo-grande-como-uma-das-melhores-cidades-par/147053/. Acesso em: 15 jan. 2024.

FSM – FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Apresentação. [*s. d.*]. **Fórum Social Mundial - Porto Alegre**. Disponível em: https://www.fsm.org.br. Acesso em: 29 maio 2023.

GADELHA, Guilherme. **Conheça os melhores bairros para morar em Campo Grande**. 28 jun. 2019. Foregon. [Blog]. Disponível em: https://www.foregon.com/blog/melhores-bairros-campo-grande/. Acesso em: 20 dez. 2022.

GALLO, Douglas; GUARALDO, Eliane. Arborização Urbana como Infraestrutura na constituição de uma cidade com Qualidade de Vida: potencialidades em Campo Grande/MS. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 31, 19 set. 2017. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1577. Acesso em: 22 jan. 2024.

GODOY, Daniel. **Geografia das estatísticas e indicadores sociais**: técnica, política, conhecimento e ética. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/203244. Acesso em: 14 jun. 2023.

GOMES, Lorena Monteiro de Souza. **Desenvolvimento e análise de um Índice de Qualidade de Vida Urbana**. 2017. TCC (Bacharelado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad.: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografias e Adjacências).

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad.: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, David. **Espacios del capitalismo global**. Trad.: Juanmari Madariaga. [*S. l.*]: Akal, 2021. (Cuestiones de antagonismo, 120).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Bases cartográficas contínuas - 2021. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas.html. Acesso em: 5 jun. 2022.

INCORPORADORA lança 1º empreendimento híbrido de Campo Grande (MS). **InfoMoney**, seç. Conteúdo Patrocinado, 25 jul. 2022. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/onde-investir/incorporadora-lanca-1o-empreendimento-hibrido-de-campo-grande-ms/. Acesso em: 23 jan. 2024.

INFLAÇÃO da cesta básica sobe quase 27% em 12 meses, mais que o dobro do IPCA. **Infomoney**, 23 jun. 2022. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/inflacao-da-cesta-basica-sobe-quase-27-em-12-meses-mais-que-o-dobro-do-ipca/. Acesso em: 5 jul. 2022.

INVISTA em condomínio clube, sem pagar INCC e com até 80% financiados. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Conteúdo Patrocinado, 2 set. 2021. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/conteudo-patrocinado/invista-nos-principais-lancamentos-imobiliarios-da-cidade-sem-pagar-incc. Acesso em: 20 jan. 2024.

ITDP BRASIL – INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE & DESENVOLVIMENTO; BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; CAMPO GRANDE. **Programa Reviva Campo Grande: relatório da capacitação prática sobre mobilidade, desenvolvimento inclusivo e igualdade de gênero**. [*S. l.*]: ITDP, 2019. Disponível em: https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio_Programa_Reviva_Campo_Grande_2019.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137–160, abr. 2005. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/1489. Acesso em: 28 abr. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed., 2. reimpr. Campinas: Alínea, 2006.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

KARRUZ, Ana Paula; KEINERT, Ruben Cesar; KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. O processo de construção do Observatório da Qualidade de Vida de Santo André: identificação e superação de desafios. *In*: KEINERT, Tania Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (orgs.). **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002. p. 95–105.

KARRUZ, Ana Paula; KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Do abstrato ao concreto: a proposta do Observatório da Qualidade de Vida de Santo André para operacionalização da noção de qualidade de vida, via estudo espacializado da longevidade. *In*: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tania Margarete Mezzomo (orgs.). **Qualidade de vida planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 155–175.

KATZ, Cláudio. **A Teoria da Dependência cinquenta anos depois**. Trad.: Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular, 2020. *E-book*.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo; KEINERT, Ruben Cesar; FEFFERMANN, Marisa. Percepção da qualidade de vida urbana em Santo André: resultados de uma pesquisa de opinião. *In*: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tania Margarete Mezzomo (orgs.). **Qualidade de vida planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 227–264.

KEMFPER, Ângela. Revitalizado e preservado, Parque dos Poderes “vira” academia ao ar livre. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Capital, 29 jul. 2022. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/revitalizado-e-preservado-parque-dos-poderes-vira-academia-ao-ar-livre. Acesso em: 22 jan. 2024.

KLIASS, Paulo. Retrato da concentração de riqueza na pandemia. **Outras Palavras**, São Paulo, seç. Mercado x Democracia, 20 jul. 2021. Disponível em: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/retrato-da-concentracao-de-riqueza-na-pandemia/. Acesso em: 2 nov. 2021.

KOBER, Lidiane. Pela 1º vez, Capital assume ranking de qualidade de vida em MS. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Cidades, 29 abr. 2014. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/pela-1o-vez-capital-assume-ranking-de-qualidade-de-vida-em-ms. Acesso em: 14 jan. 2024.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, Dirce. Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão. **Caderno IHUideias**, v. 14, n. 243, 2016. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6585-publicacoes-12. Acesso em: 30 maio 2024.

LIBNI, Thais. Campo Grande é a 7º melhor capital brasileira para se viver. **Correio do Estado**, Campo Grande, seç. Cidades, 10 fev. 2021. Disponível em: https://correiodoestado.com.br/cidades/campo-grande-e-a-7-melhor-capital-brasileira-para-se-viver-aponta-es/382309/. Acesso em: 15 jan. 2024.

LOPES, Mariana. Em busca de qualidade de vida, orientais ocupam Campo Grande. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Comportamento, 1 fev. 2013. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/em-busca-de-qualidade-de-vida-orientais-ocupam-campo-grande. Acesso em: 16 jan. 2024.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categoriais - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACROPLAN. Desafios dos Municípios. [*s. d.*]. **Desafios da Gestão Municipal 2021**. Disponível em: http://www.desafiosdosmunicipios.com.br/. Acesso em: 15 jan. 2024.

MAIER, Laryssa. Campo Grande se torna a cidade mais segura do Brasil. **Capital News**, seç. Cotidiano, 14 set. 2021. Disponível em: https://www.capitalnews.com.br/cotidiano/campo-grande-se-torna-a-cidade-mais-segura-do-brasil/362433. Acesso em: 15 jan. 2024.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis; Buenos Aires: Vozes; CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política. Livro 1: o processo de produção do capital**. Trad.: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. (Coleção Marx-Engels).

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Trad.: Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MILLÉO, José Carlos. **A utilização dos indicadores sociais pela Geografia: uma análise crítica**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/setembro2011/geografia_artigos/6tese_indicadores.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. (Geografia, teoria e realidade).

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Indicadores intraurbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica. *In*: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tania Margarete Mezzomo (orgs.). **Qualidade de vida planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 123–153.

NASA – NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION. Apollo 8 Mission image, Earth over the horizon of the moon. 24 dez. 1968. **NASA Image and Video Library**. Disponível em: https://images.nasa.gov/details/as08-16-2596. Acesso em: 29 maio 2023.

NECTA. Conheça os resultados da 8ª edição. [*s. d.*]. **Ranking Connected Smart Cities**. Disponível em: https://ranking.connectedsmartcities.com.br/. Acesso em: 16 jan. 2024.

NELSINHO APRESENTA ações de mobilidade e desenvolvimento. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Política, 28 set. 2009. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/politica/nelsinho-apresenta-acoes-de-mobilidade-e-desenvolvimento-09-28-2009. Acesso em: 24 jan. 2024.

NELSINHO MINISTRA palestra em seminário na Argentina. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Política, 28 set. 2009. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/politica/nelsinho-ministra-palestra-em-seminario-na-argentina-09-28-2009. Acesso em: 24 jan. 2024.

NELSINHO VIAJA a SP e vai a seminário na Argentina. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Política, 25 set. 2009. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/politica/nelsinho-viaja-a-sp-e-vai-a-seminario-na-argentina-09-25-2009. Acesso em: 24 jan. 2024.

NOGUEIRA, Alexsandro; MACHADO, Jéssika. Mato Grosso do Sul é finalista do prêmio Excelência em Competitividade. **SEGOV MS**, Campo Grande, 4 out. 2019. Disponível em: https://www.segov.ms.gov.br/mato-grosso-do-sul-e-finalista-do-premio-excelencia-em-competitividade/. Acesso em: 14 jan. 2024.

OBRAS de expansão da rede de esgoto avançam em bairros de Campo Grande. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Conteúdo Patrocinado, 17 nov. 2020. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/conteudo-patrocinado/obras-de-expansao-da-rede-de-esgoto-avancam-em-bairros-de-campo-grande. Acesso em: 23 jan. 2024.

OBSERVATÓRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Os vazios urbanos na cidade de Campo Grande**. Relatório de extensão. Campo Grande: Observatório de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: http://www.observatorio.ufms.br/projeto/vazios-urbanos-em-campo-grande/. Acesso em: 22 maio 2020.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de; CASTILHO, Maria Augusta de. O plano de revitalização urbana da área central de Campo Grande, MS. **Interações (Campo Grande)**, v. 23, n. 1, p. 133–148, mar. 2022. https://doi.org/10.20435/inter.v23i1.3205.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1. ed., 3. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino. **A rua e a cidade**: Campo Grande e a 14 de julho. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

OSM – OPENSTREETMAP. **Open Street Map**. [*S. l.*: *s. n.*], 2022. Disponível em: https://www.openstreetmap.org/. Acesso em: 21 jul. 2022.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. Trad.: Fernando Correa Prado. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PASTI, André; CRACCO, Luis. Tecnopolíticas urbanas, informação e competitividade territorial: notas sobre um ranking de smart cities. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 1, p. 107–123, 30 dez. 2022. https://doi.org/10.54446/bcg.v12i1.2867.

PENEDO, Eduardo. Em busca de qualidade de vida, endinheirados mudam de bairro. **Campo Grande News**, Campo Grande, , seç. Reportagens Especiais, 27 ago. 2014. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/reportagens-especiais/em-busca-de-qualidade-de-vida-endinheirados-mudam-de-bairro. Acesso em: 20 jan. 2024.

PLANURB – AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO. **Índice de Qualidade de Vida Urbana de Campo Grande-MS**. Campo Grande: PLANURB, 2008.

PLANURB – AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO. **Índice de Qualidade de Vida Urbana: bairros de Campo Grande - 2010**. Campo Grande: PLANURB, 2013. Disponível em: http://www.campogrande.ms.gov.br/sisgran/wp-content/uploads/sites/76/2021/02/iqvu-2010.pdf. Acesso em: 11 set. 2021.

PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande - 2022**. 29. ed. Campo Grande: PLANURB, 2022. Disponível em: https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/76/2022/03/perfil2022-prefcg-1661868320.pdf. Acesso em: 3 ago. 2023.

PLANURB – AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande - 2023**. 30. ed. Campo Grande: PLANURB, 2023. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/perfil-socioeconomico-de-campo-grande-edicoes/. Acesso em: 9 nov. 2023.

PNUD BRASIL – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas Brasil. [*s. d.*]. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/. Acesso em: 27 maio 2024.

POR QUE adquirir imóvel em campo grande é um bom negócio? [*s. d.*]. **Blog da UCI Brasil**. [Blog]. Disponível em: https://ucibrasil.com.br/web/por-que-adquirir-imovel-em-campo-grande-e-um-bom-negocio,4155. Acesso em: 19 jan. 2024.

PREFEITO DESTACA planejamento e mudança na qualidade de vida dos campo-grandenses. **CGNotícias**, Campo Grande, 16 ago. 2021. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/prefeito-destaca-planejamento-e-mudanca-na-qualidade-de-vida-dos-campo-grandenses/. Acesso em: 16 jan. 2024.

REFORMA do Parque dos Poderes une resgate histórico com preservação do meio ambiente. **Procuradoria Geral do Estado de MS**, Campo Grande, 4 dez. 2020. Disponível em: https://www.pge.ms.gov.br/reforma-do-parque-dos-poderes-une-resgate-historico-com-preservacao-do-meio-ambiente/. Acesso em: 22 jan. 2024.

REGIÃO norte se revela como investimento para qualidade de vida e segurança. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Conteúdo Patrocinado, 20 abr. 2021. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/conteudo-patrocinado/a-vez-da-zona-norte-regiao-e-aposta-certa-para-qualidade-de-vida-e-seguranca. Acesso em: 23 jan. 2024.

REIS, Wendell. Região do Prosa tem o metro quadrado mais caro da Capital; duas regiões perderam valor. **Investiga MS**, seç. Economia, 10 jan. 2024. Disponível em:

https://investigams.com.br/2024/01/10/regiao-do-prosa-tem-o-metro-quadrado-mais-caro-da-capital-duas-regioes-perderam-valor/. Acesso em: 30 maio 2024.

REVISTA CIDADES. [*S. l.*]: v. 4, n. 6, 2007. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/issue/view/164. Acesso em: 28 maio 2023.

REVIVA traz mobilidade, qualidade de vida e é exemplo de planejamento urbano. **CGNotícias**, seç. Reviva Mais Campo Grande, 1 jun. 2021. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/reviva-traz-mobilidade-qualidade-de-vida-e-e-exemplo-de-planejamento-urbano/. Acesso em: 23 jan. 2024.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SÁNCHEZ, Fernanda. City marketing: a nova face da gestão urbana da cidade no final de século. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs.). **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 4.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a Geografia).

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007. DOI 10.36661/2448-1092.2007v4n6.12796. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12796. Acesso em: 24 jan. 2023.

RODRIGUES, Nyelder. Embaixadora da Venezuela visita o MS para discutir situação de imigrantes. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Cidades, 14 maio 2021a. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/embaixadora-da-venezuela-visita-o-ms-para-discutir-situacao-de-imigrantes. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Nyelder. Rede de acolhimento capacita imigrantes até com aulas de português. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Capital, 21 set. 2021b. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/rede-de-acolhimento-capacita-imigrantes-ate-com-aulas-de-portugues. Acesso em: 16 jan. 2024.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para o mercado mundial**. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2010. (Grandes Temas, 10).

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018. *Ebook.*

SANTOS, Luiz Fernando Vieira dos. A expansão das Smart Cities e as novas formas de difusão do capital no território brasileiro. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 11, n. 1, p. 59–73, 30 jun. 2021. https://doi.org/10.54446/bcg.v11i1.521.

SANTOS, Fabio Silva; GALLO, Douglas. A experiência brasileira na construção de Índices de Qualidade de Vida Urbana: planejamento e gestão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 40, p. 84–99, 2018. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/85ae/8e4ca5bd62b69bd0e21db65bd067da9738ad.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed., 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014. (Coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 10. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2020. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed., 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2021. (Coleção Milton Santos, 2).

SANTOS, Thiago Araujo. Apontamentos sobre a luta de classes e a condição periférica do Brasil na "Pós-Modernidade". *In*: COTA, Daniela Abritta; MANGILI, Liziane Peres; HIRATA, Márcia Saeko; SANTOS, Maria Clara; GODOY, Tatiane Marina Pinto de (orgs.). **Realidade Urbana Brasileira**: problemas, desafios e possibilidades para efetivação do Direito à Cidade. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. ***Ebook***.

SAUER, Leandro; CAMPÊLO, Estevan. **Mapeamento dos índices de inclusão/ exclusão social em Campo Grande-MS**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

SAUER, Leandro; CAMPÊLO, Estevan; CAPILLE, Maria Auxiliadora Leal. **Mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande-MS**: uma nova reflexão. Campo Grande: Oeste, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise e casos políticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEIS MELHORES bairros para morar em Campo Grande (MS). 8 maio 2020. **Moving Imóveis**. [Blog]. Disponível em: https://blog.movingimoveis.com.br/melhores-bairros-para-morar-em-campo-grande-ms/. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, Adriana Maria Bernardes da; MANZONI NETO, Alcides. O planejamento territorial no Brasil nos anos 1990: as ações das empresas globais de consultoria (o caso da Booz-Allen & Hamilton). **GEOgraphia**, v. 10, n. 20, p. 53–73, 2008. https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2008.v10i20.a13562.

SILVA, José Borzachiello da. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 89–100, 2007. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/572. Acesso em: 22 jun. 2021.

SISGRAN – SISTEMA MUNICIPAL DE INDICADORES DE CAMPO GRANDE. **Informações e dados espaciais**. Campo Grande: SISGRAN, 2023. Disponível em: https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/. Acesso em: 29 maio 2023.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007. DOI 10.36661/2448-

1092.2007v4n6.12798. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12798. Acesso em: 24 jan. 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 8. reimpr. São Paulo: Contexto, 2020. p. 127–145.

TAVARES, Gabrielle. Árvores do futuro: Campo Grande é uma das cidades mais arborizadas do mundo. **Correio do Estado**, Campo Grande, seç. Cidades, 26 ago. 2021. Disponível em: https://correiodoestado.com.br/cidades/arvores-do-futuro-campo-grande-e-uma-das-cidades-mais-arborizadas-do/390129/. Acesso em: 22 jan. 2024.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 105–119.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 75–103.

VIDMANTAS, Rogério. Governo destaca revitalização do Parque dos Poderes na qualidade de vida. **Capital News**, Campinas, seç. Cotidiano, 9 mar. 2022. Disponível em: https://www.capitalnews.com.br/cotidiano/governo-destaca-revitalizacao-do-parque-dos-poderes-na-qualidade-de-vida/369075. Acesso em: 22 jan. 2024.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

VITTE, Antonio Carlos. Modernidade, território e sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida. *In*: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tania Margarete Mezzomo (orgs.). **Qualidade de vida planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 111–122.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. *In*: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tania Margarete Mezzomo (orgs.). **Qualidade de vida planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 89–109.

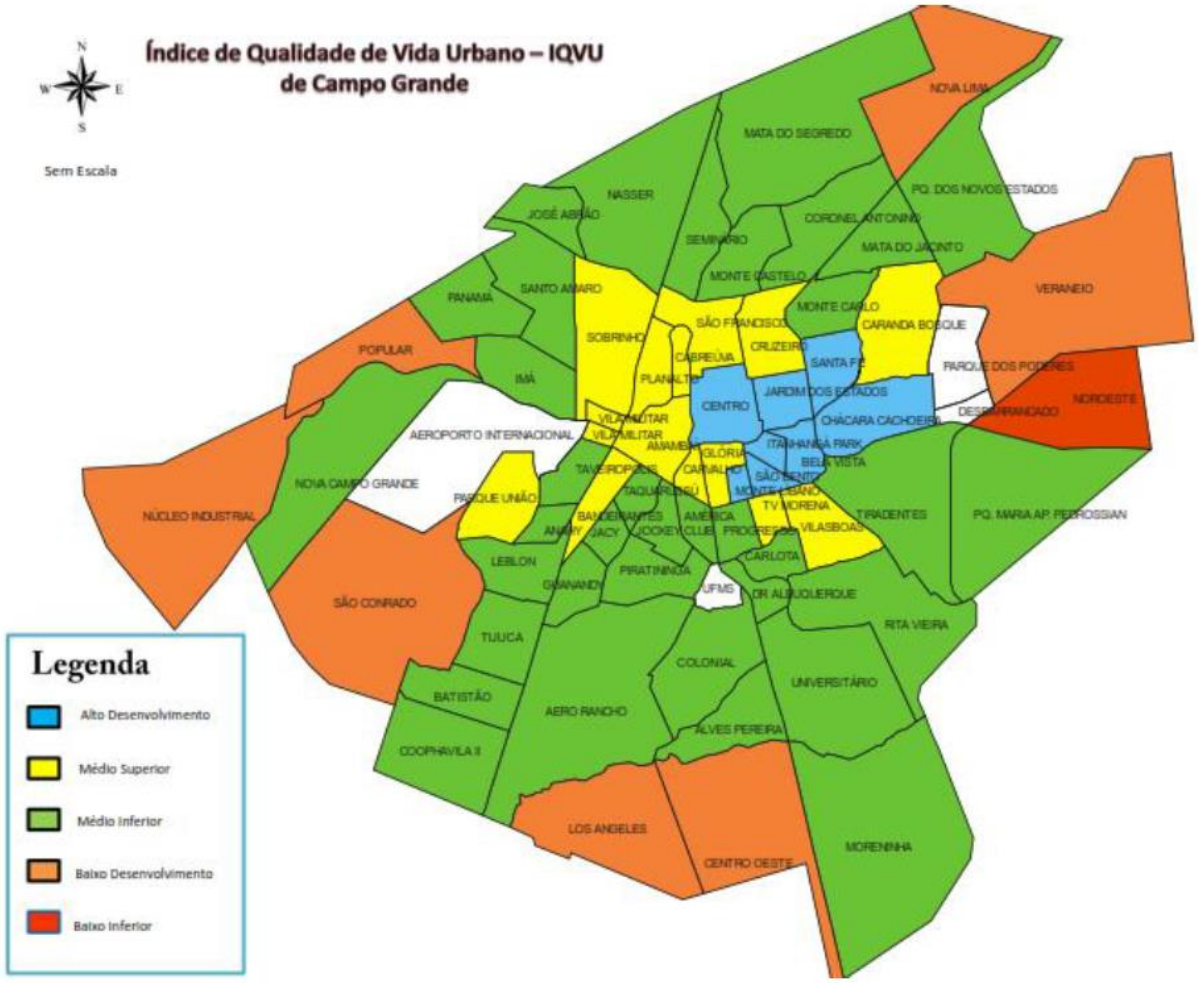
WANDERLEY, Rosely. **Para que serve a utopia?** [*s. d.*]. Centro Loyola de Fé e Cultura de Goiânia. [Blog]. Disponível em: https://centroloyola.com.br/para-que-serve-a-utopia.html. Acesso em: 13 jul. 2024.

ZURUTUZA, Anahi. Renda e longevidade colocam MS no 10º lugar em qualidade de vida. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Cidades, 22 nov. 2016. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/renda-e-longevidade-colocam-ms-no-10o-lugar-em-qualidade-de-vida. Acesso em: 14 jan. 2024.

ZURUTUZA, Anahi. Para maioria, Campo Grande é a capital da qualidade de vida. **Campo Grande News**, Campo Grande, seç. Capital, 26 ago. 2019. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-maioria-campo-grande-e-a-capital-da-qualidade-de-vida. Acesso em: 16 jan. 2024.

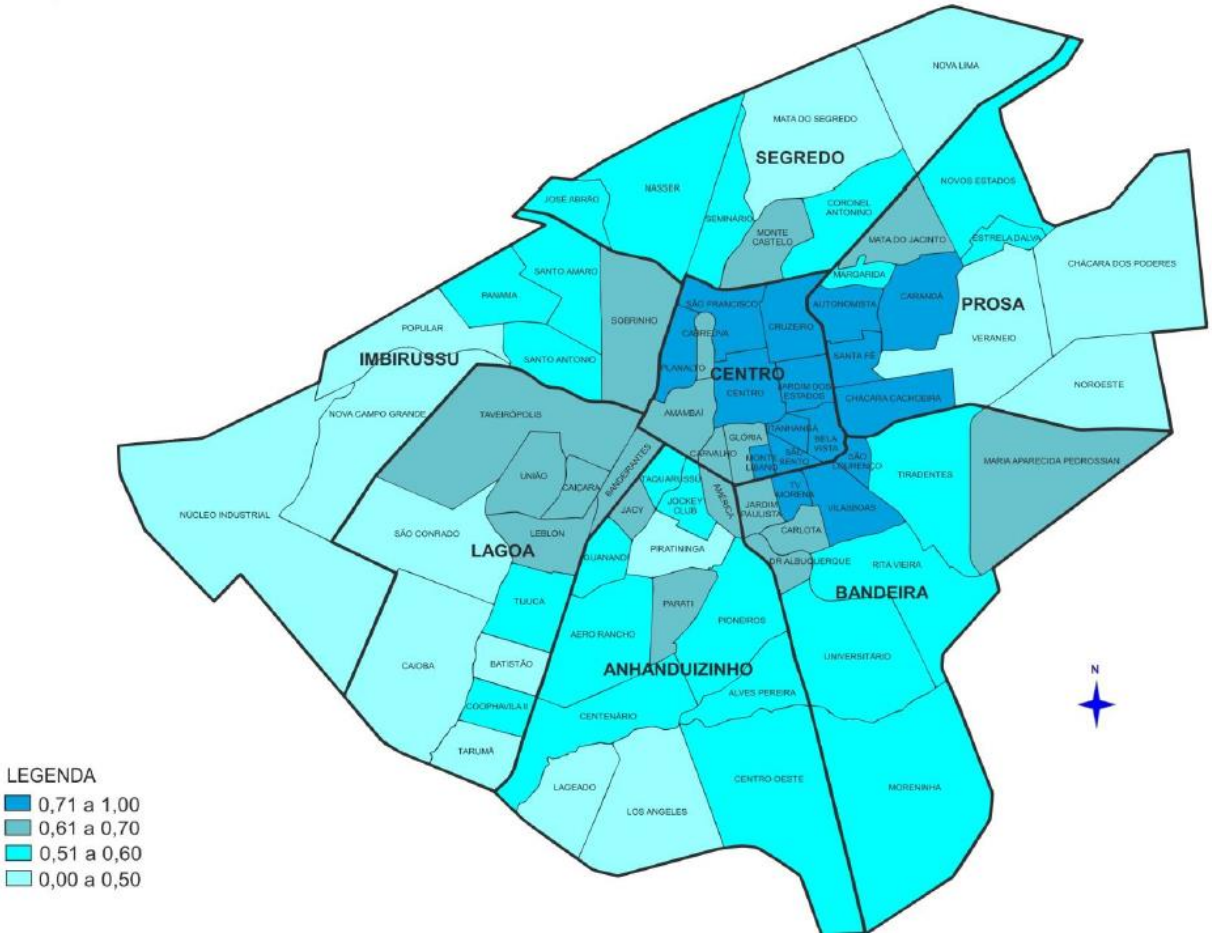
ANEXO A - MAPAS DO IQVU PRODUZIDOS PELA PLANURB

Figura 16 - IQVU de Campo Grande, referente ao ano de 2000, pela PLANURB



Fonte: PLANURB (2008, p. 24).

Figura 17 - IQVU de Campo Grande, referente ao ano de 2010, pela PLANURB



Fonte: PLANURB (2013, p. 21).